

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Henrique Rudolfo Hettwer

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO – ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE
CACHOEIRA DO SUL-RS**

Santa Maria, RS
2019

Henrique Rudolfo Hettwer

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO – ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE
CACHOEIRA DO SUL-RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Santa Maria, RS
2019

HETTWER, HENRIQUE RUDOLFO
CAMINHOS E DESCAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO - ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CACHOEIRA DO
SUL-RS / HENRIQUE RUDOLFO HETTWER.- 2019.
205 p.; 30 cm

Orientador: EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2019

1. DESENVOLVIMENTO 2. SUBDESENVOLVIMENTO 3.
NEOLIBERALISMO 4. ENTRAVES EM CACHOEIRA DO SUL 5.
IMPULSOS EM CACHOEIRA DO SUL I. CARDOSO, EDUARDO
SCHIAVONE II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da ufrsm. dados fornecidos pelo
autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca
central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt fatta ctm 10/1728.

Henrique Rudolfo Hettwer

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO – ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE
CACHOEIRA DO SUL-RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 9 de maio de 2019.

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)
(Presidente/orientador)

Lisane Regina Vidal Conceição, Dr^a (SEE-RS)

César de David, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Este projeto de pesquisa somente foi possível graças à preocupação atuante da UFSM em cumprir sua missão junto ao povo brasileiro, pela generosidade acadêmica e compromisso científico de seus mestres. Agradeço a algumas pessoas que foram determinantes para a concretização deste estudo:

- ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso que, de maneira singela, séria, comprometida, paciente e, sobretudo, sintética, soube guiar com grandeza os estudos e as dificuldades em todo o percurso;

- aos professores orientadores de disciplinas de mestrado, Prof. Dr. Rivaldo Mauro de Faria, Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa, Prof^a Dr^a Ana Carine Meurer, Prof^a Dr^a Daiane Loreto de Vargas e Prof^a Dr^a Meri Lourdes Bezzi, pelos aprendizados que basearam o chão de nossa pesquisa;

- aos professores qualificadores, Prof. Dr. Cesar de David e Prof. Dr. Álvaro Heidrich, pelas comprometidas e necessárias críticas;

- aos colegas de mestrado que contribuíram enormemente com suas experiências e opiniões;

- aos estudantes e colegas professores da EE Virgilino Jayme Zinn que participaram em diversas etapas deste projeto de pesquisa, refletindo nossas ideias;

- aos entrevistados – sindicalistas, trabalhadores, empresários, políticos, jornalistas, especialistas, professores, estudantes, que ousaram colaborar com nossas discussões e as debateram conosco.

- à minha família, em especial à amada filha Milena pela sua compreensão.

Enfim, agradeço a todas e todos que tiveram a audácia de estranhar, refletir e questionar conosco essas preocupações.

Somente instruídos pela realidade é que poderemos mudá-la.
(Bertolt Brecht)

RESUMO

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO – ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CACHOEIRA DO SUL-RS

Autor: Henrique Rudolfo Hettwer
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Este trabalho apresenta um estudo bibliográfico e empírico dialético acerca do desenvolvimento social e econômico do espaço geográfico de Cachoeira do Sul-RS, numa perspectiva local-global, especialmente no período 1970-2018, sob domínio liberal. Para tanto, subsidiados por vasta fundamentação teórica, houve a discussão conceitual acerca do desenvolvimento e suas vertentes teóricas no mundo e no contexto brasileiro. Dialeticamente, foram levantados dados sociais e econômicos oficiais – empregabilidade, geração de renda, escolaridade, dinâmica populacional, estrutura econômica, uso da terra - que buscaram diagnosticar a realidade do município, por vezes em comparação com outras cidades (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires). Esse levantamento demonstrou a preocupante fragilidade econômica de Cachoeira do Sul, de baixa geração de emprego e renda, e ainda demonstrou um importante fenômeno migratório nas décadas de 1970 a 2018, distintamente dos outros municípios pesquisados. Inevitavelmente, essa discussão trouxe influência das forças externas ao desenvolvimento de Cachoeira do Sul – o Estado e os capitais nacional e estrangeiro, e seus modos de ação no espaço-tempo. Para ilustrar a fragilidade econômica do município houve ainda a análise do consumo básico da oferta de produtos nas redes supermercadistas da cidade que expôs o baixo consumo de produtos locais, a penetração de diversos produtos de cidades vizinhas e a presença de cerca de 40% de produtos estrangeiros nos itens não perecíveis. Mediante essas informações, analisou-se a estrutura fundiária do município e a suposta pujança de sua matriz econômica principal, a soja, pesquisando os efeitos dessa cultura no espaço geográfico cachoeirense. A isso, concluiu-se que a cultura da soja vem promovendo a concentração fundiária nas últimas décadas, com arrendamentos e aquisições de terras, a estrangeirização do processo produtivo e o aumento da dependência externa, gerando poucos empregos, diminuindo a produção de alimentos, repelindo pessoas do campo e causando diversos danos ambientais, sem sequer haver a tributação devida pela cultura, com a desoneração promovida pela Lei Kandir que causa concentração de capital, segregação social e remessa de lucros ao estrangeiro, reduzindo a capacidade dos municípios e estados produtores de darem conta de suas responsabilidades sociais. Essa dinâmica se sustenta em discursos hegemônicos de agentes poderosos como políticos, meios de comunicação, associações empresariais, que vem determinando o uso do espaço geográfico de acordo com seus interesses e privilégios. Mas não sem provocar a contradição de organizações sindicais, agricultores familiares e agricultores sustentáveis, desempregados ou subempregados, empresários, acadêmicos, juventude, que testemunham os impactos dessa dinâmica espacial. Diante disso, as forças resistentes do município organizam-se e buscam novas alternativas como a agricultura sustentável e em pequenas propriedades, empreendimentos agroindustriais que agreguem valor à cadeia produtiva, a retomada industrial, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Neoliberalismo. Entraves. Impulsos.

ABSTRACT

WAYS AND DISCHARGES OF SOCIAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT - ANALYSIS OF THE GEOGRAPHIC SPACE OF CACHOEIRA DO SUL-RS

Author: Henrique Rudolfo Hettwer
Advisor: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

This work presents a bibliographical and empirical dialectic study about the social and economic development of the geographic space of Cachoeira do Sul-RS, from a local-global perspective, especially in the period 1970-2018, under liberal rule. For this, subsidized by a vast theoretical foundation, there was the conceptual discussion about development and its theoretical aspects in the world and in the Brazilian context. Dialectically, they were lifted up social data and economical officials - employability, income generation, schooling, population dynamics, economic structure, land use - that sought to diagnose the reality of the municipality, sometimes in comparison with other cities (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Lajeado, Santa Cruz do Sul and Venâncio Aires). This survey demonstrated the worrying economic fragility of Cachoeira do Sul, with low employment and income generation, and also demonstrated an important migratory phenomenon in the decades from 1970 to 2018, distinct from the other cities surveyed. To illustrate the economic fragility of the city, there was also the analysis of the basic consumption of the product supply in supermarket chains in the city, which exposed the low consumption of local products, the penetration of several products from neighboring cities and the presence about 40% of foreign products no perishable. By those information, it was analyzed the land structure of the municipal district and the supposed strength of his main economical head office, the soy, researching the effects of that culture in the geographical space of Cachoeira do Sul. To this end, it was concluded that soybean cultivation has been promoting land concentration in the last decades, with land leases and acquisitions, foreignising the production process and increasing external dependence, generating few jobs, reducing food production, repelling people, and causing various environmental damages, without even the taxation due to the culture, with the Kandir Law, which causes concentration of capital, social segregation and remittance of profits abroad, reducing the capacity of municipalities and producing states to give account of their social responsibilities. This dynamic is supported by hegemonic discourses of powerful agents such as politicians, media, business associations, which has determined the use of geographic space according to their interests and privileges. But not without provoking the contradiction of union organizations, family farmers and sustainable farmers, unemployed or underemployed, entrepreneurs, academics, youth, who witness the impacts of this spatial dynamics. In view of this, the resistant forces of the municipality are organized and seek new alternatives such as sustainable agriculture and small farms, agro-industrial enterprises that add value to the production chain, the industrial recovery, investments in research and development, even rowing against the tide.

Keywords: Development. Underdevelopment. Neoliberalism. Obstacles. Impulses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ilustração corporativa da transnacional Bunge.....	23
Figura 2 - Esquema dialético na Ciência Geográfica.....	32
Figura 3 - Esquema metodológico dialético na Geografia.....	32
Figura 4 - Etimologia da palavra desenvolvimento.....	37
Figura 5 - Mapa da ocupação econômica do território brasileiro no século XIX.....	56
Figura 6 - Mapa da divisão territorial do RS em mesorregiões.....	68
Figura 7 - Mapa com VAB Indústria e divisão regional COREDE´s.....	70
Figura 8 - Mapa da divisão regional de Cachoeira do Sul.....	71
Figura 9 - Mapa da divisão territorial do Rio Grande do Sul em 1822.....	73
Figura 10 - Oficina de Otto Mernak.....	77
Figura 11- Oficina de Otto Mernak.....	78
Figura 12 - Locomóvel.....	78
Figura 13 - Operários da Fábrica de Trilhadeiras Friedrich.....	79
Figura 14 - Realidade atual da empresa Mernak S.A. no centro de Cachoeira do Sul.....	97
Figura 15 - Realidade atual da empresa Mernak S.A. no centro de Cachoeira do Sul.....	97
Figura 16 - Mapa de uso da terra em Cachoeira do Sul.....	99
Figura 17 - Ocupação gratuita de área pública na BR 153 com plantio de soja.....	119
Figura 18 - Propaganda gratuita em área pública na BR 153.....	119
Figura 19 - Gôndolas do SupermercadoTischler durante greve dos caminhoneiros.....	124
Figura 20 - Gôndolas do SupermercadoTischler durante greve dos caminhoneiros.....	124
Figura 21 - Publicidade oficial da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul.....	143
Figura 22 - Acidentes na ERS 403, entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo.....	151
Figura 23 - Acidentes na ERS 403, entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo.....	151
Figura 24 - Escola na Vila Piquiri.....	152
Figura 25 - Obra paralisada de ginásio no Bairro Noêmia.....	153
Figura 26 - Obra paralisada de ginásio no Bairro Noêmia.....	153
Figura 27 - Porto do Rio Jacuí, em Cachoeira do Sul, no final do século XIX.....	154
Figura 28 - Mapa do modal ferroviário gaúcho por Corede.....	155
Figura 29 - Área do Porto de Cachoeira do Sul às margens do Rio Jacuí.....	156
Figura 30 - Charqueada (1878), abandonada, na área do Porto de Cachoeira do Sul.....	157
Figura 31 - Prédios abandonados de cooperativas cerealistas às margens do Rio Jacuí.....	157
Figura 32 - Estrutura subaproveitada da Companhia Estadual de Silos e Armazéns.....	158
Figura 33 - Margem do Rio Jacuí junto à cidade com poucos empreendimentos.....	158
Figura 34 - Palestra do Secretário de Turismo de Bento Gonçalves.....	160
Figura 35 - Casa do Artesão de Bento Gonçalves.....	160
Figura 36 - Visita técnica à Vinícola Aurora.....	161
Figura 37 - Visita técnica à Vinícola Aurora.....	161
Figura 38 - Termelétrica de São Sepé com uso de casca de arroz.....	162
Figura 39 - 24ª Vigília do Canto Gaúcho – 31/10/2014 e 01/11/2014.....	165
Figura 40 - Ponte de Pedra (1849) na localidade de Forqueta.....	166
Figura 41 - Museu Municipal de Cachoeira do Sul.....	166
Figura 42 - Praia Nova, Rio Jacuí, em Cachoeira do Sul.....	167
Figura 43 - Sede da Uergs na cidade.....	168
Figura 44 - Trabalho de campo na estação experimental Uergs.....	168
Figura 45 - Mobilização pela universidade no centro de Cachoeira do Sul.....	170
Figura 46 - Debate com professores da Ufsm e estudantes de ensino médio.....	170
Figura 47 - Obras do campus da Ufsm-Cachoeira do Sul.....	171
Figura 48 - Visita técnica a Divinut em 8/11/2018.....	172

Figura 49 - Visita técnica a Divinut em 8/11/2018.....	172
Figura 50 - Produtos da Divinut – Nozes em pedaços grandes e noz moída fina.....	173
Figura 51 - Olivas do Sul.....	173
Figura 52 - Bosque Olivos e o cultivo integrado de oliveiras e piscicultura.....	174
Figura 53 - Piscicultura no Bosque Olivos.....	175
Figura 54 - Desenvolvimento de técnicas com armadilhas para insetos.....	175
Figura 55 - Visita técnica a Indústria de Linguiças Tallowitz em 08/11/2018.....	177
Figura 56 - Silo armazenador da Horbach.....	178
Figura 57 - Betoneira 400 L da Horbach.....	178
Figura 58 - Centro tecnológico da CST Provedor de Internet.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características do público estudantil entrevistado.....	35
Tabela 2 - Taxas de crescimento da economia gaúcha (médias anuais).....	58
Tabela 3 - Participação estadual no produto industrial do Brasil 1907/1979 em %	59
Tabela 4 - Perfil da indústria por estado – Rio Grande do Sul.....	61
Tabela 5 - Participação do PIB e do Valor Adicionado Bruto por atividade nas mesorregiões do RS em % – 2010/2013.....	68
Tabela 6 - Algumas realizações da Revolução de 30.....	74
Tabela 7 - Dados do município de Cachoeira do Sul – 1956.....	80
Tabela 8 - Balança comercial brasileira – Principais produtos importados 2018.....	93
Tabela 9 - Balança comercial brasileira – Principais produtos exportados 2018.....	94
Tabela 10 - Estrutura etária da população 1991/2000/2010 de Cachoeira do Sul–RS.....	100
Tabela 11 - Vulnerabilidade social de Cachoeira do Sul 1991/2000/2010.....	102
Tabela 12 - Renda, pobreza e desigualdade de Cachoeira do Sul 1991/2000/2010.....	103
Tabela 13 - Participação das atividades econômicas no PIB de Cachoeira do Sul - 2000/2015.....	103
Tabela 14 - Total de empregos formais – Cachoeira do Sul – Janeiro de 2018.....	104
Tabela 15 - Número de estabelecimentos rurais e respectivas áreas em Cachoeira do Sul....	110
Tabela 16 - Ocupação da terra por número de estabelecimentos e área correspondente.....	112
Tabela 17 - Evolução do número de cabeças da pecuária em Cachoeira do Sul 1995/2017..	112
Tabela 18 - Variação de uso da terra entre Fevereiro/2018 e Abril/2018.....	113
Tabela 19 - Evolução do número de estabelecimentos produtores por tipo de cultura vegetal no período 1995/2017.....	114
Tabela 20 - Destinos da exportação de Cachoeira do Sul e principais produtos.....	116
Tabela 21 - Repasse de ICMS aos municípios no ano de 2017.....	117
Tabela 22 - Setores econômicos dos EUA e Brasil.....	139
Tabela 23 - IDEB 2015 de municípios gaúchos.....	149
Tabela 24 - Atlas Esgotos de municípios gaúchos.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da dívida externa brasileira 1968-1989 em bilhões de dólares.....	60
Gráfico 2 - Estrutura do VAB do RS por setores de atividade em 2015 (%).....	62
Gráfico 3 - Crescimento da indústria de transformação 1929-1939.....	75
Gráfico 4 - Evolução percentual da receita bruta das multinacionais no PIB brasileiro em bilhões de dólares no período 1995-2005.....	86
Gráfico 5 - Comparativo de relação de empregos em percentual entre multinacionais e empresas brasileiras em 2005.....	87
Gráfico 6 - Evolução das remessas de lucros das multinacionais aos países de origem em bilhões de dólares.....	88
Gráfico 7 - Orçamento federal executado em 2018 - % sobre total R\$ 2,621 trilhões.....	90
Gráfico 8 - Pessoal ocupado no universo populacional dos municípios em %.....	107
Gráfico 9 - PIB per capita dos municípios em R\$.....	108
Gráfico 10 - População com rendimento nominal mensal per capita de até ½ sal. mín.....	108
Gráfico 11 - Tamanho médio de propriedades rurais de municípios em ha de 2006-2017....	111
Gráfico 12 - Valor per capita de repasses de ICMS em 2017 por município (em R\$).....	118
Gráfico 13 - Evolução do número de habitantes de Lajeado 1970-2018.....	128
Gráfico 14 - Evolução do número de habitantes de Santa Cruz do Sul 1970-2018.....	128
Gráfico 15 - Evolução do número de habitantes de Venâncio Aires 1970-2018.....	129
Gráfico 16 - Evolução do número de habitantes de Bento Gonçalves 1970-2018.....	129
Gráfico 17 - Evolução do número de habitantes de Caxias do Sul 1970-2018.....	130
Gráfico 18 - Evolução do número de habitantes de Cachoeira do Sul 1970-2018.....	130
Gráfico 19 - Pergunta 1.....	133
Gráfico 20 - Pergunta 2.....	134
Gráfico 21 - Pergunta 3.....	134
Gráfico 22 - Pergunta 4.....	135
Gráfico 23 - Pergunta 5.....	135
Gráfico 24 - Pergunta 6.....	136

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONCEITOS E METODOLOGIA	19
2.1	ESPAÇO GEOGRÁFICO E REGIÃO.....	19
2.2	MÉTODO MATERIALISTA, HISTÓRICO E DIALÉTICO.....	28
2.3	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	33
2.3.1	Fundamentação teórica	33
2.3.2	Análise do espaço geográfico de Cachoeira do Sul na perspectiva espaço-tempo em escala local-global	33
2.3.3	Aplicação de questionários à população jovem	35
2.3.4	Entrevistas exploratórias e trabalho de campo	36
2.3.5	Relatório conclusivo	36
3	DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	37
3.1	O QUE É DESENVOLVIMENTO?.....	37
3.2	DESENVOLVIMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	41
3.3	DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA PLENA.....	47
3.4	DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO EXÓGENO.....	49
3.5	DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO.....	52
3.6	O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	56
3.7	REGIÃO, REGIONALISMO E GLOBALIZAÇÃO.....	62
4	CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA DA ÁREA DE ESTUDO	67
4.1	O CONTEXTO REGIONAL.....	67
4.2	A HISTORICIDADE DE CACHOEIRA DO SUL E O CONTEXTO NACIONAL.....	72
4.3	INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE CACHOEIRA DO SUL.....	98
4.4	COMPARATIVO DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	106
4.5	IMPACTOS DA CRESCENTE CONCENTRAÇÃO DE TERRA.....	109
4.6	EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL SOBRE O CONSUMO BÁSICO DE CACHOEIRA DO SUL.....	121
4.7	A DIÁSPORA CACHOEIRENSE NO PERÍODO 1970-2018.....	125
4.8	A APREENSÃO DA JUVENTUDE.....	132
5	ENTRAVES E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO	137
5.1	ALGUNS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO	137
5.1.1	A concentração fundiária e o discurso da vocação agrícola monocultora	137
5.1.2	A controversa relação da gestão pública com o desenvolvimento	142
5.1.3	A precarização do serviço público e a escassez de investimentos	147
5.2	PULSOS DE DESENVOLVIMENTO.....	159
5.2.1	Exemplo do município de Bento Gonçalves	159
5.2.2	Incentivos à cadeia produtiva do arroz com agregação de valor	162
5.2.3	Uso pleno, integrado e sustentável do Rio Jacuí	164
5.2.4	Incentivo a cadeia econômica do turismo	165
5.2.5	A consolidação e a ampliação do polo educacional	167
5.2.6	Agregação de valor aos produtos primários	171
5.2.7	Fomento à indústria metalmeccânica: o caso da Indústria Horbach	177
5.2.8	Incentivo a empreendimentos de tecnologia da informação: o caso da CST Provedor de Internet	178
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
8	APÊNDICE	197

1 INTRODUÇÃO

Aos olhos da Terra

Toda força desta vida
 Vem da terra que palpita
 No seio do coração
 É seiva que vem do chão
 E se transforma em paixão
 Cicatrizando feridas

O pão que madruga os fornos
 Misturado ao apoio
 Escorrido na mangueira
 Traz na sequência dos dias
 A verdade mais antiga
 Que o campo é a mesa do povo

O braço que estende laços
 A força destes cavalos
 É pasto verde, é arado
 Plantando o aço do corpo
 É o sal das sangas do rosto
 Junto aos rebentos semeados

Toda escassez que maltrata
 É injustiça que abarca
 Nos recintos do improviso
 Onde os senhores do vício
 Fazem planos e ofícios
 Com insensatez de gravata

A dor que mexe com a gente
 É que a cultura indigente
 Anda pedindo socorro
 A terra morre de fome
 Pra alimentar sobrenome
 Que germinam inconsequentes

A coragem deste canto
 Surgiu aos olhos da terra
 Como se ela criasse
 A construção do poema
 E reclamasse suas penas
 Porque todos vivem dela. (Luis Marengo)

O estudo que se apresenta é uma busca pela reflexão crítica, despida de passionalidade e parcialidade, que não se limita à análise da querida e amada terra natal, morada de brava gente, Cachoeira do Sul. É a busca da percepção da angústia de multidões de pessoas, despossuídas e segregadas, aflitas por um melhor destino, de parte significativa dos municípios gaúchos e brasileiros. É a análise científica dos dados sociais e econômicos para explicar causas, efeitos e alternativas ao desenvolvimento deste e de outros tantos municípios, sem jamais desconsiderar a totalidade e suas imposições neste embate, na dinâmica espaço-tempo.

O desenvolvimento socioespacial é tema importante da Geografia. A ciência é um saber estratégico que deve estar a serviço de todos. Por isso, é preciso que a população disponha também desse saber estratégico para que possa melhor se organizar e se defender. (Lacoste, 1993). Sendo o conteúdo do espaço o mesmo da sociedade: a luta de classes, conforme Moreira (1994), o objeto central deste trabalho é a análise do desenvolvimento social e econômico do espaço geográfico de Cachoeira do Sul, na dinâmica espaço-tempo do século XX e início do século XXI, refletindo sobre as transformações ocorridas nos últimos 50 anos, percebendo os impactos sociais do modelo econômico vigente no município, em comparação com outras realidades na Mesorregião¹ do Centro Oriental Riograndense e no estado do Rio Grande do Sul, num contexto conjuntural de vigência de vertentes diferenciadas de desenvolvimento.

Em 1940, a população de Cachoeira do Sul era de 83.729 pessoas, sendo o 38^a município mais populoso do Brasil. O Brasil possuía a população de 94.508.583 pessoas em 1970. Passados 40 anos, a população brasileira quase que exatamente duplicou, passando para 190.755.799 habitantes em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por outro lado, o município de Cachoeira do Sul, em 1970 tinha 94.261 habitantes e, em 2010, a população decresceu para 83.827 pessoas, com estimativa de maior diminuição para 82.547 habitantes em 2018. Se fosse empregada a mesma proporção de crescimento nacional, o município teria, em 2010, aproximadamente 189.000 habitantes.

O que provocara tamanha retração populacional no espaço geográfico de Cachoeira do Sul? O que teria abalado a população? Sendo as taxas de fecundidade assemelhadas ao restante dos municípios brasileiros, quais seriam então os motivos de tamanho êxodo? Este estudo parte de um testemunho pessoal de haver tido que migrar em busca de melhores oportunidades, juntamente com dezenas de amigos e conhecidos que dispersaram-se pelo país no início da década de 1990. Percorrendo o Brasil como líder estudantil, interessado pela Geografia, defendendo o desenvolvimento econômico e social, em lutas com o geógrafo Aziz Ab'Saber contra a privatização da Vale do Rio Doce, por exemplo, conhecendo diversas realidades e retornando reiteradamente à cidade natal, as comparações eram inevitáveis ao longo dos anos. Voltando a residir no município em 2014, como professor de Geografia das redes estadual e municipal, assistindo esse processo migratório e a ausência de oportunidades perpetuarem-se,

¹Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Disponível em <http://www.geografia.seed.pr.gov.br> em 20/04/2018.

aprofundaram-se as inquietudes e indagações sobre os padrões de desenvolvimento regional. As respostas a essa questão são diversas, mas algumas reflexões e análises que subsidiam a hipótese instigaram o aprofundamento dessa inquietude. A partir desta inquietação foram realizadas outras análises que vão apresentando contradições e insuficiências no modo de ocupação do espaço geográfico, à luz de um contexto histórico e conjuntural. Estudos preliminares demonstraram que havia uma estranha realidade socioeconômica no município, percebida através de decrescentes índices demográficos, concentração fundiária, crescente desemprego industrial, PIB (Produto Interno Bruto) per capita reduzido, elevadas taxas de desocupação da população economicamente ativa (PEA), dentre outros aspectos abordados posteriormente, que justificaram amplamente a relevância deste projeto de pesquisa.

Assim, o objetivo central foi analisar o desenvolvimento do espaço geográfico de Cachoeira do Sul-RS nas últimas cinco décadas e as concepções políticas e ideológicas hegemônicas no contexto histórico e conjuntural.

Especificamente, objetivou-se:

1. Definir e caracterizar dialeticamente as categorias geográficas eleitas para a análise conceitual e epistemológica do desenvolvimento;
2. Analisar a definição filosófica, a gênese e a diversidade conceitual do desenvolvimento, bem como seus antagonismos, no espaço-tempo e na região;
3. Contextualizar o desenvolvimento econômico e social de Cachoeira do Sul no espaço-tempo diante da dinâmica das conjunturas nacional e regional e sua relação local-global, especialmente nas últimas cinco décadas;
4. Caracterizar o espaço geográfico de Cachoeira do Sul através de sua historicidade e indicadores de desenvolvimento: populacionais, sociais e econômicos, contextualizando-os e contraditando-os com outras localidades na Mesorregião Centro Oriental Riograndense e os municípios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, descortinando os entraves para um desenvolvimento de cidadania plena;
5. Identificar os discursos que hegemonizam a ocupação do espaço geográfico de Cachoeira do Sul nas últimas cinco décadas demonstrando a assimilação e suas contradições, questionando a eficácia do modelo político e econômico de desenvolvimento vigente e as políticas públicas decorrentes dele, para propor uma reflexão acerca de alternativas de desenvolvimento ao município.

Inicialmente, no segundo capítulo, após esta introdução, tratou-se da fundamentação teórica acerca do método adotado, o materialismo histórico e dialético, para analisar as

categorias geográficas eleitas, o espaço geográfico e a região. Com essa conceituação foi criada a metodologia de trabalho aplicada.

O capítulo 3 foi dedicado a destaques da diversidade conceitual do desenvolvimento, refletindo sua gênese epistemológica, os fundamentos modernos do termo, com distintas concepções históricas e ideológicas, contraditórias, que distinguem os países, trazidas ao contexto dos séculos XX e XXI. Destaca-se a supremacia neoliberal contemporânea no espaço geográfico brasileiro e na região e as transformações do espaço geográfico de Cachoeira do Sul.

A seguir, em outro capítulo, apresenta-se a caracterização da área de estudo, na escala local-global, contextualizando o município com as múltiplas determinações de agentes diversos nacionais e internacionais e sua influência em Cachoeira do Sul. Analisam-se diversos índices sociais e econômicos no espaço-tempo e em comparação com outras realidades municipais para questionar o modelo de desenvolvimento in voga e as escolhas econômicas. Notam-se contrastes significativos que sugerem limites ao desenvolvimento social e econômico.

No capítulo 5 apontam-se entraves ao desenvolvimento colhidos após a verificação de dados e a análise de discursos contidos em agentes poderosos e locais através de coleta de entrevistas na imprensa, manifestos e realizadas junto a empresários, políticos, intelectuais, sindicalistas. Alguns desses entraves são expostos e discutidos para trazer a reflexão sobre os limites do desenvolvimento regional.

Por outro lado, mesmo diante de obstáculos, no capítulo 6, demonstra-se que há segmentos sociais e econômicos que mobilizam forças para superar as dificuldades hegemônicas e retrógradas, com criatividade e muita coragem, enfrentando grandes desafios, sem o devido apoio, mas com sucesso e apontando novos caminhos, coletivistas, integradores e emancipadores.

2 CONCEITOS E METODOLOGIA

As categorias geográficas adotadas para a análise da problemática proposta foram espaço geográfico e região. Como metodologia adotou-se o materialismo histórico e dialético para proporcionar a discussão acerca do desenvolvimento social e econômico de Cachoeira do Sul.

2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E REGIÃO

Com o advento da Geografia crítica nas décadas de 1960-1970, que incorporara em suas análises as leis da dialética materialista como pressupostos, surgira também na ciência uma categoria amalgamada nestes novos paradigmas: o espaço geográfico, ou “espaço social”, conceito atribuído a Lefebvre (2013).

A concepção do espaço como produto social não se constituía sem dificuldades; em outras palavras, sem uma problemática em parte nova e imprevista. Não designando um "produto" qualquer, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, tal conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. Como dizia Hegel, um conceito só emerge quando o que ele designa, ameaçado, aproxima-se de seu fim - e de sua transformação. O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os "produtos", senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira, produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2013, p.125)

Santos (1988) assinala que o espaço deve ser considerado como uma totalidade, sendo própria da sociedade que lhe serve como agente. Uma das fontes mais frequentes de dúvida entre os estudiosos do tema parece ser o próprio conceito de espaço, esclarecido a seguir.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 1988, p. 12)

Para Lefebvre (1999), há um intenso processo de transformação em que o espaço revela sua natureza: “a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do espaço-tempo.” (LEFEVBRE, 1999, p. 48)

É o espaço, portanto, uma categoria fundamentada na dialética, cabendo a ela abarcar tamanha cientificidade, complexidade e alcance, numa relação intrínseca com a sociedade e o tempo.

Não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas. Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo. isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. (SANTOS, 2006, p. 71)

No espaço-tempo, as necessidades humanas demandaram constantes superações nos modos de vida, proporcionados pelo desenvolvimento da técnica. A dialética do espaço foi possibilitada pela técnica, sua apropriação e desenvolvimento.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 2006, p. 16)

Para esclarecer ainda mais a categoria, ressalta-se uma referência de Ruy Moreira (apud Corrêa, 2000).

Imagine um ginásio esportivo polivalente. A quadra está organizada para ali realizarem-se jogos de vôlei, basquete e futebol de salão. Para cada esporte (atividade), a quadra (superfície da Terra) tem um zoneamento específico (regiões), áreas limitadas por linhas onde há certas restrições ou penalidades. Para cada jogo, há regras (leis, códigos morais) e um juiz (aparelho repressor). Cada jogador (agente realizador de uma atividade) tem uma posição dentro da quadra (localização da atividade) e há caminhos a serem percorridos pelo jogador e a bola (fluxos, materiais ou não). Em outras palavras, para cada esporte existe uma organização espacial específica. Na quadra polivalente, no entanto, cada modalidade é praticada de uma vez, não sendo possível a sua prática simultânea. A organização espacial global, ao contrário, consiste na simultaneidade das específicas. Como se na quadra polivalente estivessem sendo praticados ao mesmo tempo os três mencionados esportes. Para que

esta globalidade da organização espacial se verifique torna-se necessário um certo nível de compatibilidade entre os agentes modeladores da organização espacial. (CORRÊA, 2000, p. 32)

No início do século XXI, com o declínio do socialismo, emerge um espaço do capital, em que este se apropria dos meios de produção, orchestra e explora as relações de trabalho, sequestra o Estado, segrega o espaço social com sua centralização e periferização de processos e pessoas, absorve industrialmente e aleatoriamente os recursos naturais para reconstituí-los em mercadorias para largo, temporário e lucrativo consumo. Para Goldenstein e Seabra (1983), no caso brasileiro a divisão territorial do trabalho é controlada pelo hegemonismo do capital através de seus setores de produção mais avançados, hierarquicamente subordinados ao capital monopolista internacional.

Nesse contexto, há as disparidades regionais, sejam entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou internamente entre regiões de um mesmo país ou ainda em regionalizações pormenorizadas. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, é visível a diferença do desenvolvimento regional da metade sul do estado e a região nordeste, com características naturais e culturais diferentes, e distinta constituição de suas matrizes produtivas.

É no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a partir do século XV. Sob a égide do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais nítidos, quais sejam: a) a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali; b) o desenvolvimento dos meios e a combinação das relações e técnicas de produção de produção originadas em momentos distintos da história, que definem o como se realizará a produção; c) a ação do Estado e da ideologia que se especializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles; d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital. A questão do desenvolvimento é bastante teorizada na perspectiva espacial da região, em escalas menores e maiores, numa correlação dialética local-global, pois seriam superficiais os estudos regionais que contemplassem tão somente os aspectos locais, como também as teorias gerais padeceriam de ausência de uma análise concreta de impactos nos lugares e regiões. (CORRÊA, 2000, p.24)

Assim, o capital de livre circulação, com a globalização e redução do Estado, ia moldando o espaço geográfico de acordo com seus interesses, inflando ou murchando potencialidades regionais, a despeito da vontade das pessoas.

Considerando o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações (Santos, 1985), temos que estas estarão sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo dos valores atribuídos a cada lugar e às atividades e pessoas presentes. (SANTOS, 2014, p. 150)

Para Corrêa (2000), produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social, "consequência do trabalho e da divisão do trabalho", conforme aponta Lefebvre. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra. Como o trabalho social e a sua divisão se dão em um determinado tipo de sociedade com certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e um modo dominante de suas relações, a organização espacial resultante refletirá estas características básicas da sociedade. Refletirá o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. E como estas últimas vão traduzir-se em classes sociais e seus conflitos, a organização espacial as espelhará.

A organização espacial global resulta da superposição de diferentes organizações espaciais específicas, como o quadro procura mostrar. Para cada uma delas existe pelo menos uma proposição teórica, via de regra acrítica, que procura dar conta da espacialização de um dos aspectos da totalidade social. Assim, entre outras, foram elaboradas teorias: a da localização industrial, a do uso agrícola, a do uso urbano, a das localidades centrais ou a da evolução da rede de transportes. (CORRÊA, 2000, p. 32)

O espaço contemporâneo é o espaço da propriedade privada, posta em altar com a redução do Estado e com o colapso das principais experiências socialistas no mundo, numa dura e desigual luta de classes.

A relação da propriedade privada compreende o juro do seu capital. O trabalhador é a manifestação subjetiva do fato de que o capital é o homem absolutamente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação objetiva do fato de que o trabalho é o homem integralmente perdido para si próprio. Apesar disso, o trabalhador tem o infortúnio de ser um capital vivo e, conseqüentemente, com necessidades, que em cada momento em que não trabalha perde os seus juros e, portanto, a existência. (MARX, 2006, p. 123)

No início do século XXI, diante da etapa monopolista do capital, há a concentração em poucas mãos dos meios de produção, fundidos no capital bancário, representados por poucas corporações que se espalham pelo planeta controlando governos, pautando discursos nos meios de comunicação, apropriando-se do espaço geográfico desde os lugares mais remotos e seus recursos às suas estruturas logísticas. Segundo Moreira (1994), a dialética do capital, seu móvel e objetivo é, tão somente, a acumulação de capital. "Para o capital os homens só existem enquanto homens para o capital." (MOREIRA, 1994, p.95)

O capitalismo monopolista tem como expoentes de dominação algumas poucas e concentradoras transnacionais que capilarizam sua ação no espaço geográfico, tal como lembra Corrêa (2000) citando o caso concreto da Bunge, ilustrado na Figura 1.

Vejamos alguns exemplos concretos. Um deles é dado pela corporação multinacional Bunge y Bom. No Brasil, atua nos setores de óleos vegetais, farinha de trigo, rações, adubos, produtos químicos, tecidos, cimento, seguros etc., através de empresas como Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.), Samrig (S.A. Moinho Rio Grandense), Moinho Fluminense S.A. Indústrias Gerais, S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, Quimbrasil (Química Industrial Brasileira S.A.), Serrana S.A. de Mineração, Tintas Coral S.A., Fábrica de Tecidos Tatuapé S.A., Santista Indústria Têxtil do Nordeste S.A., Cimbage (Cimento, Mineração Bagé S.A.) e Vera Cruz Seguradora S.A., entre outras, em um total de aproximadamente 20 empresas, algumas das quais, como a Sanbra, possuindo numerosos estabelecimentos filiais. A corporação emprega milhares de pessoas e manipula anualmente outras tantas toneladas de matérias-primas e produtos acabados. Atuando em todo o território nacional, a Bunge y Bom atribui a cada uma de suas áreas ou pontos um papel diferenciado, segundo suas possibilidades e os interesses da corporação. A divisão territorial do trabalho é assim influenciada por ela, que tem, por sua vez, a sua própria organização espacial: escritórios nacionais, regionais e locais, usinas de beneficiamento, depósitos, minas e fábricas. (CORRÊA, 2000, p. 34)

Figura 1 – Ilustração corporativa da transnacional Bunge

Bunge Limited, fundada em 1818, com sede em White Plains, New York, EUA



A Bunge está entre as maiores processadoras de cana do Brasil e entre as líderes globais no comércio e distribuição de açúcar.

A Bunge é líder global no processamento e comercialização de oleaginosas. É a maior exportadora do agronegócio do Brasil e a terceira em todos os setores.



Presente em aproximadamente 85 mil pontos de vendas, a Bunge é líder nacional nos mercados de óleos, gorduras vegetais, farinhas e pré-misturas para panificação.

Fonte: www.bunge.com.br

Org.: Hettwer, 2018

O espaço social é o espaço vivido, percebido e concebido, conforme conceituara Lefebvre. Quem nele vive são as populações, que o percebem e promovem suas identidades;

mas quem o concebe? Como melhor perceber este espaço numa perspectiva emancipatória para os que nele vivem e compreender em que condições vivem nele?

Moraes (2002) sugere um recorte nacional para analisar este espaço diante de parâmetros econômicos, históricos ou culturais, podendo precisar alguns pontos como as explicações sobre a relação entre a sociedade e a natureza e a sociedade e o espaço, em diferentes escalas; os discursos acerca da mobilidade populacional no espaço, os assentamentos e as migrações; as obras de descrição de áreas com a formação das identidades locais e regionais; bem como os escritos que diretamente tematizam o território, sua organização, sua gestão, sua transformação, suas contradições.

No Brasil, mesmo analisando o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento, diversos pensadores, dentre os quais se destaca Celso Furtado, teve seus estudos também permeados de referências à questão das desigualdades regionais, pois o capital, com sua natureza concentradora-segregadora, produz no espaço geográfico nacional as desigualdades que identificamos em escala planetária. Com essa preocupação foram desenvolvidas políticas de intervenção do Estado para desenvolver as regiões mais necessitadas em específicas políticas públicas, como, por exemplo, a criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e as obras contra a seca. O IBGE também desenvolve estudos do Brasil, significando e ressignificando o espaço geográfico em regiões, em menores e maiores escalas, subsidiando o Estado e a sociedade de saberes acerca de análises quantitativas e qualitativas para delinear a intervenção qualificada no espaço.

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2013, p. 29)

O espaço geográfico brasileiro já teve maiores preocupações de desenvolver as forças produtivas nacionais do que submissões estrangeiras, o que repercutiu em seu desenvolvimento econômico e social no século XX. Com o “globalitarismo”, assistimos ao desaparecimento do Estado e da economia de capital nacional. Segundo Santos (2009) há uma dialética interna neste espaço geográfico que inclui atores com diferentes perfis e interesses dentro de cada região, estabelecendo alianças e acordos, bem como contratos sociais que refazem a hegemonia.

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de

classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 1981, p. 29)

Na globalização neoliberal, segundo Markusen (2005), as decisões empresariais conformam tanto a distribuição inter-regional da atividade econômica quanto a qualidade e natureza do trabalho dentro das regiões. Geralmente, as determinações econômicas desta dinâmica têm sua sede fora da região e seus processos frequentemente escapam ao controle dos principais interessados, o que leva à tomada gradativa de consciência pela sociedade local de que lhe escapa a palavra final quanto à produção local do valor.

Nessas circunstâncias, a cidade ganha uma nova dimensão e um novo papel, mediante uma vida de relações também renovada, cuja densidade inclui as tarefas ligadas à produção globalizada. Por isso, a cidade se torna o lugar onde melhor se esclarecem as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos “fragmentos” do território com o país e com o “mundo”. Esse papel de encruzilhada agora atribuído aos centros regionais da produção agrícola modernizada faz deles o lugar da produção ativa de um discurso (com pretensões a ser unitário) e de uma política com pretensão a ser mais que um conjunto de regras particulares. Todavia, tais políticas acabam, no longo prazo e mesmo no médio prazo, por revelar sua debilidade, sua relatividade, sua ineficácia, sua não-operacionalidade. O que reclamar do poder local vistos os limites da sua competência; que reivindicar aos estados federados; que solicitar eficazmente aos agentes econômicos globais, quando se sabe que estes podem encontrar satisfação aos seus apetites de ganho simplesmente mudando o lugar de sua operação? (SANTOS, 2009, p. 95)

No orquestramento do capital monopolista no espaço geográfico, multiplicam-se as multidões de despossuídos que perambulam à própria sorte, abandonados por um Estado expropriado, numa luta desigual para atender seus clamores e necessidades. Para Corrêa (2011) a produção do espaço não é o resultado da mão invisível do mercado, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge das relações sociais.

É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43)

Caio Prado Jr (2008) em sua obra clássica “História econômica do Brasil” analisa o país através de suas faces regionais, definindo o desenvolvimento diferenciado de cada uma das regiões brasileiras, num país-arquipélago, referindo-se ao início do século XX. O mesmo ocorre com parte significativa dos estudos monográficos brasileiros que discutem temas regionais sem desfazer suas conexões dialéticas com o global, com o espaço geográfico e as dinâmicas globais que influenciam os lugares e regiões.

O conceito de desenvolvimento local implica algo que é, ao mesmo tempo, verdadeiramente complexo e vago: em contraposição ao pano de fundo da crescente consciência da incapacidade dos modelos tradicionais de análise do desenvolvimento regional, busca-se dar sentido ao papel central (nos processos contemporâneos de desenvolvimento) de uma entidade intermediária entre o ator (a empresa, em particular) e o sistema como um todo, em relação ao qual o sistema local exprime tanto um espaço para cooperação entre atores quanto sua imersão em um dado contexto territorial, do qual extraem recursos e soluções competitivas que não são facilmente reproduzíveis. (CONTI, 2005, p. 211).

A palavra região tem caráter ideológico pois é instrumento recorrente de manipulação política, e guarda ainda um sentido afetivo de pertencimento e identidade, segundo Lencioni (2009).

A ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e local. Pensando nesse movimento mediador, procuramos demonstrar que a ideia de região, como parte de uma totalidade, tanto quanto o conhecimento geográfico, estão presentes em todas as sociedades. Isso porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. Significa perceber o espaço circundante como ordem próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante. (LENCIONI, 2009, p. 198)

Concretamente, nas regionalizações do espaço a Geografia atribui exame mais específico, numa escala menor, na relação local-global, muitas vezes para melhor entender os processos de transformação do espaço geográfico e melhor conceber essa relação.

Rosa Maria Godoy Silveira fez uso conjunto do conceito gramsciano de *Bloco Histórico – do qual parte o discurso e o argumento regionalista* – e da concepção marxista de Espaço – da qual deriva a noção de região para o capital -, para o estudo do regionalismo nordestino. Para ela, enquanto “o primeiro conceito possibilita caracterizar o espaço representado da fração de classe que formula a representação, o segundo possibilita apreciar o espaço real a partir do qual se elabora a representação.” (1984, p.55). A região, pensada a partir dessa relação, é mais do que uma área delimitada pelo agrupamento de elementos em diferenciação com outras áreas. É, assim como no sentido etimológico do termo, ou melhor: de um particular domínio. Resulta desta última observação que, de forma mais abrangente que a relação “região-regionalismo” sob a hegemonia do capital, a apropriação e o domínio do espaço pela humanidade sejam o ponto de partida para compreendermos esse modo de diferenciação do espaço. (HEIDRICH, 2000, p. 22)

A regionalização brasileira foi bastante modificada em consequência das transformações ocorridas no espaço geográfico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960; uma nova divisão em Macrorregiões foi elaborada em 1970, introduzindo conceitos e métodos reveladores da importância crescente da articulação econômica e da estrutura urbana na compreensão do processo de organização do espaço brasileiro, do que resultaram as seguintes

denominações: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste, que permanecem em vigor.

Quanto às divisões regionais produzidas em escala mais detalhada, o IBGE delimitou, em 1945, a divisão do país em Zonas Fisiográficas, pautada predominantemente nas características do meio físico como elemento diferenciador do quadro regional brasileiro. Tal divisão representou não só um período no qual se tornava necessário o aprofundamento do conhecimento do território nacional, como, conceitualmente, reafirmava o predomínio, em meados do século XX, da noção de “região natural” na compreensão do espaço geográfico, em um momento em que a questão regional ainda era entendida, em grande medida, como diferenças existentes nos elementos físicos do território. Essa regionalização perdurou até 1968, quando foi feita nova proposta de divisão regional denominada Microrregiões Homogêneas, definidas a partir da organização do espaço produtivo e das teorias de localização dos polos de desenvolvimento, identificando a estrutura urbano-industrial enquanto elemento estruturante do espaço regional brasileiro. (IBGE, 2012²)

Em 1976, dada a necessidade de se ter um nível de agregação espacial intermediário entre as Grandes Regiões e as Microrregiões Homogêneas, foram definidas as Mesorregiões por agrupamento de Microrregiões. Finalmente, em 1990, houve a atualização da divisão regional do Brasil em Microrregiões Geográficas, tendo por base um modelo conceitual fundamentado na premissa de que o desenvolvimento capitalista de produção teria afetado de maneira diferenciada o território nacional, com algumas áreas sofrendo grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras se manteriam estáveis ou apresentariam problemas acentuados.

A princípio, uma caracterização genérica do conceito de região remete-nos à realidade da diferenciação do espaço decorrente da sua apropriação e da materialização de singularidades resultantes da transformação desse espaço pelo seu uso como habitat, como condição de sobrevivência e reprodução social. O regionalismo, por sua vez, refere-se às posturas de “defesa” de sua respectiva região, assumidas em âmbito “coletivo” e que podem variar suas abrangências, desde aquelas restritas à particularidade de um fenômeno antropológico até as que se caracterizam pela universalidade do fato histórico. A região, do ponto de vista desta relação, é a parcela do espaço sujeita a uma ação regionalista. (HEIDRICH, 2000, p. 22)

A região é a representação do todo do espaço geográfico. Para Harvey (2005) o desenvolvimento regional se relaciona ao que ele denomina de coerência regional, enquanto

² Metodologia do IBGE disponível em www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0

produto histórico das relações entre os diversos atores (o capital, o Estado e as diferentes classes sociais) em disputa pelo espaço, que resulta em um dado arranjo, uma dada organização do espaço social, constituindo uma dada regionalização.

2.2 MÉTODO MATERIALISTA, HISTÓRICO E DIALÉTICO

O método dialético foi sistematizado na Grécia Antiga, desde contribuições dos filósofos pré-socráticos. Com seu desenvolvimento, foi-lhe incrementada a ideia de movimento, de Heráclito. Para Foulquié (1979), a palavra “dialética” vem do grego. O prefixo “dia” dá ideia de reciprocidade ou de troca: *dialegein* é trocar palavras ou razões, conversar ou discutir. Daí o substantivo *dialectike*, a arte da discussão.

Sócrates, por sua vez, utilizou-se da ironia e da maiêutica de maneira dialética para por em xeque ideias tornadas absolutas que requeriam contestação e maior aprofundamento, tal como nos mostra o esquema: TESE x ANTÍTESE = SÍNTESE. Segundo Aristóteles, todas as coisas determinadas são potencialidades; os movimentos das coisas são potencialidades que estão se atualizando, isto é, são possibilidades que estão se transformando em realidades efetivas. “Dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão.” (KONDER, 2008, p.7)

Após o período dogmático da Idade Média, a retomada do desenvolvimento da ciência e da dialética deu-se com o Renascimento e o Iluminismo.

Na concepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. (KONDER, 2008, p. 8)

Em Kant (1989), a dialética consiste nos sofismas que a razão cria quando atribui realidade objetiva a alguns objetos como alma, mundo e Deus, sem dispor de qualquer experiência. Nessa perspectiva, a antinomia representa uma inferência sofisticada, pois consiste na situação em que a razão se encontra quando pretende apreender o “conceito transcendental da totalidade absoluta da série de condições de um fenômeno dado em geral”.

Para Hegel (1992), o motor de toda transformação é a luta dos contrários. Sua concepção dialética era idealista: a natureza e a história humanas não eram mais do que uma manifestação, uma revelação da ideia incriada. A superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e

a elevação dela a um nível superior. Os fundamentos hegelianos são de uma dialética puramente espiritualista em que é o pensamento que cria a realidade, sendo a realidade a manifestação exterior da ideia.

Kant elevou muito mais a dialética – e isto constitui um de seus maiores méritos – ao quitar-lhe toda a aparência de ato arbitrário, que tinha segundo a representação ordinária, e apresentou como uma operação necessária da razão [...] a ideia geral, que ele pôs como fundamento e valorizou, é a objetividade da aparência, e a necessidade da contradição, que pertence à natureza das determinações do pensamento. (HEGEL, 1992, p. 51)

Contudo, o idealismo foi fartamente criticado por Karl Marx e Friedrich Engels, que contraditaram a tese de Kant e de outros idealistas a respeito da incognoscibilidade do mundo e das coisas em incognoscíveis, inaugurando o materialismo histórico e dialético.

A refutação mais contundente dessas manias, como de todas as demais manias filosóficas, é a prática, ou seja, a experiência e a indústria. Se podemos demonstrar a exatidão de nosso modo de conceber um processo natural, reproduzindo-o nós mesmos, criando-o como resultado de suas próprias condições, e se, além disso, colocamo-lo a serviço de nossos próprios fins, daremos cabo da "coisa em si" inacessível de Kant. As substâncias químicas produzidas no mundo vegetal e animal continuaram sendo "coisas em si" inacessíveis até que a química orgânica começou a produzi-las umas após outras: com isso, a "coisa em si" se converteu em coisa para nós, como, por exemplo, a matéria corante da ruiva, a alizarina, que hoje já não se extrai da raiz natural daquela planta, mas se obtém do alcatrão da hulha, processo muito mais barato e mais fácil. O sistema solar de Copérnico foi durante trezentos anos uma hipótese, na qual se podia apostar cem, mil, dez mil contra um, mas, apesar de tudo, uma hipótese, até que Leverrier, com os dados tomados desse sistema, pôde calcular, não só a necessidade da existência de um planeta desconhecido, como também, o lugar em que esse planeta tinha que se encontrar no firmamento, e até que apareceu logo após Galle e descobriu efetivamente esse planeta: a partir deste momento, o sistema de Copérnico ficou demonstrado." (MARX e ENGELS, 1986, p. 409).

O desenvolvimento do materialismo histórico e dialético provém do método desenvolvido por Hegel, citado por Marx e Engels com frequência como o filósofo que formulou os princípios fundamentais da dialética. Mas, realmente, Marx e Engels só tomaram da dialética de Hegel sua "medula racional", abandonando o invólucro idealista hegeliano e desenvolvendo a dialética, para incrementar uma forma científica. Conforme Besse e Caveing (1995), o método marxista é diverso do método de Hegel, fundamentalmente o seu reverso. Para Hegel, o processo do pensamento que ele converte inclusive em sujeito com vida própria, sob o nome de ideia, é o demiurgo (criador) do real e este, a simples forma externa em que toma corpo. Para Marx, inversamente, o ideal não é mais do que o material, traduzido e transposto para a cabeça do homem.

Alguns filósofos da antiguidade entendiam que o descobrimento das contradições no processo discursivo e o choque das opiniões contrapostas seria o melhor meio para encontrar a verdade. Esse método dialético de pensamento, que mais tarde se fez extensivo aos fenômenos naturais, converteu-se no método dialético de conhecimento da natureza. Extensivo à análise das leis da natureza, revelou-se consistente em considerar os fenômenos naturais como sujeitos em constante movimento e transformação e o desenvolvimento da natureza como o resultado do desenvolvimento das contradições existentes nela, como o resultado da ação mútua das forças contraditórias no seio da natureza. Portanto, a dialética é, fundamentalmente, o contrário da metafísica.

A dialética marxista reúne quatro características fundamentais, segundo Besse e Caveing (1995):

➤ 1ª Tudo se relaciona.

Todos os elementos – naturais e humanos - estão intrinsecamente relacionados não podendo ser tomados isoladamente para análise. O enunciado da primeira característica da dialética mostra o seu caráter geral: ela se verifica universalmente, na natureza e na sociedade.

➤ 2ª Tudo se transforma.

Esta característica frisa o movimento e constante mudança dos objetos. Por exemplo, uma maçã sobre a mesa, em dez dias não será a mesma, como já não o fora anteriormente – flor, fruto verde – e se modificará futuramente.

Já vimos que tudo se relaciona (primeira característica da dialética). Mas, esse real, que é unidade, é também movimento. O movimento não é, portanto, um aspecto secundário da realidade. Não há natureza mais movimento; sociedade mais movimento. Não; a realidade é movimento, processo. Ele se manifesta, portanto, na natureza e na sociedade. (BESSE e CAVEING, 1995, p. 46)

➤ 3ª A mudança qualitativa.

As mudanças qualitativas dos fenômenos são um processo em que se passa das mudanças quantitativas, insignificantes e ocultas às mudanças manifestas, às mudanças radicais, às mudanças qualitativas; em que estas se produzem, não de modo gradual, mas repentina e subitamente, em forma de saltos de um estado de coisas para outro, e não de um modo casual, mas de acordo com leis, como resultado da acumulação de uma série de mudanças quantitativas inadvertidas e graduais. Por exemplo, por exemplo, o grau de temperatura da água não influi em nada, a princípio, em seu estado líquido; mas, ao aumentar ou diminuir a temperatura da água líquida, chega-se a um ponto em que o seu estado de coesão se modifica e a água se converte, num caso, em vapor, e noutro, em gelo.

A natureza — diz Engels — é a pedra de toque da dialética, e as modernas ciências naturais nos proporcionam como prova disso um acervo de dados extraordinariamente copiosos, enriquecido cada dia que passa, demonstrando com isso que a natureza se move, em última instância, pelos canais dialéticos e não pelos trilhos metafísicos, que não se move na eterna monotonia de um ciclo constantemente repetido, mas percorre uma verdadeira história. Aqui é necessário citar, em primeiro lugar, Darwin, que, com sua prova de que toda a natureza orgânica existente — plantas e animais, e entre esses, é lógico, o homem — é o produto de um processo evolutivo de milhões de anos, assestou na concepção metafísica da natureza o mais rude golpe. (MARX e ENGELS, 1986, p. 165)

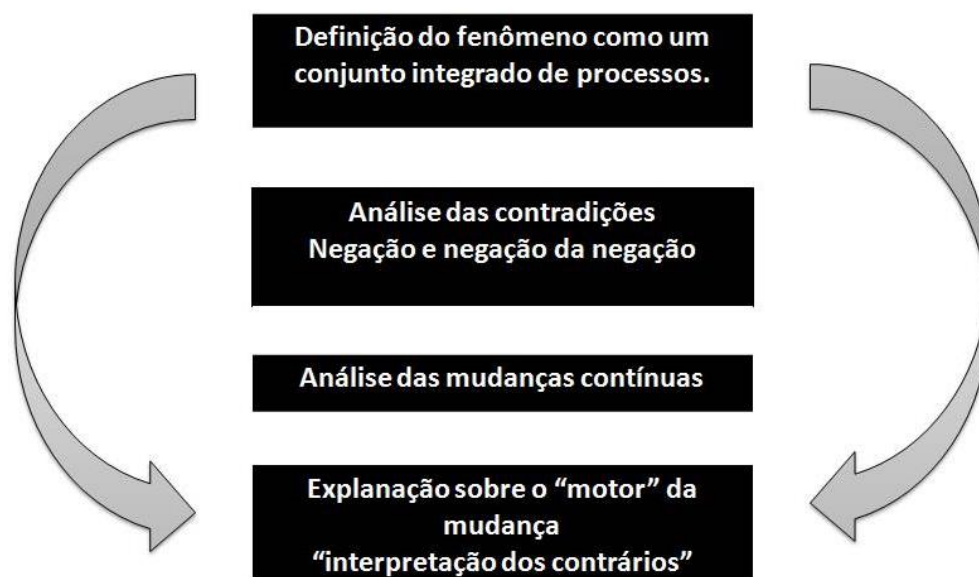
➤ 4ª A luta dos contrários.

Os processos científicos fundamentados nas características anteriores citadas são determinados por uma constante luta entre contrários presentes no processo. Os objetos e os fenômenos da natureza levam sempre implícitas, contradições internas, pois, todos eles têm seu lado positivo e o seu lado negativo, seu passado e seu futuro, seu lado de caducidade e seu lado de desenvolvimento. Portanto, a luta dos contrários é o motor de toda mudança. A contradição que se apresenta é interna, é inovadora e promove a unidade dos contrários. Por exemplo, a ignorância é o motor do estudo, não sua oposição.

Motor de toda transformação, a contradição é universal. Quando se fala em contradição, os filósofos idealistas compreendem, simplesmente luta de ideias. Para eles, a contradição não é concebível, senão entre ideias, que se opõem. Interpretam-na segundo o sentido corrente da palavra (dizer o contrário). Mas a contradição das ideias é apenas uma das formas da contradição: por ser a contradição uma realidade objetiva, presente em todo o mundo, é que se encontra, também, no sujeito, que ela se encontra no homem (que faz parte do mundo). Todo processo (natural ou social) explica-se pela contradição. Essa contradição subsiste, enquanto dura o processo; existe, ainda que não seja manifesta. (BESSE e CAVEING, 1995, p. 80)

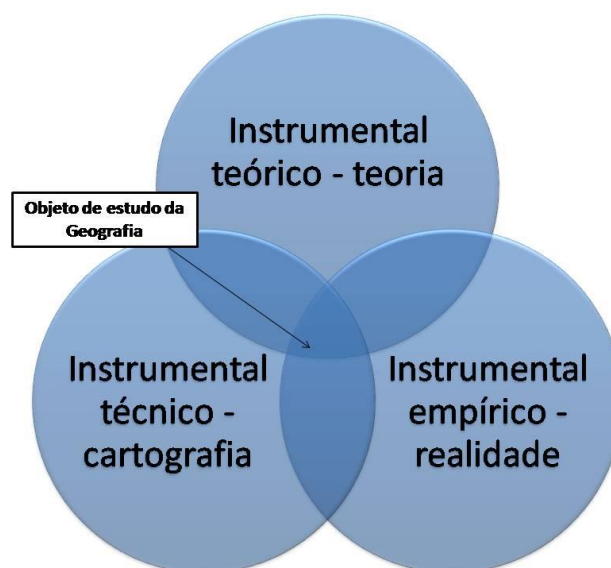
Nos esquemas a seguir, nas Figuras 2 e 3, desenvolvidos por Bezzi e Marafon (2005) percebe-se o movimento de construção do método dialético e como isso se dá na Geografia, especialmente a Geografia Crítica, que assimilou paradigmas da dialética para analisar o espaço geográfico.

Figura 2 - Esquema dialético na Ciência Geográfica



Fonte: (BEZZI e MARAFON, 2005, p.75)
Org.: Hettwer, 2018

Figura 3 -Esquema metodológico dialético na Geografia



Fonte: (BEZZI e MARAFON, 2005, p. 77)
Org.: Hettwer, 2018

O materialismo filosófico de Marx e Engels parte do critério de que o mundo é, por sua natureza, algo material, regido por leis, dialéticas, concebendo a natureza tal como ela é, sem nenhuma espécie de acréscimos estranhos. Assim, como assinalara Heráclito, o mundo forma uma unidade por si mesmo e não foi criado por nenhum deus e por nenhum homem, mas foi, é e será um fogo vivo que se acende e se apaga de acordo com as leis. Assim, através do método

materialista histórico e dialético, pretendemos pesquisar e esmiuçar o espaço geográfico de Cachoeira do Sul, em diversas variáveis, vinculando-as e contraditando-as necessariamente à dinâmica gaúcha e brasileira no contexto espaço-tempo, buscando esquadrihar a realidade econômica e social do município para propor uma reflexão sobre esta, expondo ainda outras possibilidades e experiências para um novo futuro.

2.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A abordagem deste estudo é qualitativa, uma vez que discutirá conceitos diversos de diversas matrizes de pensamento, dialeticamente, confrontados com dados, estatísticas e discursos que propõem a reflexão sobre o desenvolvimento social e econômico na perspectiva local-global. A metodologia deste projeto de pesquisa consistiu nas seguintes etapas:

2.3.1 Fundamentação teórica

Análise bibliográfica orientada acerca das categorias geográficas, método e conceitos, postos na perspectiva dialética espaço-tempo que contextualizassem a dinâmica do espaço geográfico mundial-nacional-estadual-regional. Nesse momento, refletiu-se acerca das categorias geográficas e sua diversidade, apoiadas nas disciplinas curriculares, para sistematizar a análise científica integradora entre estas e o método. Assim, diante desta reflexão optou-se pela categoria espaço geográfico e regional, visto que ambas fundamentam-se na criticidade do método materialista, histórico e dialético para possibilitar a atenção às múltiplas determinações da realidade cachoeirense. Aprofundou-se ainda a discussão acerca do conceito de desenvolvimento, buscando sua gênese epistemológica, suas variações históricas e conceituais até chegar a uma análise moderna e contemporânea de duas vertentes principais e contraditórias entre si, a liberal/neoliberal e de cidadania plena. Discutiu-se como a primeira vinha hegemonizando o espaço geográfico, expressava sua práxis e determinava diversos impactos que demonstraremos.

2.3.2 Análise do espaço geográfico de Cachoeira do Sul na perspectiva espaço-tempo em escala local-global

Houve a reflexão sobre o espaço geográfico de Cachoeira do Sul, sua historicidade local-global, com estudo dos indicadores de desenvolvimento numa relação com a realidade econômica e social do município, numa necessária contextualização nacional do século XX e meados do século XXI. Neste momento, discutiu-se a trajetória política, econômica e social do município, que representava até a metade do século XX, um importante polo produtivo e industrial de natureza endógena, ilustrativo do projeto de desenvolvimento nacional em curso no país através de bibliografia e dados histórico-geográficos. Para tanto, apoiou-se os levantamentos em fontes históricas e entrevistas exploratórias de personalidades e instituições para desencadear o estudo.

Apresentada esta historicidade, instrumentalizados com relatórios oficiais que compõem este trabalho, refletiu-se sobre a dinâmica populacional, distribuição de renda e empregabilidade, nas últimas cinco décadas, uso da terra, localmente e em comparação com outros municípios da mesorregião centro-oriental do Rio Grande do Sul – Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, além de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, escolhidos em virtude de visita técnica realizada em Bento Gonçalves e o notável desenvolvimento de Caxias do Sul. A escolha desses municípios foi proposital pois consistem em distintas matrizes econômicas, com outras bases e fundamentos econômicos, que geram resultados próprios contrastantes com outros de matrizes similares às praticadas em Cachoeira do Sul, como Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Cruz Alta. Assim, nosso objetivo foi opor modos e matrizes de desenvolvimento propondo oferecer reflexões sobre caminhos alternativos. Ou seja, Cachoeira do Sul consiste num modelo baseado em grandes propriedades monocultoras de commodities que comparamos com municípios de matrizes econômicas baseadas nas pequenas propriedades, indústria e serviços derivados.

Além disso, foi realizada pesquisa acerca do consumo básico dos cachoeirenses para colaborar com a hipótese do estudo. Mediante uma lista de 76 produtos, baseada no levantamento inflacionário realizado mensalmente pelo departamento de Administração e Economia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) adotado pela imprensa local há alguns anos, analisaram-se três produtos de cada item da referida lista, mais expostos, sempre buscando nas gôndolas a presença de produto nativo de Cachoeira do Sul.

Assim, nas três maiores redes de supermercados da cidade – Tischler, Rede Super e Imec, houve a pesquisa da origem de 228 produtos por rede, cujos resultados apresentar-se-ão posteriormente. Itens pesquisados: Absorvente, Açúcar, Álcool de limpeza, Alface, Alvejante/cloro ativo, Amaciante de roupa, Amido de milho, Arroz, Banana, Batata doce, Batata inglesa, Beterraba, Biscoito, Café granulado, Café moído, Carne bovina, Carne de

frango, Carne suína, Carvão, Cebola, Cenoura, Cera de assoalho, Cerveja, Chocolate em pó, Chuchu, Cigarro, Condicionador de cabelo, Creme de barbear, Desinfetante, Desodorante, Detergente, Erva para chimarrão, Escova dental, Esfregão de aço, Extrato de tomate, Farinha de mandioca, Farinha de trigo, Feijão, Fermento, Fósforo, Gelatina, Geleia, Iogurte, Lâmina de barbear, Laranja, Leite, Maçã, Macarrão, Maionese, Mamão, Mandioca, Margarina, Massa para pastel, Massa para pizza, Óleo de arroz, Óleo de milho, Óleo de soja, Ovos, Papel higiênico, Pasta dental, Pimentão, Pipoca, Presunto, Queijo lanche, Ração para cachorro, Refrigerante, Repolho, Sabão em barra, Sabão em pó, Sabonete, Sagu, Sal de cozinha, Shampoo, Tomate, Vassoura, Vinagre.

2.3.3 Aplicação de questionários à população jovem

Com a reflexão bibliográfica e o levantamento de dados, houve o questionamento deste diagnóstico de desenvolvimento do município junto à juventude. Amparados no exame da dinâmica populacional e perda de população nas últimas décadas, contrariando a realidade nacional e de outros municípios ilustrados na pesquisa, em junho de 2017, foi realizada pesquisa junto a 363 estudantes de segundo e terceiro anos do ensino médio cachoeirense, de escolas públicas e privadas. Esse público pesquisado representa 26% do universo discente do município de Cachoeira do Sul. O objetivo foi perceber o imaginário de continuidade dessa tendência e as razões para ela.

Tabela 1 – Características do público estudantil entrevistado

Sexo	Masculino	Feminino	Não declarado
	147	209	7
Idade	15 e 16 anos	17 e 18 anos	Mais de 18 anos
	135	209	19
Série	2º ano	3º ano	
	144	219	
Rede de ensino	Pública	Particular	
	262	101	
Turno de aula	Manhã	Tarde	Noite
	261	50	52
Trabalha?	Sim	Não	
	54	309	

Pretende seguir estudos?	Ensino Superior	Curso Técnico	Não pretendem
	286	64	13
Curso pretendido existe em Cachoeira do Sul?	Sim, há o curso	Não há o curso	Desconhecem
	122	168	73

Org.: Hettwer, 2017

2.3.4 Entrevistas exploratórias e trabalho de campo

Com o conjunto de informações bibliográficas, dados e percepção dos jovens, foi produzido um levantamento exploratório dos entraves de desenvolvimento e de alternativas ao município. Finalmente, municiados por este conjunto de indicadores oficiais, pesquisa de consumo básico, estudos dos impactos da emigração, foram abordados 14 diferentes atores sociais, empresários, líderes de classe, intelectuais, políticos, de diversos segmentos, em entrevistas exploratórias que pudessem discutir esses dados e promover uma reflexão qualitativa sobre os mesmos, dialeticamente. Da mesma maneira, foram indagados ainda sobre outras possibilidades que pudessem trazer novas perspectivas de desenvolvimento ao município, ressaltando experiências exitosas que possam trazer outros caminhos, superados os entraves. A busca sobre outras ações de desenvolvimento também foram propiciadas através de visitas técnicas municiadas de coleta de dados e entrevistas exploratórias – Agroindústria Divinut, Indústria de Linguiças Tallowitz, pescueiro do Rio Jacuí, Porto de Cachoeira do Sul, Praia Nova, bem como palestras na EE Virgilino Jayme Zinn a estudantes de ensino médio, além de visita técnica no município de Bento Gonçalves.

2.3.5 Relatório conclusivo

Por fim, forjamos a síntese desta pesquisa através da conclusão, reunindo as discussões, dados, indicadores e discursos para apresentar nossa contribuição à sociedade cachoeirense, gaúcha e brasileira, uma vez que este estudo não se resume à realidade local, mas mui assemelhada com outros municípios do Brasil.

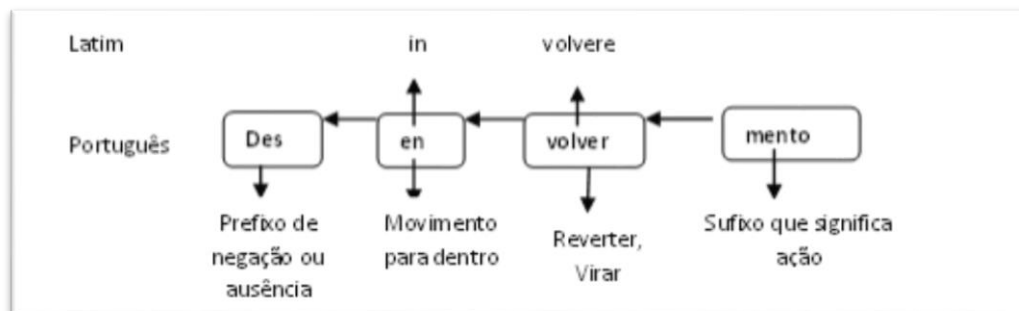
3 DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A reflexão sobre o conceito de desenvolvimento³, em linhas gerais, confunde-se com a historicidade da espécie humana. Desde as sociedades primitivas à civilização contemporânea, o conceito foi delineado e delineou o comportamento humano, travestindo-se de variadas maneiras de acordo com suas ideologias matrizes.

3.1 O QUE É DESENVOLVIMENTO?

Na análise etimológica (Figura 4), é possível perceber que, com a junção dos elementos que compõem a palavra desenvolvimento, formaremos algo que poderia ser expresso como: “sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem envolvimento”. É autenticamente uma expressão repleta de significado dialético. Isso nos remete a uma reflexão de que é preciso algo para gerar o movimento e/ou envolvimento. Entretanto, o que seria esse algo? Para qual direção o movimento se conduz? Envolver para quê? As respostas para essas questões dependem do contexto no qual se aplica a palavra. No caso do contexto da palavra desenvolvimento é preciso retomar a história.

Figura 4: Etimologia da palavra desenvolvimento



³ 1. Avanço, prosperidade, evolução ou progresso; transformação de uma situação para outra, sendo que a última é sempre mais aprimorada que a anterior; 2. Expansão ou crescimento das habilidades físicas e/ou intelectuais de algo ou alguém; 3. Aumento ou incremento através de reprodução; prosseguimento, propagação ou desdobramento; 4. Ação ou resultado de (se) desenvolver; 5. Explicação ou explicação lógica de conceitos ou pensamentos, tanto por escrito como oralmente; composição, exposição ou elaboração; 6. Situação ou circunstância da nação que demonstra possuir um elevado grau de produtividade e um nível de vida bastante alto; 7. (Música) Componente pertencente a um musical cujo fator temático mais relevante é desempenhado nas suas múltiplas peculiaridades, pormenores ou possibilidades. Disponível em <https://www.lexico.pt/desenvolvimento> em 21/04/2018.

Fonte: (DENIZ, 2006, p. 33)

O trabalho é que desenvolve a sociedade e, por extensão, suas condições materiais de existência, desde os primórdios. Para Engels (1980), do trabalho produtivo baseado nos laços de parentesco, desenvolveram-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza e a possibilidade de empregar a força de trabalho, gerando com isso a luta de classes.

Segundo Caiden e Caravantes (1985), a História reflete esta discussão, pois desde a Antiguidade até o limiar da Idade Moderna, o conceito de desenvolvimento esteve circunscrito num forte cunho antropológico e teológico: durante a maior parte deste período o conceito traduzia um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos, o desenrolar de algo envolto, algo presente, mas ainda encoberto.

Podemos buscar na Filosofia, “amiga do saber”, alguns fundamentos epistemológicos da concepção de desenvolvimento. A principal relação feita é com a busca da “vida boa”, da felicidade, finalidade última dos seres humanos, para dar-lhe o mais aprimorado significado. Platão (2005) reflete na política a ideia de desenvolvimento de bem comum, consolidando algo que denominou a República, em obra homônima, combinando um modelo de utopia social a uma teoria sobre a construção do conhecimento humano, unindo preceitos políticos e filosóficos com propostas estéticas, éticas, pedagógicas e jurídicas. A Idade Média fundou-se nas doutrinas religiosas e no desenvolvimento rural do feudalismo, através do regime de servidão e rigorosa exploração do trabalho servil.

No advento do absolutismo, nos séculos XIV, XV e XVI, em que germina o capitalismo comercial, ascende a ideia de um desenvolvimento liderado por um monarca, baseado nos princípios da *virtù* (aquele que tem a capacidade de perceber o jogo de forças da política para então agir com energia para conquistar e manter o poder) e de fortuna (ocasião oportuna), consolidando o Estado moderno.

Muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau

e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, 1973, p. 69)

Maquiavel idealizara um Estado que zelasse pelos interesses coletivos que os desenvolvessem, se necessário, com o uso do temor, abrandado com o amor.

Percebe-se facilmente de onde nasce o amor à liberdade dos povos; a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riquezas enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que se sucederam à ditadura de Pisistrato. Contudo, mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela república romana depois que foi libertada dos seus reis. Compreende-se a razão disto: não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. Se uma certa medida prejudica um ou outro indivíduo, são tantos os que ela favorece, que se chega sempre a fazê-lo prevalecer, a despeito das resistências, devido ao pequeno número de pessoas prejudicadas. (MAQUIAVEL, 1982, p. 197)

Os filósofos contratualistas dos séculos XVI, XVII e XVIII, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, buscaram explicar a origem e a necessidade do Estado, demonstrar sua legitimidade para efetivar o desenvolvimento dos povos. Hobbes (1974) acredita que é necessário renunciar a alguns direitos do estado de natureza, um ambiente de guerra e egoísmo, em que há plenitude de liberdade e direitos, contentando-se com a mesma liberdade de que os outros dispõem regidos por um Estado, com um soberano absoluto, total e ilimitado, com o uso necessário da força.

O nascente pensamento liberal, com John Locke, tem como premissa a defesa da propriedade privada. Assim, segundo Boron (2006), a organização social através do Estado deveria assegurar a estabilidade das relações entre os indivíduos para o gozo da propriedade, e essa seria a única razão destes de consentirem sua existência, com poder que deveria ser limitado para o livre exercício das liberdades individuais, especialmente de propriedade. É uma concepção de liberdade parcial pois apenas os que têm fortuna podem ter plena cidadania, podendo votar e ser votados. Seria uma liberdade meramente formal, para alguns.

Outro contratualista, Rousseau, não segue a tradição liberal e elitista de Locke, posiciona-se contra o absolutismo, propondo uma visão mais democrática de desenvolvimento e de poder, distinguindo a pessoa privada (de vontade individual que geralmente visa ao interesse egoísta e à gestão dos bens particulares que, somados os benefícios individuais haverá a vontade de todos ou da maioria) e pessoa pública (indivíduo particular que também pertence ao espaço público, participando de um coletivo com interesses comuns, expressos pela vontade geral). Nem sempre o interesse da pessoa privada coincide com o interesse da pessoa pública,

demonstrando que a vontade de todos não pode se confundir com a **vontade geral**. Há o consentimento à lei somente se julgá-la válida e necessária.

Enquanto muitos homens reunidos se consideram como um só corpo, sua vontade é uma, a conservação comum e o bem de todos; as molas do Estado são vigorosas e simples, seus ditames, claros e luminosos, não há interesses intrincados e contraditórios, evidente se mostra em toda a parte o bem comum, e para conhecê-lo basta o bom senso. A paz, a união e a igualdade são inimigas de sutilezas políticas; a própria candidez afasta o embuste dos homens retos e simples; pretextos refinados, ardis, não os subjagam nem são suficientemente finos para serem iludidos. (ROUSSEAU, 2007, p. 93)

Nesse sentido, o filósofo francês e outros enciclopedistas como Denis Diderot, Montesquieu e Voltaire, vão influenciar e inspirar processos revolucionários e seus líderes que proporão novos paradigmas de desenvolvimento, tal como a Revolução Francesa, as lutas de independência na América, além de pensadores como Karl Marx, especialmente quando Rousseau contradita com a gênese da desigualdade.

Conclui-se dessa exposição que a desigualdade, sendo quase nula no estado de natureza, obtém sua força e cresce com o desenvolvimento de nossas faculdades e os progressos do espírito humano, tornando-se finalmente estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis. Conclui-se também que a desigualdade mora, autorizada apenas pelo direito positivo, é contrária ao direito natural sempre que não coincide, na mesma proporção, com a desigualdade física; distinção que determina suficientemente o que se deve pensar, a esse respeito, sobre a espécie de desigualdade que reina entre todos os povos civilizados, pois é manifestamente contra a lei da natureza, não importa como a definamos, que uma criança comande um velho, que um imbecil conduza um homem sábio e que um punhado de gente tenha coisas supérfluas em abundância enquanto a multidão faminta carece do necessário. (ROUSSEAU, 2009, p.114)

O viés político, ético e econômico liberal, herdado de Locke, que se reproduz nos séculos XVII e XVIII, também era contrário ao absolutismo real, que desejava o aperfeiçoamento das instituições do voto e da representação; a autonomia dos poderes e a limitação do poder real; o prevailecimento do estado de direito que rejeita o arbítrio autoritário eclesiástico ou estatal; pregava a liberdade de pensamento, expressão e religião; mas que se diferenciava dos demais liberais pela defesa fundamental da propriedade privada dos meios de produção e a economia de mercado baseada na livre iniciativa e competição, ideário doravante concebido por Adam Smith e David Ricardo.

Assim, descendem desse diverso e complexo processo ideológico modernista duas vertentes principais que propõem o desenvolvimento: o liberalismo/neoliberalismo, de natureza plutocrática, e o desenvolvimento pleno, de natureza democrática, gerador de cidadania e emancipação social. A primeira pressupõe a liberdade econômica de indivíduos e/ou grupos,

acima de tudo, inclusive das necessidades coletivas, nem que isso implique na concentração de riqueza, geração e manutenção de privilégios, destruição do meio e uma enorme segregação socioespacial. A segunda assimila concepções filosóficas com a premissa do desenvolvimento para o atendimento e melhoria constante das condições de vida das populações e proteção do meio ambiente, acima dos privilégios.

3.2 DESENVOLVIMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

Privatizado
Privatizaram sua vida, seu trabalho,
sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.
E agora, não contentes,
querem privatizar o conhecimento,
a sabedoria, o pensamento,
que só à humanidade pertencem.
Bertolt Brecht

A teoria liberal de Adam Smith defende que a “mão invisível” do mercado proporcionaria a forma mais rápida de uma nação alcançar o progresso e o crescimento econômico, e que o maior obstáculo a esse progresso econômico seria o intervencionismo do Estado na economia. Ou seja, para Adam Smith se o mercado fosse deixado em paz pelos governos ele se manteria sempre em equilíbrio, a que foi denominado de *Laissez-Faire*. Ao Estado caberiam apenas três funções: o estabelecimento e a manutenção da justiça; a defesa nacional; a criação e a manutenção de certas obras e instituições públicas, as quais não fossem de interesse privado. A teoria contraria qualquer restrição à liberdade econômica que levasse ao monopólio estatal de mercado.

Contudo, o capitalismo dos séculos XVIII e XIX segregava, e a desigualdade e a miséria de grandes e majoritários contingentes populacionais não eram ignoradas por estes liberais.

Durante sua viagem pela Inglaterra, Tocqueville ficou tão impressionado com o contraste agudo entre a miséria espantosa das massas e a opulência de poucos que deixou escapar uma exclamação muito significativa: “Aqui o escravo, lá o patrão; lá a riqueza de alguns, aqui a miséria da grande maioria.” Em outro momento, o liberal francês até mesmo se põe em guarda contra o perigo de “guerras servis”, isto é, de sublevações de escravos análogas àquelas ocorridas na Antiguidade clássica. (LOSURDO, 2014, p. 7)

Uma das justificativas principais acerca da manutenção da miséria seria remetida aos pobres e sua incapacidade de resistir à incontinência sexual, ao invés de reconhecer a incapacidade do sistema capitalista em atender a todos.

A referência polêmica está em Malthus, que ao sancionar a restrição da esfera política, paradoxalmente invoca a economia política. Uma vez que esta se tornou “um objeto de educação popular”, os pobres compreenderão que devem atribuir à natureza madrasta, ou à sua fraqueza ou imprevidência, as causas das privações que sofrem: “a economia política é a única ciência sobre a qual se pode dizer que, ao ignorá-la, deve-se temer não somente privações, mas males positivos e gravíssimos”. (LOSURDO, 2014, p. 9)

O economista alemão Friedrich List (1789-1846), considerado o pai do argumento da indústria nascente, acerca da impossibilidade de países de desenvolvimento desigual de desenvolverem suas indústrias numa concorrência mundial com a Inglaterra sem a intervenção do Estado, por meio de protecionismo, contesta a ideia de suposto desenvolvimento liberal de Adam Smith.

Tendo atingido certo grau de desenvolvimento por meio do livre-comércio, os grandes monarcas (da Grã-Bretanha) perceberam que não se podia obter um alto grau de civilização, poder e riqueza sem uma combinação de manufatura, comércio e agricultura. Deram-se conta de que a recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre concorrência com as estrangeiras, estabelecidas havia muito mais tempo (as italianas, as hanseáticas, as belgas e as holandesas)... Portanto, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, trataram de transplantar para o solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros. (LIST, 1885, p. 39)

Assim, o liberalismo desprezava o Estado quando lhe convinha e se cercava dele a toda a necessidade como uma extensão do interesse de particulares, ideologia praticada no seio estatal de algumas nações influenciadas por esta concepção, na disputa internacional. Quando almejam a conquista, os liberais comportam-se de uma maneira e, quando a alcançam, alteram o discurso às demais nações pressionando-as a agirem diferentemente, exercendo sobre elas o domínio coercitivo diverso. **Chutam a escada que os levaram ao topo.**

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude chutar a escada pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt, assim como de todos os seus sucessores no governo britânico. Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade. (LIST, 1885, p. 295)

Em a “Riqueza das Nações”, Adam Smith (1937, p. 347) censura até mesmo os EUA por tentarem desenvolver sua indústria incipiente, no século XIX, através do protecionismo

endógeno ante as importações da Europa, o que o país americano não seguiu, por óbvio, desenvolvendo assim sua capacidade industrial. Nos EUA, apontado por Harvey (2005) como o novo centro irradiador do imperialismo, houve o acelerado desenvolvimento industrial, ancorado nas novas descobertas científicas do século XIX – motor a combustão, dínamo, eletricidade, telégrafo – aliado à grande disponibilidade de recursos minerais e naturais como petróleo, ferro, carvão, madeira, ampliados devido à notável expansão territorial inspirada no Destino Manifesto⁴, a Doutrina Monroe⁵ e o Big Stick⁶.

Contudo, a concentração de capital e a desregulamentação liberal especulativa do início do século XX levou o país à bancarrota, na crise de 1929, com quase 30% das forças produtivas e empregos aniquilados, espalhando a fome e a miséria pelo país. O país foi salvo da crise pelo Estado, através do *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt, inspirado no pensamento de John Keynes, desencadeando uma nova concepção “liberal” estatizante: o Estado de bem-estar social. Roosevelt enfrentara o liberalismo e a monopolização econômica nos EUA, enaltecendo o que considerava serem as duas verdades acerca da crise.

A primeira era que a liberdade na democracia estava em risco, porque o povo tolerava o crescimento do poder privado até o ponto em que este era mais forte que o do Estado democrático. Isso na sua essência – disse ele – é fascismo. Tanto é fascismo o governo dominado por um indivíduo ou grupo de indivíduos, como o governo controlado pelo poder privado. A segunda verdade era que a liberdade na democracia continuava em perigo, se o sistema de negócios não estabelecesse uma distribuição de mercadoria

⁴**Destino Manifesto** foi uma expressão cunhada pelo jornalista John Louis O'Sullivan, em 1845, quando os americanos estavam ocupando o Oeste. A expressão se refere ao fato dos Anglo-Saxões acreditarem que seria sua missão expandir sua civilização e instituições ao longo do território norte-americano. Segundo tal ideologia, os estadunidenses comporiam um grupo de pessoas eleitas por Deus para promoverem o desenvolvimento e a formação da mais importante nação de todos os tempos. Historicamente, o Destino Manifesto acabou por justificar a tomada dos territórios mexicanos e o processo de perseguição e extermínio de várias comunidades indígenas. Externamente, esse mesmo sentimento de ganho e liderança também foi um dos sustentáculos que explicavam a intervenção política e militar dos Estados Unidos em outras nações do continente americano.

⁵ A **Doutrina Monroe** pode ser considerada um conjunto de preceitos da diplomacia dos EUA em relação aos interesses europeus pelas nações do continente americano. Foi anunciada em 02/12/1823 pelo então presidente James Monroe (1758-1831). Esta declaração pode ser considerada como o princípio basilar da política pan-americana estadunidense na época, quando assume simbolicamente o papel de líder do continente, sendo parte da política isolacionista norte americana desde sua fundação como República.

⁶ A ideologia, ou ainda diplomacia ou política do **Big Stick** (em português, “grande porrete”) é o nome com que frequentemente se faz referência à política externa dos Estados Unidos sob a presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909). O termo foi inspirado em um provérbio, originário da África Ocidental, que apregoava: “Fale com suavidade, e carregue um grande porrete, assim irás longe”. Do mesmo modo, Roosevelt atuava mantendo um ar amistoso e cordial nas negociações, e ao mesmo tempo deixava evidente a possibilidade de usar a força para sobrepujar seus opositores e conseguir seu intento. O presidente criaria ainda o Corolário Roosevelt, no qual apoiava a Doutrina Monroe (marcada pela frase “América para os americanos”) e procurava estendê-la sob um ponto de vista que favorecesse os EUA. Para isso, transformou as Américas em uma esfera de influência exclusivamente norte-americana, sobretudo a área da América Central.

capaz de assegurar um standard de vida aceitável. (ROOSEVELT, 1932 apud MARANHÃO, 1997, p. 257)

Roosevelt tentava frear um processo intenso de acumulação de capital em alguns conglomerados, o que ameaçava o desenvolvimento estadunidense. Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J.P. Morgan foram alguns dos grandes empresários que figuravam no início do século XX. O banqueiro e escritor Charles Morris relata que eram conhecidos na imprensa como os “barões ladrões”. O primeiro, Carnegie, era o maior magnata do aço, assim descrito por Morris:

Gostava da adulação de seus empregados, mesmo enquanto aumentava a exigência sobre seus trabalhadores e, no mesmo ritmo, rebaixava seus salários. Um pacifista declarado, buscou contratos de guerra, após prometer à sua mulher que nunca o faria, e depois trapaceou para consegui-los. (MORRIS, 2009, p. 32)

Consolidava-se, portanto, a partir dos EUA, a era dos monopólios privados, legada pelo pensamento liberal⁷, nas seguintes etapas dispostas por Lênin:

1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século 19 e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. Os cartéis⁸ estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc. (LÊNIN, 1917, p. 23)

⁷ Com o capitalismo origina-se o pensamento liberal, baseado na livre concorrência. Da excessiva exploração capitalista sobre as massas trabalhadoras, surge o ideário socialista que propõe a socialização dos meios de produção até o fim da exploração humana. Com a crise capitalista de 1929 e a bancarrota que derivara no liberalismo especulativo e produtivo, nos Estados Unidos surgiu o *New Deal*, influenciado pela teoria econômica de John Maynard Keynes, economista britânico que apontava a necessidade da mediação econômica do Estado para garantir o bem-estar da população, ação que o liberalismo seria incapaz de realizar. A estratégia de planejamento econômico estatal aproximava o *New Deal* dos planos quinquenais adotados na URSS, que intensificaram a industrialização soviética em um período de profunda crise econômica do capitalismo ocidental. Após a II Guerra Mundial é gerado o Estado do Bem-estar, também conhecido por sua denominação em inglês, *Welfare State*, que perdurará até a década de 1980 na Europa ocidental e EUA. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. No entanto, todos estes tipos de serviços assistenciais são de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. A partir dessa premissa, pode-se afirmar que o que distingue o Estado do Bem-estar de outros tipos de Estado assistencial não é tanto a intervenção estatal na economia e nas condições sociais com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, mas o fato dos serviços na economia e nas condições sociais com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, mas o fato dos serviços prestados serem considerados direitos dos cidadãos.

⁸ Segundo Dicionário Michaelis cartel é um sindicato de empresas produtoras, as quais, embora conservem a autonomia interna, estabelecem monopólio, distribuindo entre si os mercados e determinando os preços.

Esta última etapa, monopolista, agudizava-se profundamente no século XX, especialmente após o colapso do socialismo no leste europeu, o que revigorara o liberalismo, agora denominado neoliberalismo, estabelecido sob os mesmos mantras, uno na condução das concepções políticas, sociais, culturais e econômicas a partir dos centros dominantes do capital e suas corporações – EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França, principalmente. Os ideólogos neoliberais alardeavam o fim da história, repellido por pensadores progressistas.

O que é significativo é a quantidade de variações sobre o tema do “fim da história” e do “fim das utopias”, incluindo-se nestas as promessas de uma vida decente para todos, no quadro do capitalismo. Pelo contrário, especialmente nos Estados Unidos, a hora é do “darwinismo social” sob diversas formas teóricas, algumas de forte conotação racista. O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. (CHESNAIS, 1996, p. 14)

Santos (2009) também contestava o suposto fim da história. Para o autor, ela apenas começava, pois antes o que havia era uma história de lugares, regiões, países, em função dos impérios que se estabeleceram a uma escala mais ampla. “O que até então se chamava de história universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes.” (SANTOS, 2009, p. 170)

O fim da história seria a interpretação do alcance máximo da capacidade de desenvolvimento humano e das suas condições de vida, em suas realizações econômicas, culturais e sociais: o neoliberalismo.

O chamado neoliberalismo não é uma teoria científica. Nem muito menos uma corrente de pensamento científico. Não chega também a ser uma doutrina. É uma ideologia – mais propriamente, é o elemento central da ideologia da oligarquia financeira que domina o mundo, na atual etapa do capitalismo. (SOUZA, 1995, p. 9)

Segundo Galbraith (1994), George Gilder, um dos ideólogos neoliberais do governo Reagan, defendia que o progresso material é inelutavelmente elitista, faz os ricos ficarem mais ricos e aumenta o seu número, exaltando os poucos homens extraordinários que podem produzir riqueza acima das massas democráticas que a consomem. Para serem bem sucedidos, os pobres necessitam, antes de tudo, da espora da sua pobreza. A concepção neoliberal é constituída em torno do filósofo político austríaco Friedrich von Hayek para criar a Mont Pelerin Society, em 1947 – onde figuravam os notáveis Ludwig von Mises e Milton Friedman.

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o "Consenso de Washington". A essa altura, tanto Clinton como Blair poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon e dito simplesmente: 'Agora somos todos neoliberais'. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (HARVEY, 2005, p.23)

O resultado dessa agressividade do capital sobre os Estados e as nações não demorou a aparecer. Segundo a Oxfam (2016), organização não governamental britânica, disparou no mundo a desigualdade social e a concentração de renda.

O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população. Uma rede global de paraísos fiscais permite que os indivíduos mais ricos do mundo escondam 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais. Apenas oito bilionários do mundo: Bill Gates, Amancio Ortega, Warren Buffett, Carlos Slim, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, Larry Ellison e Michael Bloomberg, juntos, detém a riqueza equivalente à metade mais pobre do planeta. No Brasil, os seis brasileiros mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. Os dados estão no relatório "A Distância Que Nos Une" da Oxfam Brasil. A conclusão tem origem em um cálculo feito pela própria ONG, que compara os dados do informe Global Wealth Databook 2016, elaborado pelo banco suíço Credit Suisse, e a lista das pessoas mais ricas do mundo produzida pela revista Forbes. Segundo a Forbes, Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) têm, juntos, uma fortuna acumulada de 88,8 bilhões de dólares, equivalente a 277 bilhões de reais atualmente. (OXFAM, 2016)

Em 2018, existem no mundo 193 países, segundo a ONU, desconsiderando as controversas situações políticas de algumas nações. Nesse contexto, apenas dez países são ricos e desenvolvidos, de IDH muito elevado, acima de 0,900: Noruega(0,944), Austrália(0,935), Suíça(0,930), Dinamarca (0,923), Países Baixos(0,922), Alemanha (0,916), Irlanda (0,916), Estados Unidos (0,915), Canadá(0,913), Nova Zelândia(0,913) [ONU, 2014]. Esses dez países reúnem uma população total aproximada de pouco mais de 507 milhões de habitantes (IBGE, 2015), ao passo que a população mundial é de cerca de 7,3 bilhões de pessoas. Ou seja, havia elevada qualidade de vida para apenas 7% da população mundial, se não forem consideradas as graves desigualdades internas nesses dez países, as multidões de sem-teto de Los Angeles e Nova Iorque, os desempregados alemães ou os perseguidos nativos da Austrália.

Esta não é uma ideia de desenvolvimento satisfatória. Para Harvey (2006), é um mero desenvolvimento estético sobre a ética. Segundo Santos (2009), a globalização neoliberal mostra-se como uma fábula e uma fábrica de perversidades.

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, sempre se opuseram um ao outro, travando uma constante luta, às vezes aberta, outras vezes oculta; uma luta que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o fim comum das classes em luta. (MARX & ENGELS, 2014, p. 108)

Alguns teóricos atribuem ao capitalismo a ideia de desenvolvimento. Contudo, é a sua negação, em sua etapa monopolista, que aniquila a ilusão concorrencial e impõe à economia e às sociedades sua dinâmica concentradora do capital e a segregação espacial da maioria das populações. Do pensamento moderno, resgatamos a ideia-força da vontade geral de Rousseau e daqueles que a assimilaram e a desenvolveram para fundamentar outra vertente conceitual do desenvolvimento.

3.3 DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA PLENA

A abordagem conceitual de desenvolvimento nesta concepção prioriza a significação de cidadania, em prol do avanço das condições elementares de vida e dignidade dos povos, assim inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu artigo primeiro: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” A Constituição brasileira reafirma estes princípios em seu artigo 3º, tendo como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Constituição Federal, 1988)

Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. (SANTOS, 2009, p. 174)

A ausência de eficácia do liberalismo em atender às demandas da maioria das populações dos países trouxe a reflexão de teóricos acerca desta questão. As crises sociais, políticas, a geração de concentração e desigualdade geraram outro clamor das sociedades.

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tonar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. (SANTOS, 2014, p. 19)

Para Pochmann (2009), o liberalismo conduziu a um indisfarçável mal-estar no conjunto da sociedade humana que reduz o bem-estar social, elevando a primazia do “ter” à potenciação, gerando ilusões, agravando a desigualdade social e a concentração monopolista.

A reflexão sobre uma estratégia de desenvolvimento da sociedade brasileira capaz de enfrentar com êxito e em tempo hábil os quatro grandes desafios – redução gradual e firme das extraordinárias disparidades sociais; eliminação das crônicas vulnerabilidades externas; construção do potencial brasileiro; e consolidação de uma democracia efetiva, em um cenário mundial violento, imprevisível e instável – deve iniciar-se pela análise da situação da população brasileira, como mão-de-obra produtora e como cidadania política. Daí a importância do emprego e da tecnologia. (GUIMARÃES, 2005, p.71)

De acordo com Bresser-Pereira (2004), o desenvolvimento real é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada. Para Marx, era um processo integrado de desenvolvimento econômico, social e político. Para Schumpeter, tinha como agentes os empresários e não significava simplesmente aumento da renda per capita, mas transformações estruturais da economia e da sociedade.

No Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, nos anos 1950 e 1960, refletiram uma visão coerente e abrangente do Brasil e de seu processo de industrialização e desenvolvimento. Apresentou uma interpretação original e poderosa do desenvolvimento brasileiro fundada nos conceitos de revolução capitalista e, principalmente, de revolução nacional, inspirada no nacional-desenvolvimentismo e no marxismo, a depender de seus interlocutores. Para Furtado (2000), os autores do ISEB tinham clareza sobre a ideia da revolução burguesa de Marx e que esta ocorre em duas fases – a do mercantilismo e a do capitalismo industrial –, e que só a segunda produz efetivamente o desenvolvimento, no capitalismo.

3.4 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO EXÓGENO

O economista coreano Ha-Joon Chang, em sua obra “23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo” destaca a diferença entre a retórica dos países ricos e a prática que os levaram ao topo, chamando a atenção para o discurso de Estado mínimo.

Ao contrário do que comumente se acredita, o desempenho dos países em desenvolvimento no período em que o Estado dominou o desenvolvimento foi superior ao que eles alcançaram durante o período subsequente de reforma voltada para o mercado. Houve alguns fracassos grandiosos de intervenção estatal, mas quase todos esses países cresceram muito mais rápido, com uma distribuição de renda mais equitativa e com um número bem menor de crises financeiras, durante os “maus dias do passado” do que o fizeram no período das reformas voltadas para o mercado. Além disso, também não é verdade que quase todos os países ricos tenham ficado ricos por meio de políticas de livre mercado. A verdade é mais ou menos o oposto. Com apenas algumas exceções, todos os países ricos de hoje, entre eles a Grã-Bretanha e os Estados Unidos – os supostos lares do livre comércio e do livre mercado – ficaram ricos por meio da combinação do protecionismo, subsídios e outras políticas que hoje eles aconselham os países em desenvolvimento a não adotar. (CHANG, 2013, p. 100)

Outro argumento dos pensadores do neoliberalismo seria uma suposta ausência de nacionalidade do capital, da liberalização e internacionalização difusa do capital das corporações transnacionais, mui interessadas em desenvolver e reproduzir seus capitais em diversos países, aliando-se e potencializando as empresas nacionais destes. (Chang, 2013)

Apesar da crescente “transnacionalização” do capital, quase todas as empresas transnacionais na realidade continuam a ser empresas nacionais com operações internacionais, em vez de companhias genuinamente desprovidas de nacionalidade. Elas realizam no seu país de origem a maior parte das suas atividades básicas, como pesquisas avançadas e a definição de estratégias. Quase todos os seus principais tomadores de decisões também são cidadãos do país de origem da empresa. Quando precisam fechar fábricas ou reduzir empregos, geralmente o último lugar onde fazem isso é no país de origem, por vários motivos políticos e, acima de tudo, econômicos. Isso significa que o país de origem se apropria da maior parte dos benefícios de uma corporação transnacional. (CHANG, 2013, p. 114)

A Divisão Internacional do Trabalho apresentava uma conformação de países desenvolvidos, fabricantes de produtos de alta tecnologia e valor agregado, e, não-desenvolvidos, produtores de matérias-primas e alimentos *in natura*.

Mais do que o domínio colonial, foi o livre-câmbio, a livre circulação de mercadorias pelas fronteiras nacionais que assegurava a superioridade, no mercado mundial de produtos industriais, e os países que se industrializaram mais cedo. Na primeira metade do século passado (XIX) o livre-câmbio foi adotado por numerosas nações, o que fez a hegemonia britânica atingir seu apogeu. Na segunda metade daquele século, vários países – entre os quais a Alemanha e os Estados Unidos – começaram a adotar medidas protecionistas de suas indústrias e desta maneira

puderam resistir à competição inglesa e passaram a se industrializar rapidamente. Desta maneira, formou-se o conjunto de países que constituem o centro industrializado da Divisão Internacional do Trabalho, todos situados no hemisfério norte: na Europa Ocidental, na América do Norte mais o Japão. A periferia deste centro foi constituída por todos os demais países, muitos deles então colônias ou ex-colônias, mas todos de economia colonial, isto é, centrados num certo primário – de alimentos e matérias-primas – voltado para o mercado externo. Definiu-se, assim, no século passado uma autêntica Divisão Internacional do Trabalho-DIT, a partir da especialização produtiva de cada país. O mundo se dividiu, de forma cada vez mais nítida, em países desenvolvidos, exportadores de produtos industriais, e países não-desenvolvidos, exportadores de produtos primários. (SINGER, 1983, p. 106)

Nesse sentido apontado por Singer temos a elevação da dependência externa do Brasil nas últimas décadas, como retorno à época anterior a substituição de importações conquistada na industrialização brasileira, retornando ainda mais a uma dinâmica exportadora de *commodities*. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea), coordenado por Ribeiro (2018), nos últimos anos houve uma significativa perda da posição relativa dos produtos industrializados nas exportações brasileiras. Em 2017, o volume exportado desses bens ficou 0,7% abaixo do quantum de 2008. A porcentagem das vendas totais leva em conta o valor exportado. Em 2000, a participação dos industrializados era de 74,5% no total das exportações nacionais e de 51,3% em 2017. Nesse mesmo período, a exportação de produtos primários aumentou acima de 60%, passando de 22,8% em 2000 para 46,4% em 2012. Como consequência, não é de surpreender que a participação dos industrializados brasileiros no mercado global se tenha reduzido para 0,75% em 2016. Esses dados são coerentes com a tendência de queda acentuada da participação da indústria no produto interno bruto (PIB) nacional, de mais de 25% no final da década de 1980 para ao redor de 10% em 2017. Importante salientar que, nesse decrescente universo de exportação industrial, parte significativa era de multinacionais instaladas no país que remetem seus lucros para os países-sede e lá geram pesquisa e desenvolvimento.

“O capital se faz em casa”, dizia Barbosa Lima Sobrinho (1973). A Toyota foi inaugurada em 1926, como fabricante de máquinas têxteis simples e, em 1933, passou a produzir carros. O governo japonês impediu, em 1939, a entrada das concorrentes, General Motors e Ford, e anos depois chegou a financiar a montadora nacional com dinheiro do Banco Central. A primeira exportação para os EUA, do modelo de passeio Toyopet, em 1958, foi motivo de orgulho para os japoneses, dando início à vanguarda na produção mundial de automóveis, especialmente para os EUA. Para o ISEB, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. Mas, dada a existência do imperialismo, seria impossível a esses

países se desenvolverem sem que sua revolução capitalista se completasse pela revolução nacional que leva à formação do Estado nacional.

Para os países hoje desenvolvidos, o desenvolvimento econômico foi, historicamente, o processo de acumulação sistemática de capital com incorporação de progresso técnico realizada por empresários em um mercado estabelecido e regulado por cada Estado nacional. Desta definição, entretanto, não se depreende que o Estado nacional, mesmo nesses países, tenha sido apenas um “ambiente” no qual o desenvolvimento ocorreu. Ele não se limitou a criar as condições econômicas e institucionais adequadas para o desenvolvimento, **mas foi também o promotor deste**. No caso dos países subdesenvolvidos que, nos anos 50, estavam em pleno processo de revolução capitalista, o ISEB salientava que o Estado tem, adicionalmente, o papel de ser o líder estratégico do desenvolvimento. Deve proteger a indústria nacional infante contra a concorrência estrangeira – daí a tese de que o desenvolvimento deve ocorrer pela substituição de importações; deve planejar a economia, principalmente os investimentos do próprio Estado na infra-estrutura econômica do país; e deve estar constantemente se atualizando diante dos novos desafios econômicos e tecnológicos que estão surgindo nacional e internacionalmente. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.57, grifo nosso).

O desenvolvimento é, portanto, o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado, segundo Bresser-Pereira (2004)

Para tanto, seria preciso construir uma ideologia de desenvolvimento nacional. A dependência ideológica precede às demais dependências financeira e tecnológica. (Amaral, 1996) O nacionalismo é um fenômeno histórico intrínseco à existência da nação. O nacionalismo é a consciência autêntica e crítica da realidade nacional. (Vieira Pinto, 1957) O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estádios. O caso mais simples é da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. (FURTADO, 2009, p. 171).

Segundo Souza (1996), para a geração do desenvolvimento nacional é mister a independência brasileira, através da autodeterminação nacional, a desprivatização do Estado, a encampação dos monopólios privados, a nacionalização do solo, a integração nacional, a democratização dos meios de comunicação, a autodefesa nacional.

3.5 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

A experiência histórica dos países colonizados e subdesenvolvidos dos séculos XX e XXI foi muito diferente dos países ricos e desenvolvidos. Parte significativa dos estudos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento não tinham em conta as relações econômicas e de outros tipos entre as metrópoles e suas colônias econômicas no decorrer da história da expansão e do desenvolvimento mundial do sistema mercantilista e capitalista.

Habitualmente se afirma que o desenvolvimento econômico se produz em uma sucessão de estágios capitalistas e que os países subdesenvolvidos de hoje estão ainda em um estágio, que às vezes se descreve como estágio original da história, pelo qual os países atualmente desenvolvidos passaram há muito tempo. Porém, basta um moderado conhecimento da história para ver que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parece em qualquer aspecto relevante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Estes nunca estiveram subdesenvolvidos, ainda que possam ter sido não-desenvolvidos. Geralmente, se pensa também que o subdesenvolvimento atual de um país pode ser entendido como produto ou reflexo exclusivamente de suas próprias características ou estruturas econômicas, sociais e culturais. No entanto, a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje desenvolvidos. (FRANK, 1966, p. 1)

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) era uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas, criada em 1948, com o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos e, posteriormente, do Caribe. Dois dos principais autores foram o economista argentino Raúl Prebisch, que lançou em 1949, o estudo intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, e o brasileiro Celso Furtado.

A estrutura social predominante na América Latina opõe um sério obstáculo ao progresso técnico e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico e social. São três as manifestações deste fator: a) Uma tal estrutura entorpece consideravelmente a mobilidade social, isto é, a origem e o crescimento dos elementos dinâmicos da sociedade, dos homens com iniciativa e energia, capazes de assumir riscos e responsabilidades, tanto na técnica e na economia quanto nos outros aspectos da vida coletiva; b) A estrutura social se caracteriza em grande parte pelo privilégio na distribuição da riqueza e, assim, da renda; o privilégio debilita ou elimina o incentivo à atividade econômica, em detrimento do emprego eficaz dos homens, das terras e das máquinas; c) Esse privilégio distributivo não se traduz em forte ritmo de acumulação de capital, a não ser em formas exageradas do consumo nas camadas superiores da sociedade em contraste com a precária existência das massas populares. (PREBISCH, 1963, p. 12).

As teorias sobre o desenvolvimento econômico, segundo Celso Furtado, são “esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem estar de uma população com crescente homogeneização social” (FURTADO, 1992, p. 39). Para Furtado (2000), o desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. O subdesenvolvimento seria um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, essencialmente, atravessado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento, sendo que o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas, constituindo, antes, na realidade, uma “deformação”. Além disso, o subdesenvolvimento é o resultado de uma conexão, surgida em certas condições históricas, entre um processo interno concentrador e um processo externo de dependência, onde se instalaria uma parte dos sistemas industriais dos países do centro da economia mundial, detentores de um alto grau de acumulação de capital.

A controvérsia brasileira é a disputa do projeto de uma nação soberana e independente com a perpetuação do modelo colonial brasileiro, desde a chegada dos portugueses, ao domínio inglês do século XIX e meados do século XX, à submissão ao imperialismo estadunidense nos séculos XX e XXI, com pontuais interrupções, letrada na “Canção do Subdesenvolvido” de Carlos Lyra e Chico de Assis:

Canção do Subdesenvolvido

O Brasil é uma terra de amores
Alcatifada de flores
Onde a brisa fala amores
Em lindas tardes de abril
Correi pras bandas do sul
Debaixo de um céu de anil
Encontrareis um gigante deitado

Santa Cruz...hoje o Brasil
Mas um dia o gigante despertou
Deixou de ser gigante adormecido
E dele um anão se levantou
Era um país subdesenvolvido
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc. (refrão)

E passado o período colonial
O país passou a ser um bom quintal
E depois de dar as contas a Portugal
Instaurou-se o latifúndio nacional, ai!(refrão)

Então o bravo povo brasileiro

Em perigos e guerras esforçado
 Mas que prometia a força humana
 Plantou couve, colheu banana...
 Bravo esforço do povo brasileiro
 Mas não vi o capital lá do estrangeiro (refrão)

As nações do mundo para cá mandaram
 Os seus capitais tão "desinteressados"
 As nações, coitadas, queriam ajudar
 E aquela "Ilha Velha" não roubou ninguém

País de pouca terra, só nos fez um bem
 Um "big" bem, um "big" bem, bom, bem, bom
 Nos deu luz, ah! Tirou ouro, oh!
 Nos deu trem, ahhh! Mas levou o nosso tesouro(refrão)

Mas data houve que se acabaram
 Os tempos duros e sofridos
 Pois um dia aqui chegaram os capitais dos...
 Países amigos
 País amigo desenvolvido
 País amigo, país amigo.

Amigo do subdesenvolvido
 País amigo, país amigo
 E nossos amigos americanos
 Com muita fé, com muita fé
 Nos deram dinheiro e nós plantamos
 Só café!
 É uma terra em que plantando tudo dá
 Pode-se plantar tudo que quiser
 Mas eles resolveram que nós iríamos plantar
 SÓ CAFÉ! SÓ CAFÉ!

Bento que bento é o frade - frade!
 Na boca do forno - forno!
 Tirai um bolo - bolo!
 Fareis tudo que seu mestre mandar?
 Faremos todos, faremos todos...

Começaram a nos vender e nos comprar
 Comprar borracha - vender pneu
 Comprar madeira - vender navio
 Pra nossa vela - vender pavio
 Só mandaram o que sobrou de lá
 Matéria plástica,
 Que entusiástica
 Que coisa elástica,
 Que coisa drástica
 Rock-balada, filme de mocinho
 Ar refrigerado e chiclet de bola
 E coca-cola...! (refrão)

O povo brasileiro tem personalidade
 Não se impressiona com facilidade
 Embora pense como americano
 Embora dance como americano
 Embora cante como americano
 Lá, lá, la, la, la, la
 Êh, êh, meu boi

Êh, roçado bão
 O melhor do meu sertão, tu, tu, tu
 Comeram o boi...

O povo brasileiro embora pense,
 dance e cante como americano
 Não come como americano
 Não bebe como americano
 Vive menos, sofre mais
 Isso é muito importante
 Muito mais do que importante
 Pois difere os brasileiros dos demais
 Personalidade, personalidade
 Personalidade sem igual
 Porém... subdesenvolvida, subdesenvolvida
 E essa é que é a vida nacional!

O caso brasileiro é bastante ilustrativo dessa contradição desenvolvimento x subdesenvolvimento, herdada do sistema colonial em que metrópoles regozijaram-se com as riquezas nacionais e o trabalho secular de gerações de indígenas, negros, imigrantes e mestiços. Com a Revolução de 1930, desencadearam-se novas perspectivas, de intenso desenvolvimento econômico baseado na industrialização e na distribuição de renda com direitos sociais, numa união do Estado, capital nacional e dos trabalhadores.

Tais perspectivas ainda são, contudo, no fundamental, obstadas pelos remanescentes do velho sistema. Encontram-se aí as raízes das dificuldades e perturbações econômicas que atingem tão profundamente, na atualidade (1970), a vida do país e de seu povo. (PRADO JR, 2008, p. 341)

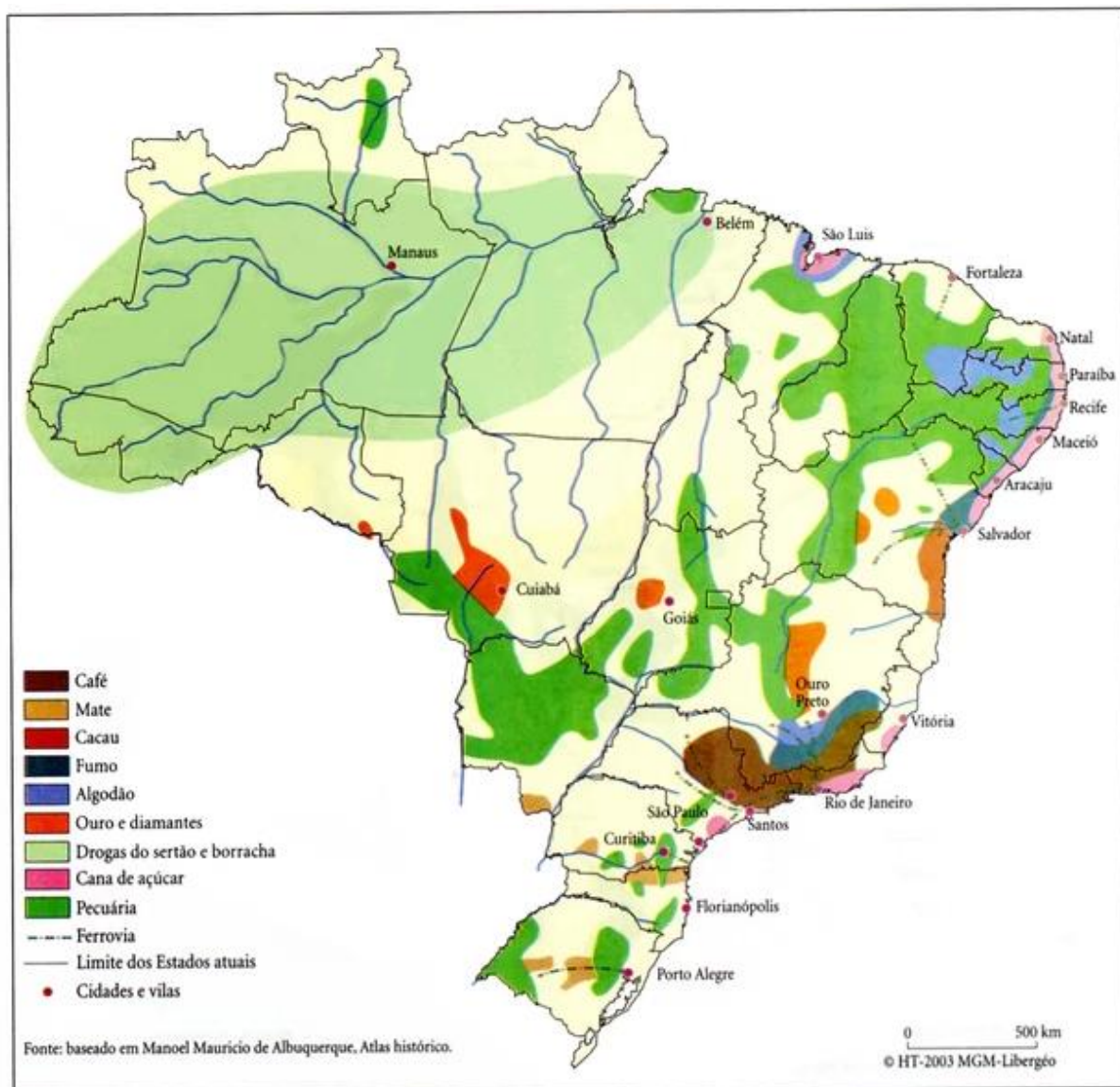
Como já demonstrara Celso Furtado, a questão ideológica é fundamental para a compreensão da problemática desenvolvimentista e a superação do subdesenvolvimento. A sociedade brasileira caracteriza-se por uma crônica vulnerabilidade externa com facetas econômica, política, tecnológica, militar e ideológica. A mais importante, pois influencia todas as políticas do Estado e da sociedade brasileira e agrava as outras facetas da vulnerabilidade externa, é a de natureza ideológica. (Guimarães, 2005)

3.6 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Até o início da década de 1930, o espaço geográfico brasileiro foi estruturado com base substancial no modelo primário-exportador, fazendo com que a configuração das atividades econômicas fosse dispersa e com pontual ou ausente interdependência. Dentre os produtos que compunham a pauta comercial brasileira destacaram-se a cana-de-açúcar, o algodão, o ouro, a borracha e o café. Como tais atividades se encontravam dispersas no espaço, esta configuração

denominava-se de Arquipélago Econômico Regional porque as regiões brasileiras formavam uma espécie de ilhas, tal como vislumbramos na Figura 5.

Figura 5 - Mapa da ocupação econômica do território brasileiro no século XIX



Fonte: THERY e MELLO, 2005, p. 41

O período da chamada República Velha (ou Primeira República) é extremamente rico para a história regional, pois, então, a economia e a sociedade gaúchas mudaram a sua face, e também o poder político regional experimentou grandes transformações, processos estes que guardam relativa autonomia, mas que se articulam. Nesse momento de sua história, o RS teve uma original forma de desenvolvimento, na qual os impulsos dinâmicos endógenos concorreram com uma diversificada pauta de exportações regionais para estabelecer um ritmo de crescimento econômico expressivo, equiparável ao do complexo cafeeiro. Esse modo específico de desenvolvimento econômico, sem paralelo entre as demais regiões brasileiras,

estabeleceu-se nos marcos de um relativo isolamento regional e de uma economia nacional ainda pouco integrada. (SCHMIDT e HERRLEIN JR, 2002, p. 259)

No contexto nacional do início do século XX, o Rio Grande do Sul consistia numa economia regional subsidiária, tal como sempre havia sido a economia gaúcha estabelecida na fronteira dos domínios luso-brasileiros. Entretanto, superada a escravidão, se configurou numa importante economia de mercado interno, especialmente a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das colônias de pequenos proprietários e da indústria da capital Porto Alegre. Houve, nesse período, uma grande expansão econômica e demográfica, proporcionando à economia regional um dinamismo notável e peculiar na sua forma, pois foi amplamente determinado pela demanda interna à região, segundo Schmidt e Herrlein Jr (2002).

Ao final dos anos 20, a economia gaúcha ganhara complexidade e diversidade, ampliando suas importações do Exterior e do resto do Brasil. Durante todo esse período e até os anos 40, os setores em que era expressivo o trabalho assalariado na economia gaúcha foram a indústria, o comércio e os serviços no meio urbano e a pecuária e a lavoura do arroz no meio rural. O Estado regional desempenhou um papel decisivo para essa trajetória econômica. Nesse período da história republicana, estabeleceu-se uma forma de Estado regional, no quadro da Federação, que dispunha de larga autonomia. No caso gaúcho, essa autonomia foi concomitante ao domínio do aparelho de Estado por uma direção política que logrou articular um arco de alianças com novas frações de classe emergentes, em lugar do domínio político das velhas classes dominantes. O Estado regional, nesse período, apoiou o processo de colonização, combateu o contrabando, estimulou a indústria regional e o desenvolvimento dos transportes fluviais e ferroviários, acabando por encampar os portos de Porto Alegre e de Rio Grande, bem como a rede ferroviária, no contexto da chamada política de "socialização dos serviços públicos" realizada por Borges de Medeiros a partir do terceiro de seus cinco mandatos de "presidente" do Estado. (SCHMIDT e HERRLEIN JR, 2002, p. 260)

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, trouxe uma dinâmica de movimento endogenamente determinada (Furtado, 2007), enquanto principiava um processo mais intenso de integração do mercado nacional. As bases do crescimento econômico do Rio Grande do Sul foram a manutenção de seu papel de exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro, bem como na ampliação de seu mercado interno regional. A indústria gaúcha, entre 1920 e 1950, acentuou o seu caráter regional. A desconcentração foi expressa pela redução do peso dos "grandes" estabelecimentos (mais de 100 operários) no emprego de operários industriais, que era de 51 % em 1920, e reduziu-se para um terço, refletindo o crescimento da importância relativa dos estabelecimentos "médios" (de 10 a 100 operários). O emprego industrial também se expandiu, e a tendência foi de aceleração da expansão industrial na passagem da década de 30 para a de 40, segundo Herrlein Júnior (2000).

Com a centralização econômica no Sudeste, sede da industrialização brasileira a partir do estoque de capitais provenientes da economia cafeeira, associada aos investimentos estatais e erguimento da indústria de base brasileira e a política de substituição de importações, o Rio Grande do Sul perdeu certo protagonismo devendo subordinar-se secundariamente ao centro do país, como resalta Pesavento (1992). Essa redução econômica do estado, demonstrada na Tabela 2, evidenciava a retração com o diferencial exógeno implantado por Juscelino Kubitschek, que privilegiou a entrada do capital estrangeiro na indústria de bens de consumo duráveis, renunciando a fundamentos do projeto nacional-desenvolvimentista da Revolução de 1930.

Tabela 2 - Taxas de crescimento da economia gaúcha (médias anuais)

	1949/1960	1949/1953	1956-1960
TOTAL	4,9	8,6	0,3
Setor primário	3,8	9,8	-3,0
Setor secundário	5,4	9,5	1,7
Setor terciário	5,2	7,2	2,8

Fonte: (ACCURSO; CANDAL e VERAS, 1965, p.18)
Org.: Hettwer, 2018

Com os efeitos do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, da abertura à entrada desmedida do capital estrangeiro, especialmente com a instalação da indústria automobilística exclusivamente no Sudeste, e sob a ditadura militar, essa periferação do Rio Grande do Sul se ampliava, pois os ramos industriais que passaram a dinamizar o crescimento não se instalaram na região, apesar de esforços do governador Leonel Brizola (1959-1963) em dinamizar e desenvolver o estado, com a nacionalização de empresas estrangeiras de energia, a criação da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) e CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações), além da construção de 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula com capacidade para 235.200 alunos, apelidados popularmente de “brizoletas”; foram iniciados outros 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos, segundo dados de Quadros (2001). Contudo, como notamos na Tabela 3, houve a perda significativa de participação estadual na produção industrial nacional.

Tabela 3 - Participação estadual no produto industrial do Brasil 1907/1979 em %

	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL
1907	16,5	4,8	14,9
1920	31,5	5,5	11
1939	36,4	8	8,7
1948	45,4	7,1	7,9
1960	54,3	6	6,7
1969	55,9	7,7	5,7
1979	60	9	5,5

Fonte: Censos 1907/1920/1970 e estimativas para 1979, extraídos de Carrion Jr (1993)
Org.: Hettwer, 2018

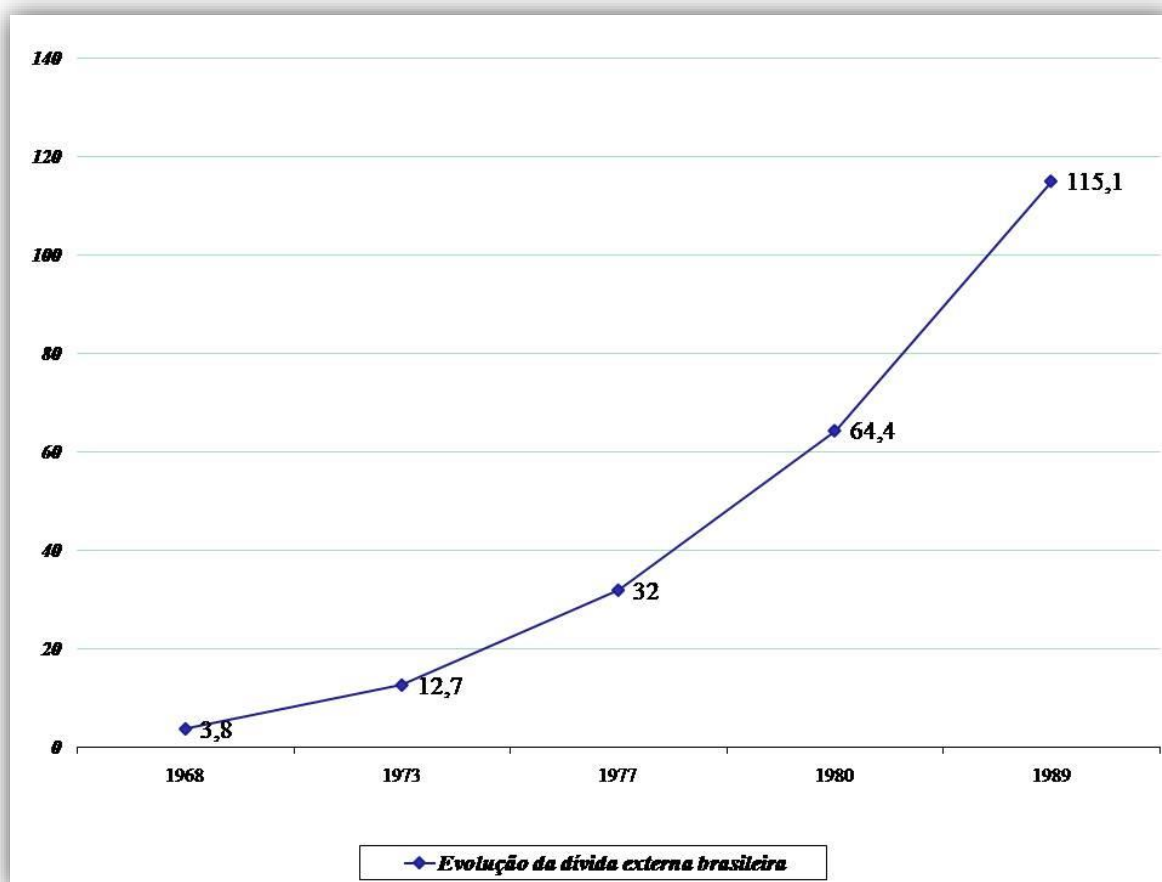
A economia regional e a análise regional, particularmente, se afirmam assim, em nossos dias, como o resultado da evolução da própria análise econômica moderna, resultado, em grande parte, das pressões sociais contrárias ao excesso de centralismo nacional que levam à elaboração de instrumentos de ação e programação mais próprios à compreensão e transformação das realidades locais. A visão regional, assim, responde simultaneamente ao detalhamento e desdobramentos, inerentes aos planos nacionais e centrais, como representa a preservação das identidades das partes e dos seus interesses econômicos. Para o Rio Grande do Sul, a busca de uma correta compreensão das suas limitações, possibilidades e vinculações nacionais e internacionais ao nível econômico, constitui-se um ponto de partida essencial para qualquer esforço de repensar o modelo de desenvolvimento regional e de redefinir seus rumos. (CARRION JR, 1993, p. 404)

Se de um lado houve a contenção industrial gaúcha, de outro cresceu enormemente a produção agropecuária, com o surgimento da soja no estado e sua crescente produtividade e expansão territorial, no período ditatorial. Em 1970, o Brasil já era um dos maiores produtores e exportadores mundiais e o Rio Grande do Sul respondia por quase dois terços da produção nacional, que vai decrescendo em percentual de produção e produtividade. Em 1977 é menos de 50% da produção nacional. A indústria gaúcha se diversificou e acompanhou o “milagre brasileiro”, com altas taxas de crescimento até 1980, segundo Müller (1998).

[] a velha província manteve, depois de estabelecida a federação e a República, características não encontráveis em outras regiões do nosso País. Particularmente, a existência de uma classe média que sabia dar o tom aos processos, tonificando-os com a sua presença e com o seu apego a determinadas normas. A existência dessa classe média e a importância do seu papel no Rio Grande é que definem o que, no fim de contas, o Estado apresenta de mais firme e duradouro. Ora, é isso que já está com os seus alicerces abalados: nunca houve, como agora, tantas malocas rodeando as cidades. [] Nunca o Rio Grande conheceu a miséria. Está sendo apresentado a ela, agora, e de uma forma violenta e singular. Singular, porque o RS teria experimentado um tipo de desenvolvimento econômico peculiar, progressivo, orgânico, que estaria sendo solapado pela grande indústria de outras regiões que ocupam a vanguarda do crescimento econômico. (SODRÉ, 1992, p. 110)

Contudo, o “milagre brasileiro”, denominação tipificada no regime militar, foi arranjado mediante a contração de elevados empréstimos a bancos, especialmente estrangeiros, e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Em 1968, a dívida era de US\$ 3,8 bilhões, alcançando US\$ 115,1 bilhões, mesmo com o pagamento de US\$ 230 bilhões em juros neste período, conforme analisamos no Gráfico 1. O “milagre econômico” cobrava seu preço: a catástrofe econômica das décadas de 1980 e meados de 1990, denominada “década perdida”, com a explosão inflacionária.

Gráfico 1 - Evolução da dívida externa brasileira 1968-1989 em bilhões de dólares



Fonte: Souza (2007)
Org.: Hettwer, 2018

Para Pochmann (1991), os dados disponíveis sobre a evolução da economia brasileira, ao longo da década de 80, permitiam identificar com certa clareza os beneficiários do processo inflacionário: exportadores, banqueiros internacionais e rentistas internos dos títulos públicos. Com a globalização e o neoliberalismo em escalada na década de 1990, a Geografia do mundo

mudou mudando a Geografia do Brasil. Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das empresas mundiais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da empresa mundial não é só aquele dos países industrializados.

Conforme Oliveira (2016), a mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O núcleo do capitalismo não está centrado só nos países ricos, mas em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Assim, a região que concentrava o PIB brasileiro no início do século XXI era a sudeste, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Rio Grande do Sul era a quarta economia do Brasil pelo tamanho do Produto Interno Bruto - PIB, em 2015, chegando a R\$ 381,9 bilhões. Na tabela 4 temos a pormenorização da indústria gaúcha e sua participação na economia nacional, em 2016.

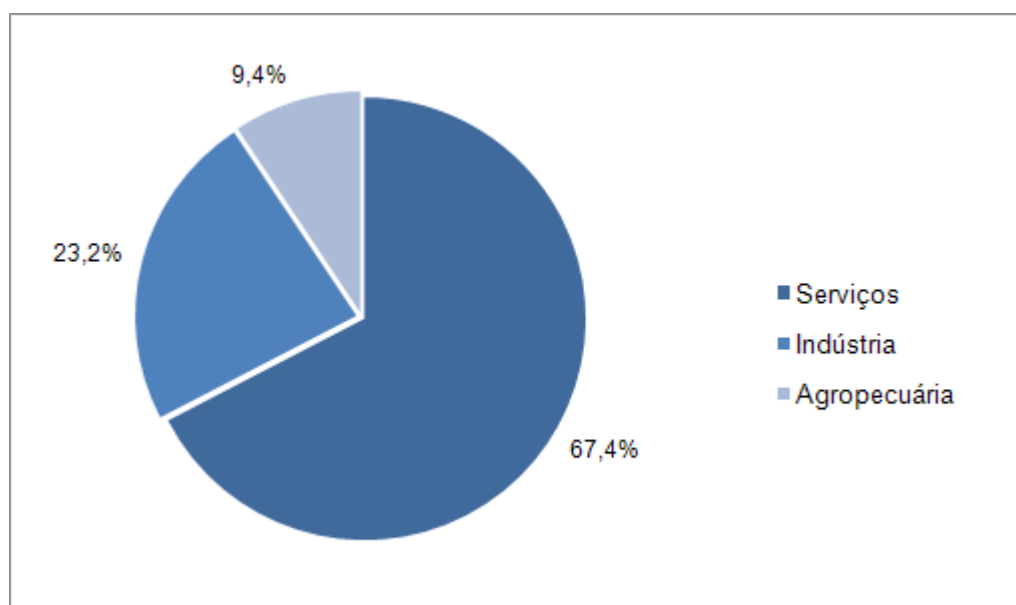
Tabela 4 - Perfil da indústria por estado – Rio Grande do Sul

PIB industrial em bilhões R\$ (2016)	81,7
Participação no PIB industrial do Brasil - % (2016)	7,1
Número de estabelecimentos industriais (2017)	46.653
Participação no número de indústrias do Brasil	9,9%
Setores com maior participação no PIB industrial do estado:	
Construção	20,7%
Alimentos	15,7%
Serviços industriais de utilidade pública	8,7%
Exportações de industrializados diante do global (2016)	53,6%
Participação nas exportações de industrializados do Brasil	10,5%
Número de trabalhadores da indústria (2016)	762.640
Participação na força de trabalho industrial do Brasil - 2016	8,13%
Arrecadação ICMS da indústria - bilhões R\$ (2016)	9,9

Fonte: CNI, 2016
Org.: Hettwer, 2018

A economia gaúcha possui estreita relação com os mercados nacional e internacional, muito influenciada pela dinâmica das exportações. E, embora a estrutura setorial do VAB (Valor Agregado Bruto) do Rio Grande do Sul confirmasse a forte participação do Setor de Serviços, que apresentou grande crescimento durante as duas últimas décadas, podia-se dizer que a economia gaúcha era impulsionada por dois setores hegemônicos: a Agropecuária e a Indústria de Transformação, representada no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Estrutura do VAB do Rio Grande do Sul por setores de atividade em 2015 (%)



Fonte: FEE. Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contas Regionais e IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2015

O PIB per capita brasileiro passou de R\$ 19.876,68 em 2010 para R\$ 29.326,33 em 2015, apresentando um aumento de cerca de 47,5%. O PIB per capita gaúcho passou de R\$ 22.556,00 em 2010 para R\$ 33.960,36 em 2015, aumentando cerca de 50,5% no período. O PIB per capita gaúcho é o quinto maior entre os 27 estados brasileiros.

3.7 A REGIÃO, REGIONALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Como afirma Heidrich (2000), a região produz seus regionalismos, sejam gaúchos, paulistas, nordestinos, nortistas, gerando conflitos identitários, políticos e econômicos, fundamentalmente cevados por interesses das elites. Pois aos povos interessa sim sua identidade mas, sobretudo, sua integração harmônica e solidária para o atendimento de suas necessidades mútuas. O Rio Grande do Sul, em virtude da Revolta dos Farrapos (1835-1845), e haver questionado o Império negligente, carregou consigo esta pecha separatista. No Rio Grande do Sul, há uma forçosa imposição discursiva da necessária relação entre a identidade do ser gaúcho com a manutenção do latifúndio.

O sentido da identidade regional e do latifúndio (que de algum modo a sustenta) para o camponês marginalizado do acesso à terra é, por fim, uma outra questão a ser desdobrada. A extraordinária mutação socioespacial que transformou o latifúndio

decadente em um espaço simbólico, fonte de identidade e “orgulho” para todos os gaúchos, contraditória e dialeticamente, pode gerar também o seu reverso, pois a manutenção de vastos espaços improdutivos ou mal explorados começa a mobilizar os segmentos sociais alienados dos meios de produção. (HAESBAERT, 1988, p. 90)

No entanto, esse discurso oligárquico é antagônico à dinâmica da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento a partir da agregação de valores aos produtos, da industrialização. Ainda é percebido no país o duelo discursivo do Visconde de Feitosa e o Barão de Mauá, acerca da unicidade da vocação agrícola brasileira. Esse fenômeno se dá em todo território nacional e, particularmente, na região sul, que se desindustrializa drasticamente.

Há algumas décadas o Estado já poderia ter definido um projeto regional próprio de longo prazo, é claro levando em consideração as limitações de nossa própria economia e de nossa inserção na economia brasileira. A unidade nacional, tanto política como econômica, não exclui projetos regionais, até os necessita. (CARRION JR, 1998, p. 219)

O mundo se dividiu em países desenvolvidos, exportadores de produtos industriais, e países não-desenvolvidos, exportadores de produtos primários, conforme Singer (1983). A globalização neoliberal subverte até mesmo a identidade regional impondo novos modos e meios, referenciando as atuais elites muito mais ao *country* estadunidense do que ao regionalismo de Mano Lima⁹, processo ilustrado na canção de Vaine Darde e Gaúcho da Fronteira.

Herdeiro da pampa pobre

Mas que pampa é essa que eu recebo agora
Com a missão de cultivar raízes
Se dessa pampa que me fala a história
Não me deixaram nem sequer matizes?

Passam às mãos da minha geração
Heranças feitas de fortunas rotas
Campos desertos que não geram pão
Onde a ganância anda de rédeas soltas

Herdei um campo onde o patrão é rei
Tendo poderes sobre o pão e as águas
Onde esquecido vive o peão sem leis
De pés descalços cabresteando mágoas

O que hoje herdo da minha grei chirua
É um desafio que a minha idade afronta
Pois me deixaram com a guaiaca nua

⁹ A referência é uma alegoria relacionada à identidade cultural da elite rural contemporânea muito mais inerente ao domínio estadunidense do que à cultura de raiz do Rio Grande do Sul, representada pelo emblemático cantor e compositor gaúcho Mano Lima, que critica o empobrecimento do campo e as imposições externas.

Pra pagar uma porção de contas

Se for preciso, eu volto a ser caudilho
 Por essa pampa que ficou pra trás
 Porque eu não quero deixar pro meu filho
 A pampa pobre que herdei de meu pai.
 (Vaine Darde/Gaúcho da Fronteira)

No espaço da exploração do capital, no extremo sul do Brasil, houve a ocupação territorial do gaúcho. Para a compreensão do desenvolvimento regional é mister analisar o gentio gaúcho, habitante dos pampas, das serras, das planícies litorâneas, índio, europeu, negro, miscigenado. Para a formação dessa identidade deve-se levar em consideração o isolamento geográfico do Rio Grande do Sul, sua integração tardia ao resto do país. Para Oliven (1983), o gaúcho é, socialmente, um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra, visto como ser rude, o que foi contemporaneamente incorporado à identidade regional.

Se, de uma parte, as elites tentaram forjar um gaúcho europeizado, branco, heroico, patriarcal, a cultura popular gaúcha baseia-se em outros paradigmas, de um herdeiro das lidas campeiras, do índio, do povo rude num ambiente rude, do negro das charqueadas, das disputas fronteiriças, agregando o imigrante, todos miscigenados.

Afinal de contas, o que é um gaúcho? Um sujeito branquíssimo e louro chamado Schultz? Aquele senhor corpulento e corado, que atende ao nome de Carotenuto? Ou será aquele outro de apelido luso e cara indiática como o autor deste artigo? Porque o Rio Grande do Sul é talvez o mais sortido cadinho racial do Brasil. Neste verde “caldeirão” onde em remotas eras vagueavam várias tribos de índios, os primeiros povoadores puseram a ferver a rústica e honrada açorda açoriana, à qual se acrescentaram elementos vindos de outros pontos do Brasil. A sopa foi temperada com ervas indígenas e africanas; mais tarde lançaram-se nela um pouco de repolho germânico e condimentos como a manjerona italiana e outras especiarias vindas não só da Europa como até mesmo do Oriente próximo e remoto. Qual vai ser o aspecto e o “gosto” dessa mirabolante mistura? Isso será coisa apenas para os olhos e o paladar do futuro. (VERÍSSIMO, 1964, p. 243).

Contudo, essa construção ideológica do gaúcho é bastante controversa e oculta muitos elementos elitistas, particularistas, que resistem à complexidade e historicidade de uma cultura que emana da construção popular, que exalta a miscigenação. Quanto aos que negam a existência da miscigenação, um dos expoentes era Moyses Vellinho¹⁰, que propugnava a defesa

¹⁰Historiador, crítico, ensaísta e crítico literário. Sob o pseudônimo de Paulo Arinos, iniciou seu papel de crítico literário com a publicação de um comentário sobre a obra de Monteiro Lobato, *Ondas verdes*, texto divulgado no jornal *Correio do Povo*. No RJ, foi membro do Conselho Federal de Cultura. No RS, além de integrar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi redator de A Federação e escreveu para o jornal *Correio do Povo*, sendo também diretor da Revista *Província de São Pedro*, responsável por difundir a cultura do estado. Esteve presente na *Semana da Arte Moderna* de 1922. Seus estudos tiveram enfoque sobre a distinção entre o gaúcho

da pureza étnica dos “fronteiros”, desconsiderando a mistura de etnias. E se alguma mistura ocorreu, ela não é mais do que “desprezível”, segundo Dacanal (1996).

De outra parte, como resistência cultural à globalização, ascende no estado, no século XX, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que busca resgatar os elementos formadores da identidade gaúcha tradicional, sistematizando diversas questões culturais e artísticas. Uma das teses que fundamenta o movimento social reúne sérias críticas à aculturação imposta pelo capitalismo monopolista e suas metrópoles, especialmente os EUA.

A globalização é o triunfo da lei da oferta e da procura. Seus dogmas são a desregulamentação, a liberdade total para o comércio e para o fluxo de capitais, a privatização das empresas estatais. Com a queda do Império Soviético desapareceu a ditadura do proletariado, mas boa parte da humanidade sujeita-se à ditadura do mercado internacional. Este ameaça o Estado e a própria estabilidade democrática. Os governos deixam de lado questões cruciais de seus povos para atender aos interesses da economia transnacional, em detrimento de sua legitimidade e do próprio Estado democrático. Se contém inúmeros progressos, a globalização se dá indubitavelmente numa onda de dificuldades para a civilização. De um lado ela apresenta novidades fascinantes, de outro cria circunstâncias selvagens, iconoclastas. [...] No plano cultural, a globalização tenta se sobrepor às raízes dos povos. Na Amazônia, no interior do Rio Grande, no Rio de Janeiro, na Rússia, na Índia ou na China e até nos países islamistas, o contato com mensagens provenientes de milhões de telas de televisão e computadores provocam os mesmos gostos, os mesmos desejos, insinuam os mesmos valores, sugerem a mesma fantasia de vida. Em toda a parte a juventude organiza suas preferências pressionada para padrões homogeneizados. Tenta-se colonizar o mundo culturalmente à moda Disney, que é extremamente singela e por isso mesmo difundida com sucesso. Ela explora a concorrência entre o difícil e o fácil, o lento e o rápido, o complexo e o simples. As sociedades com vitalidade cultural caracterizam-se pelo lado difícil, lento e complexo da vida. Os momentos de indiferença, esgotamento e indolência das culturas são marcados pelo aspecto fácil, rápido e simples de todas as coisas. (LIMA, 1997¹¹)

Assim, o Rio Grande do Sul insere-se economicamente, culturalmente e socialmente na dinâmica global, contudo, absorvendo muitas das mazelas da perversidade da globalização neoliberal, sem os mecanismos de proteção e seus efeitos no espaço geográfico.

brasileiro e o gaúcho platino, o que colaborou com o estabelecimento das fronteiras nacionais. Disponível em <http://literaturaehistoria.com.br/index.php/estudos/perfis/95-moyses-vellino> em 21/04/2018.

¹¹ Tese inserida no programa do Movimento Tradicionalista Gaúcho disponível em http://mtg3.hospedagemdesites.ws/pag_teses.php em 21/04/2018

4 CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA DA ÁREA DE ESTUDO

O Rio Grande do Sul, estado mais meridional do país, é o maior e o mais populoso estado da região Sul. Tem como limites Santa Catarina ao norte, o Oceano Atlântico ao leste, o Uruguai ao sul e a Argentina a oeste. É o quarto estado mais rico do país, superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

4.1 O CONTEXTO REGIONAL

Pormenorizando a análise regional, o IBGE adotou a divisão territorial do espaço geográfico também em mesorregiões e microrregiões. Segundo a divisão definida, o Rio Grande do Sul possui sete mesorregiões – Nordeste Riograndense; Noroeste Riograndense; Centro Ocidental Riograndense; Centro Oriental Riograndense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Riograndense; Sudeste Riograndense. Cachoeira do Sul está localizada na Mesorregião Centro Oriental Riograndense. Os critérios adotados para essa divisão regional foram: processo social como determinante; o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.

A Mesorregião Centro Oriental Riograndense é formada por três microrregiões e os seguintes municípios:

- Microrregião de Cachoeira do Sul: Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Passo do Sobrado, Rio Pardo.

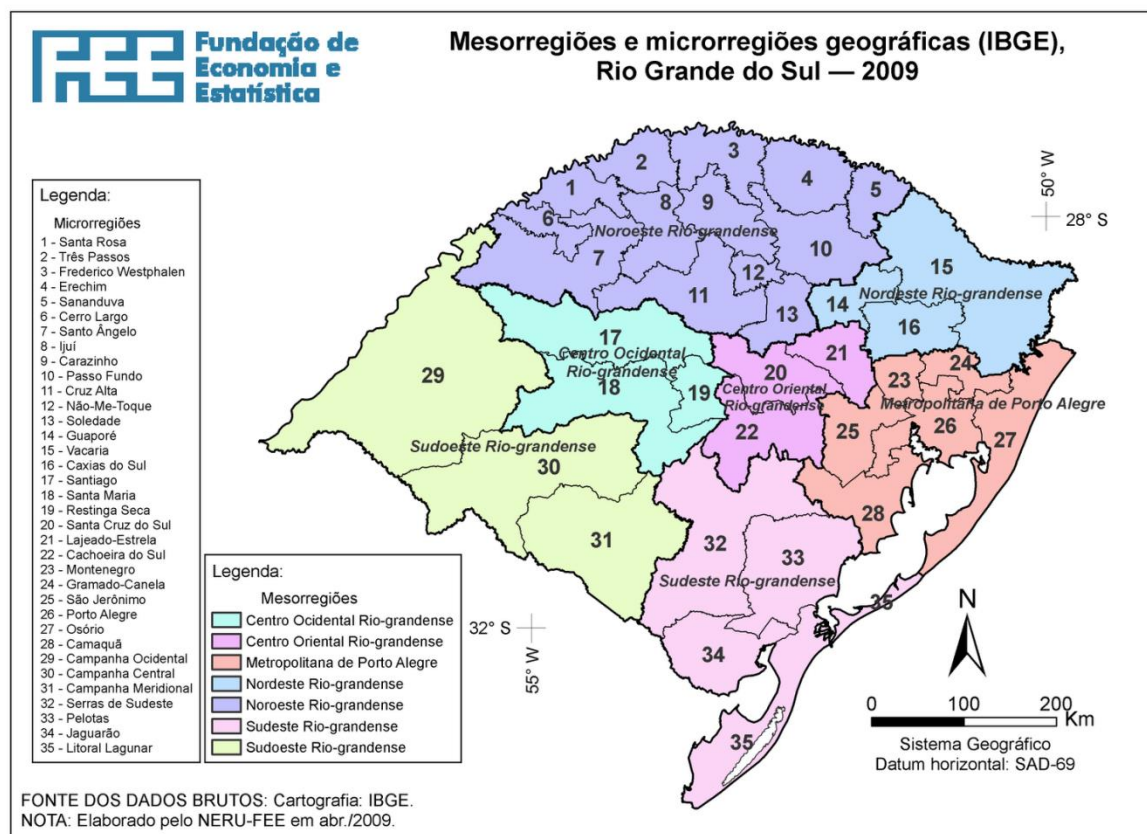
- Microrregião de Lajeado-Estrela: Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Pouso Novo, Progresso, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa, Westfália.

- Microrregião de Santa Cruz do Sul: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

A Figura 6 apresenta a distribuição geográfica das mesorregiões gaúchas e suas subdivisões em microrregiões. Na Tabela 5 há a participação de cada mesorregião no PIB gaúcho e sua evolução no período 2010-2013, que demonstrava a desigualdade regional, a ser discutida neste projeto de pesquisa. A região metropolitana de Porto Alegre concentra maior

parte do PIB, seguida das regiões Noroeste, Nordeste, Centro Oriental, Sudeste, Sudoeste e Centro Ocidental.

Figura 6 – Mapa da divisão territorial do RS em mesorregiões



Fonte: IBGE, 2009.
Elaboração: FEE, 2009

Tabela 5 - Participação do PIB e do Valor Adicionado Bruto por atividade nas mesorregiões do RS em % – 2010/2013

MESORREGIÕES	PIB				VAB SERVIÇOS				VAB INDÚSTRIA				VAB AGROPECUÁRIA			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Metropolitana de Porto Alegre	50,1	48,7	49,3	46,8	51,9	51,0	51,2	50,0	52,9	50,2	48,8	47,6	10,2	8,8	11,4	8,7
Noroeste	15,9	17,0	16,1	18,4	15,8	16,5	16,4	17,4	12,5	13,7	13,5	14,4	40,5	44,2	36,4	43,6
Nordeste	13,6	13,8	13,9	13,2	11,0	11,1	11,0	10,7	19,5	20,8	21,5	20,7	11,6	10,9	12,2	10,0
Centro Oriental	7,0	7,1	7,3	7,4	6,4	6,4	6,4	6,4	7,3	7,7	8,4	9,3	10,7	11,2	11,7	10,3
Sudeste	5,9	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,5	6,7	4,1	3,8	4,1	4,3	7,9	7,1	8,8	7,5
Sudoeste	4,1	3,9	4,0	4,3	4,5	4,4	4,5	4,6	1,8	1,8	1,9	1,9	11,8	10,0	12,0	11,1
Centro Ocidental	3,4	3,6	3,4	3,8	4,0	4,2	4,0	4,2	1,9	2,0	1,9	1,7	7,3	7,9	7,5	8,8

Fonte: IBGE/FEE, 2013

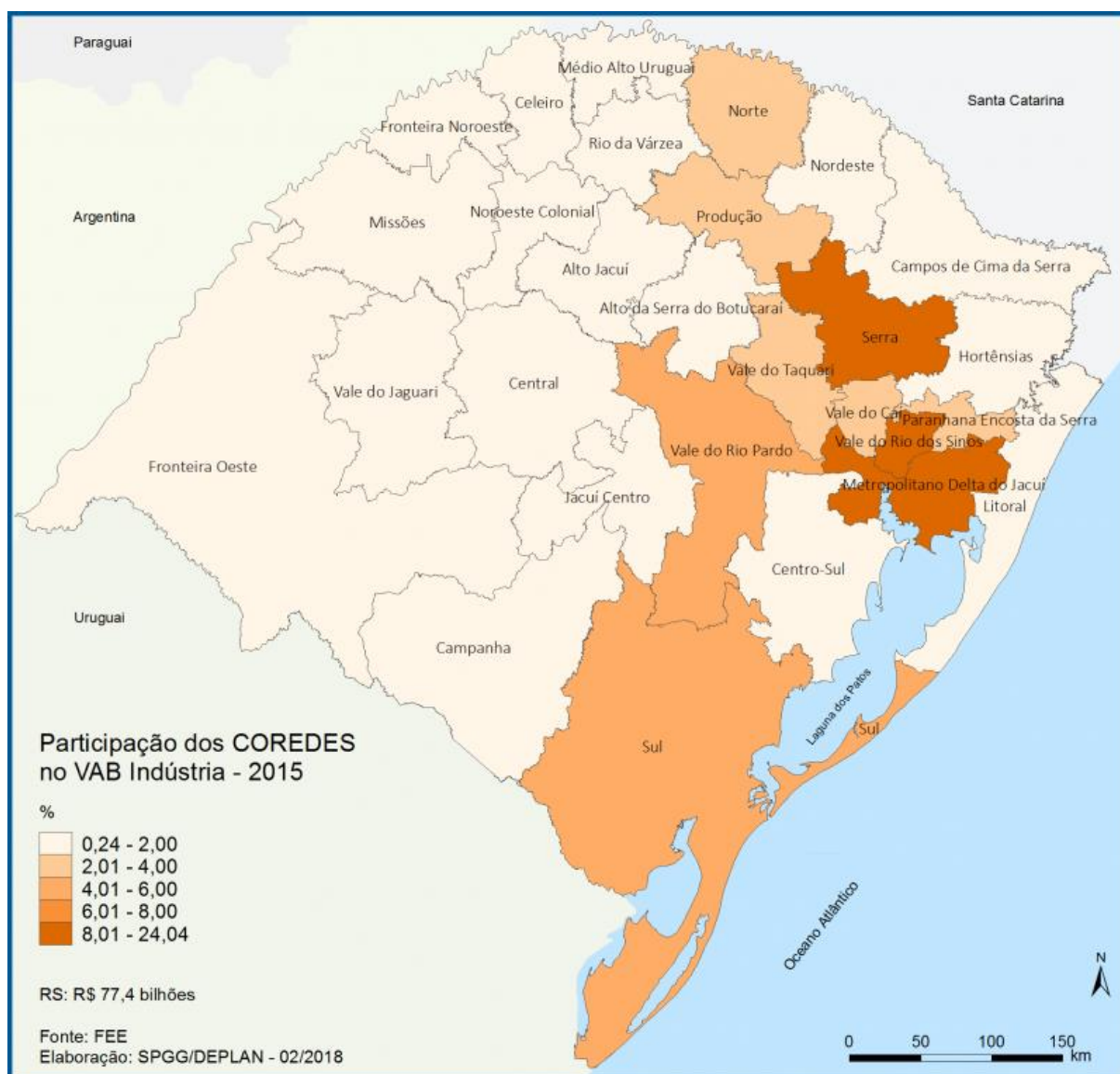
Além da regionalização do IBGE, em 1994, foram criados pela Lei Estadual nº 10.283, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE's, que consistem num fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Os principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, conta em 2018 com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. (FEE, 2018)

A preocupação com o equilíbrio territorial do desenvolvimento é um desafio para o planejamento e de implementação das políticas públicas. Para tanto, são necessários vários esforços, que vão desde o ordenamento das regiões que concentram grandes contingentes populacionais, até o estímulo ao desenvolvimento das potencialidades regionais, passando pela promoção da desconcentração do desenvolvimento econômico, pela melhoria da infraestrutura das cidades, pela qualificação da rede logística, dentre outros. Anualmente, os gaúchos podem votar nas prioridades para sua região, diante de um orçamento prévio oferecido pelo governo do estado e respectiva aplicação. Em 2018, a Consulta Popular obteve aumento da participação cidadã na votação digital, totalizando 795 mil votos nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Estado, 95 mil a mais do que 2017. Com recursos de R\$ 80 milhões no orçamento estadual para 2019, os projetos mais votados são das áreas da Saúde (R\$ 25 milhões) e Segurança (R\$ 24 milhões), e o restante foi distribuído em outros setores como educação, infraestrutura e programas sociais. O Corede Jacuí Centro, do qual Cachoeira do Sul faz parte, teve R\$ 2 milhões e 946 mil à disposição. (Governo do Estado RS, 2018)

No que se refere aos setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE, os Serviços possuem 60,5%; a Agropecuária, 20,8%; e a Indústria, 18,7%. Em relação à média do Estado, o COREDE detém menor participação nos Serviços e na Indústria e maior na Agropecuária, constituindo um perfil mais voltado ao setor primário. (Governo do Estado RS, 2018)

Na Figura 7 apresenta-se o mapa com a comparação entre os COREDE's, levando em consideração o desenvolvimento industrial de cada uma das regiões gaúchas de desenvolvimento, demonstrando a inexpressividade do Corede Jacuí Centro.

Figura 7 - Mapa com VAB Indústria e divisão regional COREDE's

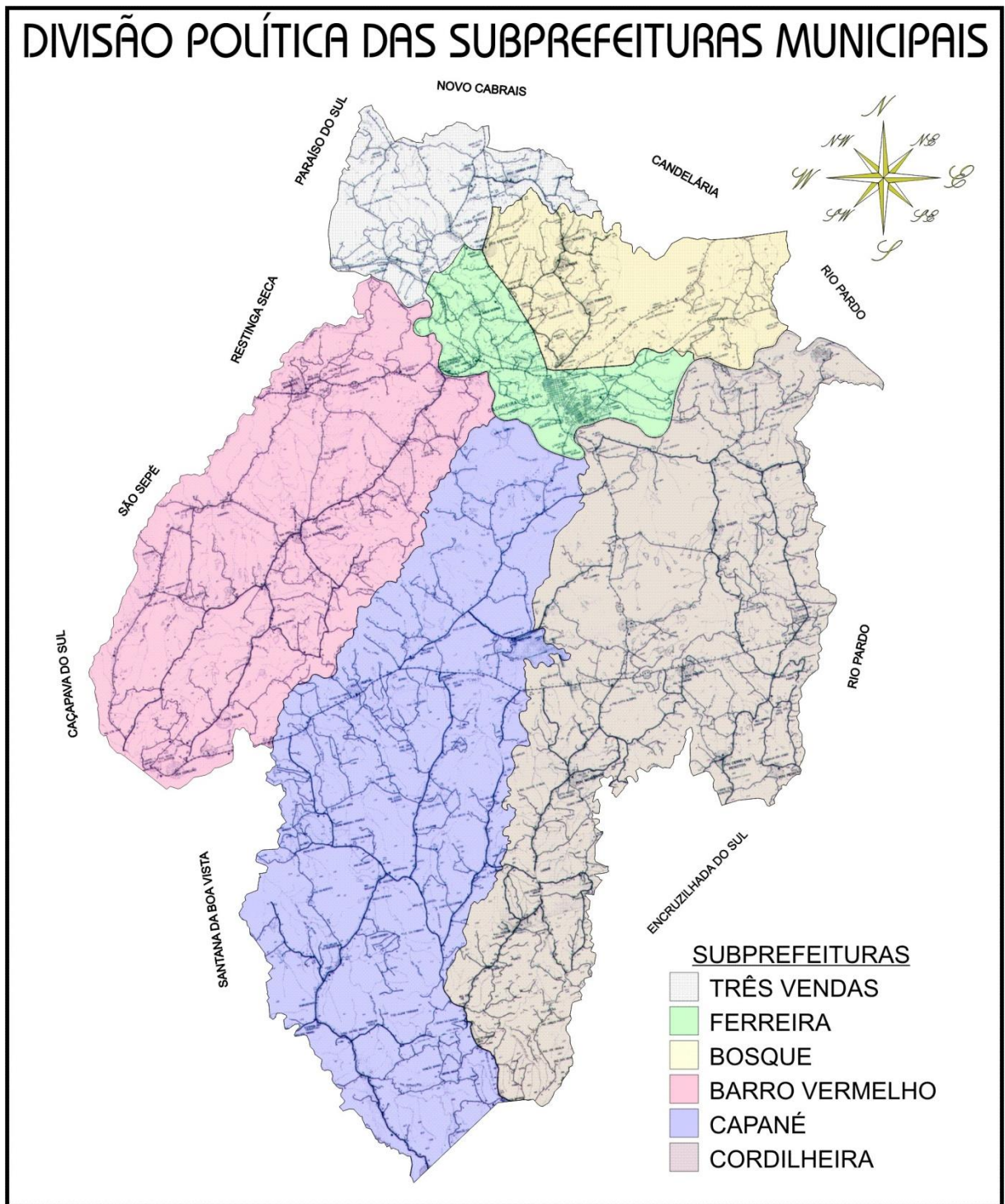


Fonte: FEE, 2018

O COREDE Jacuí Centro apresenta a população total de 141.877 habitantes (IBGE, 2017), em uma área total de 8.101,2 km², composto pelos municípios: Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul.

Com o propósito de efetivação de políticas públicas, o município de Cachoeira do Sul também foi regionalizado e a área territorial é dividida em sete distritos: cidade de Cachoeira do Sul (zona urbana), Ferreira, Bosque, Três Vendas, Barro Vermelho, Capané e Cordilheira (zonas rurais), conforme Figura 8.

Figura 8 - Mapa da divisão regional de Cachoeira do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal Cachoeira do Sul, 2017.

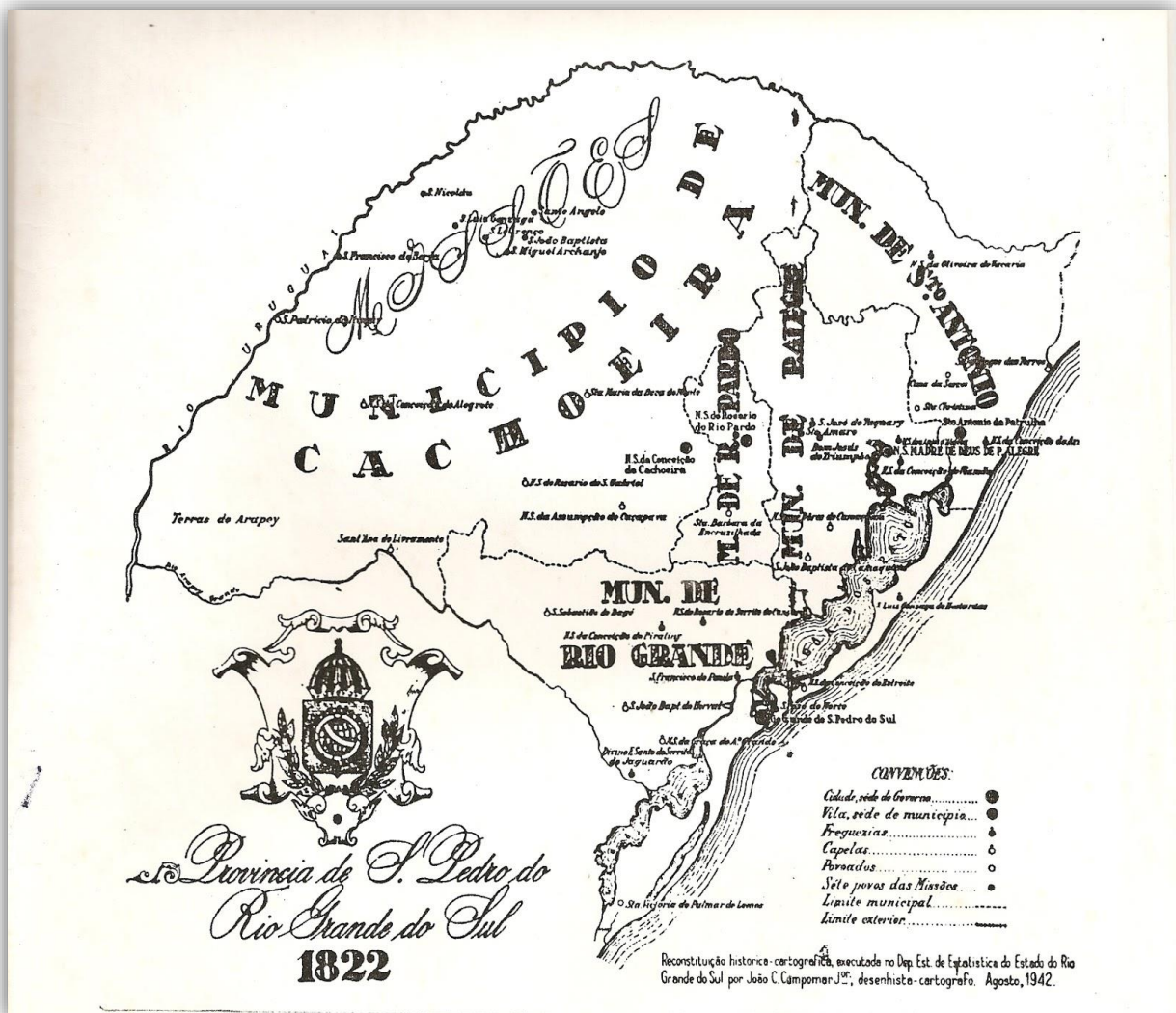
4.2 A HISTORICIDADE DE CACHOEIRA DO SUL E O CONTEXTO NACIONAL

Cachoeira do Sul, quinto município no Rio Grande do Sul, criado em 26 de abril de 1819, está localizado no centro do Rio Grande do Sul, à margem esquerda do rio Jacuí, a 196 km de Porto Alegre, capital do Estado. A população cachoeirense é uma mescla de várias etnias. A partir de 1750, esta região foi ocupada por soldados portugueses vindos de São Paulo e que receberam sesmarias do governo de Portugal. A seguir, chegaram açorianos, enviados para o Brasil devido à explosão demográfica e à escassez de terras aráveis no Arquipélago dos Açores. Em 1769, índios guaranis catequizados foram aldeados no local até hoje chamado Aldeia. Estes índios se instalaram com o objetivo de fornecer mão-de-obra para a nova povoação que surgia. É desta época o primeiro nome oficial: Capela de São Nicolau. Durante este tempo e ainda depois, chegavam negros escravos, pois a escravidão sustentava o modo de produção na época.

Em 10 de julho de 1779, a povoação foi elevada à freguesia com o nome de Freguesia de São Nicolau da Cachoeira de San José (Bispado do Rio de Janeiro, Comarca de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo) e dois anos depois passou à invocação de Nossa Senhora da Conceição. A imigração alemã ocorreu a partir de 1857; a imigração italiana, próximo a 1880. Além destes dois povos vários outros chegaram ao município. Árabes, no primeiro quartel do século XX, japoneses, em meados da década de 1950, judeus, que deixaram a cidade nos 1960, e os palestinos no final do século XX. (Prefeitura Municipal, 2018)

Na Figura 9, apresenta-se o mapa do estado do Rio Grande do Sul que demonstrava a grandeza territorial do município em 1822, que se estendia desde o centro do estado às fronteiras oeste, noroeste e sudoeste do Rio Grande do Sul.

Figura9- Mapa da divisão territorial do Rio Grande do Sul em 1822



Fonte: Arquivo histórico de Cachoeira do Sul, 1822.

O nome de Cachoeira do Sul surgiu no século XVIII e deve-se à Cachoeira do Fandango, uma das corredeiras que existiam no rio Jacuí. O Alvará de D. João VI, datado de 26 de abril de 1819, emancipou a então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Rio Pardo. A instalação do município e eleição dos primeiros vereadores ocorreu em 5 de agosto de 1820, com a adoção do nome de Vila Nova de São João da Cachoeira, sendo esta a data escolhida para comemoração do seu aniversário. Em 15 de dezembro de 1859 o município foi elevado à categoria de Cidade, recebendo o nome de Cachoeira. Em 1944 foi adotada a denominação definitiva de Cachoeira do Sul. (Prefeitura Municipal, 2018)

O desenvolvimento do espaço geográfico de Cachoeira do Sul foi historicamente influenciado pelas múltiplas determinações da conjuntura nacional e sua dinâmica política,

econômica e social, determinando impactantes resultados no município. O século XX herdou legados e distorções da ocupação do espaço, especialmente no que diz respeito à distribuição da terra e a concentração fundiária originária ainda na oferta de sesmarias e suas vastas áreas aos pioneiros gaúchos, religiosos e militares. Porém, com as migrações europeias intensificadas e a crescente urbanização, no século XX é que Cachoeira do Sul observava as transformações do espaço e do modo de vida das pessoas, experimentando as derivações dos projetos nacionais *in voga*.

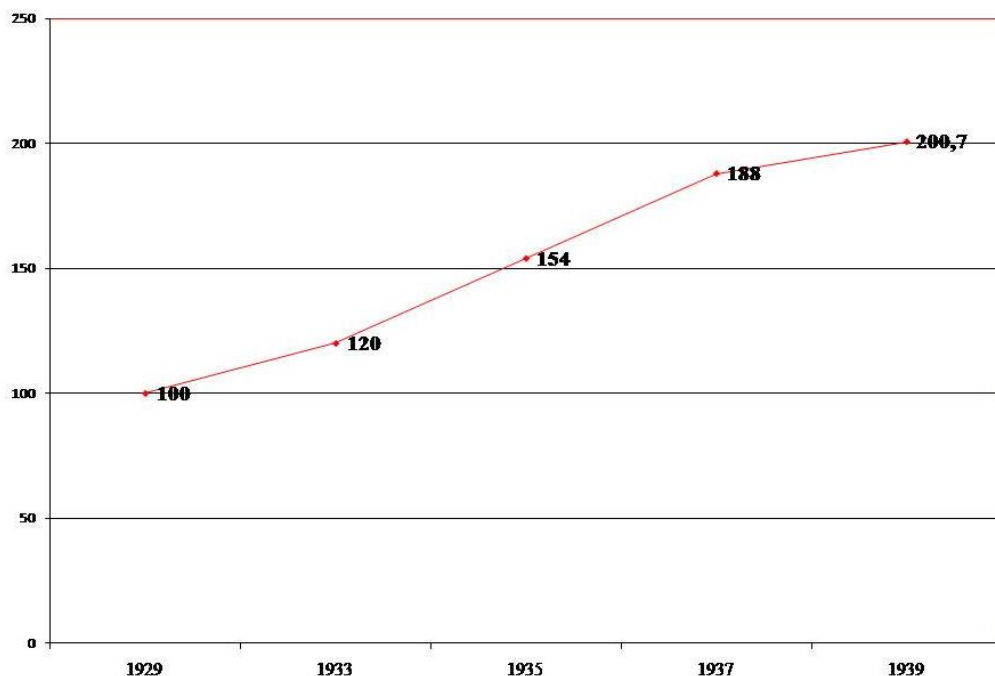
Com a Revolução de 1930, sob a liderança do gaúcho Getúlio Vargas, o Brasil escolhe o caminho para a industrialização, a independência econômica e a justiça social. A hostilidade da oligarquia paulista e a tentativa de golpe de 1932, para recuperar o poder político e restaurar os privilégios que compartilhava com os banqueiros ingleses à custa do sacrifício da população, iria retardar esse processo, mas não foi capaz de detê-lo. O projeto nacional-desenvolvimentista foi ganhando fôlego com base na política de substituição das importações, acompanhada do reconhecimento, apoio e estímulo à organização sindical dos trabalhadores e da criação das leis trabalhistas. A estratégia dos revolucionários de 30 era a intervenção direta do Estado criando empresas públicas e instituições nos setores estratégicos da infraestrutura produtiva e governamental, que se mostrou indispensável, para a consolidação do Estado brasileiro, com iniciativas exemplificadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Algumas realizações da Revolução de 30

REALIZAÇÃO	Ano
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1930
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1930
REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	1930
INSERÇÃO DE MÚSICA CLÁSSICA E NACIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR COM HEITOR VILLA-LOBOS	1932
IBGE	1937
RÁDIO NACIONAL	1940
RECONHECIMENTO DA CAPOEIRA COMO ESPORTE	1941
NACIONALIZAÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	1941
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	1942
FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES	1942
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	1943
COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS	1943
COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	1945
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1952
PETROBRAS	1953
ELETOBRAS – ENVIO DO PROJETO AO CONGRESSO	1954

Assim, vigorava o projeto nacional-desenvolvimentista que se constituiu como uma aliança entre o Estado, os trabalhadores e o capital privado nacional para defender o país da espoliação externa. A síntese do programa consistia em assumir o controle nacional sobre as nossas riquezas; produzir no Brasil, através de empresas genuinamente nacionais – estatais e privadas – os bens cuja importação sangrava o país pela via das trocas desiguais; tomar como base do desenvolvimento a expansão do mercado interno; melhorar o poder de compra dos trabalhadores e proteger o trabalho da ganância do capital.

Gráfico 3 - Crescimento da indústria de transformação 1929-1939 em %:



Fonte: Souza (2007)
Org.: Hettwer, 2018

Conforme o Gráfico 3, com a adoção destes fundamentos, o Brasil foi a primeira nação capitalista a emergir da crise de 1929. Em 1933 a produção industrial já superava em cerca de 20% o nível de 1929. Em 1935 esse índice chegava aos 54%, em 1937 atingia os 88%. No ano seguinte, a produção industrial já era o dobro da realizada em 1929.

Assim como a segunda metade do século XIX se caracteriza pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações em um sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a primeira metade do século 20 está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno. (FURTADO, 2007, p. 323)

O arroz foi o produto que permitiu desenvolver economicamente a região de Cachoeira do Sul. Sua introdução foi por conta da migração alemã e italiana e da favorável caracterização geográfica. Em termos econômicos, despontaria como base de sustentação do crescimento da região somente com a introdução das primeiras lavouras irrigadas por gravidade, em fins do século XIX e, principalmente no início do XX, com a utilização de irrigação mecanizada. Diferente de outras *commodities*, a orizicultura irrigada foi a primeira a surgir em bases capitalistas, usando maior mão de obra assalariada, arrendamento de terras, tecnologia e, principalmente, produzindo para o mercado em vez de se limitar a exportar o excedente, segundo Müller (1998) e Pesavento (1980 e 1983).

Nas décadas de 20, 30 e 40, época em que o Rio Grande do Sul se tornou o celeiro do Brasil, tivemos o maior crescimento. A cidade foi uma das primeiras a ser saneada. Tornamo-nos a “capital do arroz”. Cachoeira do Sul foi, então, o maior centro abastecedor do *hinterland* gaúcho. Abasteciam-se aqui o comércio e a população dos municípios de Encruzilhada, Caçapava, Santana da Boa Vista, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Candelária, Sobradinho e Arroio do Tigre. O mesmo acontecia, em parte, com outros municípios da campanha. Estávamos no fastígio da navegação fluvial. A bacia fluvial do Jacuí era, no Brasil, a que transportava a maior tonelagem de mercadorias. Cachoeirenses ilustres, com indiscutível capacidade e influência, expressavam nos cenários estadual e nacional as nossas reivindicações. (ROHDE, 1998, p.112)

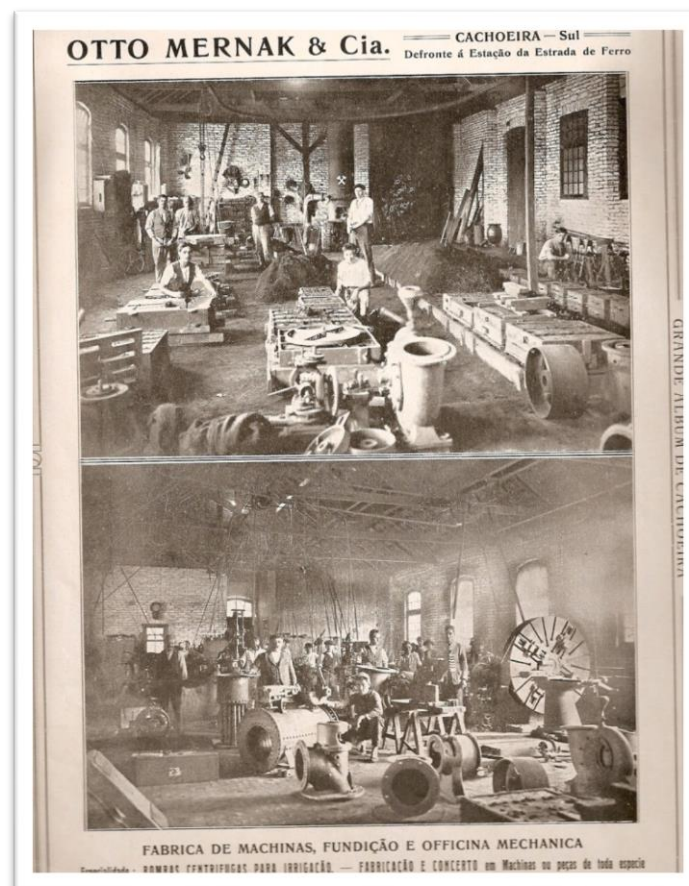
O desenvolvimento e a própria modernização da lavoura rizícola somente foi possível graças à forte influência da política protecionista do Governo Federal, elevando substancialmente as tarifas sobre o arroz importado. O produto fazia parte dos hábitos alimentares brasileiros, e seu consumo fora intensificado pelo processo de urbanização incipiente. Para Brum (1988) buscava-se a autossuficiência alimentar do arroz devido ao peso que ele passava a representar na balança comercial de pagamentos.

Por conta da fatura da lavoura rizícola irrigada foi possível realizar melhorias em termos de infraestrutura urbana. Já na administração do coronel Davi Soares de Barcellos (1893-1904) foram aterradas sangas e abertas ruas, de modo a expandir a ocupação através de novos loteamentos. As praças receberam melhorias, como calçamento, ajardinamento e muramento. Na área da saúde, foi construído o prédio destinado ao Hospital de Caridade. Com o coronel Isidoro Neves da Fontoura (1908-1912), deu-se início aos trabalhos de iluminação elétrica da cidade e fornecimento de força motriz durante o dia, do incipiente serviço de água e esgoto e de melhoria das estradas e comunicações entre os distritos e a sede. (SELBACH, 2010, p. 180)

Na segunda década do século XX, surgiu em Cachoeira do Sul o pioneirismo de Otto Mernak, com seus locomóveis de superior qualidade, os primeiros da América do Sul, que receberiam reconhecimento em todo o estado, no Brasil e, até, no exterior, ressalta

Rohde(1998). O alemão Otto Mernak, natural de Chemnitz, na Saxônia, chegou em 1903 ao Rio Grande do Sul, fixando-se em São Leopoldo. Em 1912 instalou-se em Cachoeira, onde abriu oficina mecânica e fundição em um galpão defronte à Estação Ferroviária, considerada a zona industrial da cidade. Seu negócio não ficou isolado, mas em posição estratégica que lhe permitia o convívio com engenhos de arroz e outros empreendimentos que se serviam da ferrovia para recebimento e escoamento de mercadorias, e poderiam lhe oferecer muitos serviços. Com trabalho constante e esforçado, tornou-se um dos mais bem sucedidos industriais de Cachoeira e a empresa fundada por ele, a Mernak S.A., chegou a ser a maior fabricante de locomóveis e caldeiras da América do Sul, abastecendo o mercado interno e externo, ilustrados nas Figuras 10, 11 e 12. Mernak afirmava que com disponibilidade de lâminas de ferro poderiam produzir grande variedade de manufaturados, desde bombas, trilhadeiras, peças para motores, caldeiras, locomóveis a locomotivas, empregando dezenas de operários, segundo Ritzel (2017).

Figura10 - Oficina de Otto Mernak (1922)



Fonte: Grande Álbum de Cachoeira, de Benjamin Camozato

Figura 11 – Oficina de Otto Mernak (1922)



Fonte: Acervo família Mernak

Figura 12 – Locomóvel produzido por Mernak S.A. (1952)



Fonte: Acervo família Mernak

Na década de 1920, foi o início da experiência industrial de Kerber & Cia, com máquinas, bombas e trilhadeiras, que culminou com a firma Kerber-Mernak. Segundo Ritzel (2017), já em 1926, Adolfo Moritz Friedrich iniciava suas atividades industriais, fabricando – em 1935 – sua primeira trilhadeira de arroz. Adolfo Moritz Friedrich e o filho Alvino, oriundos de Trombudo, onde haviam fundado uma fábrica de trilhadeiras, transferiram o negócio para Cachoeira, estabelecendo-se, em 1949, na Vila Marina. Construíram a residência da família e o pavilhão da fábrica que começou a funcionar em 1950. As primeiras trilhadeiras produzidas ainda em Trombudo (distrito de Santa Cruz do Sul), eram feitas em madeira e os operários da fábrica constituíam-se basicamente de marceneiros, ferreiros e pintores. Algumas peças que compunham a trilhadeira eram verdadeiras obras de arte, como “móveis de decoração”, segundo depoimento de João Carlos Ferreira, um dos últimos funcionários a deixar a fábrica quando ela encerrou suas atividades na década de 1980. A Friedrich, Figura 13, chegou a exportar dezenas de unidades de suas trilhadeiras, além de abastecer largamente o mercado interno.

Figura 13 - Operários da Fábrica de Trilhadeiras Friedrich



Fonte: Acervo Museu Municipal
Autor: Alvino Friedrich

Em 1956, o IBGE editou uma monografia acerca do município de Cachoeira do Sul, donde destacamos alguns dados que demonstram a configuração social e econômica, dispostos na Tabela 7.

Tabela 7 - Dados do município de Cachoeira do Sul – 1956

População: 94.110 habitantes (Recenseamento de 1950).
Densidade demográfica: 16 habitantes/km ² .
População preponderantemente rural, com 67.736 habitantes; na área urbana concentram-se 23.713 pessoas e na suburbana (sedes de distritos), 2.661. Assim, 72% da população localizava-se na zona rural, 25 %, na urbana, e apenas 3%, no suburbano.
Atividades econômicas principais: Agricultura (principalmente, cultura, de arroz e do trigo, pecuária; indústria de beneficiamento de cereais e indústria de locomóveis, bombas centrífugas e trilhadeiras.
Estabelecimentos bancários: 6 agências
Veículos registrados (na Prefeitura Municipal) - 775 automóveis, 584 camionetas, 812 caminhões e 33 ônibus.
Aspectos urbanos (sede) – 4.352 ligações elétricas, 449 aparelhos telefônicos, 15 hotéis, 10 pensões, 1 cinema e 1 cine-teatro.
Assistência médica (sede) - 2 hospitais gerais com 215 leitos; 18 médicos no exercício da profissão.
Aspectos culturais - 192 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, 5 de ensino secundário, 6 de ensino agrícola, 1 de ensino industrial, 2 de artístico e 1 de pedagógico; 2 jornais, 2 emissoras de rádio, 1 biblioteca com 7.338 volumes, 4 tipografias e 3 livrarias.
Do total de 30.157 trabalhadores efetivos, 19.316 habitantes exercem a principal atividade econômica no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", representando 64% sobre esse número; há 2.556 pessoas ativas nos ramos "indústrias de transformação", representando 8%, e os ramos "prestação de serviços" e "comércio de mercadorias" congregam, respectivamente, 11 % e 6% desse total.

Fonte: Biblioteca IBGE, 1956
Org.: Hettwer, 2018

Nota-se que a natureza econômica de Cachoeira do Sul era predominantemente endógena, desde a produção de alimentos voltada principalmente ao mercado interno com a proteção de preços aos produtores nacionais, o beneficiamento industrial e a fabricação de maquinário para atender a esta produção primária, inclusive desenvolvendo outras possibilidades como máquinas ao transporte ferroviário. Contudo, após um período exitoso de uma política nacional endógena, sob pressão internacional e acordos ingenuamente elaborados, o Brasil abriu-se descuidadamente ao mercado externo, a partir do governo de Juscelino Kubitshek. O período é marcado por contradições claras entre o modelo nacional-

desenvolvimentista e a reabertura do país ao capital estrangeiro. Se por um lado o presidente JK recusava-se a aplicar a política do FMI, rompendo com este, intensificava a promoção da indústria pesada sob controle nacional e protegia a indústria nascente, a indústria naval e à Marinha mercante brasileiras; aumentou o papel do Estado na economia para garantir o desenvolvimento; primou pela política de valorização do salário real médio; criou a SUDENE; lançou a política de ocupação do Centro-Oeste, com a construção de Brasília e a rodovia Belém-Brasília, entre outras ações importantes. Por outro lado, foi em seu governo que reiniciou a escalada da penetração do capital estrangeiro no país.

A expressão maior desse processo foi o amplo incentivo à utilização da Instrução nº113. Sob a forma de investimentos diretos (incluindo reinvestimento), a entrada anual de capital de US\$ 65 milhões no período 1950-55 para US\$ 148 milhões no período 1956-61. Além disso, no primeiro período, a remessa de lucros para o exterior superou os investimentos diretos, dando, portanto, um investimento líquido negativo. Sob a forma de empréstimos e financiamentos, houve um aumento sistemático a cada ano (com exceção de 1960), passando de US\$ 231 milhões em 1956 para US\$ 529 milhões em 1961. Cerca de 70% desses capitais, nas duas modalidades, entraram sob a forma de máquinas e equipamentos, compostos basicamente de fábricas usadas, obsoletas nos EUA, mas “modernas” aqui, voltadas para a produção de bens de consumo de “luxo”, destacando-se a indústria automobilística. (SOUZA, 2007, p. 31)

Portanto, apesar de seguidor do projeto nacional-desenvolvimentista em vários aspectos, quanto aos bens de consumo duráveis, Juscelino Kubitschek depositou inexecutáveis expectativas nas grandes corporações internacionais. Há décadas, o Japão e a Coreia adotaram o caminho oposto e atualmente a Toyota, a Honda e Hyundai possuem fábricas instaladas no Brasil, competindo palmo a palmo com a indústria estadunidense e europeia. Enquanto isso, a brasileira Fábrica Nacional de Motores, depois de adquirida pela Alfa Romeo, foi comprada e fechada pela Fiat e as principais empresas de autopeças instaladas como contrapartida à abertura do mercado nacional, já não são brasileiras. Com a agressiva invasão do IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e a omissão nacional à indústria de transformação, as consequências não tardaram a aparecer: monopolização precoce da economia, concentração da renda, queda do salário real em relação ao índice de produtividade, retração do setor de bens de consumo de massa.

Passados alguns anos, com a posse de João Goulart, o herdeiro político de Getúlio, buscou retomar o projeto nacional-desenvolvimentista com a adoção de medidas de fortalecimento do mercado interno, da indústria nacional, do poder de compra dos trabalhadores brasileiros e da ampliação de seus direitos, no programa conhecido como Reformas de Base, obstaculizadas pelo golpe militar de 1964. O modelo militar utilizou a força empreendedora do

Estado para promover o crescimento, resultando o “milagre” econômico de Médici¹², numa associação entre o Estado e o capital estrangeiro, substituindo a aliança anterior entre Estado, capital nacional e trabalhadores.

Ainda assim, a ditadura conseguiu importantes feitos, pela simples adoção de algumas medidas. As estatais de setores estratégicos foram potencializadas e conquistaram certo desenvolvimento tecnológico. A Petrobrás e a Eletrobrás ampliaram sua atuação fazendo avançar nossas possibilidades industriais e de infraestrutura. Foi criado o Pró-Álcool que enfrentou a crise do petróleo fortalecendo a tecnologia nacional. A Marinha iniciou, com tecnologia própria, o processo que iria desembocar no domínio do ciclo do urânio. Inaugurou-se a Telebrás, que logo se tornara a grande referência mundial em tecnologia de ponta em telecomunicações e suas redes derivadas. Além disso, foi criada a Embrafilme, que deu condições ao cinema brasileiro de disputar o nosso mercado interno com as produções estadunidenses. A indústria nacional se tornava mais complexa fabricando aviões, navios de grande porte, blindados e microcomputadores. A política de substituição de importações retornara ao seu curso no governo Geisel. Contudo, para Souza (2007) essa aliança com o capital estrangeiro não demorara a cobrar seu preço, exigindo vultosos recursos do Tesouro devido aos escorchantes juros da dívida externa.

A década de 1980 ficou conhecida como a década perdida e deixou seus efeitos em Cachoeira do Sul, com a falência das principais indústrias de transformação. Ao mesmo tempo, impacto da Revolução Verde, da mecanização do campo, consideravelmente com maquinário estrangeiro, e da implantação de novas culturas, agora principalmente voltadas ao mercado externo, como a soja, o município reduzia-se a produtor de *commodities*, num cenário de mais de 70% da população residindo na cidade, repelidos pela máquina e pelo latifúndio agroexportador, mas também atraídos pela urbanização e industrialização.

Se o arroz tem sido a cultura de maior expressão do município de Cachoeira do Sul, e ele pode orgulhar-se de merecer – sem dúvida – o título de “capital nacional do arroz”, em consequência do pioneirismo desta cultura, sua produção “ainda” expressiva, pelos investimentos feitos neste cereal, base da sua economia, pelos engenhos de arroz e pelos seus exportadores, não é exagero nenhum dizer que a monocultura, o uso hegemônico do espaço e da água, a existência de uma verdadeira aristocracia arrojada conservadora tanto em termos políticos, geopolíticos e, até certo ponto, educacionais e ambientais levou à situação em que, mudada a conjuntura em relação a este grão-produto, igualmente a situação superestrutural de Cachoeira do Sul teria que alterar-se definitivamente. Esta mudança não era (e não foi) possível em função da situação histórica do país (ditadura militar, planos econômicos, etc.) mas – e principalmente –

¹² Eurico Garrastazu Médici: presidente imposto pelo regime militar de 1969 a 1974.

também pela mentalidade hegemônica conservadora já mencionada. (ROHDE, 1998, p. 119)

No final da década de 1980 e início de 1990, no cenário internacional, ocorre a queda do socialismo no leste europeu, o que desconfigurou completamente a favor dos grandes monopólios a correlação de forças mundial. O ideário do Consenso de Washington¹³ surge como a tábula dos mandamentos, inclusive no Brasil, que em sua primeira eleição direta depois de décadas(1989), elege um representante destas ideias, Fernando Collor de Melo, fragilizando as defesas econômicas nacionais. O primeiro alvo, semanas após sua posse, foi a extinção da Embrafilme, emblemática medida, em meio ao auge do neoliberalismo, de expropriar o imaginário nacional. Tal como com a produção cinematográfica brasileira, a sanha neoliberal avançara para todos os setores com a política de privatizações, como a Usiminas, as indústrias ferroviárias, dentre outras, além da promoção de um importacionismo descontrolado.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo federal em 1995 prometendo pôr fim à “era Vargas”, ou seja, soterrar o projeto nacional-desenvolvimentista, de unidade do Estado, dos trabalhadores e do capital nacional, para liberalizar a voracidade dos capitais externos com a abertura econômica e a privatização de setores estratégicos. O argumento utilizado à época para a privatização era de que o mundo havia mudado, que nossas estatais eram deficitárias e inoperantes e que, com a venda, o governo iria aplicar em saúde e educação os recursos obtidos. Atendendo às orientações do FMI, pagaram-se juros, amortizações da dívida externa e ainda assim o país saiu devendo. O capital externo encontrara um filão mais rentável para obter lucros e remetê-los à matriz. Ao invés de criar novas empresas, “comprava” as existentes. Sem acrescentar praticamente nada à capacidade produtiva instalada no país, podia ampliar suas remessas. Isso ocorreu também com 1.100 empresas privadas brasileiras, que entre 1995 e 2000 foram compradas por multinacionais. Ícones da nossa capacidade empresarial, como Metal Leve, Cofap, Arisco, Lacta, Arno, Bom Preço, Freios Varga, Café do Ponto, Banco Real, mudaram de bandeira nacional. (Souza, 2007)

¹³ O **Consenso de Washington** reúne um conjunto de medidas econômicas que foram apresentadas em 1989 no *International Institute for Economy*, na capital dos Estados Unidos. O documento foi elaborado pelo economista inglês John Williamson. As recomendações do **Consenso de Washington** eram: a) **Reforma fiscal**: promover profundas alterações no sistema tributário (arrecadação de impostos), no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas para que elas aumentassem seus lucros e o seu grau de competitividade; b) **Abertura comercial**: proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias; c) **Política de Privatizações**: reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, no sentido de transferir a todo custo as empresas estatais para a iniciativa privada; d) **Redução fiscal do Estado**: reduzir os gastos do Estado através do corte em massa de funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços, e diminuição das leis trabalhistas e do valor real dos salários, a fim de cortar gastos por parte do governo e garantir arrecadação suficiente para o pagamento da dívida pública.

Uma das consequências do governo neoliberal de FHC foi a revisão constitucional que promoveu, dentre outras, a quebra de monopólio da Petrobrás na exploração petrolífera no país e o fim do conceito de empresa nacional. Esta segunda medida abalou energeticamente a economia nacional discriminando a empresa de capital nacional, retirando sua necessária prioridade, equiparando-a em “igualdade” de condições com filiais de multinacionais.

O Brasil perdeu significativa capacidade industrial e de infraestrutura. O capital produtivo estrangeiro aplicado no Brasil no período JK, com seu tripé¹⁴ econômico, já não era satisfatório para conter a expansão da voracidade de corporações estrangeiras e sua sede por mercados, em todos os segmentos econômicos. A indústria de autopeças, por exemplo, de capital nacional com JK, se desnacionaliza quase que por completo na década de 1990. No setor elétrico, houve um retorno à situação que prevalecia antes da Revolução de 1930, quando a maioria das empresas energéticas era estrangeira. A Escelsea (ES) virou portuguesa; a Eletrosul (RS) ficou belga; a Cerj (RJ), chilena; a Coelce (CE), espanhola; a Coelba (BA), espanhola; a Celpe (PE), espanhola; a Cosern (RN), espanhola; a Cesp-Bandeirante (SP), portuguesa; a Cee-NNE (norte e nordeste do RS), norte-americana; a Cee-CO (Centro-Oeste do RS), norte-americana; a Eletropaulo (SP), norte-americana; a Elektro, norte-americana; e a Cesp-Parapanema (SP), norte-americana. O setor financeiro nacional também era vilipendiado, quer seja estatal ou privado. O Banespa, privatizado, virava Santander, espanhol, mesmo destino do Real. O Banco Cacique era da Sociéte Générale. O Bamerindus virava HSBC, entre outros, segundo Biondi (2003) e Souza (2007)

Como consequência da abertura econômica, entre 1995 e 2002, o crescimento médio do PIB foi de 2,3%, ficando abaixo dos 2,9% obtidos na “década perdida” (1981-1990). Em janeiro de 1995, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo era de 12,1% e em janeiro de 2003, temos uma taxa de 18,6%. Em escala nacional, nos últimos cinco anos de governo FHC, o salário médio real caiu 15%. Como decorrência desse arrocho, a participação do conjunto dos salários na renda nacional (incluindo aí os encargos trabalhistas) baixou de 45% em 1993 para 36% em 2002. Com a entrega de nossas empresas estratégicas, além do apagão (2001 e 2002), as tarifas de eletricidade subiram 72,4% mais que a inflação, as contas de telefone 328% também a mais. Os setores monopolistas, em geral, aumentaram seus preços

¹⁴O crescimento industrial que ocorreu a partir do início do governo JK estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital estrangeiro e, como sócio menor, pelo capital nacional. As empresas estatais participavam fortemente no setor produtor de bens intermediários enquanto ao capital estrangeiro cabia a indústria de bens duráveis.

70,7% acima da inflação de julho de 1994 a junho de 2002. Enquanto isso, o Estado perdia sua força. (Souza, 2007)

As diretrizes neoliberais reduziram a força da economia nacional, desregulamentando-a, privatizando empresas e flexibilizando as relações do trabalho. Neste processo, a produção foi secundarizada e o capital financeiro assumiu o comando de fusões pelo planeta, centralizando o capital.

Uma das consequências mais importantes da liberalização e da desregulamentação foi a quase completa perda de controle pelos bancos centrais, a começar pelo Federal Reserve americano, sobre a determinação do nível das taxas de juros. As taxas a médio e longo prazo são estabelecidas exclusivamente pelos operadores mais poderosos, que comandam as tendências dos mercados financeiros (os fundos de investimento, e em particular os fundos de pensão) ... A desregulamentação financeira voltou-se, em seguida, para a abolição das regulamentações e controles no tocante à fixação dos preços dos serviços bancários. (CHESNAIS, p. 261, 1996)

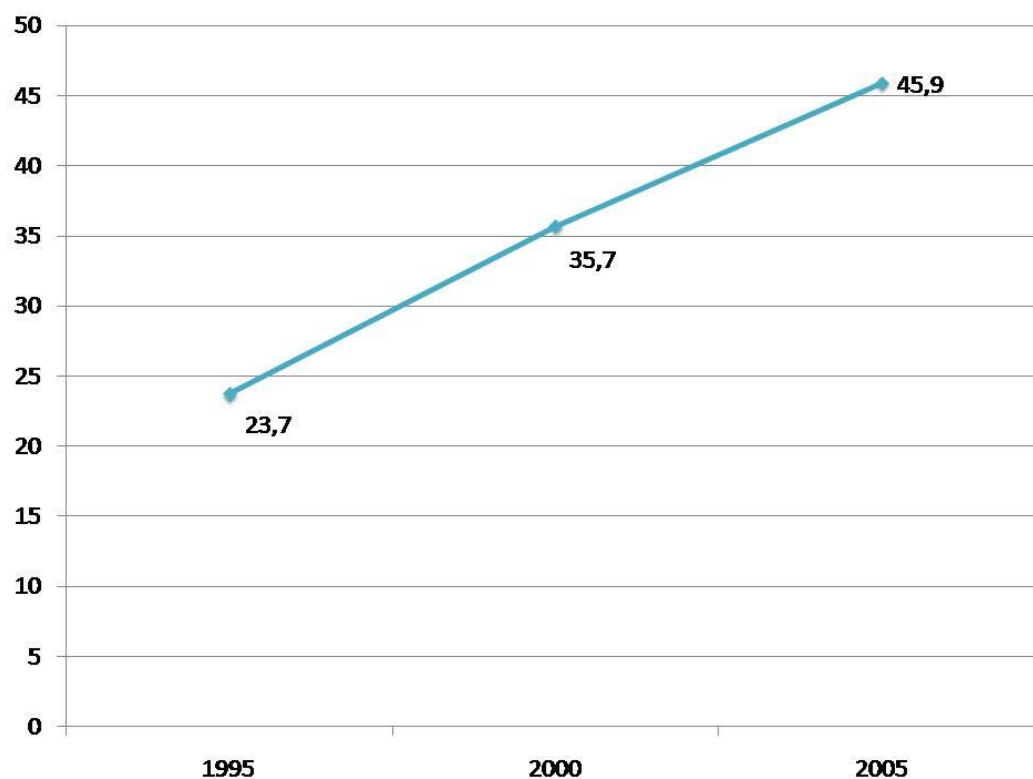
Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, em ampla frente nacional, é eleito prometendo reiniciar o projeto de desenvolvimento nacional abandonado. A Petrobrás, outrora ameaçada e quase arruinada, com plataformas petrolíferas afundando por falta de manutenção, além de proporcionar ao país a autossuficiência na exploração de petróleo, ainda descobre uma das maiores riquezas de petróleo e gás do planeta na camada pré-sal. Com sua capitalização, torna-se a segunda maior petrolífera do planeta. A Eletrobrás, retalhada e com sua parte lucrável vendida, através de investimentos, livrou o país do apagão, e ofereceu a maior rede elétrica e de infovias do planeta, além de garantir luz a milhares de propriedades rurais do Brasil, com o programa “Luz pra Todos”. A Caixa Econômica Federal, outrora ameaçada de privatização, malfadada de elefante branco, promoveu acesso à aquisição de imóveis às classes menos favorecidas através do programa “Minha Casa Minha Vida”. Houve uma política de valorização do salário mínimo que o elevou substancialmente. Com estas iniciativas, que alicerçam os investimentos do criado Programa de Aceleração do Crescimento, agregadas a algumas outras, de distribuição de renda como Bolsa Família, o país respirou um importante momento de crescimento econômico nos anos 2009-2010.

No entanto, se por um lado, com importantes medidas, crescia a capacidade nacional de desenvolver-se, por outro, restava a herança da política econômica baseada em juros altos para atrair capital externo e a preocupante invasão da economia nacional por corporações estrangeiras que iam comprando tudo o que viam. E isso não é exagero. O Terceiro Censo de Capitais Estrangeiros, produzido pelo Banco Central, revelava números alarmantes. Quanto ao número de conglomerados internacionais, o primeiro Censo de Capitais Estrangeiros (1995)

registrava 4.902 empresas de propriedade externa. O segundo Censo (2000) registrava 9.712, que era mais ou menos o mesmo número daquelas do Terceiro Censo de 2005 – 9.673 empresas. A ocupação estrangeira da economia aumentava, não diminuía. Usando como critério a “receita bruta” dessas corporações (receita operacional bruta + receita financeira antes do pagamento das despesas financeiras), em termos do Produto Interno Bruto (PIB) do país, tínhamos o seguinte resultado em cada ano-base dos Censos, ilustrados no Gráfico 4, e pormenorizados a seguir:

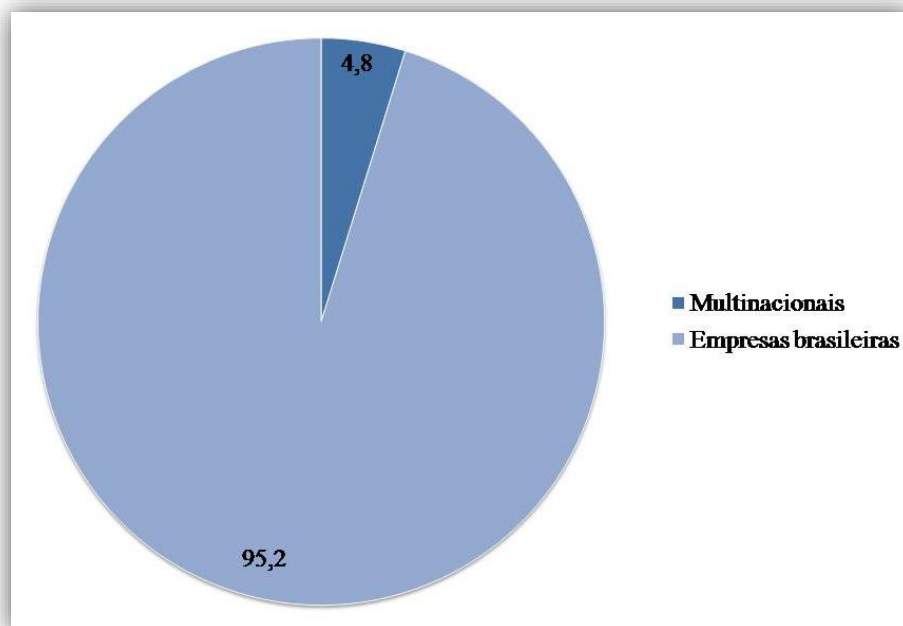
- a) No primeiro Censo, em 1995, a “receita bruta” (R\$ 167,4 bilhões) equivalia a 23,7% do PIB do Brasil nesse ano;
- b) Em 2000, após a desnacionalização em massa de FHC, a “receita bruta” das corporações internacionais (R\$ 421,2 bilhões) correspondia a 35,7% do Produto Interno Bruto;
- c) No ano-base de 2005, as transnacionais auferiram uma “receita bruta” (R\$ 987,2 bilhões) que era 45,9% do PIB.

Gráfico 4 - Evolução percentual da receita bruta das multinacionais no PIB brasileiro em bilhões de dólares no período 1995-2005



Essa desnacionalização, além de afetar a economia e a soberania, trazia consequências diretas ao emprego, pois, apesar de sua receita bruta corresponder a 45,9% do PIB, a média anual de empregados das corporações estrangeiras em 2005 era de apenas 1.623.482 (um milhão, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e dois) trabalhadores, ou seja, apenas 1,8% dos trabalhadores ocupados do país que, segundo o IBGE, neste ano, eram 90.905.673 (noventa milhões, novecentos e cinco mil e seiscentos e setenta e três) trabalhadores, incluindo trabalhos formais e informais. Observado apenas o emprego formal, baseado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), eram 33.238.617 (trinta e três milhões, duzentos e trinta e oito mil e seiscentos e dezessete) trabalhadores no dia 31 de dezembro de 2005. Ou seja: as transnacionais contribuíam com apenas 4,8% dos empregos formais do Brasil, tal como demonstrado Gráfico 5.

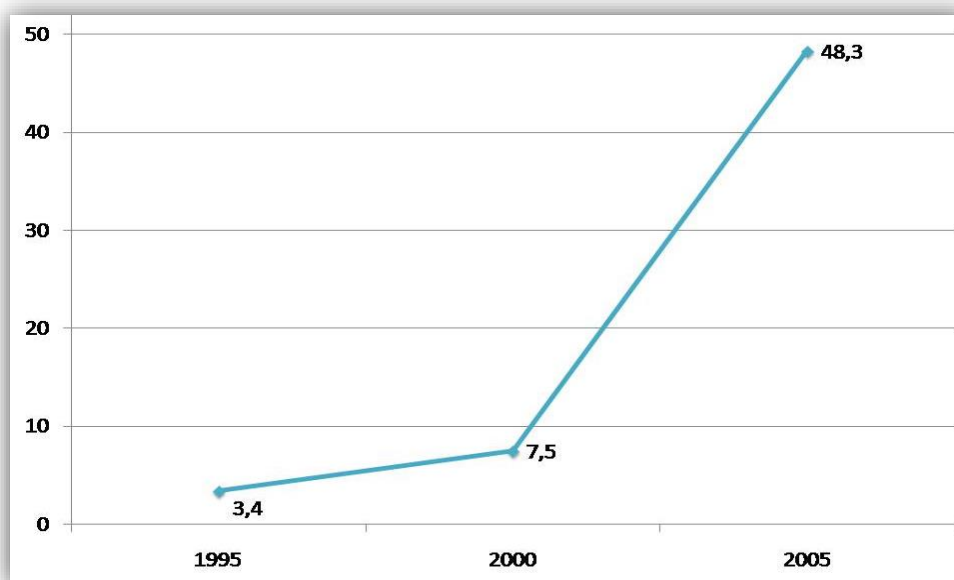
Gráfico 5 - Comparativo de relação de empregos em percentual entre multinacionais e empresas brasileiras em 2005



Fonte: RAIS, IBGE, 2005. Org.: Hettwer, 2019

Outro aspecto a destacar era o crescente aumento das remessas de lucros das multinacionais aos países de origem, conforme Gráfico 6, segundo o Censo do Banco Central.

Gráfico 6 - Evolução das remessas de lucros das multinacionais aos países de origem em bilhões de dólares



Fonte: Banco Central do Brasil, 2005. Org.: Hettwer, 2019

Em 2005, as corporações internacionais instaladas no país exportavam US\$ 50,2 bilhões, isto é, 42,3% das exportações do Brasil naquele ano. Porém, elas importavam US\$ 37,5 bilhões no mesmo ano. Dos US\$ 50,2 bilhões que exportavam, US\$ 31,8 bilhões, ou 63,3%, eram exportações “intracompanhia”, ou seja, feitas para empresas do mesmo grupo no exterior. Além disso, dos US\$ 37,5 bilhões que as transnacionais importavam em 2005, US\$ 21,9 bilhões, ou 58,4%, eram de empresas do mesmo grupo no exterior para a filial aqui instalada. Outrora, com JK, as montadoras automobilísticas eram condicionadas a comprar autopeças brasileiras. Com o neoliberalismo, a montadora trazia a autopeça de subsidiária no exterior, potencializando seus lucros, ocupava o mercado interno brasileiro, remetendo seus extraordinários lucros à matriz, gerando pouquíssimos empregos e, sendo assim, pouco interessante à economia nacional.

Os governos que se seguiram, de Dilma Roussef e Michel Temer, representavam retrocessos nos avanços percebidos com Lula, com a retomada das privatizações de portos, aeroportos, blocos petrolíferos no pré-sal, o agravamento da política de juros altos que estrangulava o orçamento federal, além da crescente desnacionalização das empresas nacionais e perdas de direitos sociais historicamente conquistados, culminando no desemprego de mais de 13 milhões de brasileiros. (IBGE, 2017)

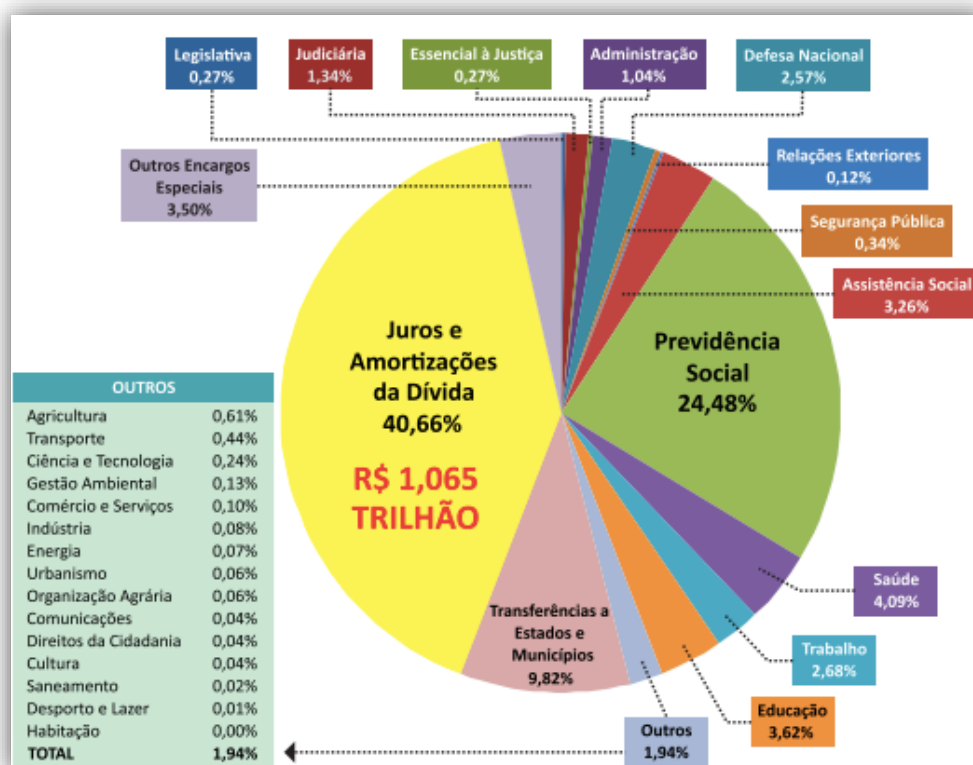
Com a evolução neoliberal no Brasil no início do século XXI, até empresa de água mineral tornava-se estrangeira. A Cristal, por exemplo, foi comprada pela Coca-Cola, tal como o Matte Leão e o suco Del Vale. A Pepsico tornou-se dona da Kero Coco. Houve o desmonte da telefonia nacional e da produção de eletrônicos, apesar do Brasil ser um dos maiores consumidores do planeta, também vitimado pela maior tarifa do mundo em 2010¹⁵, com controle de multinacionais que “compraram” nossas estatais. A invejável tecnologia de microprocessamento que havia no país foi abandonada por Collor/FHC e na segunda década do século XXI o país consumia substancialmente computadores estrangeiros de empresas como a Apple, IBM, Dell, Intel, LG, Samsung.

Nesta fase da vida nacional, esse papel extraordinário da ditadura do dinheiro em estado puro acaba de mostrar-nos, definitivamente, a dificuldade de regulação interna e também de regulação externa, já que cada empresa tem interesses que somente se exercem a partir da desregulação dos outros; ajuda a organizar a empresa em questão e desorganiza tudo o mais. Em outras palavras, a presença das empresas globais no território é um fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente um multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem as suas necessidades individualistas, particularistas. Por isso, o território brasileiro se tornou ingovernável. E como o território é o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições, o país também se tornou ingovernável como nação, como estado e como município. (SANTOS, 2009, p. 19)

De sua parte, o Estado brasileiro, tomado pela ideologia e pressões neoliberais, rendia-se e tornava-se incapaz de reagir, uma vez que poderia utilizar a sua força para desenvolver o país. Pelo contrário, como visto na execução do orçamento brasileiro demonstrada no Gráfico 7, originário da arrecadação de tributos de todos brasileiros, destina a maior parte – 40,66%, para saciar bancos nacionais e estrangeiros com juros e amortização da dívida. Em 2018, os três maiores bancos privados no Brasil – Itaú, Bradesco e Santander, tiveram lucro líquido de cerca de R\$ 56 bilhões. Com essa apropriação do orçamento público, ocorrida há anos no Brasil, apenas 3,62% foram destinados à educação, 4,09% à saúde, 0,02% ao saneamento básico, 0,24% à ciência e tecnologia, 0,08% à indústria.

¹⁵ Brasil tinha a tarifa de celular mais cara do mundo segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), que comparou as tarifas de telefonia fixa, móvel e de banda larga em 159 países. Disponível em <http://www.assufrgs.org.br/2010/03/02/brasil-tem-tarifa-de-celular-mais-cara-do-mundo/>

Gráfico 7 – Orçamento federal executado em 2018 – percentual sobre total R\$ 2,621 trilhões



Fonte: SIAFI, 2018. Org.: www.auditoriacidada.org.br

Uma experiência obscura do processo de desnacionalização e desestatização do Brasil pode ser vislumbrada no caso da Companhia Vale do Rio Doce. Criada por Getúlio Vargas em 1942, detentora da exploração do rico subsolo brasileiro com uma integrada indústria siderúrgica nacional brasileira, a Vale foi privatizada em 1997, primeiramente controlada por bancos brasileiros em associação com fundos de pensão de estatais, o BNDES e investidores nacionais e estrangeiros. Em 28/12/2018, a Vale era controlada majoritariamente pelo capital estrangeiro: 47,7% de investidores estrangeiros, 3,6% + 2,0% da Mitsui & Co (japonesa); com participações ainda de bancos (Bradesco com 4,2% + 1,6%), fundos de pensão e investidores brasileiros, minoritárias. A Vale foi responsável pelos dois maiores crimes ambientais da História do Brasil – o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana - MG (06/11/2015), em associação com a mineradora australiana BHP Billiton, que lançou 50 milhões de m³ de rejeito tóxico no Rio Doce e ocasionou a morte de 19 pessoas. E a tragédia de Brumadinho (25/01/2019), com rompimento de outra barragem de rejeitos de minério, que causou a morte de cerca de 300 pessoas, além da destruição ambiental de danos inestimáveis.

Em nota, a Anpege (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia) e a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) denunciaram os crimes da empresa Vale S.A., clamando pelos interesses nacionais, a proteção da vida e do meio ambiente.

Este crime da Empresa Vale S.A. – e compactuado por um Estado brasileiro subserviente à lógica do capitalismo neoliberal/extrativista – é mais uma violação provocada pela submissão dos bens naturais pertencentes à toda sociedade aos interesses empresariais. A ofensiva neoliberal, sob a égide da atual conjuntura geopolítica de desconstrução da regulação/legislação ambiental, consolida um modelo predatório desumanizado de concentração e apropriação das riquezas sociais e naturais que resultou no assassinato de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, de populações ribeirinhas e demais cidadãos de Brumadinho e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). NÃO FOI ACIDENTE. Acidentes são provocados por tsunamis, erupções vulcânicas, terremotos, vendavais, tufões, etc. Rompimento de barragem(s) é crime ambiental, é ganância, é negligência, é certeza de impunidade. (ANPEGE e AGB, 2019)

Nesse contexto de desnacionalização, cresceu ainda mais o protagonismo exógeno, do capital estrangeiro e das grandes corporações, e o sufocamento das forças produtivas nacionais, repercutindo no retrocesso do PIB brasileiro. Uma das evidências mais danosas ao desenvolvimento nacional desta política é a escalada da desindustrialização brasileira, que provocava consequências por todo o país. Nos anos 1980 o peso da indústria de transformação no PIB era de 33%, diante de 16% de 2011 - nos últimos cinco anos o comércio exterior desse setor passou de um superávit para um déficit de 65 bilhões de dólares. A relação de manufaturados nas exportações totais chegou a atingir 59%, mas em 2011 estava na casa dos 40%. (Cano, 2012)

Para Cano (2012) os principais fatos que causam a desindustrialização precoce e nociva são:

- 1) A política cambial prevalecte, instaurada a partir do Plano Real.
- 2) Outra razão resultava da abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989, ainda no governo Sarney, quando ocorria uma primeira investida quanto à proteção que tínhamos sobre as importações. Tal investida ampliava-se sobremodo no governo Collor, em 1990. A terceira era feita no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. Essa desregulamentação manteve-se e assim estava até 2012.
- 3) A taxa de juros elevada do país fazia com que o empresário capitalista compare-a com a taxa de lucro, com a expectativa de acumular capital. Com exceção dos raros ou ilícitos setores para os quais a taxa de lucro era exorbitante, podemos constatar que, no financeiro, esses ganhos eram muito elevados. A taxa de lucro da economia industrial moderna era relativamente contida e, quando ela se confronta com uma taxa de juros

como a oficial (Selic) brasileira, pouco mais de 8%, o empresário nacional fica atento a esse fenômeno e só investia em última instância, se obrigado a investir.

- 4) O investimento direto estrangeiro. Tal fluxo crescia em números absolutos nos últimos anos, fato comemorado por muitos economistas.

A desindustrialização brasileira aumenta a dependência econômica nacional, escancara ainda mais o mercado interno às multinacionais, mas não desenvolve o país, pois promove a remessa de lucros aos países de origem das transnacionais, diminui os investimentos e paralisa a inovação tecnológica nacional, asfixiando universidades e centros de pesquisa. No Rio Grande do Sul, a redução do tamanho da indústria foi de 24,5% do valor adicionado em 2004 para 18,0% em 2012, segundo estimativas da FEE. Entre 2004 e 2012, o crescimento médio da indústria de transformação gaúcha foi de 0,3%, enquanto a expansão do valor adicionado total foi de 2,6%. A intensificação do fenômeno nacional no Estado indica que alguns dos setores instalados enfrentam mais dificuldades do que a média nacional, especialmente o calçadista, os produtos alimentícios e os químicos. A reversão deste processo envolve não somente a ampliação dos investimentos produtivos, mas também a adoção de políticas públicas para a ampliação da produtividade sistêmica da economia, como educação e infraestrutura. Estas, porém, são medidas com efeitos de longo prazo. No curto prazo, opta-se pela manutenção de uma taxa de câmbio competitiva para compensar as dificuldades estruturais.

Nesse contexto, em 2018, o Brasil fecha sua balança comercial como grande importador de produtos manufaturados e plataformas de petróleo, e exportador de soja, petróleo bruto¹⁶ e ferro, especialmente para a China, Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha, França, tal como demonstrado nas Tabelas 8 (importações) e 9 (exportações). Importante lembrar que constam da massa exportadora os resultados de empresas transnacionais instaladas no país que dominam segmentos tecnológicos e industriais, que remetem seus lucros às matrizes, usam tecnologia estrangeira, importam componentes de suas próprias empresas, meramente usando o espaço geográfico do Brasil para exploração de mão de obra barata, acesso a fontes de matérias primas e para domínio do mercado interno.

¹⁶ Segundo estudo da pesquisadora da FGV, Fernanda Delgado, essa troca de petróleo bruto por refinado esvazia capacidade das refinarias brasileiras e agrava dependência estrangeira. Disponível em <https://fgvenergia.fgv.br/noticias/brasil-troca-petroleo-cru-por-refinado> em 18/01/2019.

Tabela 8 - Balança comercial brasileira – Principais produtos importados 2018

Descrição	2018	PART. % 2018	VAR.% 2018/2017
Demais produtos manufaturados	21.517.621.488	11,87	15,81
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc	9.652.149.439	5,33	926.664,42
Demais produtos básicos	7.227.158.449	3,99	3,40
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	6.998.414.380	3,86	-3,72
Medicamentos para medicina humana e veterinária	6.749.785.106	3,72	10,37
Óleos combustíveis (óleo diesel, fuel-oil, etc.)	6.424.409.663	3,54	13,75
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	5.873.253.730	3,24	7,77
Óleos brutos de petróleo	5.042.501.227	2,78	69,96
Circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos	4.658.623.483	2,57	12,02
Demais produtos semimanufaturados	4.470.205.589	2,47	28,39
Automóveis de passageiros	4.190.543.857	2,31	41,73
Naftas	3.825.771.875	2,11	2,70
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	3.578.868.700	1,97	25,91
Inseticidas, formicidas, herbicidas e produtos semelhantes	2.960.415.887	1,63	19,91
Veículos de carga	2.821.983.959	1,56	43,02
Adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio	2.696.154.323	1,49	4,99
Instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc.	2.342.757.357	1,29	10,49
Polímeros de etileno, propileno e estireno	2.072.267.818	1,14	16,99
Motores para veículos automóveis e suas partes	1.847.981.774	1,02	2,14
Motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes	1.755.427.678	0,97	10,28
TOTAL GERAL	181.230.568.862	-	20,22

Fonte: Mdic, 2018.
Org.: Hettwer, 2019

Tabela 9 - Balança comercial brasileira – Principais produtos exportados 2018

Descrição	2018	PART. % 2018	VAR.% 2018/2017
Soja mesmo triturada	33.190.826.486	13,84	29,06
Óleos brutos de petróleo	25.130.986.303	10,48	51,16
Minérios de ferro e seus concentrados	20.215.662.390	8,43	5,29
Celulose	8.349.123.241	3,48	31,58
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	6.697.347.476	2,79	34,67
Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada incluindo miúdos	5.884.971.747	2,45	-8,45
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc	5.739.198.387	2,39	534,94
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	5.458.166.477	2,28	7,66
Açúcar de cana, em bruto	5.390.330.169	2,25	-40,39
Demais produtos manufaturados	5.175.298.675	2,16	17,90
Automóveis de passageiros	5.141.233.607	2,14	-22,92
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	5.045.240.689	2,10	20,85
Café cru em grão	4.357.119.742	1,82	-5,28
Milho em grãos	4.034.500.393	1,68	-11,66
Aviões	3.471.377.518	1,45	-1,29
Óleos combustíveis (óleo diesel, fuel-oil, etc.)	3.092.717.239	1,29	117,53
Ferro-ligas	2.977.085.502	1,24	20,79
Óxidos e hidróxidos de alumínio	2.713.590.291	1,13	-2,00
Minérios de cobre e seus concentrados	2.640.445.360	1,10	6,24
Maquinas e aparelhos p/terraplanagem, perfuração, etc.	2.599.086.231	1,08	14,87
TOTAL GERAL	239.889.209.541	-	10,17

Fonte: Mdic 2018.

Org.: Hettwer, 2019

Esse contexto nacional das últimas décadas, de desenvolvimento exógeno no Brasil, impactou o caminho de desenvolvimento de Cachoeira do Sul, provocando múltiplos efeitos em cadeia, especialmente afetando o principal produto que baseava a cadeia produtiva integradora – o arroz. Segundo o jornalista Cleiton Evandro dos Santos, especialista em rizicultura, no início do século XX, a produção e secagem dava-se de maneira muito artesanal e a colheita era transportada para a cidade em carretas e chatas pelos arroios até alcançarem o Rio Jacuí e o seu porto. Contudo, essa dinâmica se desorganizou historicamente.

A partir dos anos 30 houve um salto na mecanização da lavoura, em especial pelos sistemas de irrigação, mas também das etapas de plantio, colheita e transporte. Isso tornou Cachoeira do Sul um polo metalmeccânico com inúmeras e grandes indústrias do ramo e até 62 engenhos de arroz, entre eles o Brasil (Roesch) que se tornou o maior do RS durante um período e que interrompia o trânsito nas ruas principais de seu entorno com sacas de arroz durante a safra. O município, até o início dos anos 70, era pujante com o crescimento fornecido pela lavoura arrozeira e a infraestrutura que se estabeleceu em seu entorno. Eram fábricas de caldeiras, locomóveis, bombas de irrigação, pás, trilhadeiras. Consta no livro dos fundadores da John Deere que vieram a Cachoeira do Sul conhecer o revolucionário sistema de trilhadeiras da indústria “Friedrich”. A partir dos anos 80 as lavouras de arroz passaram a ter problemas (finalmente descobrimos que os anos chuvosos e em que a água crescia sobre as várzeas eram sinais do El Niño e que os anos de seca eram La Niña, o que até então não se previa), o Plante que o João garante, de João Batista Figueiredo – que facilitou o acesso ao crédito oficial – deu o retorno que deu a flexibilização dos governos Lula no Brasil recente, muita gente buscou mais crédito que podia pagar e se endividou, um passivo que até hoje pesa sobre a lavoura. No início dos anos 80 tivemos dois El Niño de fortes proporções, se não me engano 80/81 e 82/83, com o Jacuí e afluentes fazendo inúmeros estragos nas lavouras. Foi um ciclo de quebraadeira generalizada, uma década de quebraadeira que afetou muito a lavoura de Cachoeira. Com a quebraadeira da indústria cachoeirense entre os anos 70 e 90, houve o crescimento do número de agentes de mercado, representantes e corretores – que o arrozeiro local chamava de picareta – que compram arroz na cidade de Cachoeira e fornecem para grandes indústrias da Zona Sul e Camaquã. Esse arroz sai em casca de Cachoeira, sem gerar a agregação de valor da industrialização. Hoje, estima-se que 80% do arroz produzido em Cachoeira sai em casca e que, uma vez transformado, zeraria a ociosidade das nossas poucas plantas industriais e ainda daria impulso para ao menos mais uma planta com 60 a 100 empregos diretos. (Informação verbal)¹⁷

Para a pesquisadora cachoeirense Mirian Ritzel, estudiosa da historicidade municipal, a partir das bem sucedidas experiências com irrigação artificial das lavouras de arroz, em 1906, houve um grande incremento na produção e um maciço investimento na indústria associada à lavoura.

Nas décadas seguintes já foi possível colher os frutos do robustecimento da economia, tendo início grandes investimentos em serviços básicos e melhorias urbanas. Tal cenário fez de Cachoeira uma das mais pujantes cidades do estado, atraindo profissionais e investidores das mais diferentes áreas que aqui se estabeleceram. É preciso associar a isto a força política e econômica das lideranças cachoeirenses e as fortes ligações da cidade com Borges de Medeiros, que no primeiro quartel do século XX dominava absoluto o cenário político. A agricultura, com o arroz, era a principal base econômica, seguida pela indústria a ela associada (engenhos, metalúrgicas, fundições). As lavouras empregavam um grande número de trabalhadores, especialmente nas safras, e a indústria se valia da expertise de imigrantes, ou seus

¹⁷Cleiton Evandro dos Santos: jornalista especializado em Comunicação em Agronegócios e Bacharel em Estudos Sociais. Editor das revistas: Planeta Arroz (trimestral Casa Brasil Editores, circulação nacional) e Lavoura Arrozeira (Irga). Assina o Anuário Brasileiro do Arroz (Anual, 19ª edição em 2018). Assina as colunas Cleiton Santos (semanal) e Várzea & Coxilha (mensal) no Jornal do Povo, Cachoeira do Sul – RS. Palestrante internacional sobre mercados de arroz. Entrevista exploratória concedida ao autor em 15/12/2018.

descendentes, com alta habilidade em mecânica, notadamente os de origem alemã, mas também com uma significativa e produtiva presença de italianos, judeus e árabes com negócios diversos. Como pano de fundo – e permanente atuação – os descendentes dos primitivos sesmeiros mantinham suas estâncias de criação e sua esfera de poder. (Informação verbal)¹⁸

Ritzel ainda aponta que uma das principais causas do descenso econômico de Cachoeira do Sul foi a perda da zona colonial e de maior produção agrícola ocorrida com as sucessivas emancipações de distritos a partir do final da década de 1950, citando as emancipações de Agudo e Restinga Seca, além de Paraíso do Sul, Cerro Branco e Novo Cabrais, posteriormente, que tirou do município territórios significativos, contingente populacional, força econômica e, conseqüentemente, influência política. Houve queda no desenvolvimento econômico provocado pelo recrudescimento dos investimentos, fechamento de empresas, redução de área de produção e de população, modernização da produção com conseqüente diminuição da mão de obra, eliminação de modais de transporte (ferroviário e hidroviário).

No passado, Cachoeira do Sul apresentava grande projeção no estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, o domínio de uma elite burguesa local que controla e comanda os meios de produção local, enraizadas tanto no campo quanto na cidade, promoveram a inércia de desenvolvimento local municipal. Essa situação é cômoda para manutenção da reprodução do capital, que promove sua territorialização e monopolização do espaço. Este fato pode ser comprovado à medida que o município enfrentou grande processo de êxodo rural nos últimos anos, intensificado pelo processo de modernização do campo brasileiro, estabelecendo condição necessária para a reprodução do capital. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 303)

Essa mudança paradigmática que contingenciou o desenvolvimento endógeno e industrial de Cachoeira do Sul prejudicou a existência de diversas empresas, especialmente a indústria de transformação, dentre as quais a histórica Mernak S.A., cuja ilustração da realidade atual pode ser visualizada nas Figuras 14 e 15.

¹⁸ Mirian Ritzel: formada em Letras (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cachoeira do Sul) e pesquisa a história de Cachoeira do Sul desde a década de 1990. Iniciou como servidora do Museu Municipal de Cachoeira do Sul – Patrono Edyr Lima, instituição de memória que à época era voltada para a pesquisa da história do município, e atua no Arquivo Histórico, como pesquisadora. Mantém o blog de História www.historiadecachoeiradosul.blogspot.com.br e é autora das postagens no blog do Arquivo Histórico www.arquivohistoricodocachoeiradosul.blogspot.com.br desde 2013. Em 1997, com Angela Schumacher Schuh, publicou Cachoeira do Sul – Princesa do Jacuí (Martins-Livreiro Editor) e é autora/organizadora da série Cadernos de História (oito edições), dentre outras. No Jornal do Povo assinou, semanalmente, a coluna As Ruas da Cidade. Entrevista exploratória concedida em 02/12/2018 ao autor.

Figuras 14 e 15 - Realidade atual da empresa Mernak S.A. no centro de Cachoeira do Sul



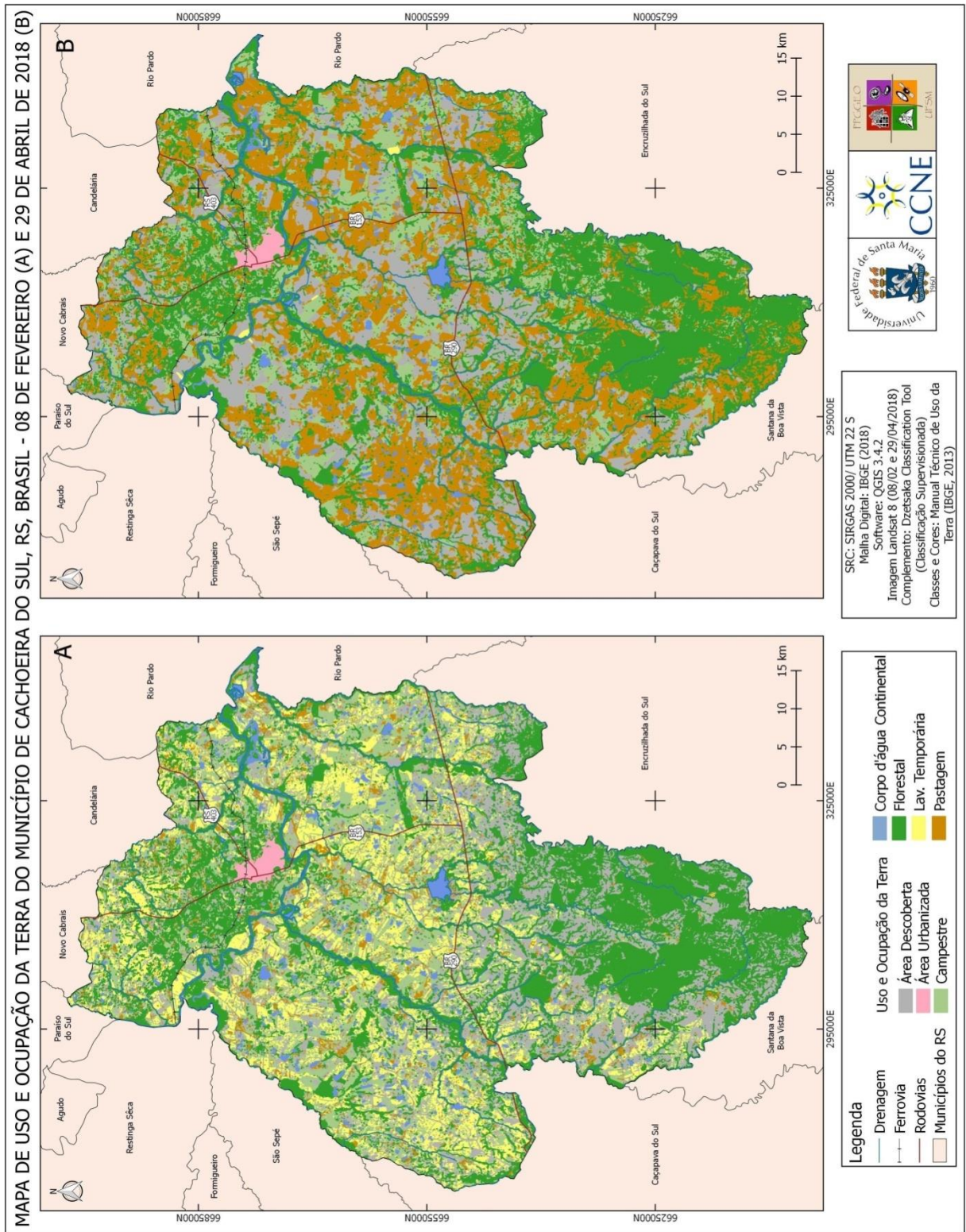
4.3 INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE CACHOEIRA DO SUL

A área atual do município é de 3.735,167 km², representando 1,3891% do Rio Grande do Sul (o nono maior município em território do estado), situado na região central do RS, atravessada pelas rodovias BR 290 e RST 287, com sua cidade localizando-se na margem esquerda do Rio Jacuí. Cachoeira do Sul é dividida em sete distritos: cidade de Cachoeira do Sul (zona urbana), Ferreira, Bosque, Três Vendas, Barro Vermelho, Capané e Cordilheira (zonas rurais). Cachoeira do Sul possui um relevo bastante variado, em sua parte meridional com várias coxilhas (leves ondulações nas planícies), sendo essa a causa para o nome de um dos distritos localizados nessa região (Cordilheira), apesar de haver baixas altitudes e poucos morros nessa área. Em sua parte setentrional há presença de vários morros e cerros, que fazem parte das Escarpas do Botucaraí. A altitude média na zona urbana do município é de 26 metros ao nível do mar, com uma altitude máxima de 68 metros, localizada próximo ao distrito de Três Vendas.

Geologicamente, o município está sobre os grupos pedológicos Pinheiro Machado e São Pedro, apresentando solos bem drenados, de coloração escura, textura média, com porcentagens elevadas de frações de terras mais grosseiras, como areia e cascalhos. Está em uma camada de escudo cristalino, com depósitos aluvionais de arenitos, siltitos e argilitos, em camadas distintas. Há pouca presença de basalto, grandes volumes de rochas biogênicas como calcário, cromita, caulim e carvão mineral, nos distritos de Cordilheira e Capané, e rochas ígneas e metamórficas, também de ocorrência no sul do município, com a presença de granitos, que se constituem em rochas de grande valor comercial, com destaque ao Cerro dos Peixoto. Os principais tipos de solo existentes são o latossolo vermelho-amarelo, os litossolos, o nitossolo vermelho, os argissolos e os planossolos, sendo este último, utilizado para o cultivo de arroz irrigado. (Santos, 2011)

A Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí situa-se na porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas 29°26' a 30°47' de latitude Sul e 51°16' a 53°35' de longitude Oeste. Abrange as províncias geomorfológicas Planalto Meridional, Depressão Central, Escudo Uruguaio-Sul-Rio-grandense e Planície Costeira (Interior). Os principais cursos de água são os arroios Irapuã, Capané, Botucacaí, Capivari, do Conde, dos Ratos, dos Cachorros, Ibacurú e o Rio Jacuí. Como ilustrado na Figura 16, a terra é principalmente usada para lavouras temporárias, pastagens e florestas de uso comercial na porção sul, além de apresentar significativa área descoberta.

Figura 16 - Mapa de uso da terra Cachoeira do Sul-RS 9/02/2018 e 29/04/2018



Org.: RIZZATTI, M., 2019.

Em 1940, a população de Cachoeira do Sul era de 83.729 pessoas (IBGE, 1940) sendo o 38º município mais populoso do Brasil. A estimativa para 2018 da população de Cachoeira do Sul representava menos de 0,77% da população do estado e sua participação vinha se reduzindo. Entre 2004 e 2014 a variação da população gaúcha cresceu 5,2%, enquanto o número de habitantes do município diminuiu 2,2%. Na Tabela 10 está apresentada a estrutura etária da população e a dinâmica de sua pirâmide etária no período 1991-2010.

Tabela 10 - Estrutura etária da população 1991/2000/2010 de Cachoeira do Sul-RS

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	25.016	29,27	21.303	24,24	16.850	20,1
15 a 64 anos	53.964	63,15	58.224	66,26	56.845	67,81
População de 65 anos ou mais	6.476	7,58	8.346	9,5	10.132	12,09
Taxa de envelhecimento	7,58	-	9,5	-	12,09	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2014.
Org.: Hettwer, 2018

A contribuição de Cachoeira do Sul no PIB estadual é de 0,55% em 2010, conforme cálculo da Fundação de Economia e Estatística e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). O PIB per capita do município está classificado no limite intermediário, no valor de R\$ 24.778,91. Está um pouco abaixo das médias do Rio Grande do Sul e do Brasil, que eram R\$ 29.657,00 e R\$26.445,00, respectivamente. A renda per capita média de Cachoeira do Sul, R\$ 793,67, está classificada na faixa intermediária dentre os municípios gaúchos. Ainda assim, o valor do município é inferior à média do Rio Grande do Sul, R\$ 959,00, e empata com o Brasil, R\$ 793,00, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). A série histórica 2007-2016 do PIB de Cachoeira do Sul mostra um aumento nominal de 164,92% no período de 10 anos. Em números deflacionados pelo IPCA, o PIB do município cresceu 45,07%, atingindo R\$ 2.323.640.000,00 em 2016, 33ª colocação no Estado. (Secretaria da Indústria e Comércio Cachoeira do Sul, 2019)

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico¹⁹ (Idese, 2015) de Cachoeira do Sul é de 0,703 (em uma escala de zero a 10), indicador que, em 2014, foi de 0,717 no município. O índice é formado por três indicadores - educação, renda e saúde – e, em todos, a cidade obteve queda de 2014 para 2015. A redução maior, de 3,8%, foi em renda, com o índice passando de 0,683 para 0,657. Já o indicador de saúde sofreu redução de 0,38% e atingiu 0,773, enquanto o de educação baixou 1,58% e ficou em 0,682. A FEE soma a nota dos três indicadores e divide por três para chegar ao Idese geral de cada município. A FEE classifica os resultados do Idese em três grupos: baixo desenvolvimento (índice até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores que 0,800). Nos três indicadores isolados (saúde, educação e renda) e no Idese geral, Cachoeira do Sul ficou na faixa do médio desenvolvimento.

Outro índice que analisa os municípios brasileiros é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²⁰. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos de Cachoeira do Sul, 12,19% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 10,09% e, em 1991, 6,08%. O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,45 anos para 10,14 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,25 anos para 10,00 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,06 anos, no município, e de 10,25 anos, na UF. Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 40,00% para 53,88%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 29,06%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 9,02% eram analfabetos, 49,41% tinham o ensino

¹⁹O Idese avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento, medido pela Fundação Estadual de Estatística (FEE).

²⁰Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. (Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)

fundamental completo, 33,31% possuíam o ensino médio completo e 11,12%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Segundo a PNAD-IBGE (2016), no país, 11,2% da população de 25 anos ou mais não tinham instrução; 30,6% tinham o fundamental incompleto; 9,1% tinham fundamental completo; 3,9% tinham ensino médio incompleto; 26,3% tinham o ensino médio completo e 15,3% o superior completo. Portanto, mais da metade da população de 25 anos ou mais no Brasil possuem apenas até o ensino fundamental completo. Na Tabela 11 há a percepção acerca da evolução da qualidade de vida experimentada nas décadas de 1991 a 2010.

Tabela 11 - Vulnerabilidade social de Cachoeira do Sul 1991/2000/2010

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	18,03	14	8,49
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	85,14	65
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	14,01	3,38	1,32
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	14,06	8,76
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,49	2,81	1,83
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	8,1	4,92
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	8,75	9,47	14,64
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,29	3,47	1,61
% de crianças extremamente pobres	16,59	12,7	7,26
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	59,87	41,57	25,46
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	46,74	35,36
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	70,89	89,64	95,35

Fonte: PNUD, Ipea, FJP 2014

Org.: Hettwer, 2018

Como se percebe na Tabela 12, a pobreza diminuiu nas últimas décadas no município, o que ocorreu na maioria dos municípios gaúchos e brasileiros, ainda em ritmos mais elevados, segundo estes dados oficiais. Nota-se que decresceu o percentual de pessoas extremamente pobres, bem como o percentual de pessoas pobres e ainda foi reduzida a desigualdade social, demonstrada pelo Índice de Gini. Pode-se explicar essa evolução devido às políticas públicas

de distribuição de renda: valorização do salário mínimo e programas sociais aos mais necessitados.

Tabela12 - Renda, pobreza e desigualdade de Cachoeira do Sul 1991/2000/2010

	1991	2000	2010
Renda per capita em R\$ (01/08/2010)	482,26	570,00	793,67
% de extremamente pobres	10,48	5,86	2,93
% de pobres	33,87	19,08	9,04
Índice de Gini	0,64	0,57	0,54

Fonte: PNUD, Ipea, FJP, 2014
Org.: Hettwer, 2018

O crescimento do PIB cachoeirense no período 2012-2016 coincide com o período de processamento de farelo de soja e produção de biodiesel no município pela empresa paulista Granol, em contratos com a Petrobrás. Na Tabela 13 apresenta-se a pormenorização do PIB por atividade econômica em escala histórica.

Tabela 13 - Participação das atividades econômicas no PIB de Cachoeira do Sul - 2000/2015

Ano	Serviços	Indústria	Impostos	Agropecuária
2015	43,40%	12,70%	6,90%	20,80%
2014	42,10%	12,90%	6,80%	22,50%
2013	42,20%	13,10%	7,30%	21,50%
2012	44,70%	16,70%	8,90%	13,70%
2011	42,60%	17,90%	9,10%	14,50%
2010	43,60%	17,20%	9,20%	13,40%
2009	52,90%	22,40%	7,20%	17,60%
2008	55,90%	18,50%	7,70%	17,90%
2007	61,80%	13,60%	6,90%	17,80%
2006	63,60%	12,80%	7,50%	16,00%
2005	64,40%	13,80%	8,60%	13,20%
2004	58,20%	13,40%	8,10%	20,20%
2003	59,10%	12,50%	8,10%	20,30%
2002	61,30%	12,40%	7,60%	18,70%
2001	62,30%	12,30%	7,80%	17,60%
2000	64,20%	13,30%	7,50%	15,00%

Fonte: IBGE, 2015–Org.: Hettwer, 2018

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho registrou 12.822 trabalhadores com carteira assinada em janeiro de 2018 em Cachoeira do Sul. O setor agropecuário, centro das atenções, era o que menos gera empregos, 1.330, diante de 4.449 do setor de serviços, 4.110 do comércio e 2.232 da indústria, conforme a Tabela 14.

Tabela 14 - Total de empregos formais – Cachoeira do Sul – Janeiro de 2018

Ranking	Atividade	Nº empregos
1º	Serviços	4.449
2º	Comércio	4.110
3º	Indústria	2.232
4º	Agropecuária	1.330
5º	Outros	701
Total		12.822

Fonte: Ministério do Trabalho, 2018

Org.: Hettwer, 2018

O setor da Indústria de Transformação teve a maior queda de empregos formais – com carteira assinada – em Cachoeira do Sul, no período compreendido entre 1º de março de 2014 e 28 de fevereiro de 2018, segundo levantamento estatístico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Nesses quatro anos, a indústria desempregou 829 trabalhadores, queda de 27%. O Comércio também apresentou resultado negativo de menos 159 vagas em quatro anos, queda de 3,68% sobre os empregos existentes em março de 2014. Já os Serviços cresceram 4% no período, acrescentando mais 175 trabalhadores regidos pela CLT que chegava a 4.466 carteiras assinadas.

Segundo levantamento do jornal cachoeirense Jornal do Povo (Mar/2018), os dez maiores empregadores de Cachoeira do Sul em 2018 são o Hospital de Caridade e Beneficência – 796 empregos; a rede de Supermercados Tischler – 683 empregos; a indústria metalmeccânica Screw – 350 empregos; a rede de supermercados Rede Super – 280 empregos; a indústria de derivados da soja Granol – 236 empregos; a indústria de calçados Jacob Calçados – 219 empregos; a cooperativa de eletrificação rural Celetro – 211 empregos; a rede de supermercados Imec – 180 empregos; a empresa de ônibus de turismo e intermunicipal São João Transportes

– 152 empregos; indústria metalmeccânica Horbach – 142 empregos. Quase a metade dos trabalhadores com carteira assinada, cerca de 46%, está exercendo as suas atividades nos 60 maiores empregadores do município, que consiste em 6.048 trabalhadores.

O Escritório Regional 012 da Junta Comercial, Industrial e de Serviços de Cachoeira do Sul (JucisRS), recebeu 942 processos em 2018, 2,48% menos do que em 2017. Do total, 204 foram abertura de empresas (+24,39%) e 285 extinções/distratos (+17,28%). Registrados na Junta Comercial, em Cachoeira do Sul, havia 7.875 empresas com CNPJ ativos. Desses, 7.374 eram estabelecimentos matriz e 501 filiais. Os 3.566 microempreendedores individuais não eram contabilizados porque estavam dispensados do registro na JucisRS. Segundo o Clube de Dirigentes Lojistas (CDL), em 18 de dezembro de 2018, havia 64.433 cadastros de pessoas físicas ativos no município no sistema BV SCPC, dos quais 19.032 (29,53%) tinha, pelo menos um restritivo de crédito, abaixo da média de inadimplência nacional, em torno de 40% da população. A faixa etária local mais inadimplente é dos jovens entre 25 e 29 anos, com 12,37% do total, seguida dos cachoeirenses entre 30 e 34 anos (12,09%). (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, 2019)

Com a desindustrialização do país, da região sul e especialmente de Cachoeira do Sul, caem também as contribuições para a manutenção do sistema de formação de mão-de-obra especializada para a indústria, a rede de escolas SENAI, num círculo vicioso. No Rio Grande do Sul foram fechadas onze unidades escolares do SENAI desde 2016: Alegrete, Itaqui, Cruz Alta, São Borja, Santiago, Soledade, Capão da Canoa, Santana do Livramento, Rosário Do Sul, Frederico Westphalen, Dom Pedrito. Em Cachoeira do Sul, o discurso existente era de que a escola do Serviço Nacional da Indústria (Senai) estaria fora da lista das que seriam fechadas no Rio Grande do Sul. Inaugurado em 1952, o Senai João Luderitz está com seu prédio em leilão e as duas turmas de alunos existentes improvisadas em espaços de uma fábrica local, com promessas de que o valor arrecadado com o leilão serviria para a construção de uma nova unidade de ensino, menor e mais moderna. O Senai João Luderitz tem capacidade para desenvolver cursos nas áreas de Metalmeccânica, Eletroeletrônica, Automotiva, Gestão, Construção Civil, Automação, Segurança do Trabalho, Alimentos e Bebidas e Informática. A estrutura dispunha de laboratórios de soldagem, mecânica de automóveis, mecânica de usinagem, informática, eletrônica e eletricidade.

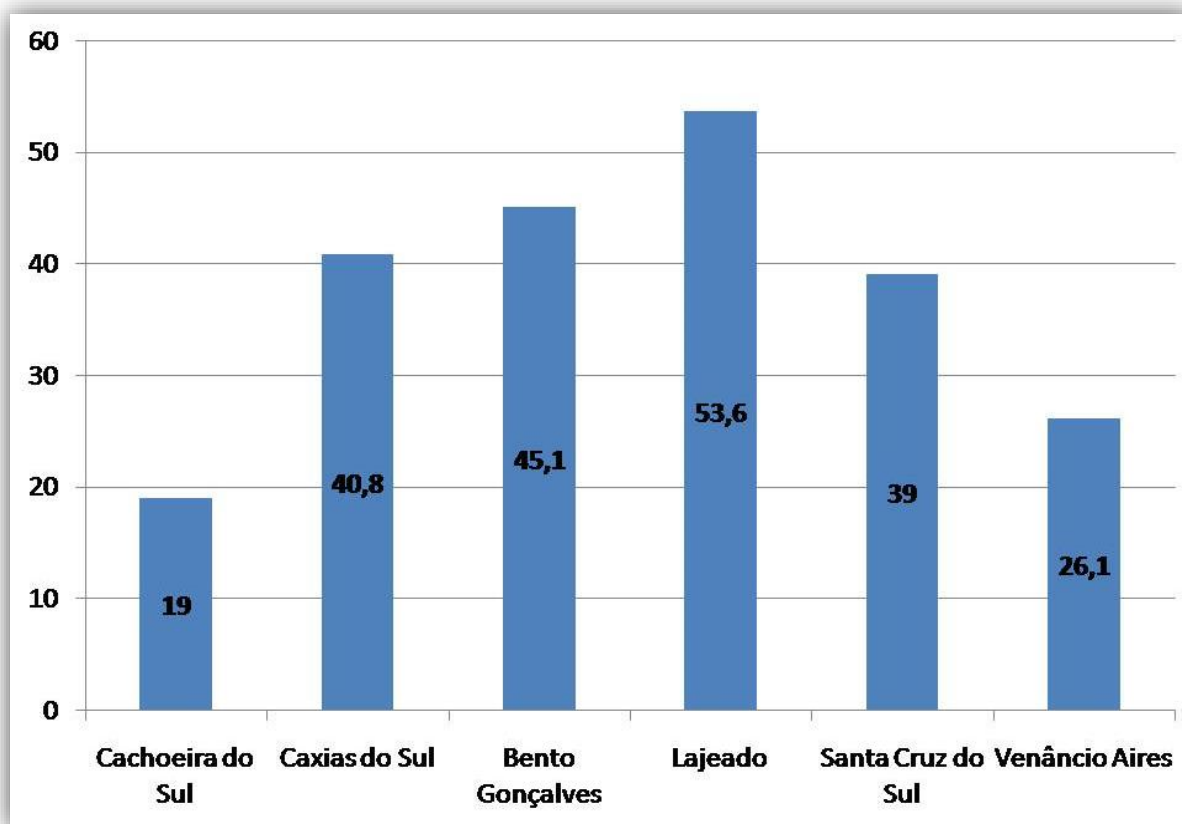
4.4 COMPARATIVO DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

No período compreendido entre 2002 e novembro de 2018 houve contrastes importantes na geração de empregos dos municípios escolhidos para análise comparativa: Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, da Mesorregião Centro Oriental Riograndense ao lado de Cachoeira do Sul, e Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Nesse espaço de tempo, Cachoeira do Sul gerou o saldo positivo de 4.789 empregos formais, numa população estimada de 82.547 habitantes. Ou seja, isso representava a porcentagem de 5,80% da população. (Caged, 2018)

Bento Gonçalves, de 119.049 habitantes, gerou no período, 16.856 empregos, representando 14,15% sobre a sua população. Caxias do Sul, por sua vez, com 504.069 habitantes, gerou 56.346 empregos, totalizando 11,17%. O município vizinho, Santa Cruz do Sul, com população estimada de 129.427 habitantes, gerou 12.833 empregos formais, resultando em 9,91%. Já, outro município da mesma mesorregião, Venâncio Aires, com população de 71.117 habitantes, gerou 4.588 empregos, totalizando 6,45%. Por fim, Lajeado, de população assemelhada a Cachoeira do Sul, com 82.591 habitantes, gerou no período 17.852 empregos formais, resultando em 21,61% sobre a população municipal. (Caged, 2018) e (IBGE, 2018)

A dinâmica da geração de empregos nesses municípios, apresentada no Gráfico 8, demonstra a perceptível diferenciação na oferta de trabalho nesses municípios. Cachoeira do Sul apresenta 19% de sua população ocupada; Caxias do Sul tem 40,8%; Bento Gonçalves 45,1%; Lajeado possui 53,6%; Santa Cruz, por sua vez, 39%; ao passo que Venâncio Aires apresenta 26,1% de sua população ocupada. Assim, nota-se, mais uma vez, nesse quadro comparativo a reduzida capacidade de Cachoeira do Sul diante dos demais municípios listados.

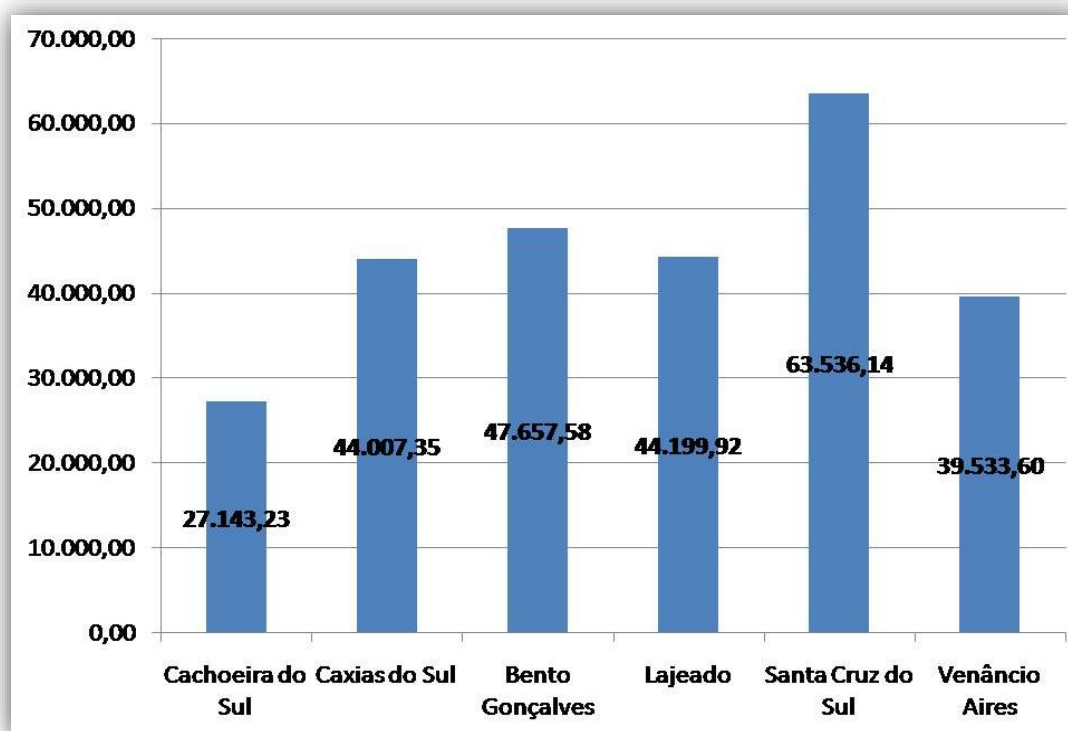
Gráfico 8 - Pessoal ocupado no universo populacional dos municípios em %



Fonte: IBGE, 2016
Org.: Hettwer, 2019

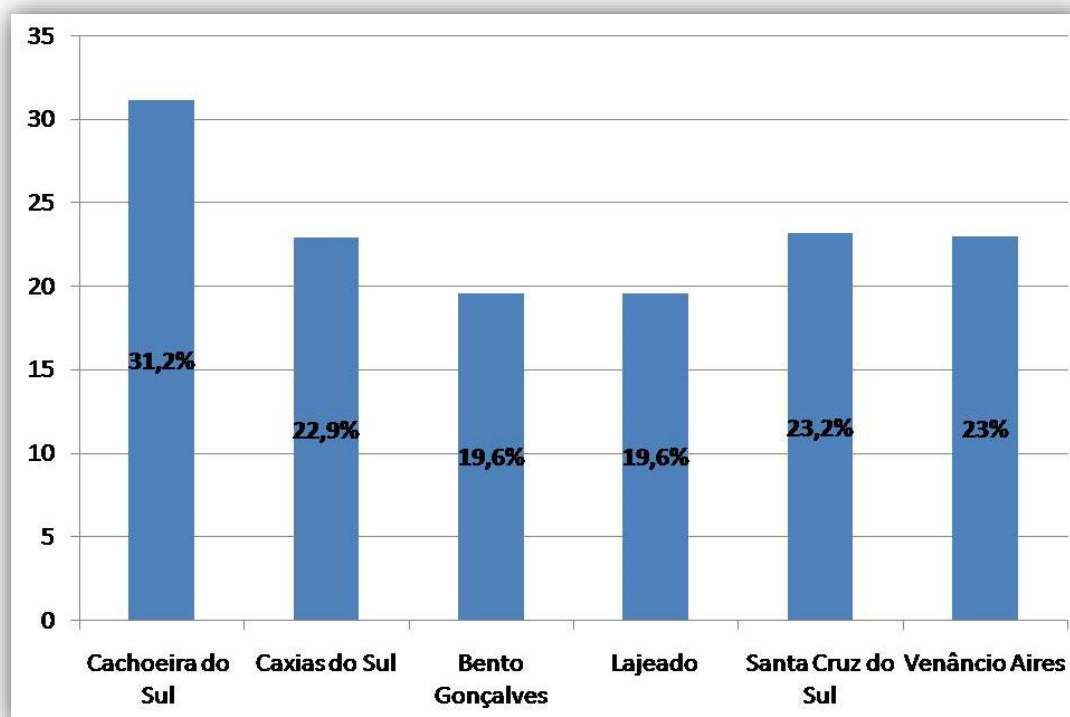
Ainda, comparativamente, o município de Cachoeira do Sul apresenta um maior percentual de pessoas com baixo rendimento financeiro, de até meio salário mínimo, conforme estipulado no Gráfico 9, em comparação com os demais municípios, o que pode ser justificado pelo baixo índice de empregabilidade dos cachoeirenses, ocasionando a necessidade de divisão maior da renda entre as pessoas empregadas e não empregadas. A seguir, no Gráfico 10, demonstra-se o PIB per capita comparativo desses municípios, resultando mais uma vez na última colocação de Cachoeira do Sul diante dos demais, chegando a representar menos de 50% do município vizinho de Santa Cruz do Sul, por exemplo.

Gráfico 9 - PIB per capita dos municípios em R\$



Fonte: IBGE 2010. Org.: Hettwer, 2018

Gráfico 10 - População com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo



Fonte: IBGE 2016. Org.: Hettwer, 2018

4.5 IMPACTOS DA CRESCENTE CONCENTRAÇÃO DE TERRA

A constituição fundiária brasileira é um dos maiores desafios do país. Aqueles que realizaram esforços em enfrentar a concentração e a inutilidade social de grandes extensões sofreram muitos ataques, donde destacamos o ex-presidente João Goulart, as ligas camponesas e o movimento dos trabalhadores sem-terra. Um aspecto preponderante desta configuração atual é a perpetuação do modelo colonial, de sesmarias, agregada à violência, poder político e “investimento” capitalista como signo da distorção fundiária brasileira. No final do século XIX e início do século XX, um personagem que se destaca no espaço geográfico brasileiro, caracteristicamente regionalizado, é o coronel.

O aspecto que salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos coronéis. Esta ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o coronel é rico. (LEAL, 1997, p. 41)

Com a Revolução Verde no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, houve a intensificação produtiva de produtos primários, o encarecimento e a grande concentração de terras no país em médias e grandes propriedades, o êxodo rural de multidões que se amontoariam nas periferias das cidades. A territorialização dos monopólios atuava no controle da propriedade privada da terra, no processo produtivo no campo e no processamento industrial da produção agropecuária e florestal, segundo Oliveira (2016). Para Moreira (2005) o complexo agroindustrial do final do século XX no Brasil era a expressão mais evidente do novo rumo da organização da formação espacial brasileira pelo lado das classes hegemônicas. “O principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento das exportações de produtos agrícolas foi o crédito rural.” (MARTINE e GARCIA, 1987, p. 22)

Ao mesmo tempo, houve a crescente desnacionalização e desmantelamento da indústria brasileira de diversos setores, especialmente aqueles ligados ao campo. Com a escalada da mecanização e da produtividade, como consequência, houve a concentração fundiária, percebida na Tabela 15, que demonstra o quadro do município de Cachoeira do Sul. A maior parcela das terras está concentrada em propriedades de 1.000 a 2.500 hectares em apenas 51

propriedades. Por outro lado, há 2.225 propriedades de até 100 hectares das 2.762 existentes no município, que somam apenas 38.797 hectares, ou seja, cerca de 12% da área total.

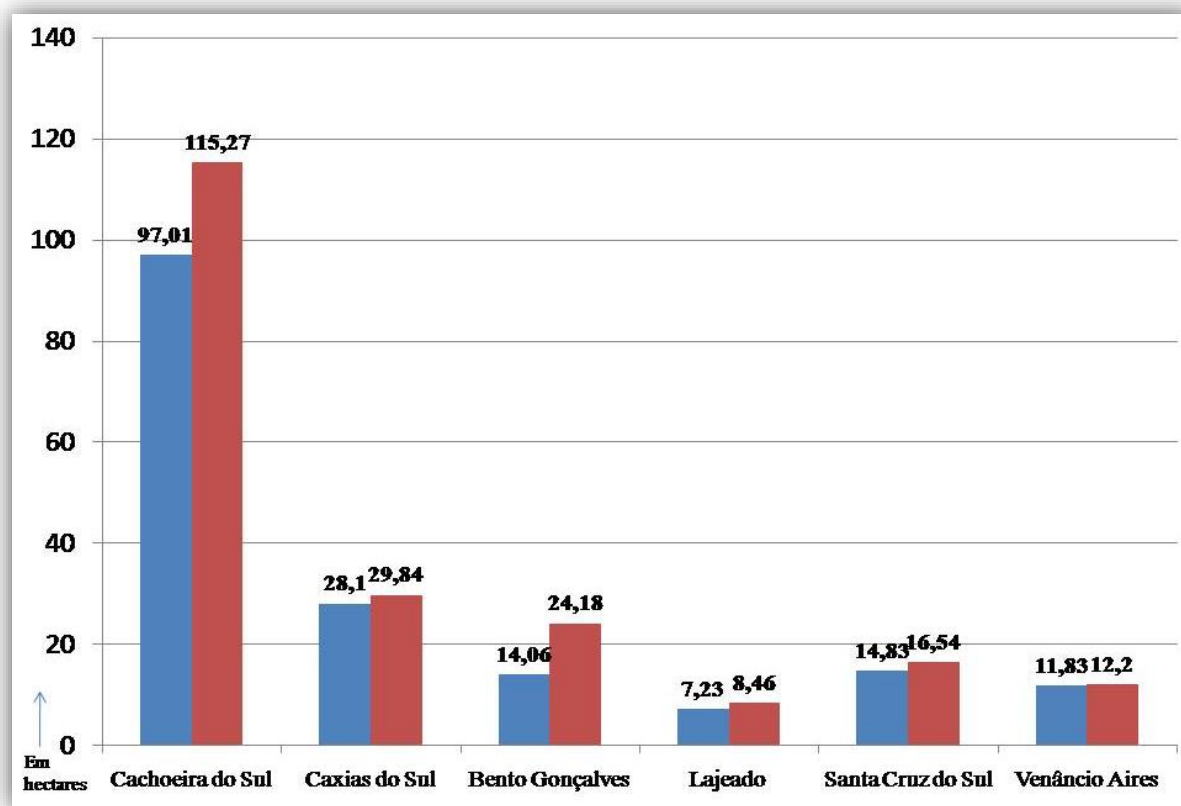
Tabela 15 - Número de estabelecimentos rurais e respectivas áreas em Cachoeira do Sul

TIPO DE ESTABELECIMENTO	Nº ESTABELECIMENTOS	ÁREA EM HA
De 0 a menos de 1 ha	101	42
De 1 a menos de 2 ha	229	281
De 2 a menos de 3 ha	213	465
De 3 a menos de 4 ha	152	489
De 4 a menos de 5 ha	132	555
De 5 a menos de 10 ha	373	2.535
De 10 a menos de 20 ha	392	5.345
De 20 a menos de 50 ha	384	11.997
De 50 a menos de 100 ha	249	17.088
De 100 a menos de 200 ha	191	26.938
De 200 a menos de 500 ha	187	58.082
De 500 a menos de 1.000 ha	98	67.711
De 1.000 a menos de 2.500 ha	51	76.645
De 2.500 a menos de 10.000 ha	9	38.477
De 10.000 ha e mais	1	11.725
TOTAL	2.762	318.375

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017
Org.: Hettwer, 2019

O Gráfico 11 ilustra que o tamanho médio de uma propriedade rural em Cachoeira do Sul, em 2017, é cerca de 3,86 vezes maior que Caxias do Sul; 4,76 vezes maior que Bento Gonçalves, 13,62 vezes maior que Lajeado; 6,96 vezes maior que Santa Cruz do Sul; e 9,44 vezes maior que Venâncio Aires, considerando que em todos os municípios comparados houve certo grau de avanço da concentração fundiária no período analisado com o Censo Agropecuário do IBGE nos anos de 2006 e 2017. Nesse período, em Cachoeira do Sul, cresceu consideravelmente a sojicultura.

Gráfico 11 - Tamanho médio de propriedades rurais de municípios em ha de 2006-2017



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006 e 2017.
Org.: Hettwer, 2019

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, a ocupação do espaço rural do município compreende principalmente lavouras temporárias voltadas à produção de commodities e alimentos, pastagens naturais e plantadas, por vezes simultâneas, visualizados na Tabela 16, também ilustrados pela Figura 16 (p. 99). Nota-se ainda a existência de significativo número de estabelecimentos com matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, devido a existência de uma rede hidrográfica ampla e a ocorrência de matas ciliares, uma vez que a legislação requer a proteção dessas áreas.

A soma do número de estabelecimentos na Tabela 16 é superior ao existente no município devido a simultaneidade de diferentes formas de uso da terra numa mesma propriedade rural. Há estabelecimentos, por exemplo, em que se pratica a pecuária juntamente com o plantio de soja ou arroz.

Tabela 16 - Ocupação da terra por número de estabelecimentos e área correspondente

Tipo de ocupação da terra	Nº estabelecimentos	Área em ha
Lavouras permanentes	769	2.850
Lavouras temporárias	1.886	143.329
Pastagens naturais	2.139	89.467
Pastagens plantadas em boas condições	492	20.839
Pastagens plantadas em más condições	35	107
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	1.658	26.722
Matas ou florestas - plantadas	796	14.045
Sistemas agroflorestais	91	1.055
Total	7.866	298.414

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017.
Org.: Hettwer, 2019

A Tabela 17 apresenta a evolução da pecuária no período de 1995 a 2017, de variadas espécies animais. A objetivação de mercado também era mais diversificada, desde a produção de carne para corte e exportação ou mercado interno, ou criação de equinos crioulos, à produção de leite e ovos. Nota-se que houve um retrocesso na produção pecuária no município.

Tabela 17 - Evolução do número de cabeças da pecuária em Cachoeira do Sul 1995/2017

Pecuária (efetivo de cabeças)	1995	2006	2017
Bovinos	229.833	165.090	137.237
Bubalinos	826	362	369
Equinos	8.461	5.135	4.750
Asininos	41	x	6
Muare	62	21	38
Caprinos	325	1.115	172
Ovinos	73.967	43.881	33.006
Suínos	12.926	9.060	4.893
Frangos	x	182.000	68.045
Produção anual ovos de galinha (dúzias)	x	1.032.000	785.000
Coelhos	225	58	x

Fonte: Censos Agropecuários IBGE 1995, 2006, 2017
Org.: Hettwer, 2019

A Tabela 18, ilustrada pela Figura 16 (p. 99) demonstra que, após as colheitas da soja e arroz, realizadas principalmente até abril, estas áreas só então cedem espaço para o gado, servindo como pastagens durante o outono, para o cultivo de trigo, ou ficam inertes.

Tabela 18 - Variação de uso da terra entre Fevereiro/2018 e Abril/2018

Uso	Fevereiro de 2018		Abril de 2018	
	Área km ²	% Área	Área km ²	% Área
Área Urbana	18,73	0,50	18,73	0,50
Corpo d'água	19,14	0,51	19,02	0,51
Florestal	657,28	17,60	657,44	17,60
Agrícola	1381,26	36,98	12,74	0,34
Campestre	832,37	22,28	883,28	23,65
Solo Exposto	726,86	19,46	806,12	21,58
Pastagem	99,85	2,67	1338,16	35,82
Total	3735,49	100,00	3735,49	100,00

Fonte: Imagem Landsat 8/02/2018 e 29/04/2018
Org: RIZZATTI, 2019

O mesmo fenômeno ocorreu com outras culturas vegetais, particularmente de alimentos, que perderam área territorial e número de estabelecimentos produtores, que impactaram dois movimentos simultâneos: êxodo rural e concentração fundiária, tal como apresentado na Tabela 19. Assim, alguns dos itens da mesa dos cachoeirenses e brasileiros passaram a ser produzidos por um número menor de estabelecimentos, inclusive o arroz na “capital nacional do arroz”. Houve o processo de arrendamento para o plantio de soja ou a venda das terras que se concentraram em poucas mãos, trazendo outros impactos relatados pelo advogado e proprietário de agroindústria no distrito do Bosque, Tales Altoé.

No aspecto ambiental, notamos muitas diferenças também, as pequenas culturas diminuíram muito (hortas, abóboras, mandioca), os tambos de leite quase que terminaram, poucos ainda têm produção leiteira, quase que só para subsistência. Iniciou-se um processo de arrendamentos de áreas que não se via, médios produtores com várias áreas de soja, possibilitando na parceria de ano aberto, que o dono das terras no inverno tenha uma criação bovina. Notamos uma redução gradual na área de fumo. O impacto negativo tem sido analisado na extinção na região dos enxames de abelha. No ano 2000 passavam sobre a propriedade 2 a 3 enxames grandes por dia. Hoje, não lembro quando vi o último. (Tales Altoé, informação verbal)

Tabela 19 - Evolução do número de estabelecimentos produtores por tipo de cultura vegetal no período 1995/2017

Culturas vegetais	1995	2006	2017
Alface	1.991	110	99
Arroz em casca	734	449	250
Batata-inglesa	97	19	25
Beterraba	984	77	53
Cebola	659	114	132
Cenoura	1.452	65	36
Couve	1.209	69	72
Feijão (preto, de cor, fradinho)	517	252	243
Mandioca	1.768	1.201	998
Milho em grão	1.641	1.004	768
Pepino	857	55	22
Repolho	1.690	47	46
Soja	188	357	517
Tomate (estaqueado e em pé)	406	49	27
Número total	14.193	3868	3288

Fonte: Censos Agropecuários IBGE 1995, 2006 e 2017
Org.: Hettwer, 2019

Como consequência no país, segundo Lopes (2017), as importações brasileiras dos produtos do reino vegetal aumentaram em 30,44% e as importações dos produtos do reino animal aumentaram em 9%, em 2016. Esses produtos têm uma grande relação com o mercado interno de alimentos e a agricultura familiar. A importação de arroz em grão aumentou 83% em 2016, em relação ao ano anterior; a importação de feijão preto aumentou 229%; a importação de milho aumentou 1.014%; as importações de cacau aumentaram 446,02%; as de algodão, 660,71%; as de alho comum, 86,63%; as de amendoim, 1.645,46%; as de trigo, 9,78%. Em 2016, aumentaram até as importações de óleo de soja (172,70%). Quanto aos produtos de origem animal, as importações de leite, creme de leite e concentrados de leite com açúcar, aumentaram 61,25%; as de leite não concentrado nem adicionado com açúcar aumentaram 208,01%; as de outros derivados do leite aumentaram 25,35%; as importações de manteiga cresceram 243,73%; as importações de couros e peles cresceram 56,70%; as de galos e galinhas vivos (isto é, pintos), 120%.

Segundo o IBGE, o feijão em grão colhido em 2018 em uma safra de 3,3 milhões de toneladas, é 1,3% menor que a de 2017. Em Cachoeira do Sul, para a safra 2018/2019, houve uma retração de 10,37% na área de semeadura de arroz, superior à redução do ano anterior de 6,5% conforme o Irga. A produção de tomate no Brasil diminuiu com a área plantada e a área

a ser colhida apresentando retração de 1,9% (IBGE, 2018). Contraditoriamente, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. (IBGE, 2018). No entanto, houve a exclusão dos produtores menos favorecidos principalmente porque, com a modernização e falta de incentivos, a agricultura se tornou cara, pois à medida que se industrializa vai substituindo os insumos que eram produzidos na própria propriedade por outros produzidos por setores não-agrícolas. Conforme Silva (1996), a agricultura brasileira passa a se dividir em “agricultura do rico” e “agricultura do pobre”.

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada têm de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições. (PRADO JR, 1979, p. 20)

Para Mazoyer e Roudart (2008) esse cenário cria uma situação de empobrecimento do campo, especialmente nos países mais pobres, que deveria ser enfrentado com o aumento do poder de compra das pessoas pobres, demandando mais alimentos; incentivos, destribuição e aumento dos preços dos produtos agrícolas; reforma agrária; organização mundial hierarquizada dos mercados; reorientação de políticas de pesquisa.

O município de Cachoeira do Sul detém uma área sojicultora de 99.596,37 hectares, segundo o Censo Agropecuário 2017, atrás dos municípios de Tupanciretã, São Gabriel e Júlio de Castilhos. A produção era principalmente voltada ao mercado exterior, comprada por empresas beneficiadoras e transportadas, ou encaminhados diretamente ao porto de Rio Grande. Até 2015, parte significativa da produção regional era assimilada pela empresa Granol para o processamento de farelo de soja e fabrico de glicerina para o biodiesel. A Tabela 20 apresenta os mercados alvo da exportação cachoeirense em 2015.

Tabela 20 - Destinos da exportação de Cachoeira do Sul e principais produtos

Exportação de Cachoeira do Sul em 2015 (em dólares)	
Eslovênia:	56.339.135 (41,17%)
Coreia do Sul:	42.928.505 (31,37%)
Holanda:	9.890.253 (7,23%)
China:	8.551.177 (6,25%)
Itália:	7.776.624 (5,68%)
França:	4.285.800 (3,13%)
Vietnã:	3.036.250 (2,22%)
Argentina:	1.401.583 (1,02%)
Senegal:	510.952 (0,37%)
Egito:	290.171 (0,21%)
Principais produtos exportados em 2015 (em dólares)	
Resíduos da trituração de soja (farelo):	124.256.567 (90,80%)
Soja, mesmo triturada:	4.731.085 (3,46%)
Óleo de soja não modificado:	2.649.079 (1,94%)
Álcoois acíclicos e seus derivados:	2.022.798 (1,48%)
Máquinas e aparelhos agrícolas:	1.422.741 (1,04%)
Granito, basalto, arenito e outras pedras:	746.670 (0,55%)
Arroz:	397.827 (0,29%)

Fonte: Ministério da Indústria, comércio exterior e serviços, 2015.
Org.: Hettwer, 2018.

Essa dinâmica produtiva da soja apresentava resultados de curto prazo atrativos, não ocupava mão de obra, baseada especialmente no uso de pacotes de herbicidas/fungicidas associados ao uso intensivo de maquinário. Contudo, suscitava dúvidas sobre sua sustentabilidade, impactos e verdadeira rentabilidade, especialmente aos médios produtores.

Não somos a favor do monocultivo, de nada, pois grandes extensões de terra com o mesmo produtor, utilizada com a mesma planta, aumenta muito o risco de um impacto negativo, seja uma praga ou uma intempérie climática. Migramos da monocultura do arroz para a da soja, o problema apenas mudou de nome. Os efeitos continuam os mesmos, alta dependência a um formato de produção ineficaz, alto endividamento do produtor. Penso que o ideal seria diminuir as áreas, possibilitando que mais famílias retornem ao campo para voltar a produzir. A soja é uma ilusão sob todos os aspectos, matematicamente falando se o produtor colocar tudo no papel, facilmente chegará a conclusão que só corre riscos todos os anos, em troca de uma pequena liquidez, se der tudo certo! (Tales Altoé, informação verbal)

Contudo, a cultura da soja evoluiu devido às isenções fiscais sobre a exportação do produto, que causaram perdas tributárias dos municípios e estados produtores, sob protestos de parte dos gestores municipais e estaduais, economistas, intelectuais, dentre outros, além de

ambientalistas, que reclamam dos impactos sobre terras, águas e a saúde humana. À medida que o tempo passou, se acentuam os prejuízos econômicos decorrentes da desoneração das exportações dos produtos primários, a chamada lei Kandir²¹.

Um dos principais efeitos percebidos com a vigência da Lei Kandir é a redução significativa de repasses de ICMS dos estados aos municípios produtores de soja, tal como Cachoeira do Sul, bem como a retenção estadual. Mais uma vez, apresenta-se a comparação dos municípios de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, da Mesorregião Centro Oriental Riograndense, além de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, sobre os repasses de ICMS no ano de 2017.

Por óbvio, os municípios reúnem populações numericamente diferentes. Para mensurar o valor repassado de ICMS para o município no ano de 2017 houve a divisão do montante pela população, o que gerou um valor por indivíduo, que assim pode ser fidedignamente comparado, tal como visualizado na Tabela 21 e no Gráfico 12. Com isso, demonstra-se que os valores de repasse de ICMS por indivíduo de Cachoeira do Sul são bem menores aos demais municípios. Ao tomarmos os municípios de Cachoeira do Sul e Lajeado como referências, de populações numericamente assemelhadas, temos o repasse anual de mais de 100 milhões de reais a mais para Lajeado.

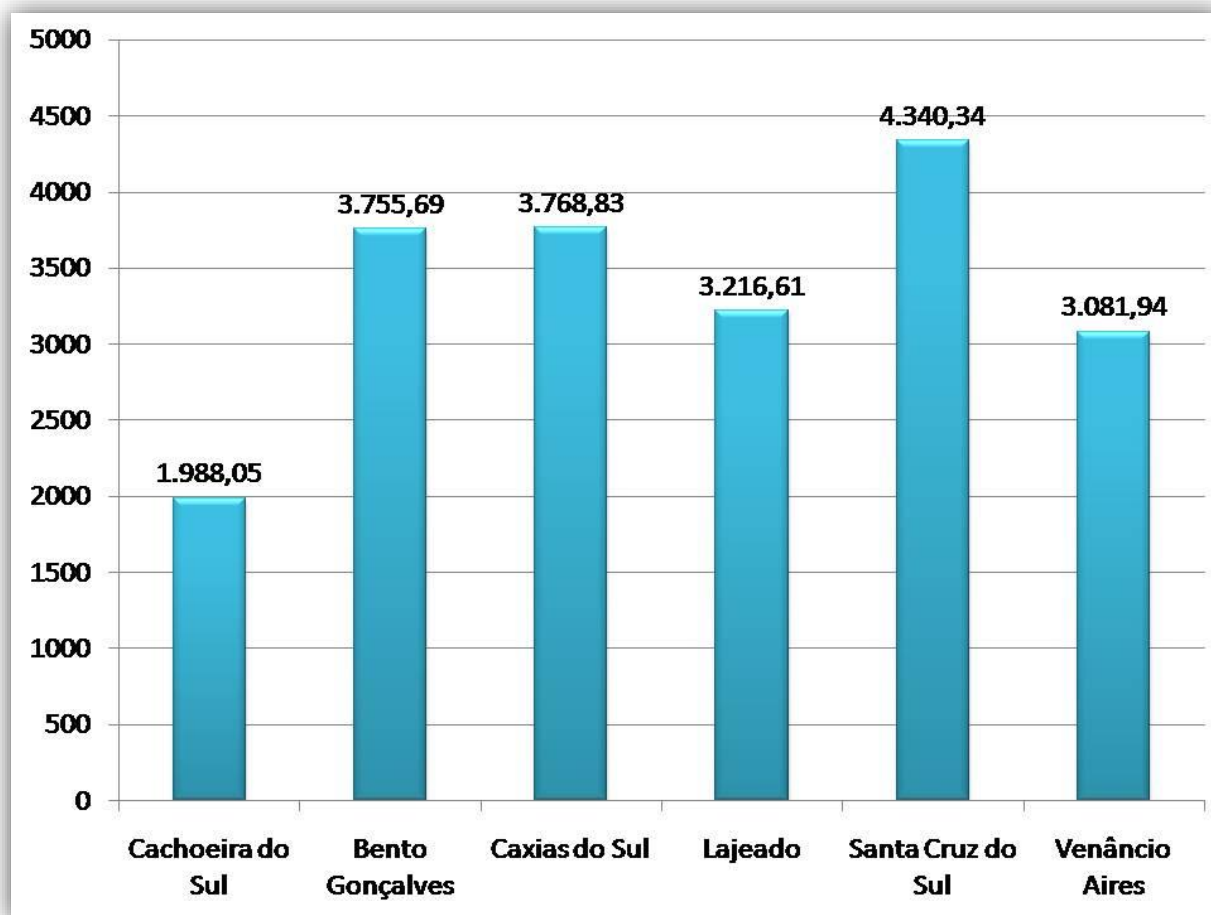
Tabela 21- Repasse de ICMS aos municípios no ano de 2017

MUNICÍPIO	TOTAL 2017(R\$)	POPULAÇÃO	REPASSE/POP
Cachoeira do Sul	164.107.931,14	82.547	1.988,05
Bento Gonçalves	447.111.596,89	119.049	3.755,69
Caxias do Sul	1.899.752.825,68	504.069	3.768,83
Lajeado	265.663.714,61	82.591	3.216,61
Santa Cruz do Sul	561.757.934,91	129.427	4.340,34
Venâncio Aires	219.178.778,33	71.117	3.081,94

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do RS, 2019
Org.: Hettwer, 2019

²¹A Lei Kandir regulamentou a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Feita pelo então ministro do Planejamento Antonio Kandir, transformou-se na Lei Complementar 87/96, que já foi alterada por várias outras leis complementares. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-kandir> em 15/01/2019.

Gráfico 12 - Valor per capita de repasses de ICMS em 2017 por município (em R\$)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do RS, 2019.
Org.: Hettwer, 2019

Segundo o IBGE, em 2017, Cachoeira do Sul produziu 297.239 toneladas de soja, totalizando 4.953.983 sacas de soja de 60 kg. Em 15/01/2019, a saca da soja era cotada em Panambi²² (município de referência mais próximo de Cachoeira do Sul) por R\$ 68,00. Assim, a receita com a produção de soja vendida em grão no ano poderia ser estimado em R\$ 336.870.844,00, totalmente isentos de tributação ao município e ao estado, se exportados. A prevalência espacial é da cultura da soja, ilustrada nas Figuras 17 e 18, que ocupa até mesmo a área de domínio de estradas, e traz algumas preocupações, enumeradas pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo Niederle:

²² Cotação realizada em 17/01/2019 disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/soja>

A primeira é a desoneração promovida pela lei Kandir sobre as exportações de bens primários e semielaborados do pagamento de ICMS, onde o Rio Grande do Sul acumula uma perda de arrecadação de quase R\$ 50 bilhões desde sua vigência até o final de 2017; uma segunda razão é o efeito da expansão da soja em termos de especialização produtiva. Por um lado, isto aumenta a vulnerabilidade dos agricultores em face das oscilações do mercado internacional e das intempéries climáticas (todos se perguntando quando será a próxima seca). **Por outro, repercute no modo como a soja substitui outros produtos de maior valor agregado, repercutindo em redução do potencial de crescimento econômico.** Na mesma extensão de área o cultivo de soja tem rendimento econômico inferior a vários produtos agrícolas. No entanto, o que se vê em toda parte são agricultores vendendo as vacas, arrancando os pomares e retirando até mesmo suas casas para plantar soja. Não impressiona, portanto, o aumento do preço dos alimentos nos supermercados, sobretudo das frutas, verduras e legumes. A expansão da soja tem um efeito indireto, portanto, no poder de compra dos consumidores. Na medida em que os agricultores, desestimulados a plantar gêneros alimentícios básicos, se voltam para a soja, os consumidores não apenas veem os preços dos alimentos aumentar, mas também são empurrados para uma parafernália de produtos industrializados baratos e ultraprocessados. Niederle, 2018²³ (grifo nosso)

Figura 17 e 18 - Ocupação gratuita de área pública na BR 153 com plantio de soja e propaganda



Fonte: Hettwer, jan/2018

²³Entrevista concedida ao portal Sul21 em 29//06/2018. Paulo Niederle: professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ, 2011) com doutorado-sanduíche pelo CIRAD-Montpellier (UMR Innovation) / Universidade de Lyon II. Engenheiro Agrônomo (FAEM/UFPEL, 2005) e Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS, 2007). Atualmente é coordenador do Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (AFLA-UFRGS-UNILA). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD-UFRGS). É membro do Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar da CLACSO/FAO, representante da América Latina no Research Committee on Agriculture and Food (RC 40) da International Sociological Association (ISA), membro do Grupo de Investigadores em Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (GIPPAF) da REAF-Mercosul, pesquisador da Red Políticas Públicas na América Latina (Red PP-AL).

Além do impacto econômico no espaço, a soja ainda traz riscos graves de envenenamento de solos, águas, flora, fauna e danos à saúde humana, com o crescente consumo de agrotóxicos.

Não faz muito tempo, era reconhecida como grande atributo do homem a sua capacidade de reconstruir a trajetória da espécie. Ou seja, ao contrário dos outros animais, sua potencialidade de fazer história. Recentemente, porém, foi descoberta sua responsabilidade cultural e sua possibilidade exclusiva de visualizar conjunturas e cenários do futuro em diferentes níveis de tempo. O simples ato de pensar as consequências de atos e iniciativas do presente em relação ao futuro ocasionou o advento de um novo tipo de investigação, altamente interdisciplinar e holístico, destinado a prever impactos e exigir mudanças na estrutura e funcionalidade de muitos projetos. Para tratar consistentemente de todas as novas exigências geradas nas últimas três décadas pela inteligência humana, há que agilizar novas metodologias e roteiros de pensamento científico, além de imbuir-se de um quase infinito bom senso. (AB'SABER e MÜLLER-PLANTENBERG, 2006, p. 16)

Para Bombardi (2017), o consumo total de agrotóxicos saltou no Brasil de cerca de 170.000 toneladas em 2000 para 500.000 toneladas em 2014, sendo a soja a cultura a consumir 52% dos venenos no Brasil, sendo o Glifosato o mais comercializado com 194.878 toneladas em 2014. As fabricantes do mundo apontados no estudo de Bombardi são, em 2016, Syngenta (19,2% - Suíça), Bayer (17,6% - Alemanha), Basf (12,3% - Alemanha), Dow Agros-cienses (9,3% - EUA), Monsanto (7,0% - EUA), DuPont (5,8% - EUA), Adama (5,8% - China), Sumitomo Chemical (4,8% - Japão), FMC (4,5% - EUA), UPL (4,3% - EUA), Demais (9,3%).

Dentre os 10 agrotóxicos mais vendidos no Brasil tem-se, como foi apontado, dois deles que são proibidos na União Europeia: Atrazina e Acefato. O limite máximo de resíduo da Atrazina, na água potável brasileira é 20 (vinte) vezes maior do que na União Europeia. No caso do Acefato, não há, na legislação brasileira, um limite máximo de resíduo estabelecido. O mesmo acontece, por exemplo, com a Malationa. Ou seja, mesmo para a Malationa, que é utilizada em campanhas de saúde pública, não há um limite máximo de seu resíduo estabelecido para a água potável brasileira. No caso do 2,4-D, herbicida, segundo agrotóxico mais vendido no Brasil, seu LMR (Limite Máximo de Resíduo) permitido na água potável brasileira é 300 (trezentas) vezes maior do que na água potável da União Europeia. Talvez um dos mais emblemáticos exemplos seja o caso do limite de Glifosato permitido na água "potável" do Brasil, que é 5.000 (cinco mil) vezes superior ao limite estabelecido na União Europeia. (BOMBARDI, 2017, p. 51)

Nos primeiros meses de 2019, o governo Jair Bolsonaro (PSL) bateu novo recorde de liberação de agrotóxicos, sendo 166 novos venenos somente em 2019 da União (DOU). Estatísticas anteriores já apontavam que o governo vinha em linha ascendente na autorização desse tipo de produto. Agora, ao atingir a marca de 166, o país atualiza o número total de agrotóxicos para 2.232, considerando os herbicidas em circulação no mercado.

4.6 EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL SOBRE O CONSUMO BÁSICO DE CACHOEIRA DO SUL

No espaço rural de Cachoeira do Sul, sobremaneira, é nítida a grande presença de maquinário estrangeiro, especialmente após a desnacionalização ou falência de parte significativa da indústria brasileira que, outrora, já os produzira maciçamente. Predominam nas coxilhas cachoeirenses as máquinas estadunidenses John Deere, Massey Ferguson, Valtra, Case, New Holland, Ford, algumas montadas no Rio Grande do Sul, mas que remetem fartos lucros ao país de origem, engendrados numa trama de outros produtos agregados. Tal como é imperceptível nas ruas da cidade, e das demais cidades brasileiras, exceto raros exemplares da falida Gurgel, a presença de carros brasileiros. Tal como já foi demonstrado, estes e outros setores de alto valor agregado estão crescentemente sob forte domínio do capital estrangeiro. Porém, esse domínio não se trata de uma exclusividade nesses segmentos pois também pode ser percebido no consumo básico de Cachoeira do Sul.

Para investigar os efeitos do processo de globalização no espaço geográfico de Cachoeira do Sul, foram analisados 76 produtos pertencentes à Cesta Básica, originariamente com 75 itens, adotados pelo curso de Administração da Universidade Luterana do Brasil, base de medição dos impactos inflacionários no município nos últimos anos. Para focar nos objetivos desta pesquisa, alguns produtos foram substituídos por outros, mantendo uma relação de 76 produtos disponíveis nos supermercados da cidade. Para cada um dos 76 produtos foram listadas três marcas, onde houvesse a disponibilidade, totalizando 228 produtos pesquisados. O levantamento foi realizado nas três maiores redes de supermercados do município, entre 15 e 25 de julho de 2018: Rede Tischler, originária da cidade, Rede Super, com matriz em Candelária, e Imec, com matriz em Lajeado, apresentando três produtos de marcas escolhidas pela notoriedade de sua divulgação no supermercado e nos materiais publicitários ou pela simples disponibilidade: Absorvente, Açúcar, Álcool de limpeza, Alface, Alvejante/cloro ativo, Amaciante de roupa, Amido de milho, Arroz, Banana, Batata doce, Batata inglesa, Beterraba, Biscoito, Café granulado, Café moído, Carne bovina, Carne de frango, Carne suína, Carvão, Cebola, Cenoura, Cera de assoalho, Cerveja, Chocolate em pó, Chuchu, Cigarro, Condicionador de cabelo, Creme de barbear, Desinfetante, Desodorante, Detergente, Erva para chimarrão, Escova dental, Esfregão de aço, Extrato de tomate, Farinha de mandioca, Farinha de trigo, Feijão, Fermento, Fósforo, Gelatina, Geleia, Iogurte, Lâmina de barbear, Laranja, Leite, Maçã, Macarrão, Maionese, Mamão, Mandioca, Margarina, Massa para pastel, Massa para pizza, Óleo de arroz, Óleo de milho, Óleo de soja, Ovos, Papel higiênico, Pasta dental,

Pimentão, Pipoca, Presunto, Queijo lanche, Ração para cachorro, Refrigerante, Repolho, Sabão em barra, Sabão em pó, Sabonete, Sagu, Sal de cozinha, Shampoo, Tomate, Vassoura, Vinagre.

Há, por óbvio, produtos em que existe a oferta de mais de três marcas e há outros com menor oferta, e alguns com apenas uma alternativa. Nos itens que há produtos de Cachoeira do Sul estes foram priorizados na inclusão da pesquisa, mesmo com a notoriedade e o maior consumo de outras marcas, pois o objetivo é identificar a oferta e a ocupação do mercado local com os produtos locais. É o exemplo do item biscoito, que apresenta a marca cachoeirense Colonial, pouco consumida, em comparação com as notabilizadas marcas estrangeiras Trakinas, Oreo, Nestfit. Em cada um dos itens, com busca por três produtos de cada um, foram identificados o nome da marca, a cidade de origem, a unidade da federação, o país de produção e o país sede da empresa produtora.

Resultados identificados:

a) Oferta de produtos oriundos de Cachoeira do Sul: nas três redes, dentre os 76 produtos pesquisados, e 228 possibilidades por rede, encontramos a oferta de produtos cachoeirenses em apenas alguns itens:

- Rede Tischler: alface, banana (apenas comércio pois produto é da CEASA), batata doce, biscoito, carne bovina, carvão (três fornecedores), mandioca e massa para pizza.
- Rede Super: alface, arroz, biscoito, carvão (dois fornecedores), mandioca e vinagre.
- Imec: arroz, carvão (dois fornecedores), vinagre.

Nota-se a escassez de produtos de Cachoeira do Sul nas gôndolas e, como visto, os existentes são principalmente de origem primária.

b) Considerável disponibilidade de produtos processados de municípios vizinhos: outro resultado a destacar é a impactante presença de produtos industrializados nas gôndolas dos supermercados originários de municípios vizinhos, tal como Santa Cruz do Sul e Lajeado, ambos pertencentes à mesma mesorregião cachoeirense:

- Rede Tischler: de Santa Cruz do Sul, carne suína, cigarro (duas marcas), farinha de trigo, macarrão e presunto. De Lajeado, refrigerante e vinagre.
- Rede Super: de Santa Cruz do Sul, cigarro (duas marcas), farinha de trigo, macarrão, presunto. De Lajeado, refrigerante e vinagre.
- Imec: de Santa Cruz do Sul, carne bovina, cigarro (duas marcas), carne suína, farinha de mandioca, farinha de trigo, macarrão, presunto, sagu. De Lajeado, sede da matriz da rede, banana, batata inglesa, cebola, feijão, mamão, massa para pizza, pipoca, refrigerante, vinagre.

c) Expressivo número de produtos de multinacionais: especialmente nos produtos de consumo industrializados é bastante perceptível a desnacionalização da oferta, em segmentos

antes ocupados por empresas brasileiras. A ocupação das gôndolas das três redes são assemelhadas quanto à presença de produtos estrangeiros, impulsionados por farta propaganda e compra de espaços de maior visibilidade. Há produtos como absorvente, cerveja (outrora nacional), cigarro, condicionador e shampoo para cabelo, desodorante, escova e pasta dental, fermento, gelatina, lâmina de barbear, maionese, refrigerante, sabonete, sabão em pó, em que os principais ou únicos produtos nas gôndolas eram estrangeiros, de grandes corporações como Johnson e Johnson, Unilever, Procter e Gamble, Bunge, Cargill, Kimberly e Clark, Inbev, Coca-Cola, Nestlé, Lactalis, dentre outras.

Na rede Tischler, dos 228 produtos pesquisados, 70 produtos foram produzidos por multinacionais, especialmente dos EUA, Inglaterra, Holanda, Alemanha, França e Itália. Na Rede Super, foram apontados 67 produtos de empresas estrangeiras. Já no Imec, encontram-se 71 produtos fabricados por transnacionais. Se desconsiderarem-se os produtos hortifrutigranjeiros, que eram 15 itens, estas empresas representavam cerca de 40% dos produtos de consumo básico disponíveis neste estudo.

d) Cachoeira do Sul é um dos maiores produtores de soja no RS sem industrializá-la para o consumo: os moradores do município de Cachoeira do Sul, ao consumirem produtos derivados da soja, o óleo e a ração para cachorros, os compram produzidos de outros municípios e por vezes de empresas multinacionais como Cargill e Bunge.

e) A capital nacional do arroz não explora sua antiga potencialidade: ao mesmo tempo, nota-se que a cadeia produtiva do arroz é bastante insignificante, no município que ganhou a alcunha de capital nacional do arroz, e realiza a Feira Nacional do Arroz, outrora bastante concorrida no país com presença de presidente da república durante suas festividades. O arroz cachoeirense apresenta apenas uma marca em duas redes de supermercados. Além disso, o saudável óleo de arroz, não é produzido em Cachoeira do Sul e apenas ofertado por uma empresa de Pelotas.

Em maio de 2018 houve uma grande greve de caminhoneiros no país que gerou o desabastecimento dos municípios brasileiros, conforme ilustrado nas Figuras 19 e 20. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ficaram desabastecidas de produtos primários, dadas as características de ocupação do espaço geográfico. Contudo, Cachoeira do Sul também ficou desabastecida de ingredientes básicos alimentares como cebola, tomate, pimentão, farinha, óleo, dentre outros produtos, pois, mesmo sendo um município que prioriza atualmente a produção primária, esta é predominantemente voltada ao mercado exterior, prejudicando o atendimento de necessidades elementares da população em situações emergenciais.

Figuras 19 e 20 - Gôndolas do Supermercado Tischler durante greve dos caminhoneiros



Fonte: Hettwer, 2018

4.7 A DIÁSPORA CACHOEIRENSE NO PERÍODO 1970-2018

Para (DAMIANI, 2008, p.39), “A discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital, para além da concepção de crescimento natural – a do excesso de nascimentos sobre mortes.”

Conforme Moreira (1994) o capital controla os homens e a natureza, para os tornar homens e natureza para o capital, no que denomina “geografia da alienação”, que degrada o homem e a natureza, exprimindo-se como crise ecológica, crise energética, crise alimentar, crise moral, segregação, ditaduras, obsolescência planejada. É esta lógica que fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, condicionando a existência dos homens e a apropriação da natureza em mercadorias.

O capital cresce subvertendo o modo de vida dos homens, à base da dissolução das relações existentes para as reconstruir dependentes do mundo mercantil. Assim, alienada, a existência humana reproduz-se ao ritmo da reprodução do capital. O comportamento humano individualiza-se e a individualização atinge os homens nas classes onde o parasitismo do capital mais se encontra mergulhado. Nessas classes sociais o indivíduo sente-se sob um isolamento crescente entre os outros indivíduos. E a unidade dos homens rebenta no justo momento em que as aglomerações urbanas praticamente extinguiram as distâncias físicas e em que o aprofundamento da divisão de trabalho torna-os cada vez mais interdependentes. (MOREIRA, 1994, p. 106)

A concentração do capital é um polo de atração dos fluxos migratórios pois, à medida que ele explorava a periferia buscando a centralidade de recursos e riqueza, também retira desta periferia as condições elementares de sustentação das populações. Com a mudança do modo de produção feudal para o capitalista houve também a urbanização crescente experimentada desde a I Revolução Industrial, no final do século XVIII na Europa, e impulsionada no Brasil a partir da década de 1930. Com isso, houve intensas e complexas transformações do espaço geográfico.

Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. (LEFEBVRE, 2008, p. 15)

Segundo o IBGE, em 1960, o Brasil tinha 32.004.817 pessoas morando nas cidades e 38.987.526 morando na zona rural, totalizando 70.992.343 brasileiros. Ou seja, cerca de 45% da população residindo na zona urbana e 55% na zona rural. Portanto, o Brasil, viveu uma

urbanização tardia se comparada a outros países, fundamentalmente devido ao processo tardio de industrialização do país. Em contraste, em 2010, o Brasil apresentava mais de 84% da população vivendo nos aglomerados urbanos.

Essa migração gigantesca e acelerada, portanto, foi resultado das transformações proporcionadas pela troca do modo de produção agrícola pela industrialização e da capacidade de atração de capitais para a cidade, onde a indústria se instalou inaugurando postos de trabalho, projetos de moradia popular, e promessas de melhoria das condições de vida, de acesso à educação e saúde. Ao mesmo tempo, o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura, capitalizada com a Revolução Verde, ocorrida nas décadas 1960/1970/1980 e a sua respectiva mecanização.

A partir dos anos de 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se a terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de Estados. (SANTOS, 2013, p. 30)

Assim, se no discurso sobre o subdesenvolvimento, a migração era um elemento secundário de análise, e era ressaltado o crescimento vegetativo, natural, especialmente a partir dos anos 1960, houve uma inversão: o crescimento natural aparece como subordinado à análise da migração. É quando há o intenso fluxo rural-urbano, mas combinado com um processo de centralidade do capital em algumas poucas regiões do país, especialmente São Paulo, que atraiu multidões de migrantes.

José de Souza Martins define três grandes correntes internas de migração: a mais antiga, a de trabalhadores do Nordeste para o Sul, “particularmente São Paulo, Rio e Paraná, procedentes sobretudo do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Do Nordeste, particularmente Ceará, Piauí e Maranhão sai um outro fluxo migratório em direção ao Norte e ao Centro Oeste, ou Amazônia Legal. Uma outra, mais recente, é que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia”. Atrás delas está a história da reprodução do capitalismo no Brasil, seu significado violento, depredador e super exploratório, de amplas camadas da população. (DAMIANI, 2008, p. 46)

Esse último fenômeno migratório a que se refere Damiani é denominado “diáspora gaúcha”, que segue ocorrendo na atualidade. As migrações internas atuais no Brasil estão relacionadas fundamentalmente com as condicionantes econômicas e o movimento do capital

que pautam as situações de vida das populações. Segundo Pochmann (2009) há um fenômeno populacional imposto pelo capital monopolista que concentra empregos e até mesmo formalidade e direitos trabalhistas nos espaços metropolitanos, em contraste com os não metropolitanos.

Se considerado somente o contingente de indivíduos com rendimento per capita de até meio salário mínimo mensal, estimado em 55,8 milhões de pessoas na condição de pobreza absoluta, nota-se que 21% residem nos centros metropolitanos e 79% nas áreas não metropolitanas em pleno ano de 2005 (IBGE). Quando se relaciona o total de pobres com o conjunto da população chega-se à taxa de pobreza absoluta que se diferencia segundo a área geográfica. A partir desse cenário de desigualdade em termos de condições de vida e trabalho por área geográfica, não se pode deixar de mencionar a intensa mobilidade territorial que marca a dinâmica do Brasil. Em função disso, o país possui zonas de expulsão e atração populacional que afetam consideravelmente a condição de vida e trabalho das pessoas, especialmente aquelas na condição de pobreza. (POCHMANN, 2009, p. 60)

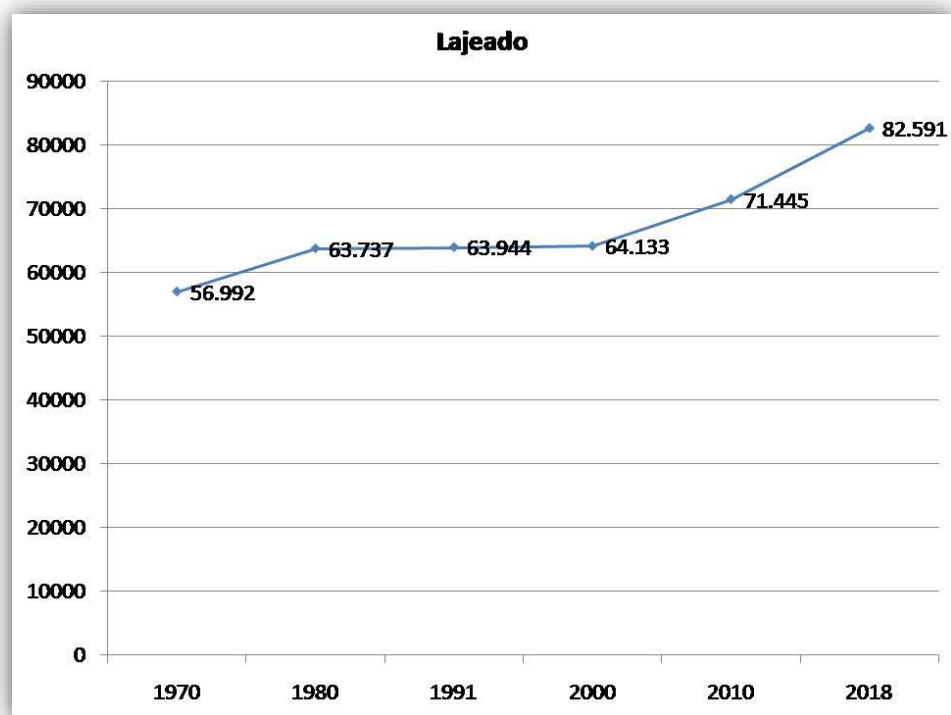
Esse espaço urbano do capital que atrai os fluxos migratórios não é fruto da abstração involuntária, é determinado por agentes.

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43)

Para Sorre (1967), “o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”.

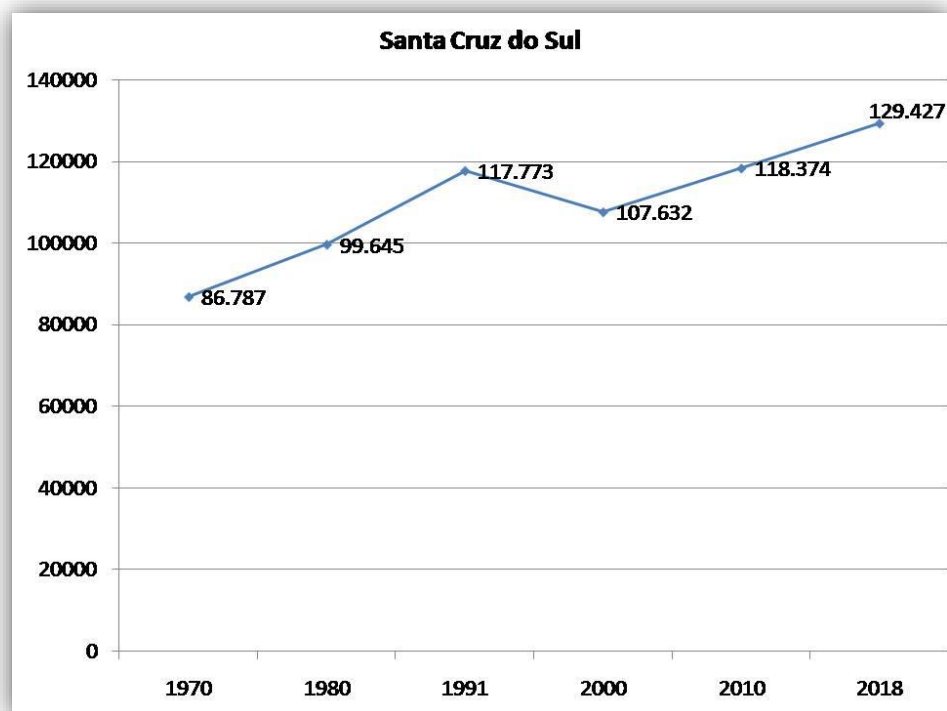
Há um estranho fenômeno demográfico que ocorre no município de Cachoeira do Sul, se comparado com outros municípios, com o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, nas últimas cinco décadas. Nos Gráficos 13, 14, 15, 16, 17 e 18, apresenta-se a averiguação da dinâmica populacional baseada nos Censos 1970–1980–1991–2000–2010 e estimativas de 2018 do IBGE, dos municípios de Cachoeira do Sul, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Gráfico13 - Evolução da população de Lajeado no período 1970-2018



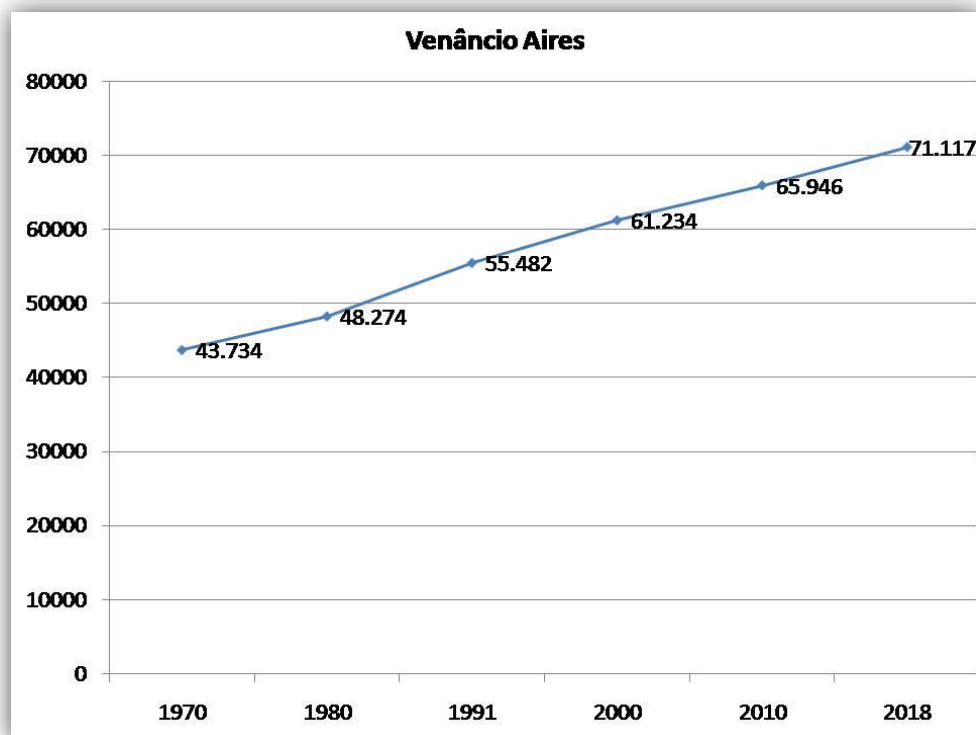
Fonte: IBGE, 2019. Org.: Hettwer, 2019

Gráfico 14 – Evolução da população de Santa Cruz do Sul no período 1970-2018



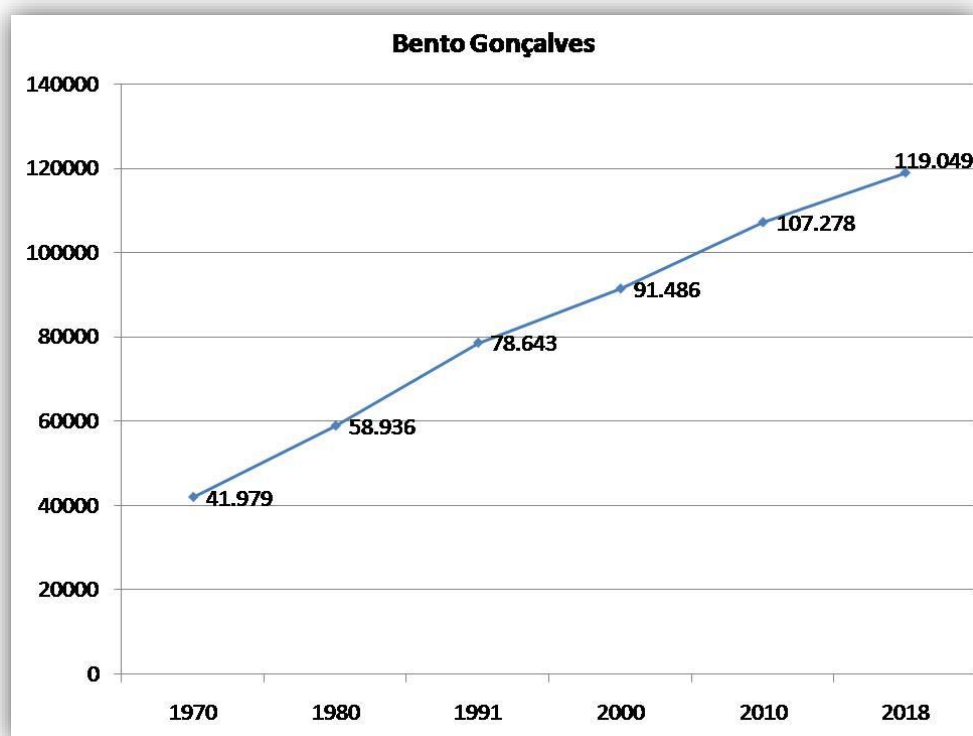
Fonte: IBGE, 2019. Org.: Hettwer, 2019

Gráfico 15 – Evolução da população de Venâncio Aires no período 1970-2018



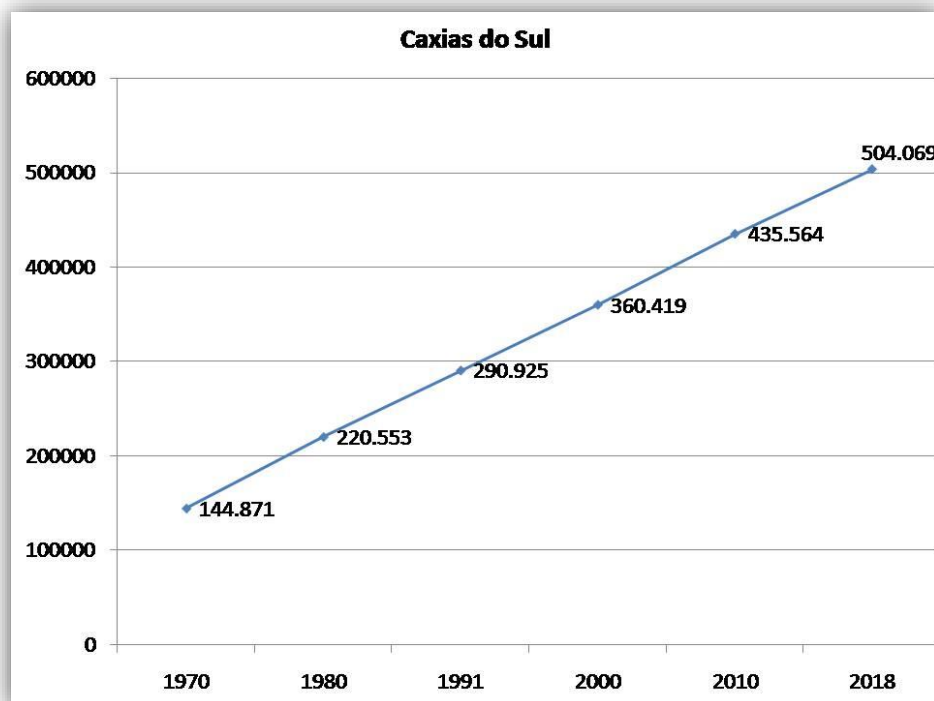
]Fonte: IBGE, 2019. Org.: Hettwer, 2019

Gráfico 16 – Evolução da população de Bento Gonçalves no período 1970/2018



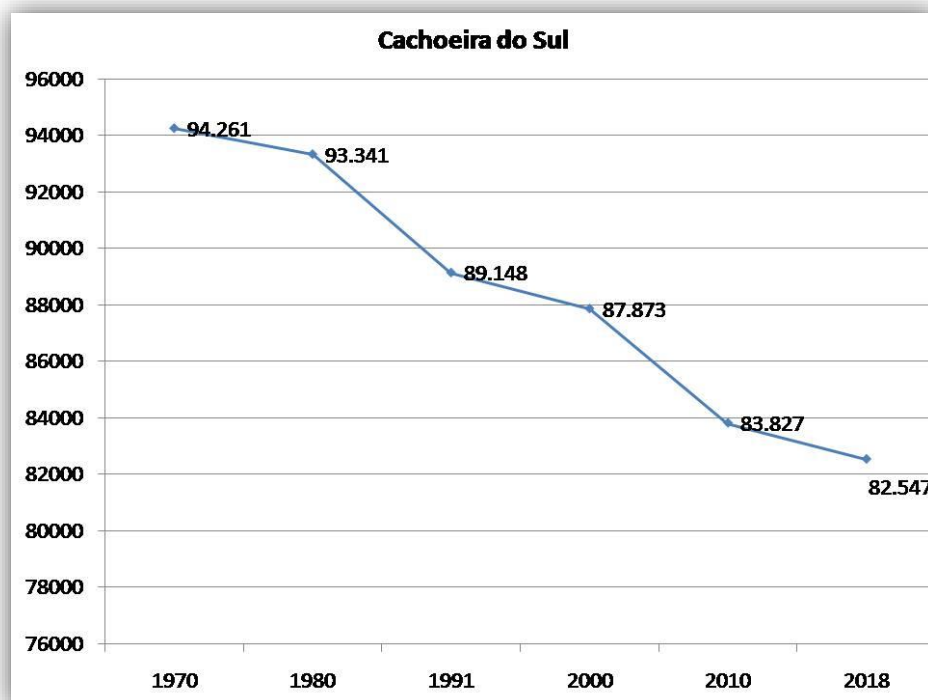
Fonte: IBGE, 2019. Org.: Hettwer, 2019

Gráfico 17 – Evolução da população de Caxias do Sul no período 1970/2018



Fonte: IBGE, 2019. Org.: Hettwer, 2019

Gráfico 18 – Evolução da população de Cachoeira do Sul no período 1970/2018



Fonte: IBGE, 2019. Org.: Hettwer, 2019

Os municípios verificados, exceto Cachoeira do Sul, apresentaram elevação de suas populações respectivas no período, com maiores e menores oscilações. Por que haveria tal contraste? O que explica a redução de população no período destacado de recenseamento do IBGE de 1970-2010 e estimativa para 2018? Conforme o responsável pelo setor de informações do IBGE no Rio Grande do Sul, Ademir Kolcher (informação verbal), Cachoeira do Sul e mais da metade dos municípios do estado tendem a encolher, devido a alguns fatores e o principal deles está na Estação Rodoviária, a porta de saída dos jovens que concluem os estudos na cidade.

No entanto, quando demonstrados os dados demográficos acerca da incrível redução populacional nas últimas décadas em Cachoeira do Sul, comparados com outros municípios, por exemplo, como fator de demonstração de que algo estava errado, houve alguns entrevistados deste projeto de pesquisa, políticos, jornalistas, gestores públicos, que naturalizaram a questão argumentando que Cachoeira do Sul perdera população e certo grau de desenvolvimento porque distritos se emanciparam. De fato, Cachoeira do Sul teve emancipações distritais, mas os outros municípios comparados também.

Segundo a Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul (2018), durante o século XX, até 1970, quando se inicia o comparativo, Cachoeira do Sul teve a emancipação de Agudo (1959), Faxinal do Soturno (1959) e Restinga Seca (1959). Ou seja, também houve perda de distritos e perda populacional, mas a população ainda assim evoluía. O mesmo ocorrera em outros municípios como Lajeado, que perdera Cruzeiro do Sul (1963), Encantado (1915) e Guaporé (1903); com Bento Gonçalves, que perdera Garibaldi (1900) e Farroupilha (1934); com Caxias do Sul, que emancipara Farroupilha (cedendo área juntamente com Bento Gonçalves), Flores da Cunha (1924), São Marcos (1963); com Santa Cruz do Sul, que perdera Vera Cruz (1959).

Concentrando o enfoque no período comparado, 1970/2018, evidencia-se que Cachoeira do Sul perdera populações de Cerro Branco (1988), Paraíso do Sul (1988) e Novo Cabrais (1995, que agregou área de Cerro Branco e Cachoeira do Sul). Segundo o IBGE, estes três municípios detinham em 2018 uma população estimada de 7.588 de Paraíso do Sul, mais 4.676 habitantes de Cerro Branco e mais 4.169 de Novo Cabrais, totalizando 16.433 pessoas.

O município de Lajeado, por sua vez, entre 1970 e 2018, teve a emancipação de Boqueirão do Leão (1987 – consorciada com Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Barros Cassal), com 7.726 pessoas; Canudos do Vale (1996 – consorciada com Progresso), com 1.729 habitantes em 2018; Forquetinha (1996), com 2.424 pessoas; Marques de Souza (1995), com 4.024; Progresso (1987), com 6.249 moradores; Santa Clara do Sul (1992), com 6.522

habitantes; Sério (1992), que reunia 2.000 pessoas. Assim, Lajeado perde cerca de 30.674 habitantes nessa projeção, lembrando que houve outros municípios que também cederam população em dois casos, o que não prejudica a notoriedade da superioridade de perda de Lajeado diante de Cachoeira do Sul. Ainda assim, Lajeado evoluiu sua população no período 1970-2018.

Bento Gonçalves, de sua parte, também emancipara distritos no período: Monte Belo do Sul (1992), com 2.564 pessoas; Pinto Bandeira (1996), que reunia 2.968 moradores; Santa Tereza (1992 – cedendo espaço com Garibaldi e Roca Sales), com 1.720 pessoas. Isso gera um total aproximado de 7.252 habitantes a menos com emancipações.

Do município de Venâncio Aires, derivara o município de Boqueirão do Leão (1987 – em conjunto com Lajeado, Santa Cruz do Sul e Barros Cassal), com 7.726 pessoas; Mato Leitão (1992 – juntamente com Cruzeiro do Sul), com 4.456 habitantes; isso resulta em cerca de 12.182 habitantes a menos.

Por fim, de Santa Cruz do Sul houve a emancipação de Gramado Xavier (1992 – juntamente com Barros Cassal), com 4.297 moradores; de Herveiras (1995 – emancipado de Sinimbu que era distrito de Santa Cruz do Sul), com 3.018 pessoas; de Sinimbu (1992), com 10.183 habitantes; de Vale do Sol (1992 – conjuntamente com Candelária), com 11.732 pessoas; a resultante aproximada seria de 29.230 habitantes a menos com as emancipações. Nesse contexto, apenas Caxias do Sul não emancipou distritos, sendo o último a cidade de São Marcos (1963) que detinha em 2018, 21.449 moradores.

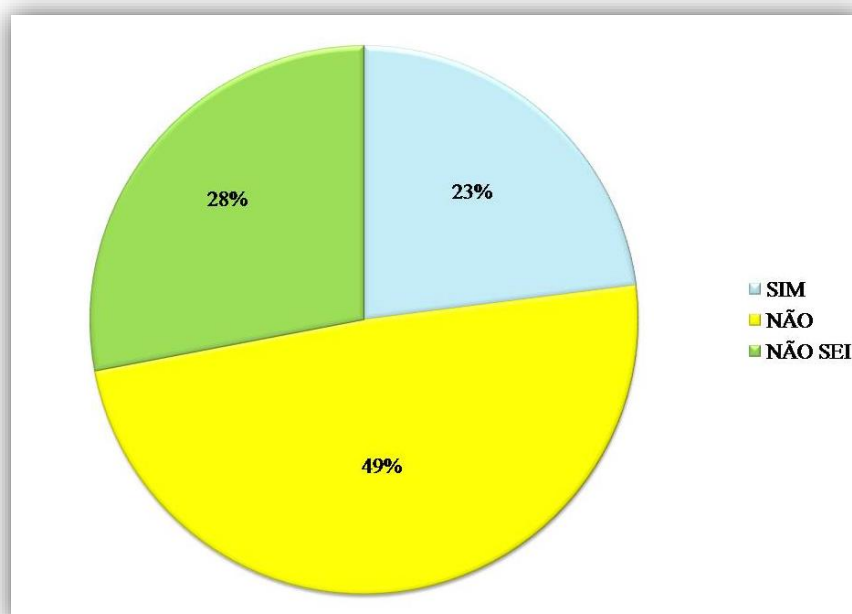
4.8 A APREENSÃO DA JUVENTUDE

Com o objetivo de investigar a percepção da juventude acerca da situação do município de Cachoeira do Sul e suas intenções futuras, foram realizadas entrevistas com jovens estudantes. Segundo o IBGE, em 2015, havia 2.436 estudantes no ensino médio do município, em escolas públicas estaduais e particulares, nos três anos do ensino médio. Destes, aproximadamente 40% representavam alunos do primeiro ano, que foram desprezados neste estudo devido à faixa etária. Assim, há cerca de 1.400 estudantes no ensino médio municipal no segundo e terceiro anos do ensino médio de Cachoeira do Sul. Foram entrevistados 363 estudantes deste público alvo, representando aproximadamente 26% do total, de cinco unidades de ensino públicas e particulares do município no período de 19 a 23 de junho de 2017. O público pesquisado tem as seguintes características:

- ❖ Sexo: 209 estudantes do sexo feminino, 147 do sexo masculino e 7 preferiram não declarar.
- ❖ Idade: 135 estudantes tem entre 15 e 16 anos, 209 entre 17 e 18 anos, e 19 possuem mais de 18 anos.
- ❖ Série: 144 estudantes cursam o 2º ano e 219 cursam o 3º ano.
- ❖ Rede de ensino: 101 estudantes são da rede particular e 262 da rede pública estadual.
- ❖ Turno de aula: 261 alunos estudam pela manhã, 50 à tarde e 52 à noite.
- ❖ Trabalho: 54 estudantes trabalham e 309 não trabalham.
- ❖ Prosseguimento dos estudos após ensino médio: dos entrevistados, 320 pretendem seguir estudando, 11 não e 32 não sabem.
- ❖ Tipo de ensino posterior: sobre o fato dos alunos pretenderem prosseguir seus estudos, 286 querem cursar ensino superior, 64 optam por cursos técnicos e 13 não pretendem seguir estudando.
- ❖ Existência do curso pretendido em Cachoeira do Sul: para 122 entrevistados há o curso pretendido na cidade, para 168 não há e 73 alunos desconhecem a existência.

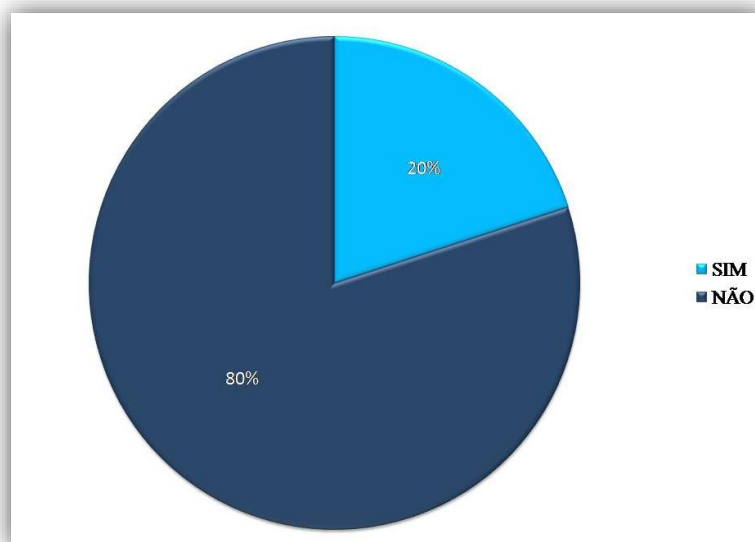
Nos Gráficos 19 e 20 apresentam-se as duas primeiras questões acerca do imaginário da juventude sobre o desenvolvimento de Cachoeira do Sul.

Gráfico 19 - Pergunta 1: Você pensa em permanecer em Cachoeira do Sul após o Ensino Médio?



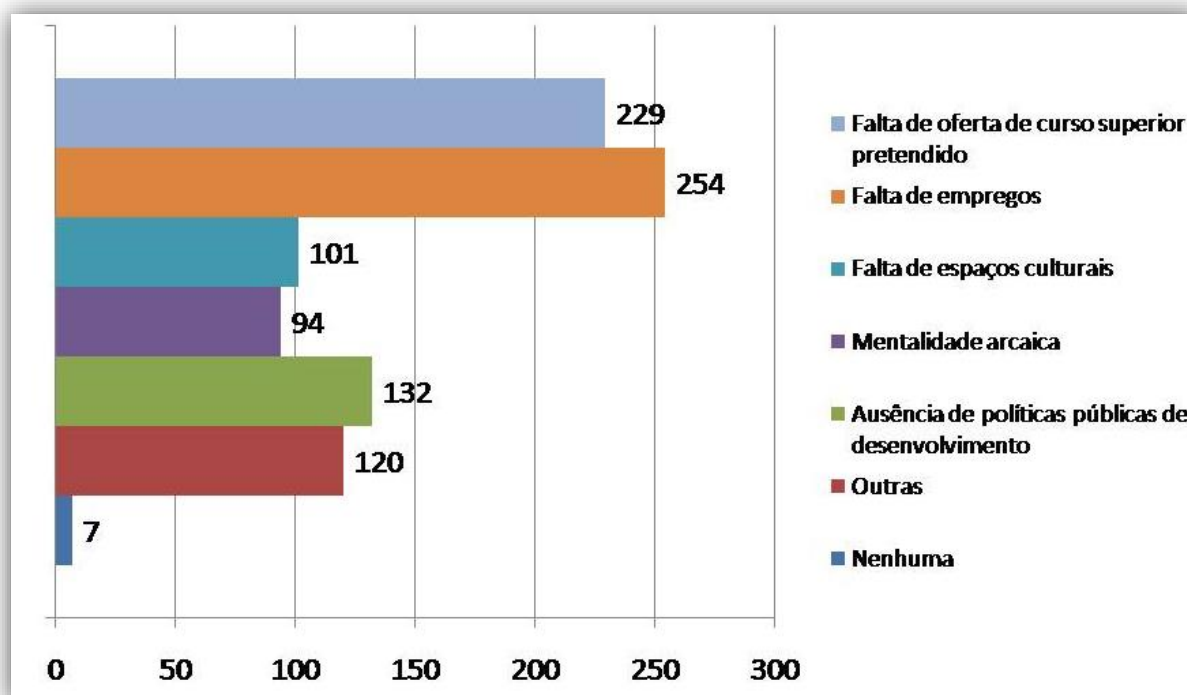
Como notado nos Gráficos 19 e 20, há uma clara disposição de migração após a conclusão do ensino médio para quase a metade dos entrevistados, fundamentalmente, segundo a questão seguinte, ao fato da cidade não atender as expectativas quanto ao futuro.

Gráfico 20 – Pergunta 2: A cidade de Cachoeira do Sul atende às suas expectativas em relação ao futuro?



Org.: Hettwer, 2018

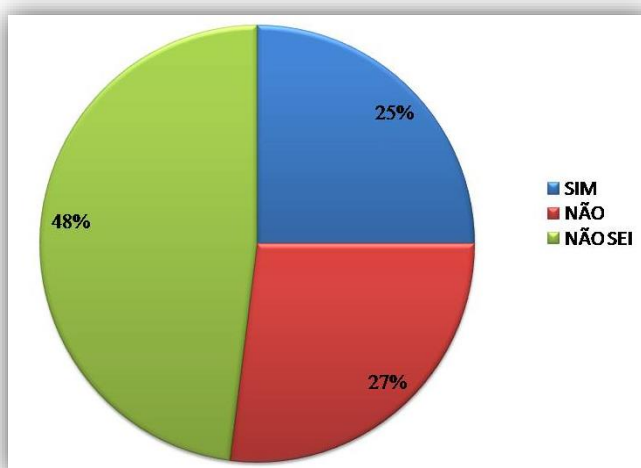
Gráfico 21 – Pergunta 3: Qual é a principal debilidade de Cachoeira do Sul que lhe faria sair da cidade?



Org.: Hettwer, 2018

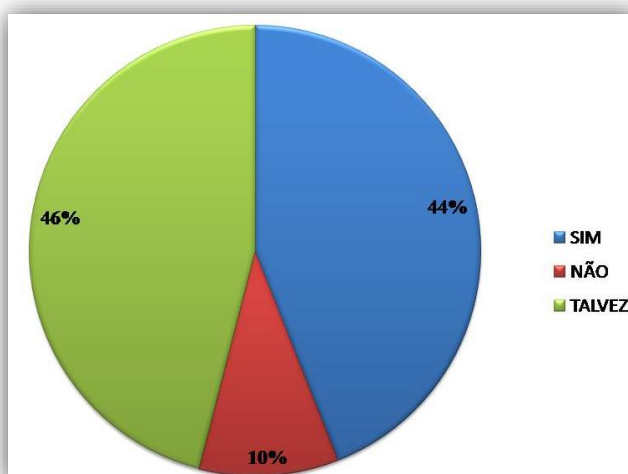
Assim, conforme ilustra o Gráfico 21, houve o questionamento sobre quais seriam as debilidades percebidas, sugeridas pelas leituras bibliográficas e entrevistas exploratórias. Os entrevistados poderiam apontar quantas alternativas lhe conviessem. Os entrevistados identificaram os aspectos econômicos e sociais (derivados do econômico) como principais debilidades: a falta de empregos e a carência de cursos superiores. Posteriormente, os estudantes foram questionados se haveria a disposição de retornar à cidade após o período de formação educacional e de aprimoramento profissional, conforme o Gráfico 22. No universo pesquisado, 48% assinalam que não sabem, 25% dizem que não e 27% dizem que sim.

Gráfico 22 - Pergunta 4: Caso você tenha que sair de Cachoeira do Sul para prosseguir estudos ou aprimorar-se profissionalmente, pretende regressar para fixar-se na cidade?



Org.: Hettwer, 2018

Gráfico 23 - Pergunta 5: Você acredita que o desenvolvimento atual de Cachoeira do Sul pode fazê-lo(a) migrar da cidade no futuro?

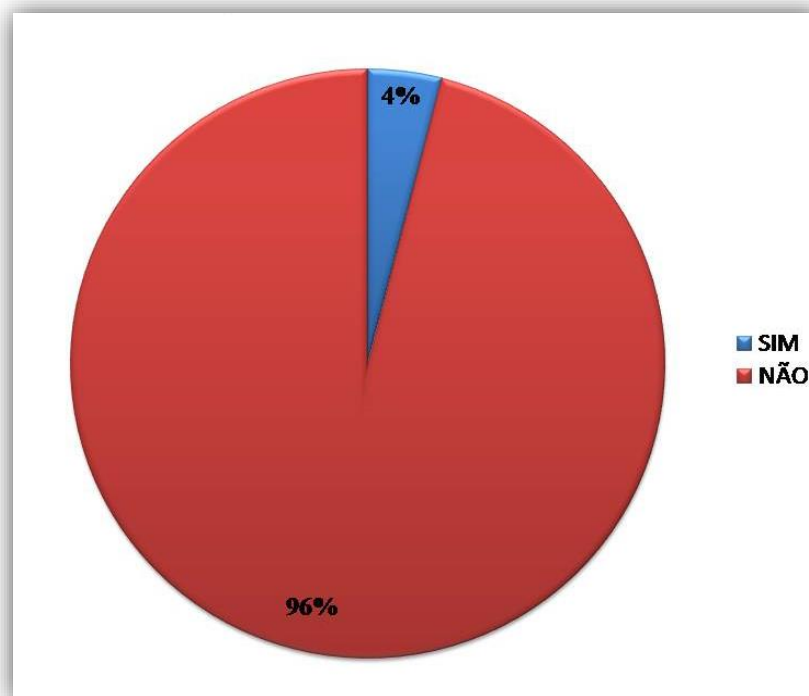


Org.: Hettwer, 2018

No Gráfico 23, apresenta-se o imaginário dos jovens pesquisados sobre o desenvolvimento e os impactos sobre suas decisões futuras acerca de uma suposta migração. Apenas 10% dos entrevistados assinalam que o atual estágio de desenvolvimento de Cachoeira do Sul não impactaria suas decisões, ao passo que 44% afirmaram que sim e 46% ainda não sabem.

Por fim, questionou-se ainda aos jovens se havia percepção de alguma política pública que possibilitasse sua permanência no município. Como demonstra o Gráfico 24, para 96% não havia a percepção de algo sendo feito para evitar os fluxos migratórios. Os entrevistados que percebiam alguma política pública evidenciaram a construção do campus da UFSM na cidade como válida e significativa.

Gráfico 24 - Pergunta 6: Você percebe no município políticas públicas que favoreceriam sua permanência em Cachoeira do Sul?



Org.: Hettwer, 2018

5 ENTRAVES E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Diante da análise dos indicadores sociais e econômicos, notam-se relevantes entraves ao desenvolvimento de Cachoeira do Sul, reforçados em discursos aristocráticos que buscam hegemonizar as ações no espaço geográfico, sintonizados na dinâmica global e naturalizados por agentes públicos e até mesmo por parcela das massas exploradas. Por outro lado, contrastando com a concentração-segregação da monocultura sojicultora, evidenciam-se pulsos de desenvolvimento que resistem e ganham importante alcance econômico e social.

5.1 ALGUNS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO

Conforme já fora demonstrado, a concentração fundiária é um dos impactos do modelo econômico em vigor no município. A imposição aristocrática desta matriz gera reflexos na administração pública e na geração de recursos para atender às necessidades de toda a população, que prioriza ações de pouco resultado ao conjunto dos cachoeirenses, impactando a arrecadação de impostos, a oferta competitiva de outras alternativas, a precarização dos serviços públicos e a infraestrutura municipal.

5.1.1 A concentração fundiária e o discurso da vocação agrícola monocultora

O discurso histórico acerca da vocação agrícola brasileira não é apenas uma saudável evidenciação das potencialidades nacionais – vastas áreas agricultáveis, clima diverso e favorável, poucas intempéries, abundância de água, relevo propício, solos férteis, inteligência e capacidade técnica, dentre outros atributos. Mesmo com importantes benefícios e atendimento de necessidades vitais da população e o auxílio na balança comercial brasileira, este discurso é, substancialmente, o mascaramento da perpetuação de um projeto de submissão do Brasil à modalidade de colônia e o decorrente abandono de um projeto soberano que ouse competir com as potências mundiais. Os efeitos dessa opção são percebidos pelo Brasil afora, caricaturalmente em Cachoeira do Sul. A base cultural dessa condição se sustenta na defesa da concentração da terra, uma questão mundial.

A expressão "reforma agrária" foi cunhada no presente século, vulgarizando-se mais rapidamente a partir da década de 1940. As "leis agrárias" - como eram denominados os diplomas legais que interferiam no curso evolutivo da estrutura agrária, regulando-a, ou alterando-a - datam de tempos remotos, aparecendo na história desde a Antiguidade Clássica. Essas leis visavam a uma melhor distribuição das terras públicas, concedendo facilidade aos agricultores pobres para sua aquisição e tentando

impedir seu domínio por um pequeno número de açambarcadores. As concentrações excessivas das terras eram, já a esse tempo, consideradas prejudiciais ao equilíbrio da sociedade. As leis propostas por Tibério Semprônio Graco no ano de 133 a.C. foram, no entanto, as primeiras a exercer certa influência na contenção da excessiva concentração das terras, pois proibiam a posse de mais de quinhentas *jugera* (ou 125 hectares) das terras públicas e ordenavam a devolução ao Estado das áreas excedentes. [] A concentração excessiva da propriedade agrária e a formação de grandes fortunas nas mãos de pequeno número de senhores provocaram a decadência do Império Romano. [] Durante toda a época feudal, as leis agrárias foram em geral extremamente opressivas para os camponeses, ao contrário das leis romanas, e tiveram por objetivo reforçar a dependência dos cultivadores aos senhores da terra. [] Nos países do Novo Mundo, duas teorias fundamentais forneceram o substrato da legislação agrária, das correntes de pensamento e dos movimentos políticos que orientaram o povoamento e a ocupação da terra. De um lado, colocavam-se os partidários da pequena propriedade, a que se filiavam Thomas Jefferson e outros líderes da Revolução Americana; e de outro lado, os partidários das grandes propriedades, que fundaram no Sul dos Estados Unidos os latifúndios escravistas. A Lei do *Homestead*, sancionada nos Estados Unidos em 1862, consagrou os ideais jeffersonianos de uma sociedade democrática baseada nas pequenas propriedades agrárias. Ao mesmo tempo, a vitória dos estados do Norte contra os estados do Sul, em 1865, marcou o fim da escravidão nos Estados Unidos, constituindo um golpe na economia latifundiária, baseada no sistema de *plantations*. Essa vitória, como a história comprovou, teve importância decisiva nos rumos democráticos da nação norte-americana, possibilitando, pelo estímulo à distribuição multifamiliar da propriedade e da utilização da terra, pelo enorme afluxo dos emigrantes europeus e pela formação acelerada do mercado interno, o rápido crescimento da indústria e, como consequência, logo depois, um lugar relevante na economia mundial. (GUIMARÃES e MEDEIROS, 2019)

Além dos EUA, houve no mundo outras experiências de distribuição de terras: a lei de terras do México, a reforma agrária na Nicarágua, no Japão, na União Soviética com a coletivização do campo, em Cuba e Guatemala. O setor agrícola dos EUA é sem dúvida um dos maiores do mundo. Ele se caracteriza por uma alta produtividade e pelo uso de tecnologias modernas. Os Estados Unidos é um dos maiores produtores mundiais de milho, soja, carne bovina e algodão. Contudo, a agricultura não representa mais do que 1,0% do PIB dos EUA e emprega 1,7% da população ativa. O PIB per capita do país é de US\$ 61.687. No início do século XXI, o Brasil é o maior produtor mundial de café, de cana-de-açúcar e de laranjas, além de ser um dos principais produtores de soja. O país atrai numerosos grupos multinacionais nas indústrias de alimentos e de biocombustíveis. O Brasil detém o maior rebanho de gado comercial do mundo. No entanto, a fatia da agricultura no PIB é relativamente pequena. Ainda assim, o setor representa 40% das exportações. O PIB per capita do Brasil é de US\$ 10.515, ou seja, um sexto do estadunidense. (Banco Mundial, 2018) A Tabela 22 apresenta um comparativo entre os dois países – EUA e Brasil.

Tabela 22 – Setores econômicos dos Estados Unidos e Brasil

Divisão da atividade econômica por setor	Agricultura EUA	Agricultura Brasil	Indústria EUA	Indústria Brasil	Serviços EUA	Serviços Brasil
Emprego por setor (<i>em % do emprego total</i>)	1,7	10,3	18,9	20,8	79,4	68,8
Valor agregado (<i>em % do PIB</i>)	1,0	4,6	18,9	18,5	78,9	73,3

Fonte: Banco Mundial, 2018 - Org.: Hettwer, 2019

Desde a colonização portuguesa, havia os discursos impostos e amplificados por diversos mecanismos que moldavam o espaço social brasileiro, com voz tonificada dos exploradores para manter seus privilégios diante das massas exploradas. Aprimorados ao longo da História, esses mecanismos permeiam em múltiplos meios de informação monopolizados, de despudorada relação de submissão aos interesses do capital. Essa lógica vai reproduzindo argumentos, penetrando nos corações e mentes. A partir da análise dos Censos Agropecuários locais, o estudo da organização não governamental Oxfam alerta que apenas 1% das fazendas ou estabelecimentos rurais na América Latina concentram mais da metade (ou 51,19%) de toda a superfície agrícola da região. A Colômbia é um dos casos mais extremos: só o 0,4% das propriedades concentram mais de 67% da terra produtiva. Já no Brasil, 45% da área rural está nas mãos de menos de 1% das propriedades. De outra parte, segundo o Incra, existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. No total, esse grupo deve aproximadamente R\$ 200 bilhões, com propriedades de área suficiente para assentar 214.827 famílias – quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas no Brasil esperando por reforma agrária em 2016. (Oxfam, 2016)

[...] são pequenas propriedades que cultivam diversos produtos, todos com um valor agregado muito grande. Um hectare de parreira, bem produzido, sem o custos e riscos da soja e do arroz, terminam por rentabilizar mais o produtor que arriscou em 100 hectares de monocultivo. Ainda temos o fator social, qualidade de vida, onde na pequena propriedade o filho ficou no campo com o pai, não foi embora iludido de encontrar um arco-íris na cidade grande. E quando vai, estuda e retorna para a propriedade. Na área grande não ocorre, o perfil é outro, temos o empregado rural, não é mais uma relação familiar. Temos também o fator colonização, essas áreas

citadas (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires) são imigração alemã e italiana, são formas diferentes de ver a vida e o futuro. Quanto ao emprego maior (nos municípios citados diante de Cachoeira do Sul), terminam eles por atuar na transformação dos seus produtos, seja erva mate, fumo, embutidos, vinho, carnes, o que demanda mais gente. Uma lavoura de soja de 100 hectares pode ser tocada no seu ciclo todo por apenas um empregado e mais um na colheita. Joga tudo num caminhão e leva para o Porto de Rio Grande, o emprego vai ser gerado na China, não aqui, não agrega nenhum valor! (Tales Altoé, informação verbal)

Uma das principais colaboradoras do discurso colonial brasileiro é a **Rede Globo de Televisão** que, em 2017, inovou com uma extraordinária descoberta: que a agropecuária é a indústria-riqueza do Brasil, contrariando a conceituação econômica e geográfica. Segundo a emissora, o agronegócio tem que comunicar à sociedade urbana a tecnologia que é aplicada no dia a dia do campo, na fabricação dos produtos agrícolas, dos alimentos. Em palestra no GAF Talks, evento realizado pela Datagro no final de março de 2017, o diretor de marketing da TV Globo, Roberto Schmidt, afirmou que o objetivo da iniciativa é conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana. “Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio **movimenta os outros setores da economia**”, salientou, acrescentando que: “a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”.(informação verbal) Curiosamente, as patrocinadoras das inserções publicitárias na emissora eram a JBS, corporação envolvida em graves casos de corrupção e tornada monopólio com a aquisição de empresas regionais e cooperativas com empréstimos bilionários no BNDES; e uma multinacional automobilística, a Ford, que se engrandecia com a ocupação do mercado interno brasileiro livre de concorrência nacional.

Cana é agro. Desde o Brasil colonial a cana ajuda a movimentar a nossa economia. Hoje em dia a cana gera um dos maiores faturamentos do campo: R\$ 52 bilhões. Assim começa a propaganda da Globo sobre a cana-de-açúcar. A peça exibida em horário nobre, em rede nacional, tem 1 minuto. E se encerra com o bordão da série patrocinada pela própria emissora, em defesa do agronegócio: “Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo”. O patrocínio específico é da Seara – marca do grupo **JBS** – e da **Ford**, com a marca Ford Ranger. As imagens que ilustram a “movimentação da economia” mostram escravos. São gravuras sobre engenhos, ambas do século XIX. (CASTILHO, 2017)

No meio político, as vozes ruralistas do grande latifúndio agroexportador são vigorosas. Diversos são os políticos eleitos por financiamentos privados das grandes multinacionais e grandes proprietários rurais para manter e ampliar os privilégios da dinâmica do agronegócio.

Um dos discursos pode ser evidenciado através da Aprosoja²⁴ na intransigente defesa da manutenção da lei Kandir, para orientar seus associados e suas bancadas políticas, tal como reproduzido integralmente a seguir:

Ideia genial: Para arrecadar mais, por que não exportar impostos?

Lamentavelmente, ainda persiste de parte de pessoas com mentalidade atrasada, uma posição favorável a tributar as exportações de bens primários, revogando a Lei Kandir de 1996. De forma recorrente se verifica essa mentalidade de políticos, governos estaduais e funcionários públicos, aqueles que não geram nenhuma receita para o estado brasileiro, mas ao contrário, só despesas. Com isso, é fácil concluir se tratar de um mecanismo de autopreservação, baseado não no interesse público, mas no de manutenção de uma estrutura de estado falida, ineficiente, com salários e benefícios descolados da realidade da população em geral. É também praxe destes mesmos atores não criar nenhuma solução para a parcela de brasileiros que empreende, trabalha e gera riquezas para o país. Pelo contrário, só se verifica medidas perniciosas contra o interesse público. Neste caso específico, a propósito, taxar as exportações de bens primários solaparia o setor mais importante da economia brasileira, o agronegócio, que além de abastecer com folga de alimentos o país, exporta para importantes mercados consumidores como a China e a Europa. Enquanto isso, gera ¼ dos empregos formais, ¼ do PIB brasileiro, ou seja, riqueza e bem-estar social. Não por coincidência, foi justamente após a Kandir que o Brasil iniciou sua trajetória de ascensão como potência agrícola mundial. A produção de soja, por exemplo, se multiplicou quatro vezes, saindo de 26 milhões de toneladas para as 113 milhões de toneladas da última safra. As exportações cresceram até o país se tornar o maior exportador do grão e a soja o principal produto de toda a pauta de exportação brasileira. O mesmo movimento se verificou no milho, algodão, dentre vários outros. Com o crescimento da produção, juntos cresceram os mercados de insumos e toda uma cadeia de serviços, processamento e logística da produção. Cidades floresceram, IDH's saltaram. Para traduzir isso em números, a cadeia da soja no Brasil gera direta, indiretamente e por agregação 7,5 milhões de postos de trabalho, o equivalente a metade da população da Região Centro-Oeste. O IDH dos 2.000 municípios onde se planta soja saiu da classificação muito baixo e baixo, para médio e alto, demonstrando a capacidade da cadeia da soja de melhorar a vida das pessoas. Também é possível demonstrar que direta e indiretamente a cadeia exportadora de bens primários como soja gera volumes consideráveis de tributos federais e estaduais. As grandes culturas agrícolas, fora a pecuária, estariam arrecadando R\$ 35 bilhões em ICMS e R\$ 40 bilhões em impostos federais no último ano. Mas sabemos que com o modelo de gestão público dominante nos estados brasileiros, com o nível de corrupção sistêmica e crônica, todo o dinheiro a mais arrecadado ainda seria pouco, mesmo que suficiente para resolver todos os problemas de saúde, educação, segurança, transporte e saneamento. Isso nos leva a concluir novamente que a razão para elevar impostos é a de preservação de uma estrutura de estado falida e ineficiente que aí está para manter privilégios de poucos que não geram nenhum recurso para o país. Finalmente, e passando a análise técnica de que razões levariam à revogação da Lei Kandir analisadas, sob a luz dos conhecimentos da economia moderna, o Brasil aboliu a tributação sobre exportação porque é conceitualmente absurdo. Tributar exportação é

²⁴ A Aprosoja Brasil foi fundada no dia 11 de março de 1990 a partir da iniciativa de produtores de diferentes regiões do Brasil. Inicialmente chamada de Abrasoja, a entidade divulgou em 12 de julho de 1990 o primeiro documento oficial, intitulado Alerta à Nação. Nesse mesmo dia, os produtores da Frente Ampla da Agricultura de Mato Grosso foram recebidos pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello. As bandeiras de luta da época eram semelhantes às de hoje: agregação de valor aos grãos, melhores condições de infraestrutura e logística e prorrogação das dívidas dos produtores rurais. Havia também reivindicações mais imediatas, como a correção do preço mínimo da soja e a liberação de verbas para colheita, que estavam bloqueadas pelo governo, e de linhas de crédito para os produtores e regulamentação das cooperativas de crédito.

o mesmo que exportar imposto, o que não faz nenhum sentido e só retira a competitividade do setor exportador. Ainda pior é o argumento de que o estado perdeu muita arrecadação com isso. Hoje se sabe que o estado do Mato Grosso, um dos maiores exportadores de bens primários, tem no agronegócio 51% da arrecadação de ICMS e 50% do seu PIB. Só houve ganho com a Lei Kandir. Os estados alegam agora que precisam ser compensados com a perda de arrecadação advinda com a Lei Kandir porque seus gestores os faliram. E pior, sabedores que não faria sentido manter a tributação sobre as exportações, ainda seguiram alimentando seu próprio endividamento, contando com uma compensação que conceitualmente deveria ser transitória. Em outras palavras, ao invés de contar com esse dinheiro, deveria ter feito o ajuste fiscal necessário e seguindo em frente. Infelizmente, os estados não aproveitaram os anos de vacas gordas, fizeram dívidas, contrataram mais gente, não investiram em ganhos de gestão e eficiência e agora estão quebrados. Esse é o motivo real para querer revogar agora a Lei Kandir, além da busca por elevação de mais impostos. Algumas categorias, já perceberam que seus salários estão ameaçados e começam a buscar soluções mirabolantes, desprovidas de justificativas técnicas, como o estudo que motivou essa resenha. Muito importante destacar que o deputado Luiz Carlos Hauly, relator da reforma tributária em marcha e participante da elaboração da Lei Kandir, manteve em seu texto a total desoneração das exportações de bens primários, o que coroa esta resenha com o caráter técnico e jurídico necessários para pôr um ponto final na discussão. O setor que gera receita para o país é o setor privado e não público. O setor público deveria garantir saúde, educação e segurança, dar tranquilidade para quem trabalha e gera os recursos que alimentam a nação seguir em frente. Como não consegue fazer isso e só é eficiente em gerar mais imposto e burocracia para infernizar os que trabalham, não restou outra solução que apequendar o setor público. Uma reforma para profissionalizar os gestores também é essencial, mas não seria suficiente. Primeiro precisa mudar a mentalidade das pessoas. Hoje o sonho da maioria dos jovens é passar em um concurso público para trabalhar pouco e ganhar muito. Desse jeito, quem irá trabalhar para sustentar o país...? O desafio está feito: sejam patriotas, sejam empreendedores e trabalhem na iniciativa privada. 19/10/2017 - Aprosoja Brasil

Com a eleição de Jair Bolsonaro (2018), empossado em 1º de janeiro, esses discursos são fortificados por suas promessas de campanha. Como resultado, em dois meses de governo Bolsonaro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a autorização de 86 novos produtos elaborados com agrotóxicos, em média, 1,6 por dia. As questões de reforma agrária, indígena e quilombola, e até mesmo a pesquisa científica nacional passaram a ser vistas como “causas inimigas do Estado”.

5.1.2 A controversa relação da gestão pública com o desenvolvimento

O banner a seguir, Figura 21, estampa a principal publicidade do site da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, que corrobora com a visão acerca da vocação agrícola brasileira, por extensão do município. Mesmo com ações importantes como a construção de um campus da Universidade Federal de Santa Maria na cidade, há uma grande referência e admiração ao agronegócio monocultor, notados em diversas publicações, estímulos

majoritários a eventos agropecuários, salientando que a predominância espacial é do agronegócio agroexportador de *commodities* – a soja.

Figura 21 - Publicidade oficial da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul



Fonte: www.cachoeiradosul.rs.gov.br em 21/04/2018

Segundo entrevistas junto a gestores e líderes políticos municipais, Cachoeira do Sul “vem conseguindo se desenvolver dentro das perspectivas e mudanças do contexto capitalista.” Para estes agentes entrevistados, hoje, o desenvolvimento municipal de Cachoeira do Sul acontece, principalmente, a partir da agropecuária e suas consequências na indústria, logística, serviços e comércio, o que se convencionou chamar “agronegócio”. Sem descuidar da agropecuária empresarial, o foco da atual gestão municipal no setor primário é a agregação de valor da produção familiar, com o estímulo a agroindústria atendida pela inspeção do SIM em convênio com o Susaf. Quanto ao setor industrial, há um programa que remonta a 1990 (Prodic), com incentivos tributários, financeiros e materiais. A lógica que o motivou, há três décadas, não se sustenta mais: geração de empregos diretos. Com o advento da indústria 4.0, o setor se comporta como a agropecuária, que se tecnicizou na década de 1960, deixando de ser empregadora intensiva de mão de obra. Agregar valor, somando o setor primário ao secundário da economia, é o mote da administração. A implantação da Todeschini é um exemplo do modelo. No setor terciário, a ampliação do polo educacional, com ênfase no terceiro grau, é o objetivo presente. Estamos fazendo hoje o que Santa Maria fez há 50 anos. Mas a outra revolução mais silenciosa que está acontecendo com a ampliação da qualidade e produtividade do setor primário, através da pesquisa genética, vegetal (fruticultura de noz pecã e olivas) e animal (bovinos e ovinos).

Sobre os discursos acerca da defesa da vocação agrícola brasileira e da dinâmica contemporânea diante das demandas e necessidades da população, os entrevistados reduzem o impacto dessa lógica sobre o desenvolvimento do município. Segundo eles, a produção primária não paga impostos, independentemente seja destinada para o mercado interno ou externo. Ou seja, não há prejuízo com as exportações, mas há perda de Valor Adicionado e empregos industriais na saída de produção primária in natura. A industrialização também não gera impostos municipais diretos. Quanto as demandas do município, elas iriam muito além da capacidade de ampliação da arrecadação de impostos. Por exemplo, os pleitos da Saúde aumentarão exponencialmente com o envelhecimento da população. Já a Educação Básica, em 10 anos, não terá mais problemas com a demanda. Em 2030, com a queda contínua da natalidade, serão dois mil alunos a menos nas escolas municipais. Sobrarão prédios e professores. Convenhamos que a escolha do modelo agroexportador não é uma ação local. Qual força teríamos para bloquear a existência de agro empreendedores no Município? Em termos de crescimento do PIB municipal a contribuição do agro é positiva.

Acerca da Lei Kandir e o prejuízo que gera ao município, os gestores entrevistados corroboram com a opinião dos grandes produtores, suas associações e multinacionais. Seria chorar sobre o leite derramado. Os estados de base primária foram enganados para que os interesses urbanos do eixo Minas-SP-Rio fossem contemplados. Não exportar impostos é instituto consagrado na economia capitalista que não será alterado por nossa vontade. Continuar pleiteando ressarcimento seria perda de tempo.

Ao serem questionados sobre o declínio populacional e a saída de mão de obra do município nas últimas décadas, os agentes públicos naturalizam-na, citando as emancipações políticas como causas pontuais, pois, de 1970 para cá, foram três emancipações: Cerro Branco, Paraíso do Sul e Novo Cabrais que juntas têm 16,5 mil habitantes. Então, numa visão regional, a população teria crescido, o que já refutamos anteriormente. Quanto à fuga de cérebros, este seria um fenômeno em qualquer parte do mundo pois os melhores talentos são disputados e não há fronteiras que os segurem. O desemprego estrutural, em função das mudanças no consumo associado a ampliação do uso de tecnologia, seria um fenômeno mundial. As migrações, e a reação a elas (movimentos xenófobos), comprovariam isso.

Sobre a concentração fundiária crescente no município e superior a outros como Lajeado, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, entendem que a grande propriedade é uma virtude no município. Em se tratando da agropecuária empresarial, o aumento da área da propriedade média seria uma imposição. Não haveria como ter ganho de escala, nem empregar equipamentos avançados que custam centenas de milhares de reais, em

pequenas propriedades. Quanto a agropecuária familiar, o Município mantém, sob contratação, os serviços da Emater para desenvolver alternativas de produção e geração de renda na pequena propriedade. Se a base de comparação for a Produção Agrícola Municipal (PAM) versus Produto Interno Bruto (PIB), os municípios de prevalência de pequenas propriedades e de agricultura familiar citados estariam entre os mais pobres do Estado. Segundo um gestor municipal, Caxias do Sul, que possui o 2º PIB do RS, tem o setor primário contribuindo com apenas 1,18% do total; Santa Cruz, 8ª PIB do RS, conta com apenas 2,23% vindo da agropecuária; Lajeado, 17º PIB do RS, recebe apenas 0,19% do setor primário. Já Venâncio, 27º PIB do RS, tem sua base primária contribuindo com 13,54% do seu Produto Interno Bruto. Cachoeira, 33º PIB do RS, tem o PAM atingindo 28,27% do PIB. Por esses números, salvo melhor juízo, o menor tamanho médio da propriedade rural não guarda relação com a geração de mais riqueza, antes o contrário.

Por fim, demonstram ceticismo quanto à percepção dos jovens sobre o município, questionando a mentalidade dos entrevistados, mais voltada a uma cultura que deveria ser superada, em seus entendimentos, significando o conjunto de realizações dos últimos anos no município.

Nos últimos anos Cachoeira do Sul voltou a respirar ares progressistas e os verbos no pretérito vem perdendo seu lugar. Senão vejamos alguns exemplos: 1. Quatro universidades foram criadas em Cachoeira: Ulbra, 1.800 alunos. Uergs, 450 alunos. UAB, 500 alunos. UFSM, 950 alunos. Total aproximado: 3.700 acadêmicos. Existe também a presença de outras instituições oferecendo cursos de graduação EAD. 2. Na área de saúde pública, o HCB tornou-se um grande prestador de serviços com 700 funcionários. Cachoeira é referência regional em especialidades como neurologia, traumatologia e oncologia. 3. O crescimento real do PIB de Cachoeira do Sul foi de 45,07% nos últimos 10 anos. Isso representa um incremento anual médio capitalizado de 3,8%. Maior que o Rio Grande do Sul (+33,72%), que o Brasil (+26,15%) e maior que três das quatro cidades listadas como mais avançadas: Caxias do Sul, crescimento real de 17,97%; Lajeado, mais 34,91%; Venâncio, 37,87% e Santa Cruz, a única a nos superar, com crescimento real do PIB de 48,87% de 2007 para 2016, média de 4% ao ano. 4. Cachoeira foi o segundo maior município gaúcho em Valor da Produção Agropecuária em 2017 (R\$ 656,9 milhões). O primeiro é Vacaria (R\$ 740,2 milhões) e Uruguaiana (R\$ 602,1 milhões) vem em terceiro lugar. 5. Cachoeira tornou-se um dos cinco maiores produtores de soja do Rio Grande, com área estimada ao redor de 100 mil hectares. 6. Cachoeira passou a ser reconhecida como capital brasileira da noz-pecã com a multiplicação da área de cultivo em 500% em uma década. Além disso, é polo irradiador do plantio de pomares de oliveiras. (Informação verbal)

De outra parte, noutra perspectiva, há uma corrente empresarial que diverge dos caminhos adotados. Aponta sintomas das mazelas sociais e analisa que seria preciso mudar os rumos da cidade. Embora o sentimento por ora ainda existente de uma aparente segurança na cidade de Cachoeira do Sul, já se nota um quadro de agravamento de situações de riscos sociais,

pois ainda temos ares de cidade pacata e calma do interior, mas com uma realidade social muito desigual, sem vários direitos básicos que assistam aos mais pobres e marginalizados, ora esquecidos pelo poder público, que mostra em suas propagandas uma realidade fictícia de boa cidade para se viver. Na questão econômica, seríamos um município vivendo de renda baixa, e muito ainda focado no setor primário, onde se emprega cada vez menos devido à mecanização dos processos outrora humanizados. Para os empresários, praticamente não temos uma matriz industrial de peso na cidade e a que temos é totalmente voltada ao polo metalmeccânico pensado para o setor primário, o que torna um município vivendo de renda do comércio, vendendo para os comerciários, profissionais liberais e funcionalismo público.

Para os empresários, nossas perspectivas econômicas são a criação de matrizes diferenciadas de geração de emprego e renda, baseadas hoje no setor primário; diferentes matrizes seria o modelo ideal, pois já somos o primeiro produtor de soja do estado e o terceiro em área de arroz, então é claro que temos que movimentar esse setor e seus terceirizados, como o polo metalmeccânico pesado para área, mas precisamos de novas matrizes como a indústria de transformação, como exemplo a Granol ; e, por último, não menos importante, o tão sonhado polo de referência em educação no estado, com suas universidades e sendo reconhecida como uma capital da educação. Para os empresários entrevistados, isto dependeria diretamente do poder público que nem sequer tem em Cachoeira do Sul uma área de projetos de futuro para o setor. Não temos um plano diretor bem definido, com áreas industriais, não temos uma infraestrutura de projetos por parte do poder público, não temos boas estradas, nem uma localização geográfica privilegiada com boas rodovias e acesso rápido a grandes centros escoadores de produção, visto que estamos a 30 km de distância de qualquer rodovia principal. Temos, isto sim, uma grande oportunidade de mudar isto com o outrora aproveitado trem de cargas ou até mesmo o belo porto que temos, mas não geram suficiência econômica para torná-los ativos. Baseado nestes fatos, o desafio segue enorme e os desperdícios de oportunidades e de grãos, por exemplo, seguem em alta para uma cidade que anseia, e há muito tempo, por mudanças econômicas urgentes.

Em contraposição aos agentes públicos entrevistados, para este segmento empresarial, a perda da população em cidades de menor porte como o de Cachoeira do Sul é um fenômeno muito impactante nas suas economias, em especial na nossa cidade que tem em seu município uma média de 71.000 habitantes na cidade e 13.000 no campo. Esta perda representa diretamente a **saída de mentes brilhantes e de retiradas de capitais da nossa cidade**, onde poderiam estar trabalhando e criando empresas e desenvolvendo a cidade com suas mentes e capacidades técnicas, conhecimentos e atitudes. Além, é claro, de que nossa geografia de

escoamento é precária, a mão de obra indo embora, afugenta também novas indústrias, tão sonhadas para nossa cidade e economia. Podemos atribuir a concentração de renda que o setor primário provoca automaticamente e a falta de indústria que distribuam maior número de ofertas de emprego e renda.

Sobre a atuação dos agentes públicos e a concordância com o modelo econômico e social que prevalece, os empresários reiteram que agem em consonância, mas uma concordância burra, pois são induzidos ou pressionados a tal, pois **existem matrizes e patriarcas que roubam a cena da cidade para si em nome de um bem comum fictício, sendo que, na verdade cuidam tão somente de seus interesses econômicos, políticos e sociais;** esta é a história tão conhecida, malvada e real que conhecemos, e que nossa geração pagou o preço por não fazer alguma coisa efetiva para mudar isto. Vejo, doravante, uma nova onda de ações e reações na nossa juventude e em pessoas de bons usos e costumes desta comunidade se levantando e lutando para uma mudança significativa dos modais estruturais deste coronelismo até hoje imposto em nossa cidade. Basta agora a população que sempre foi tão ansiosa para tais mudanças, abraçar o rumo do novo sem medo e com a rédea do futuro de seus filhos nas vossas mãos.

5.1.3 A precarização do serviço público e a escassez de investimentos

Uma característica de Cachoeira do Sul, e dos municípios brasileiros é a dependência externa de outros entes federativos, estadual e federal, sendo 73,7% das receitas oriundas de fontes externas. Contudo, ao analisar a execução orçamentária brasileira de 2018, inserida na página 89 – Gráfico 7, nota-se que apenas 9,82% do orçamento foi repasse aos 5.570 municípios e aos 26 estados da federação e ao Distrito Federal, ao passo que 40,66% foram destinados a bancos para pagamento e amortização da dívida interna. Para a educação dos cerca de 208 milhões de brasileiros foi destinado 3,62% do orçamento, para a saúde 4,09%, ciência e tecnologia 0,24%, urbanismo 0,06%, saneamento básico 0,02%, indústria 0,08%, transportes 0,44%.

Assim, fica mais comprometida a capacidade da federação de auxiliar os municípios, visto que uma das consequências sobre a vida dos cachoeirenses com o modo econômico vigente é a reduzida arrecadação tributária e a baixa capacidade de custear a administração pública, bem como ampliar a infraestrutura e realizar investimentos em desenvolvimento. Uma das áreas mais atingidas pela limitação de recursos é a educação pública municipal, particularmente o ensino fundamental, de responsabilidade constitucional do município, que

cresceu no período 2010/2018, segundo o Censo Escolar do MEC. Em 2010, Cachoeira do Sul totalizava 18.792 estudantes de educação básica. Destes, 4.176 eram alunos de escolas municipais urbanas e 1.390 de escolas municipais rurais. Em 2018, a demanda do poder público municipal urbano cresceu para 4.611 alunos e decresceu para 1.331 nas escolas rurais. Houve um notório assunimento de demanda do estado que apresentava, em 2010, 9.728 alunos em escolas urbanas e 587 em escolas rurais, caindo em 2018 para 7.238 matrículas em escolas urbanas e 565 em escolas rurais.

O ano de 2018 foi marcado por disputas políticas e judiciais entre o executivo municipal, o sindicato de professores e os educadores, especialmente após a categoria haver conquistado judicialmente o cumprimento da Lei do Piso Salarial do Magistério. Distintamente do governo do estado do RS no período 2015-2018, o município ainda não realizara parcelamentos salariais e vinha recompondo anualmente as perdas inflacionárias dos funcionários municipais. Contudo, em discursos e ações judiciais, houve movimentos do executivo municipal no sentido de minimizar o impacto sobre a receita municipal com enxugamento do quadro funcional, contratação de professores temporários ao invés de realização de concurso público, realocação de pessoal, enturmações e tentativas de mudança no Plano de Carreira do Magistério.

Além disso, a estrutura das escolas municipais necessitam urgentes reparos, reformas, aquisição de material pedagógico e investimentos no custeio. Há significativas defasagens estruturais se comparadas a outras redes escolares e só não são piores devido à mobilização de gestores, educadores e comunidades escolares com rifas, festas, gincanas, com professores muitas vezes subsidiando atividades com seus salários, bem como funções elementares do cotidiano escolar como as cópias de avaliações de seus alunos, aquisição de canetas e tinta para quadro branco, por exemplo.

Os educadores não recebem significativos estímulos à sua formação continuada. Assim, ou não perpetuam seus aprendizados ou, ao resistirem e alcançarem mestrados ou doutorados, muitos saem da rede municipal para a rede privada ou outras redes mais valorizadas. Essa desvalorização fatalmente impacta em jornadas excessivas de trabalho, com professores atuando em várias escolas, muitas vezes nos três turnos, precarizando sua condição de trabalho e prejudicando a qualidade ofertada. Com essa desmedida carga de trabalho e precárias condições, muitos educadores adoecem no exercício da função, o que gera ainda mais prejuízo ao processo de aprendizado dos educandos.

Com tudo isso, há resultados educacionais medidos que levantam preocupação de todos os segmentos envolvidos. Ao haver a comparação dos índices de Cachoeira do Sul com os municípios citados neste estudo, estes são inferiores aos demais municípios analisados no seu

IDEB²⁵ (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), organizado pelo Ministério da Educação, lembrando que há o princípio constitucional do ensino fundamental ser uma responsabilidade dos municípios, havendo escolas estaduais com atendimento no ensino fundamental no município de Cachoeira do Sul, bem como nos demais municípios gaúchos, que comparamos na Tabela 23.

Tabela 23 - IDEB 2015 de municípios gaúchos

Município	IDEB Anos iniciais	IDEB Anos finais
Cachoeira do Sul	5,3	4,3
Bento Gonçalves	6,2	4,7
Caxias do Sul	6	4,7
Lajeado	6,1	4,9
Santa Cruz do Sul	6	6
Venâncio Aires	5,8	5,8

Fonte: IBGE, 2015. Org.: Hettwer, 2019

A infraestrutura do município também é impactada com a escassez de recursos públicos. Segundo o IBGE (2010), em Cachoeira do Sul apenas 35,8% dos domicílios apresentam esgotamento sanitário adequado. Nos demais municípios a situação apresentava-se assim: Bento Gonçalves 86,9%; Caxias do Sul 91,9%; Lajeado 83,7%; Santa Cruz do Sul 90,3%; e Venâncio Aires 85,6%. Em 2013, a Agência Nacional de Águas apresentou o Atlas Esgotos, que revelou avanços, mas que ainda mantinha Cachoeira do Sul em pior posição que os municípios comparados, conforme Tabela 24.

²⁵O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no **Censo Escolar**, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** – para as unidades da federação e para o país, e a **Prova Brasil** – para os municípios. O Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. Fonte: Inep, disponível em <http://portal.inep.gov.br/ideb> em 15/01/2019

Tabela 24 - Atlas Esgotos de municípios gaúchos

Município	Índice sem atendimento – sem Coleta e sem Tratamento (2013)	Índice de Atendimento com Coleta e sem Tratamento (2013)	Índice de Atendimento com Coleta e com Tratamento (2013)	Investimentos em Tratamento (R\$)	Investimentos em Coleta e Tratamento (R\$)
Bento Gonçalves	0,0%	0,0%	90,0%	20.023.623,04	34.692.088,54
Cachoeira do Sul	59,0%	28,3%	4,4%	16.654.788,31	57.722.653,02
Caxias do Sul	49,9%	0,0%	37,0%	167.647.671,37	549.102.467,01
Lajeado	16,2%	4,6%	1,1%	23.415.596,04	107.376.872,95
Santa Cruz do Sul	4,6%	0,0%	67,4%	26.058.325,71	68.996.070,24
Venâncio Aires	3,5%	55,6%	0,0%	14.682.562,79	43.920.638,36

Fonte: Ana, 2013.
Org.: Hettwer, 2019.

Ao analisarmos os domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), o município de Cachoeira do Sul apresenta 25,7% do total nas condições ideais. Os demais municípios apresentam a seguinte situação: Bento Gonçalves – 74,5%; Caxias do Sul – 58,3%; Lajeado – 44,1%; Santa Cruz do Sul – 57,3%; e Venâncio Aires – 42,2%. (IBGE, 2016)

Outro entrave ao desenvolvimento municipal é o desperdício de dinheiro público com o abandono de obras públicas, tal como ocorria em outras regiões brasileiras. Há diversas obras paralisadas de baixo valor de investimento, se comparado a outras maiores paralisadas no país. São escolas, ginásios poliesportivos de escolas e de bairros, pavimentação de rodovias, revitalização de praças públicas, creches, postos de saúde, o que a atual gestão municipal do Prefeito Sérgio Ghignatti (2017/2020) vem buscando enfrentar. Houve a abertura da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a busca de novos recursos federais e a abertura de novos processos licitatórios de algumas delas.

Uma obra ilustrativa dessa irresponsabilidade política é o abandono do asfaltamento da ERS 403, rodovia estadual que liga Cachoeira do Sul a Rio Pardo. Em dias de tempo bom, a poeira levanta quando passam caminhões graneleiros. Nos dias de chuva, se acumulam os

buracos cheios de água e lama, provocando acidentes com feridos e mortos, tal como demonstrado nas Figuras 22 e 23. José Ivo Sartori, 2015/2018 (MDB), foi o sétimo governador a deixar o comando do Estado sem ter concluído as obras de asfaltamento, que começaram ainda na gestão de Alceu Collares, entre 1991 e 1995, e se arrastam desde então.

Do total de 62 quilômetros entre Rio Pardo e Cachoeira do Sul, 27 ainda eram de chão batido. E nos trechos asfaltados, a falta de manutenção provoca deterioração, com rachaduras e crateras. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) afirma que as empresas responsáveis pela pavimentação estão cumprindo com as suas obrigações e que não haveria nova licitação, e apresenta a seguinte situação: Lote 1: Trecho de 37,88 quilômetros entre Cachoeira do Sul e o entroncamento da ERS-410 (que liga Candelária à localidade de Bexiga): 20,88 quilômetros por serem asfaltados, entre os quilômetros 34,3 e 55,2. Em dezembro de 2018 a obra estava em andamento, com 3,3 quilômetros de base imprimida. Lote 2: Trecho de 24,37 quilômetros entre o entroncamento com a ERS-410 e Rio Pardo: 6,02 quilômetros por serem asfaltados, entre os quilômetros 28,3 e 34,3. Em dezembro de 2018, a obra está parada, enquanto o Daer discute com a empresa o valor contratual. (Daer, 2019)

Figuras 22 e 23 - Acidentes na ERS 403, entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo



Fontes: Jornal O Correio (<https://www.ocoerreio.com.br/?p=25357>) e G1 (<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/micro-onibus-com-20-alunos-tomba-em-trecho-sem-asfalto-da-ers-403-em-rio-pardo.ghtml>)

Na localidade de Piquiri, às margens da BR 290, distante 30 quilômetros da sede municipal, houve a construção de escola de ensino médio para a comunidade. A obra chegou a ser inaugurada em 2013, porém foi desautorizado seu funcionamento porque não foi prevista a construção de refeitório, cozinha e quadra esportiva. Até dezembro de 2018 a escola ainda não funciona, prejudicando a comunidade local, ilustrada na Figura 24.

Figura 24 - Escola na Vila Piquiri



Fonte: Novo Tempo, 2016

Na periferia de Cachoeira do Sul, na região mais populosa da cidade, há a paralisação da obra de um Ginásio Poliesportivo, no local denominado Campo da Bica, no Bairro Noêmia. Com projeto iniciado em 2009, com emenda parlamentar do ex-deputado federal José Otávio Germano e recursos federais no valor total de R\$ 300.000, em primeira parcela, que foi liberada e a obra iniciada e haveria uma segunda parcela de R\$ 200.000 que não chegou a ser liberada pois não teria havido a devida justificacão de gastos da primeira, travando a mesma e tornando-a um retrato da irresponsabilidade com dinheiro público, além de configurar posteriormente um reduto de drogas e prostituição, conforme Figuras 25 e 26. Anos mais tarde, a gestão Ghignatti buscava retomar a obra, com nova liberaçãõ de recursos federais, em um modelo mais simples, uma quadra poliesportiva coberta.

Figuras 25 e 26 - Obra paralisada de ginásio no Bairro Noêmia

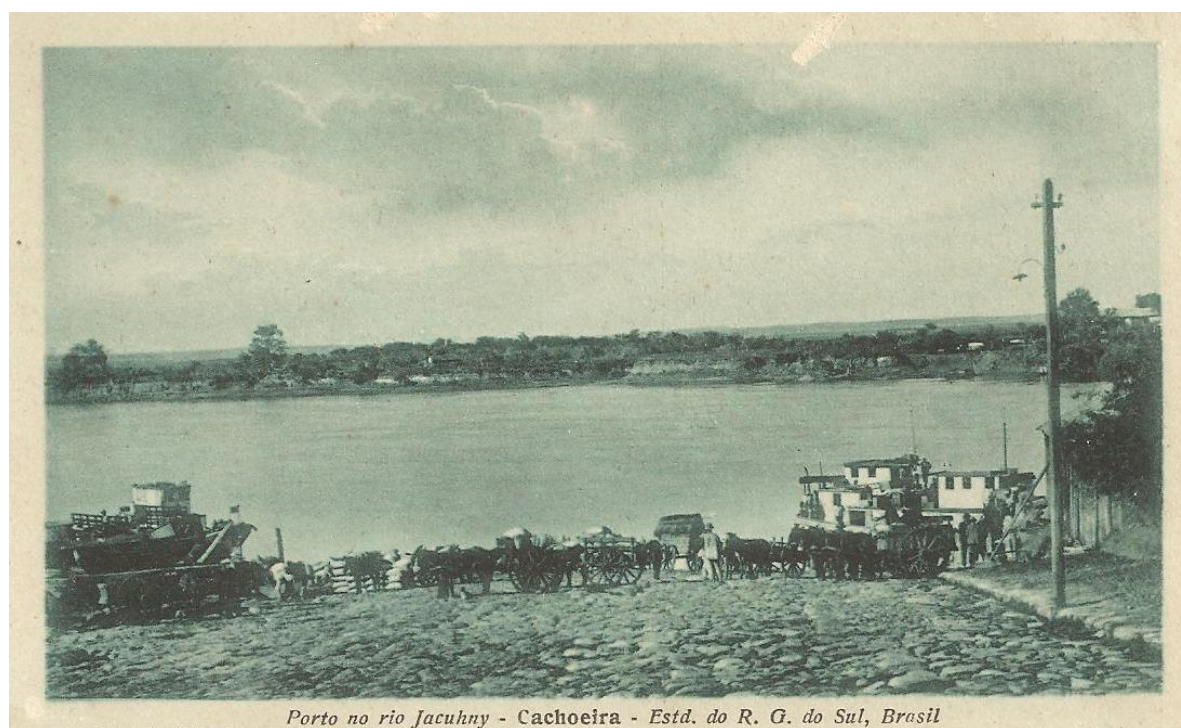


Fonte: Hettwer, 2014

Segundo a pesquisadora Mirian Ritzel, outro patrimônio desenvolvimentista abandonado no município é o porto de Cachoeira do Sul, ilustrado na Figura 27.

Nestes dias, quando mais uma vez a utilização do porto de Cachoeira é levantada, lembramos do porto antigo que havia na descida da Moron e que por mais de um século foi decisivo para o escoamento da produção, para o recebimento de mercadorias vindas de outras cidades e para o transporte de passageiros. No distante ano de 1843, teve início a navegação entre Rio Pardo e Cachoeira, sendo os pioneiros nesse serviço Antonio Kussmann e Nicolau Faller, mas ainda não havia um porto organizado. Quatro anos após, o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul aprovou a obra de calçamento da rampa do porto, sendo encarregada da administração do serviço a Câmara Municipal da Cachoeira. A rampa foi concluída somente em 1856. Quem quiser fazer um passeio pela história ainda encontrará na margem do rio, descendo a Moron, as pedras da rampa do antigo porto, testemunhas da história de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, elementos de uma época em que não dependíamos exclusivamente do transporte rodoviário. Havia, isto sim, uma bem explorada malha ferroviária e hidroviária. Evolução ou involução? (Ritzel, 2018)

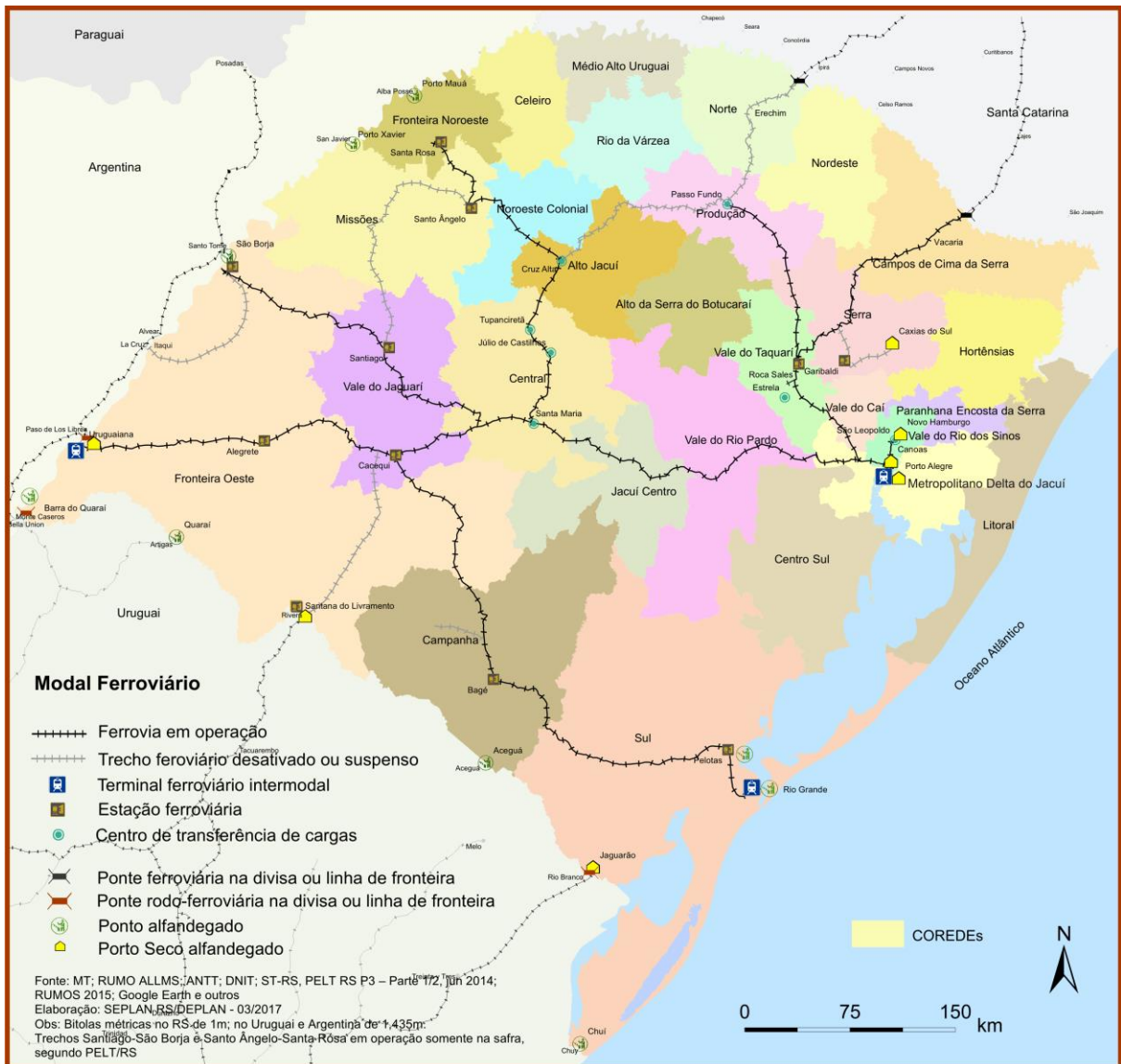
Figura 27: Porto do Rio Jacuí, em Cachoeira do Sul, no final do século XIX



Fonte: Mirian Ritzel, 2019, disponível em <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2013/05/o-porto-de-cachoeira.html>

Ao porto estavam associados outros modais de transporte – ferroviário e rodoviário. Contudo, tanto a hidrovia fora abandonada como houve grande retrocesso no modal ferroviário estadual e nacional, especialmente desde a privatização da Rede Ferroviária Federal, restando a malha estadual demonstrada na Figura 28. Vale lembrar que o modal ferroviário é amplamente utilizado, com capilarizada rede, nos EUA, Europa, Rússia, Japão e China, por exemplo.

Figura 28 - Mapa do modal ferroviário gaúcho por Corede



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2017

Após décadas de abandono, em 2013 e 2014, houve ações concretas em resgatar o porto cachoeirense. A União repassou para o patrimônio do Rio Grande do Sul uma área de 157

hectares junto ao porto, autorizando um projeto estadual de implantação de um novo distrito industrial no município. O Estado pretendia investir R\$ 23 milhões na infraestrutura da área de 108 hectares, já que os primeiros 42 hectares estavam em uso da empresa Granol, empreendimento industrial de Cachoeira do Sul. Uma das empresas pretendentes, uma gigante do setor de beneficiamento de carnes, leite e derivados, havia pedido 25 hectares para a implantação de sua nova fábrica e Cachoeira candidatou-se ao investimento contando com os terrenos da área do Porto. A empresa paulista Granol esperava por mais 20 hectares para concretizar a duplicação de sua planta industrial, anunciada em 2013. Ao longo dos sete anos de tramitação da cedência da área do porto, 27 empresas formalizaram interesse à Prefeitura de se instalar no futuro distrito industrial do município. Contudo, houve a crise econômica nos anos seguintes, que retraiu investimentos, houve a mudança de posição política no governo do estado e a retração das economias estadual e nacional, travou o porto novamente, com apenas o lançamento de edital de distribuição dos lotes nesse período, mas com poucas empresas concorrentes. Assim, como mostram as Figuras 28 a 33, às margens do Rio Jacuí, da infraestrutura outrora existente só restaram abandono e subaproveitamento.

Figura 29 – Área do Porto de Cachoeira do Sul às margens do Rio Jacuí



Org.: Hettwer, 28/01/2019

Figura 30 – Charqueada (1878), abandonada, na área do Porto de Cachoeira do Sul



Org.: Hettwer, 28/01/2019

Figura 31 – Prédios abandonados de cooperativas cerealistas às margens do Rio Jacuí



Org.: Hettwer, 28/01/2019

Figura 32 - Estrutura subaproveitada da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)



Org.: Hettwer, 28/01/2019

Figura 33 – Margem do Rio Jacuí junto à cidade com poucos empreendimentos



Org.: Hettwer, 28/01/2019

5.2 PULSOS DE DESENVOLVIMENTO

Contrastando com as limitações das matrizes econômicas da cidade, que repelem a população e geram pouco emprego e renda a todos, outras alternativas surgem e demonstram sua capacidade de ocupar o espaço ocioso na geração do desenvolvimento econômico e social de Cachoeira do Sul, de outras maneiras. Ainda, outras experiências econômicas ocorrem em outros municípios, com outros fundamentos, tais como verificadas em Bento Gonçalves.

5.2.1 Exemplo do município de Bento Gonçalves

Em 2018 houve uma visita ao município de Bento Gonçalves para conhecer as iniciativas locais e os arranjos produtivos que pudessem inspirar estudantes de Cachoeira do Sul de 2º e 3º anos do Ensino Médio da EE Virgilino Jayme Zinn, orientada pelo autor deste projeto de pesquisa, para ampliar o imaginário e levar novas experiências para o município. A primeira atividade compreendeu uma palestra com o Secretário Municipal de Turismo de Bento Gonçalves, Rodrigo Ferri Parisotto, que contextualizou o desenvolvimento do município com a premissa da valorização do pequeno agricultor, o colono de origem italiana, na produção familiar de uva para o processamento industrial de sucos e vinhos. Para o secretário, houve um arranjo minuciosamente integrado que vem desde a produção primária, a sua preservação, manutenção e potencialização para a industrialização da uva com o desenvolvimento das maiores vinícolas do Brasil, valorizando a dinâmica produtiva e a cultura do colono.

Esse arranjo derivou dezenas de outras ações, também integradas, que unem a paisagem natural, a cultura (gastronomia, artesanato, eventos), esportes radicais na natureza, para o turismo, o crescimento da rede hoteleira, de restaurantes e, portanto, de arrecadação tributária. Com essa unicidade de esforços, segundo o secretário, a cidade cunhou uma cultura turística, que resgatou antigas propriedades abandonadas e as tornou em hotéis e restaurantes, valorizando a mão de obra local, da zona rural e da zona urbana. Assim, foram criados diversos roteiros turísticos que atraem milhares de pessoas anualmente. O município possui 3.201 leitos em 38 hotéis e pousadas, 352 taxi/uber e 1.533 eventos. A cidade criou o Parque de Eventos de Bento Gonçalves que possui uma estrutura preparada para abrigar os variados eventos, dispondo de uma área territorial de 322.566 metros quadrados, sendo 58.000 metros quadrados de área coberta climatizada.

Paralelo a esse cenário multicultural, há grandes empreendimentos, como a fábrica de móveis Todeschini, indústrias metalmeccânicas, de alimentos, que incrementam ainda mais a economia do município. Essas visitas estão representadas nas Figuras 34, 35, 36 e 37.

Figura 34 - Palestra do Secretário de Turismo de Bento Gonçalves



Fonte: Diviane Bernardi, 29/11/2018

Figura 35- Casa do Artesão de Bento Gonçalves



Fonte: Hettwer, 29/11/2018

Figura 36 – Visita técnica à Vinícola Aurora



Fonte: www.vinicolaaurora.com.br, 2019.

Figura 37 – Visita técnica à fábrica de móveis Todeschini



Fonte: Hettwer, 29/11/2018

5.2.2 Incentivos à cadeia produtiva do arroz com agregação de valor

Em São Sepé, município vizinho de Cachoeira do Sul, em 18/12/2018, foi inaugurada a Usina Termelétrica de São Sepé, com financiamento de R\$ 35,2 milhões do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), do total de R\$ 48 milhões de investimento. A usina irá gerar eletricidade por meio de queima da casca de arroz, uma fonte de energia renovável, subproduto que costuma ser tratado como resíduo pelas indústrias arroseiras. Para produzir energia, a usina utilizará mais de 70 mil toneladas/ano de casca de arroz, gerando 8 megawatts (suficiente para abastecer cerca de 31 mil domicílios, ou de 100 mil a 120 mil pessoas). Com o início das atividades, foram criados 30 empregos diretos no município.

Figura 38 - Termelétrica de São Sepé com uso de casca de arroz



Fonte: Divulgação (disponível em <https://estado.rs.gov.br/usina-termeletrica-de-sao-sepe-sera-inaugurada-nesta-terca-feira>)

Para o especialista em rizicultura, Cleiton Evandro dos Santos, o arroz e a potencialidade de Cachoeira do Sul é bastante subaproveitada.

Olha só, em 20 anos tivemos uma retração de 17% no consumo, segundo o IBGE. Quase 1% ao ano. Temos substituído o arroz e o feijão, carne e salada (o chamado prato perfeito) por fastfoods, trigo e outros sucedâneos. Há 50 anos o brasileiro

consome o arroz em saco de 1, 2 ou 5 kg. Esse é o padrão. Nos últimos 15 anos houve algumas inovações: variedades especiais (cateto, japonico, aromático, arbóreo, preto, vermelho, selvagem) que nem é arroz, mas a semente de uma gramínea da América do Norte, entre outros). Tenho um amigo, de Pelotas, que diz que descascar arroz não é industrializar. Que industrializar exige transformações, e que a indústria do arroz apenas faz um processo primário. Tira a casca, dá uma polida e manda pro mercado. Que falta complexidade ao processo a ponto de agregar valor, renda, gerar empregos. Ele tem razão neste sentido. Mas, se o brasileiro mal e porcamente só sabe usar deste jeito, será que não é necessário um esforço maior para que o perfil do mercado se altere? Eu acho que falta uma campanha de marketing – e de educação alimentar – institucional no Brasil. Ainda assim, não podemos negar que o país está aprendendo a usar o arroz. Tive a oportunidade de entrevistar o presidente da Satake, Robert S. Satake, no início dos anos 90, uma das empresas japonesas de renome em tecnologia para arroz e que produz máquinas no Brasil, em Joinville (ah, eles andaram procurando área em Cachoeira, mas escolheram Porto Alegre e depois Joinville para se instalar, hoje são perto de 100 funcionários e selecionadoras por scanner que são referência na América Latina) e com toda a arrogância de um jovem que se achava entendedor de arroz, lhe perguntei o que ele tinha a dizer do fato de o Brasil já ter mais de 30 usos para o arroz, inclusive industriais. Para minha surpresa ele respondeu que lamentava muito tamanho atraso. Mas, que haveria um momento em que o Brasil avançaria muito nesta área, e que eles queriam muito ajudar. Descobri, por um assessor, que na época o Japão tinha mais de 3 mil usos diferentes para o arroz, sendo 2,5 mil industriais. Sem contar a alimentação, cosméticos, medicamentos (a área estéril dos remédios é toda feita de farinha de arroz) e ração para animais. Outra historinha que me permito te contar é a de uma médica, do Ministério da Saúde, que num Congresso do Arroz, em Goiás, me despertou uma visão sobre o assunto que jamais pude esquecer. Os especialistas e produtores discutiam que precisavam desenvolver ações para aumentar o consumo de arroz no Brasil, a médica disse uma das coisas que jamais vou esquecer: “Aqui todo mundo trabalha com o arroz, mas se abrir a porta do armário das suas casas, aposto que só vamos achar óleo de soja”. Dito isso, acredito que em alta medida não há um envolvimento da cadeia produtiva com a busca de meios de usos e aumento do consumo, exceto ações muito particulares, como a campanha “Arroz e Feijão – o par perfeito”, da Embrapa, o “Provarroz” do Irga, uma campanha do Chicão Ruzene (Arroz Ruzene) com o Alex Atala (que abraçou tanto a política do arroz que até um restaurante de viandas abriu) e da Rita Lobo (Produtora Panelinha) que tem focado a divulgação de alimentos minimamente processados e “boia” no lugar dos ultraprocessados. Mas, o que está pegando mesmo, e pode ajudar a valorizar o arroz, na minha opinião, é a doença celíaca e as dietas de restrição ao glúten. Cada vez mais pessoas têm alergia ao glúten – e produtos do trigo, face às modificações genéticas do produto. (Informação verbal)

A pesquisadora Eliana Paula Calegari da UFRGS, designer de produtos, busca encontrar maneiras de minimizar os problemas ambientais causados por objetos que não são sustentáveis e produzir novos artefatos utilizando materiais naturais em sua composição. Essa preocupação a levou a desenvolver uma pesquisa que usa a casca de arroz para a confecção de materiais que podem ser utilizados na produção de móveis, com 80% do produto biodegradável e apenas 20% derivado do petróleo.

5.2.3 Uso pleno, integrado e sustentável do Rio Jacuí

Cachoeira do Sul reúne uma riqueza natural invejável, porém bastante subaproveitada, o Rio Jacuí, pertencente à Hidrovia do Mercosul, constituída pelos rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí, Camaquã e Jaguarão, que se ligam à lagoa dos Patos através do Lago Guaíba, com continuidade no canal de São Gonçalo e na Lagoa Mirim e na bacia do rio Uruguai. Com 1.860 quilômetros de vias navegáveis, trata-se de um eixo de fundamental importância para o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Uruguai, além de outros países pelo Porto de Rio Grande. A hidrovia é composta por trechos navegáveis da Lagoa Mirim (190 km), rio Jaguarão (40 km), Canal São Gonçalo (91 km), Lagoa dos Patos (221 km), Lago Guaíba (56 km), rio Jacuí (255 km), rio Camaquã (30 km), rio Taquari (100 km), rio dos Sinos (44 km) e rio Gravataí (15 km) e bacia do rio Uruguai (420 km). No rio Jacuí há três barragens eclusadas: Amarópolis, no município de General Câmara, Dom Marco, em Rio Pardo e Fandango, na cidade de Cachoeira do Sul (Dnit, 2016). Com a integração com o modal ferroviário e rodoviário, os transportes poderiam ser barateados e ganhar uma escala ainda maior. O Rio Jacuí ainda proporciona a pesca, em seu leito e de seus afluentes, conforme retrata o artigo a seguir que descreve a situação pesqueira através de pesquisa junto aos pescadores ribeirinhos.

Os pesqueiros mais procurados estão localizados no rio Jacuí, o principal rio do município e utilizado por todos os entrevistados. A pesca também se realiza em alguns afluentes, como os rios Irapuá, Vacacaí e açudes e arroios, bem como no Rio Camaquã, localizado em outra bacia hidrográfica e tido por muitos como muito bom para a pesca. Em relação à quantidade de pescado, os pescadores pescam em média 50 kg mensais, havendo dias em que não pescam nada, em dias normais 2, 3 ou 4 kg e, em dias bons, pescam mais de 10 kg. Cinco pescadores afirmaram capturar montantes acima de 80 ou 100 kg mensais. As espécies mais pescadas correspondem ao pintado (mandi), o jundiá e a traíra, sendo também citadas a piava, o dourado e o lambari como parte das capturas, porém em menor quantidade. Cabe ressaltar que todos os pescadores afirmaram que a quantidade do pescado vem diminuindo constantemente nos últimos anos. A comercialização do pescado se dá de forma direto pelos pescadores. Alguns entregam parte de seu pescado para as bancas de comercialização situadas na beira do rio, de propriedade de intermediários do pescado. Outros vendem seu produto para restaurantes especializados em peixes, situados em Cachoeira do Sul. (KEMEL e CARDOSO, 2007, p. 256)

Além da pesca, que poderia agregar mais valor, e gerar uma política de consumo saudável nas escolas e instituições públicas, conforme já destacado no ponto 5.1.3, Cachoeira do Sul apresenta uma riqueza hídrica pouco aproveitada, que devidamente potencializada, poderia não só escoar e trazer produtos, mas instituir um polo produtivo associado e fazer o município retornar ao mapa do desenvolvimento com certa centralidade.

5.2.4 Incentivo à cadeia econômica do turismo

Outra fonte de possibilidades pouco explorada no município é a cadeia do turismo. A Prefeitura Municipal, há anos, não possui uma secretaria especializada para este fim, bem como possui poucas políticas públicas, distintamente do observado em municípios como Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, que engendram uma minuciosa cadeia turística integrada à produção, à indústria e ao poder público. Contudo, o município de Cachoeira do Sul reúne muitos atributos a serem explorados, tais como os pontos turísticos, alguns ilustrados a seguir, que expressam sua rica historicidade, ilustrada nas Figuras 40 e 41. O município apresenta diversas rugosidades, urbanas e rurais, conforme disposto em estudos de Conceição (2018) que poderiam ser valorizadas e criar roteiros turísticos atraentes.

Ainda, nas duas margens do Rio Jacuí, Figura 42, haveria a possibilidade de maior aproveitamento com empreendimentos de lazer e gastronomia. Ainda, há a possibilidade de valorização maior dos eventos municipais: a tradicional Vigília do Canto Gaúcho (Figura 39), a Feira Nacional do Arroz, o Carnaval, a Semana Farroupilha, os rodeios, os congressos profissionais e de classe, dentre outros, todos geradores de renda e empregabilidade. Muitos destes eventos citados, outrora, já atraíram multidões ao município, aquecendo a complexa cadeia do turismo.

Figura 39 - 24ª Vigília do Canto Gaúcho – 31/10/2014 e 01/11/2014



Fonte: vigliadocantogaúcho.com.br, 2014, disponível em 15/01/2019

Figura 40 - Ponte de Pedra (1849) na localidade de Forqueta



Fonte: <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2012/01/cobranca-de-pedagio-na-ponte-de-pedra.html>

Figura 41 - Museu Municipal de Cachoeira do Sul



Fonte: novotempo.com, 2017. Disponível em <http://novotempo.com/ntsul/videos/emocao-marca-reinauguracao-de-museu-no-paco-municipal/>

Figura 42 - Praia Nova, Rio Jacuí, em Cachoeira do Sul



Fonte: ferias.tur.br, em 28/01/2019

5.2.5 A consolidação e a ampliação do polo educacional

Uma importante mudança nas últimas décadas no município de Cachoeira do Sul foi a implantação de instituições públicas de ensino superior, inexistentes até o início do século XXI, sendo uma das razões para a elevada emigração de jovens cachoeirenses. Com a mobilização da população cachoeirense e suas lideranças, contando com a política estadual de oferta de ensino superior público, aos moldes de outros estados, houve a inauguração da unidade cachoeirense da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), organizada sob a forma de fundação de direito privado, multicampi, com sede e foro na Capital do Estado, conforme seu Estatuto, decreto nº. 43.240 de 15 de julho de 2004, instituída e mantida pelo poder público estadual e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. A Instituição tem como objetivo ministrar o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação tecnológica; oferecer cursos presenciais e não presenciais; promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável, o aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais.

A Uergs está estrategicamente localizada em 24 municípios gaúchos. Ministra cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, nas áreas das Ciências Humanas, da Vida e do Meio

Ambiente, das Exatas e Engenharias. Oferece, em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), um Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para tecnólogos (as) e bacharéis(las) que atuam em Escolas Técnicas e Institutos Federais de Educação Superior (IFES). Metade das vagas é reservada para pessoas economicamente hipossuficientes, incluindo a cota para negros e indígenas, de acordo com a população no Estado (definida com base nos dados do IBGE), e 10% são reservadas para pessoas com deficiência. Também oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização), nas sete regiões em que estava presente, nas três áreas de conhecimento em que já ofertava cursos de graduação. Em 2016, a Universidade abriu seu primeiro curso de Mestrado, em Ambiente e Sustentabilidade, na Unidade em São Francisco de Paula. Em Cachoeira do Sul, a instituição oferece os cursos de bacharelado em Administração e Agronomia e pós-graduação em Agricultura e Sustentabilidade e Gestão e Desenvolvimento Rural. Em 2015, a instituição recebeu a doação de uma área de 75 hectares da Prefeitura de Cachoeira do Sul para a instalação de um complexo universitário para qualificar a Uergs e atender o curso de Agronomia na instituição. A área é localizada no Distrito de Três Vendas, onde funcionava o Patronato Agrícola Nossa Senhora da Conceição, como mostra Figura 44.

Figuras 43 e 44 - Sede da Uergs na cidade e manuseio de feijão guandu na estação experimental



Fonte: Arquivo Uergs, 2018

Com recursos federais, após longínquas mobilizações da sociedade cachoeirense, enfim houve a conquista de um campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2011. A UFSM é a primeira instituição de ensino superior criada no interior do Brasil. Aliando o ideal da UFSM de expandir o ensino superior e o desejo da população cachoeirense de trazer para a cidade uma universidade pública de qualidade, foi criada, em 2011, a Comissão Comunitária Pró-Implantação do Campus da UFSM para Cachoeira do Sul (instituída pelo Decreto nº

057/2011). A comissão tomou a frente do movimento que ficou conhecido como “Vem, UFSM”. No dia 13 de julho de 2011, houve uma manifestação na qual cerca de 3 mil cachoeirenses foram às ruas demonstrar seu apoio ao projeto de implantação da UFSM na cidade, como ilustrado na Figura 45. No dia 16 de agosto deste mesmo ano, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a criação do Campus da UFSM em Cachoeira do Sul (UFSM-CS), através do programa Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O Campus da UFSM-CS foi oficializado em 19 de dezembro de 2013, as aulas tiveram início no dia 11 de agosto de 2014 e, no dia 20 de agosto, ocorreu a solenidade oficial de inauguração do Campus.

Provisoriamente, as atividades do Campus da UFSM-CS se realizavam em cinco imóveis no centro da cidade, até que os primeiros prédios do Campus, no Bairro Passo da Areia, estivessem em condições de receber os alunos, servidores técnico-administrativos e professores. Neste novo Campus, a UFSM-CS contará com uma área física de aproximadamente 84 hectares. (Figura 47) O Campus da UFSM – Cachoeira do Sul iniciou suas atividades com cinco cursos de graduação: Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Agrícola; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; e Engenharia de Transportes e Logística; totalizando o ingresso semestral de 190 alunos. O projeto proposto para o novo Campus da UFSM em Cachoeira do Sul levou em conta as necessidades científicas e tecnológicas do Rio Grande do Sul e do Brasil ao concentrar esforços na área das Engenharias. Assim, se pretendia diminuir as carências e promover o desenvolvimento da mesorregião Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, tornando esse Campus da UFSM um centro de referência nacional em ensino, pesquisa e extensão nas áreas das Engenharias, Arquitetura e Tecnologias da Informação. (Ufsm, 2018)

No sentido de dialogar sobre esse novo cenário cachoeirense com os estudantes, fez parte de projeto já mencionado na EE Virgilino Jayme Zinn, a reflexão sobre essa questão e o impacto para a vida de cada jovem e do município. Com isso, também, as migrações poderiam ser reduzidas com novas oportunidades aos cachoeirenses. Esta discussão foi apresentada aos estudantes da EEEM Virgilino Jayme Zinn por professores da UFSM, em 14/11/2018, como ilustra a Figura 46.

Figura 45 - Mobilização pela universidade no centro de Cachoeira do Sul



Fonte: Arquivo Ufsm, 2011

Figura 46 - Debate com professores da Ufsm e estudantes de ensino médio



Fonte: Arquivo EEEM Virgilino Jayme Zinn, 2018.

Figura 47 – Obras do campus da Ufsm - Cachoeira do Sul



Fonte: Hettwer, 2018

5.2.6 Agregação de valor aos produtos primários

5.2.6.1 O caso da Divinut Indústria de Nozes Ltda.

Em visita técnica com estudantes da EEEM Virgilino Jayme Zinn, Figuras 48 e 49, houve a apresentação da empresa agroindustrial Divinut Indústria de Nozes Ltda, surgida em 17 de julho de 2000, em Cachoeira do Sul, no ramo alimentício na produção de nozes-pecã, de propriedade do casal Marúcia e Edson Ortiz, ocupando atualmente, à margem da BR-153, uma área de 31.500m² (sendo 1.500m² de área construída para a indústria e 30.000m² para o pomar de nogueiras-pecã, estufas para a produção de mudas e, também, para o sistema de irrigação). A empresa criou um sistema que forma parcerias com produtores de nozes-pecã – tanto os grandes quanto os pequenos produtores, vendendo mudas e instrumentos e prestando assistência técnica, além da aquisição da produção mediante distintas formas de negociação.

Após anos de estudos e adequações da cultura no município, a empresa possui mais de 400 mil mudas de nogueiras, em todas as fases de crescimento, acomodadas em canteiros sombreados e em estufas com um sistema de fertirrigação e adubação foliar. Em 2018 já ultrapassa a marca dos 2.000 pomares que cresceram e começaram a frutificar, apontando um cenário com abundância de nozes para serem descascadas e processadas para atender, inicialmente, o mercado interno e, na sequência, o mercado internacional, com demandas que ainda não podem ser atendidas com o volume atual de produção. A empresa beneficia as nozes que são assimiladas especialmente na indústria alimentícia, de cosméticos e beleza.

A empresa apresenta as seguintes vantagens ao produtor rural consorciado:

- Suporte técnico especializado da Divinut para a implantação e manutenção do pomar;
- Baixo custo de implantação e manutenção;
- Alta lucratividade, podendo superar R\$ 80.000,00 ha/ano;
- Produção com alta precocidade, com início entre o 2º e o 4º ano;
- Longevidade que pode durar mais de 200 anos de produção;
- As variedades produzem nozes com características ideais para industrialização, frutos graúdos e uniformes com casca fina e baixa alternância de produção;
- Resistência às principais doenças, dispensando tratamentos químicos (pulverizações);
- Somente a Divinut possui o conhecimento da florada na condição de clima e do solo do sul do Brasil;
- Sistema de manejo para produção de nozes e madeira integrado à pecuária;
- Várias linhas de financiamento (PRONAF, PROGER etc) e convênios bancários.

Figuras 48 e 49 - Visita técnica a Divinut em 8/11/2018

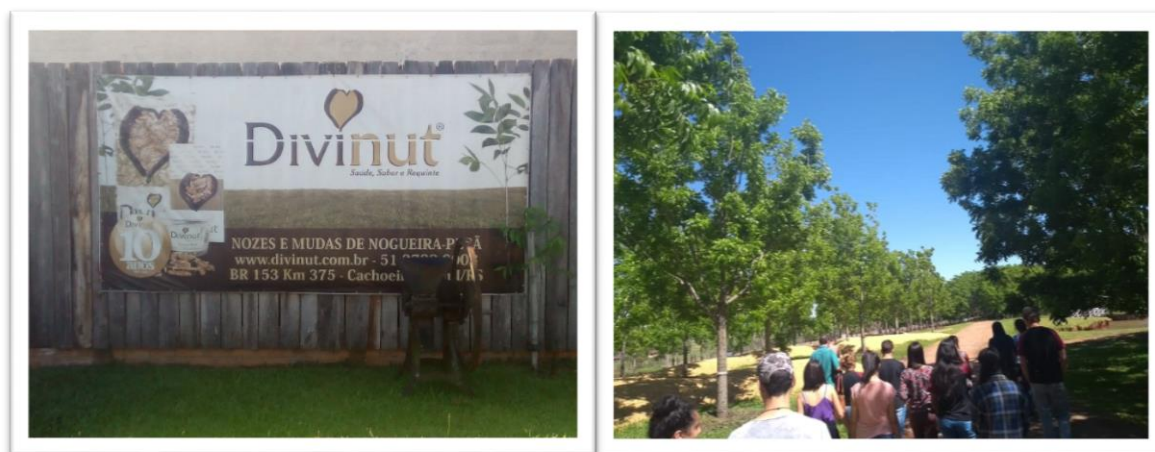


Figura 50 - Produtos da Divinut – Nozes em pedaços grandes e nozes moída fina



Fonte: Divinut, 2018.

Neste segmento, destacam-se ainda no município as empresas Pecanita e Paralelo 30°, ambas de produção agroindustrial de noz-pecã.

5.2.6.2 A ampliação da cultura de oliveiras e sua industrialização local

No município ainda prospera a produção de oliveiras para a extração do azeite de oliva. Uma das empresas rurais, a Olivas do Sul Agroindústria Ltda., iniciou suas atividades em 2006 na cidade de Cachoeira do Sul, com a implementação de um pomar de 12 hectares com mudas importadas da Espanha. Inseriu no mercado o primeiro azeite de oliva extravirgem produzido em escala comercial no Brasil. Além da produção própria, a empresa ainda consorcia-se com produtores rurais, com venda de mudas, assistência técnica e aquisição da produção, tal como ilustrado na Figura 51.

Figura 51 - Olivas do Sul



Fonte: www.olivasdosul.com.br, 2018.

Ainda mais impressionante é a experiência congregadora de diversas atividades na empresa rural Bosque Olivos, uma agroindústria de propriedade do advogado Tales Altoé. O modelo de negócio apresentado visa os agricultores familiares e uma ampla utilização sustentável da propriedade rural, a partir da produção de oliveiras para extração do azeite, agregando ainda a fruticultura, a ovinocultura, a piscicultura, o turismo rural, produção de biofertilizantes e bioinseticidas, produção de lenha, onde se destaca um conceito fundamental: a sustentabilidade.

Figura 52 - Bosque Olivos e o cultivo integrado de oliveiras e piscicultura



Fonte: www.bosqueolivos.com.br, 2018.

A Bosque Olivos é uma pequena propriedade (11.7 ha) voltada para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias nas atividades que desempenha (cultivo de oliveiras consorciado com ovinos, piscicultura). O desenvolvimento de novos experimentos tem por meta uma produção em ciclo fechado, com a menor necessidade possível de insumos externos, bem como sem a geração de resíduos, pois todo o sistema se autoalimenta. O foco diferenciado da propriedade nasceu de uma preocupação com as pequenas propriedades do entorno, que na época da aquisição da propriedade, ano de 2000, ainda eram focadas na integração do fumo com as fumageiras de Santa Cruz e região, e hoje migraram para o monocultivo da soja. Não existiam preocupações ambientais, e a dependência ao pacote tradicional de cultivo imposto era muito forte. Quando iniciamos os trabalhos na propriedade, foi com o intuito de mostrar que poderia ser diferente. No tocante a mudança de mentalidade local as mudanças foram muito grandes, na prática, o exemplo arrasta, logo, quem assiste uma alternativa dando certo, logo se anima a tentar fazer diferente. O sucesso esperado precisa ser analisado sob diversas óticas, se focarmos só na resposta financeira, é muito difícil, pois a rentabilidade hoje da pequena propriedade é algo muito delicado a ser alcançado. Mas se olharmos numa visão macro de todo o sistema, com foco social, ambiental e econômico, sim, valeu e vale muito a pena! (Tales Altoé, informação verbal)

A piscicultura é implantada como um resultado natural e esperado, num ciclo contínuo de complementação de cadeias produtivas, melhorando cada vez mais a sustentabilidade de toda a estação experimental. A propriedade tinha feito um alto investimento no planejamento e

construção dos tanques para criação de peixes, iniciando num sistema de curvas de nível para racionalizar a captação do maior potencial das chuvas, com o direcionamento ao início da sequência dos tanques, viabilizando assim uma renovação da água existente e invertendo um caimento normal já existente quando da compra da área do Bosque Olivos.

Hoje, não buscamos auxílios governamentais para aumentar a produção, o que seria interessante é viabilizar mais pesquisas, possibilitando assim demonstrar aos pequenos e médios produtores que realmente existem outras formas de fazer a coisa andar e não simplesmente a aquisição de um pacote tecnológico imposto pela indústria do agronegócio. (Tales Altoé, informação verbal)

Ato contínuo foi feito o plantio de uma grande quantidade de árvores nativas, no sentido de restabelecer, reforçar e proteger as duas vertentes existentes na propriedade, melhorando e aumentando a água existente, bem como estruturando taipas e encostas dos tanques. Com a experiência de 17 anos de trabalho, estudo e observação da atividade da piscicultura na propriedade, definiu um sistema de produção de oliveiras/ovinos/peixes, também sob a necessária perspectiva da rentabilidade ao produtor rural, como demonstram as Figuras 53 e 54.

Figuras 53 e 54 – Piscicultura e desenvolvimento de técnicas com armadilhas para insetos



Fonte: www.bosqueolivos.com.br, 2018.

5.2.6.3 A implantação de unidade fabril da Todeschini

Por fim, outra experiência que apresenta nova perspectiva ao município é a implantação de uma planta industrial da empresa de Bento Gonçalves, a Todeschini. O Grupo Todeschini, com a obra de construção da Pamplac Indústria de Painéis, investiu cerca de R\$ 101 milhões, a partir do final de 2018, para beneficiamento de toras de pinus e previa atuar na produção de madeira serrada e pellets, que devia gerar cerca de 90 empregos diretos e mais 200 na operação florestal já existente. A capacidade produtiva mensal prevista do empreendimento era de 16 mil ton/mês de toras, desdobradas em 8 mil m³/mês de tábuas de variadas medidas e 2,6 mil ton/mês de pellets tipo A1 (biocombustível sólido). As edificações do complexo iriam atingir 27,5 mil m² em uma área total de 68 mil m².

5.2.6.4 Visita técnica à Indústria de Linguiças Tallowitz

Originada em 2015, na localidade de Rincão dos Kiefer, nas proximidades da sede do município de Cachoeira do Sul, a indústria de embutidos de propriedade de João Tallowitz, iniciou suas atividades produzindo 200 kg de linguiça por semana. Com o tempo, quintuplicou a produção e teve a necessidade de contratar mais dois funcionários, além dos técnicos agrícolas e de produção que lhe dão assistência. A empresa funciona em um prédio de 80 m² e o empreendedor já avalia a necessidade de ampliações imediatas e a contratação de mais funcionários. Os produtos Tallowitz são comercializados em mais de 80 pontos, incluindo redes de supermercados e açougues da região. O diferencial da linguiça Tallowitz, segundo o proprietário, é a excelência na qualidade, especialmente em épocas de inúmeras denúncias e comprovações de adulterações de carnes e embutidos, mesmo que a um preço superior, trabalhando apenas com carnes nobres – pernil suíno, peito de frango e bacon, de grandes frigoríficos legalizados do estado. A empresa oferece oito diferentes sabores de linguiça: mista de gado e porco, pernil tradicional, pernil picante, frango, pernil com queijo, pernil com bacon e abacaxi, pernil com queijo e azeitona e pernil com tomate seco e rúcula.

Durante a visita técnica com estudantes de ensino médio da EEEM Virgilino Jayme Zinn, Figura 55, João Tallowitz apresentou as dificuldades encontradas no início do negócio e as atuais. Uma delas é a burocracia e o tempo largo para a autorização de funcionamento. Ainda salientou que a empresa não recebeu significativo auxílio da Prefeitura Municipal ou do governo do estado. Ressaltou que gera empregos e arrecada mensalmente entre oito a doze mil

reais de ICMS sem qualquer contrapartida, destacando a necessidade de instalação elétrica trifásica, que tem o custo de R\$ 88.000,00, com ônus de R\$ 83.000,00 ao empreendedor.

Figura 55 - Visita técnica a Indústria de Linguiças Tallowitz em 08/11/2018



Fonte: Arquivo EEEM Virgilino Jayme Zinn, 2018

5.2.7 Fomento à indústria metalmeccânica: o caso da Indústria Horbach e Cia Ltda.

Uma das exíguas benfeitorias do modelo agroexportador é a necessidade de armazenagem temporária dos cereais, que gera uma demanda pela fabricação de silos e armazéns. Um dos expoentes de destaque é a Indústria Horbach e Cia Ltda. A empresa surgiu promovendo a conexão entre o setor primário e a indústria, com soluções em tecnologia e armazenagem de grãos, fundada por Reinvin Horbach, que depois de trabalhar por onze anos como ferreiro, resolveu abrir seu próprio negócio adquirindo uma pequena ferraria em 1963, lançando em 1969 um novo produto: a plantadeira-adubadeira, comercializada até a década de 90, quando é iniciada a produção e comercialização de estruturas e pavilhões metálicos, além do destaque da empresa: o silo armazenador, indicado para armazenagem de grãos a granel. Com o sucesso alcançado com as vendas dos silos, a Horbach dá então um grande passo: adquire um amplo terreno para a construção da fábrica inaugurada em 1988, que conta atualmente com mais de 12000 m² de área construída. Em 2018, a empresa Horbach conta com mais de 200 empregados que produzem e comercializam além dos silos armazenadores (Figura

56), secadores de cereais, estruturas metálicas, pavilhões, betoneiras (Figura 57) e carrinhos-de-mão.

Figuras 56 e 57 - Silo armazenador da Horbach e betoneira 400 L



Fonte: www.horbach.com.br, 2018.

5.2.8 Incentivo a empreendimentos de tecnologia da informação: o caso da CST Provedor de Internet

Com o acelerado desenvolvimento tecnológico experimentado no início do século XXI, um segmento que se desenvolveu consideravelmente foi a comunicação. Contudo, como demonstrado anteriormente, este foi privatizado e desnacionalizado substancialmente por políticas neoliberais vorazes à economia nacional. No entanto, corajosamente surgiu no município de Cachoeira do Sul uma empresa de comunicações que vem enfrentando esta dinâmica e enraizou-se com o serviço de oferta de internet por rádio e por fibra ótica, concorrendo com grandes corporações estrangeiras, apesar do desestímulo governamental. Em entrevista exploratória, a gerente de recursos humanos da empresa, em colaboração com demais funcionários apresentou a mesma, que está estabelecida há quase nove anos, estendendo-se há dois anos pela região da Quarta Colônia. Emprega, em 2018, 52 funcionários, que, além de prover internet ainda oferta outros serviços como instalação de rede interna e venda de equipamentos.

Quando questionada sobre a concorrência transnacional, a empresa cachoeirense ratificou:

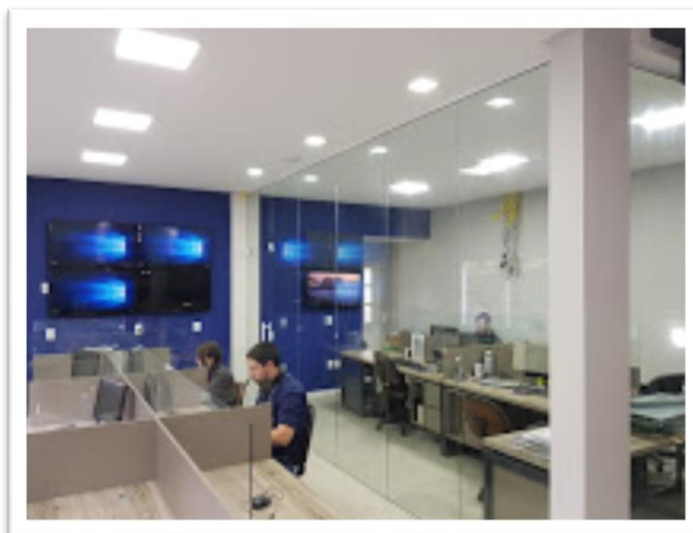
Existia uma carência no mercado de internet de qualidade, deixando a desejar o anseio da comunidade e a insatisfação era demonstrada através de pesquisas locais, o que estimulou a empreender nessa área, dada a área de conhecimento e afinidade do diretor. A empresa mantém o seu crescimento enfrentando as grandes transnacionais diferenciando os seus serviços e explorando os pontos fracos das mesmas. (informação verbal)

Sobre o apoio governamental a empreendimentos como o da empresa, os responsáveis pela mesma criticam a sua ausência e os impactos que esses incentivos estrangeiros causam na concorrência local.

Não há nenhum apoio. Os impostos são caros, a maioria dos equipamentos são importados e caros e sem nenhum incentivo. O governo local também não incentiva empresas locais e ainda permite que outras empresas multinacionais que não geram empregos e nem impostos se estabeleçam no município, fazendo com que seja uma concorrência desleal. Há dois pesos e duas medidas. O governo para as grandes operadoras converte multas em investimentos. Duas das maiores associações dos provedores regionais do Brasil já estão com ações buscando benefícios semelhantes. (informação verbal).

A empresa não percebe políticas públicas de valorização do segmento, que segundo seus responsáveis poderia ser realizada a partir da ampliação do acesso com políticas de incentivo, contratação dos serviços regionais prioritariamente pelo poder público e o estímulo a projetos sociais. Ainda assim, a empresa, mesmo diante dessas contradições e desestímulos, vem crescendo e gerando emprego e renda, além de um atendimento que é considerado superior pela sua clientela.

Figura 58 – Centro tecnológico da CST Provedor de Internet



Fonte: www.cst.net.br, 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aquele que não conhece a verdade
é simplesmente um ignorante.
Mas aquele que a conhece e diz que é mentira,
este é um criminoso.
Bertolt Brecht*

Para Moreira (1982) a Geografia serve para desvendar as máscaras sociais. A apropriação do espaço pelo capital, disposta por Moreira, é impulsionada sobremaneira com o advento do neoliberalismo. Os dados e fatos apurados, contraditados nesse estudo, não pretendem apresentar uma conclusão para a questão do desenvolvimento de Cachoeira do Sul e de municípios assemelhados, mas refletir caminhos e certos discursos que mascaram a realidade atual. Realidade esta uniformemente vinculada às dinâmicas regional, nacional e internacional. Ao percebê-las, distintamente agem os diversos segmentos envolvidos no enfrentamento dos problemas que se apresentam. Os caminhos para o desenvolvimento de Cachoeira do Sul, inevitavelmente, são resultado das múltiplas determinações da totalidade, tal como seus descaminhos.

No espaço geográfico brasileiro perduram e intensificam-se as políticas liberais, concentrando riqueza, segregando multidões, ampliando a presença de capital estrangeiro no país que alimenta a dependência nacional através da desindustrialização, privatização e desnacionalização das empresas nacionais. Em 2018, o lucro líquido dos três maiores bancos privados que atuam no Brasil – Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, somou cerca de 56 bilhões de reais, em plena crise que conta com cerca de 13 milhões de brasileiros desempregados, sob um salário mínimo aos empregados de R\$ 998,00. Como ressalta Oliveira (1982), o Estado detém a força para a solução dos diversos problemas estruturais e sociais do Brasil, contudo é apropriado pela hegemonia do capital.

A ruptura deste modelo político e econômico contemporâneo, especulador, que desvaloriza o trabalho, a ciência e a tecnologia nacionais, expropria o orçamento nacional, sob uma mentalidade colonial imposta, exploratória, é fundamental para a emancipação nacional, e estenderá suas derivações no espaço geográfico de Cachoeira do Sul. A retomada de um projeto de desenvolvimento nacional fundado em experiências já exitosas na História do Brasil, adotadas por outros países que praticam algo oposto ao que propugnam aos países em desenvolvimento, expressará novos paradigmas ao progresso de Cachoeira do Sul.

A produção de dois dos principais produtos de nossa balança comercial, primários, a soja e o minério de ferro, exige reconsiderações. Especialmente a soja, cultivada em larga escala

em Cachoeira do Sul, apresenta baixo compromisso de soberania e atendimento dos interesses nacionais, extraindo à exaustão os recursos naturais, sem cuidados devidos. Gera poucos empregos, apresenta cadeia produtiva estrangeira sem agregar valor no país, promove danos ao ambiente como a extensão da fronteira agrícola sobre os biomas naturais, usa toxicidade de venenos maior que a permitida na Europa com agrotóxicos vendidos pelos europeus e estadunidenses, polui as águas, adoce pessoas e elimina espécies da fauna e da flora. Tudo isso sem gerar sequer a tributação devida, com a isenção da Lei Kandir. Este mecanismo de desoneração cria uma grande acumulação de capital da cultura da soja, numa lógica que esse capital não repercute no desenvolvimento das populações dos municípios sojicultores, concentrando-se em poucos latifundiários que conseguem pagar os pacotes estrangeiros de produção e, sobretudo, nas multinacionais que detém a parte mais lucrativa do processo e remetem para o estrangeiro seus lucros.

Assim, a desoneração de impostos gerada pela Lei Kandir é um fator de concentração de renda, pois, nominalmente, o PIB cresce, mas não se distribui; assim, gera a segregação social ao não se dividir e agregar valor, sendo entrave da geração de outras fontes de renda. Ainda, há a isenção de INSS para os exportadores. Diferentemente de outros segmentos, a agroindústria pode escolher se recolhe para a Previdência com base na folha salarial ou sobre o faturamento. Quando escolhe recolher pelo faturamento, o produtor não paga contribuição previdenciária sobre a parcela que é exportada. O incentivo às empresas custa R\$ 7 bilhões aos cofres públicos por ano. Essas reconsiderações não exigem desprezo pela extração de minério e a produção de soja, desde que mediadas pela previsão de impactos, por exemplo, em premissas soberanas, de equidade social e de sustentabilidade.

Os agentes públicos municipais, regionais e federais, juntamente com a população, devem refletir os efeitos das políticas de desenvolvimento em curso no município de Cachoeira do Sul. Há intrigantes indicadores sociais que devem sublinhar preocupações. A mera aceitação dos discursos hegemônicos e seus interesses não têm promovido as melhores condições de vida das pessoas. Daí a necessária comparação histórica e com outras realidades para evitar a naturalização das mazelas. Mostrou-se historicamente que o município fora pujante sob outros paradigmas de desenvolvimento, endógenos, dinamizados pelo projeto de desenvolvimento nacional do século XX, a partir da rizicultura e sua potencialização integradora.

O abandono desta concepção gerou o enfraquecimento da economia do município e diversos sintomas como a falência de empresas industriais, o elevado desemprego, o aumento da vulnerabilidade social, a perda de arrecadação tributária e a limitação do poder público em atender a população, a fragilidade desenvolvimentista, a perda de representatividade e órgãos

públicos, a concentração fundiária, o êxodo rural, a retração produtiva de diversas culturas de alimentos e do consumo básico, a dependência externa, a incapacidade da geração de políticas públicas, desperdício do dinheiro público, o aumento dos danos ao meio ambiente e à saúde humana.

Esse conjunto de fatores, por extensão, impacta na decisão dos cachoeirenses em permanecer no município. Desamparados ou despossuídos, jovens, trabalhadores e famílias inteiras, têm migrado substancialmente, buscando melhores perspectivas de condições de vida, provocando a fuga de mão de obra e de cérebros, aumentando a desesperança de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a mentalidade oligárquica, por vezes hegemônica, apropria-se dos possíveis espaços e instrumentos de transformação social para naturalizar essa condição e perpetuar seu domínio a despeito dos interesses da maioria da população.

Dialeticamente, de outra parte, apesar de diversos retrocessos e limitações, abrem-se novas perspectivas que podem dar ao município novos e melhores tempos, se não forem obstaculizadas. Seguramente, a principal delas é a criação do polo educacional de ensino superior que, além de manter emigrantes, gerar emprego e renda, ciência e tecnologia, substancialmente pode interferir na mentalidade hegemônica da oligarquia local, promovendo a reflexão sobre novos caminhos de desenvolvimento. Além disso, pode impulsionar os corajosos empreendimentos que resistem à dinâmica atual, encadeando-os a um novo signo de construção regional de projetos de pesquisa e desenvolvimento, potencializando-os e inspirando a criação de novos arranjos produtivos. A mera reflexão servirá para questionar os descaminhos ilustrados nesse trabalho.

O município de Cachoeira do Sul apresenta diversas virtudes para o seu desenvolvimento pleno: uma gente criativa e trabalhadora, recursos naturais em abundância, uma historicidade de desenvolvimento a se referenciar. Com vontade política e mobilização social é possível construir novos caminhos aproveitando esse potencial para efetivar políticas públicas inclusivas, geradoras de emprego e renda ao máximo de pessoas, com sustentabilidade.

Diversas foram as propostas por outro caminho de desenvolvimento colhidas ao longo deste estudo:

- ❖ Dinamizar e diversificar as matrizes e arranjos produtivos.
- ❖ Usar o potencial do Rio Jacuí com suas possibilidades de transporte integradoras, de fornecimento de alimento saudável, de empreendimentos e roteiros turísticos.

- ❖ Apropriar-se e resgatar a história de Cachoeira do Sul com a criação de espaços culturais, valorização dos espaços e monumentos históricos, incentivando arranjos produtivos na cadeia turística, bem como de eventos culturais e esportivos.
- ❖ Criar políticas de incentivo a empresas que gerem pesquisa, desenvolvimento, renda e empregos no município, dando prioridade a estas nos contratos regionais.
- ❖ Beneficiar as indústrias locais.
- ❖ Garantir a produção regional de alimentos de produção sustentável da agricultura familiar e a compra prioritária destes produtos pelos agentes públicos.
- ❖ Promover políticas de empregabilidade à juventude estudantil em conjunto com empresas e instituições.
- ❖ Exigir a reparação da Lei Kandir e a imediata devolução dos valores não tributados aos cofres do município.
- ❖ Reorganizar a administração pública para que incorpore outro sentido de desenvolvimento.
- ❖ Buscar novas fontes de financiamento de projetos de desenvolvimento econômico e social junto aos governos estadual e federal diante das elevadas necessidades da população.
- ❖ Mobilizar a sociedade para a imediata conclusão das obras paralisadas e para os movimentos regionais como a duplicação da BR290 e da RSC287.
- ❖ Investir pesadamente na infraestrutura do município com projetos de moradia popular, calçamento e saneamento básico.
- ❖ Valorizar a educação pública básica, remunerando a formação continuada dos professores e a melhoria da infraestrutura das escolas, integrando-as às instituições de ensino superior.
- ❖ Fortalecer os campus universitários e buscar mais cursos em outras áreas do conhecimento.
- ❖ Organizar grandes eventos com ampla participação popular e geração de emprego e renda.
- ❖ Prestigiar modos de produção sustentáveis.
- ❖ Gerar políticas públicas de inclusão e de atendimento emancipatório às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse estudo, que ilustra a realidade de muitos outros municípios do estado e do país, são várias as experiências discutidas, vistas e visitadas, que alimentam a esperança de um

caminho de desenvolvimento pleno. Não é possível admitir que numa terra tão rica em recursos naturais, a sua gente lutadora pereça na desassistência e desamparo, sem desfrutar de suas potencialidades.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB´SABER, Aziz Nacib e MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. **Previsão de impactos**. São Paulo: EDUSP, 2006.

ACCURSO, Cláudio F.; CANDAL, Arthur; VERAS, Cláudio. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. In: Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico, nº16. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1965.

ANPEGE. **Nota da AGB e ANPEGE sobre o crime ambiental em Brumadinho- MG**. São Paulo: 2019. Disponível em <http://www.anpege.ggf.br/documento.php?id=19> em 15/02/2019.

APROSOJA. **Ideia genial: Para arrecadar mais, por que não exportar impostos?** Brasília: 2017. Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2017/10/19/lei-kandir-para-arrecadar-mais-por-que-nao-exportar-impostos/> em 15/02/2019.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento federal de 2018 executado**. Brasília: 2018. Disponível em www.auditoriacidada.org.br em 15/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Censo de capitais estrangeiros no país**. Brasília: Banco Central. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fex%2Fcensoce%2Fport%2Fcenso.asp%3Fidpai%3Dcambio> em 15/01/2019.

BANCO MUNDIAL. **Dados do país - Brasil e EUA**. Washington DC, 2019. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt> em 15/02/2019.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. **Japão: O Capital se Faz em Casa**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1973.

BESSE, Guy. e CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de Filosofia**. São Paulo: Hemus Editora, 1995.

BEZZI, Meri L. e MARAFON, José G. **Historiografia da ciência geográfica**. Santa Maria: UFSM, 2005.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH USP, 2017.

BORON, Atilio A. (org.). **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx**. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-USP, 2006, p. 287-330.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília, 2018. Disponível em <http://trabalho.gov.br/>.> Acessado em 21/04/2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio. **Balança comercial brasileira**. Brasília: 2018. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-semanal> em 15/02/2019.

_____. **Constituição (1988)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. **Atlas Esgotos**. Brasília: 2013. Disponível em <http://atlasesgotos.ana.gov.br/> em 15/02/2019.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. Rio de Janeiro: UERJ - Dados - Revista de Ciências Sociais [en línea] 2004, 47. Disponível em 19/11/2017

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura (trigo e soja)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAIDEN, G. E. e CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: [s.n.], 1985.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012

CARRION JR, Francisco M. **A economia do Rio Grande do Sul**. In DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org). RS: economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

_____. **Economia gaúcha: o que somos?** In GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. (org) Nós, os gaúchos 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

CASTILHO, Alceu. **Gravuras de Henry Koster e Hercule Florence sobre engenhos ilustram trecho que celebra os R\$ 52 bilhões movimentados pelo setor; JBS e Ford patrocinam**. Extraído do site www.deolhonosruralistas, disponível em 18/11/2018.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal. **Marcas espaciais do tempo histórico: as rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS**. Santa Maria: UFSM, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Portal da Indústria – RS**. Brasília, 2016. Disponível em <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/rs> em 15/01/2019.

CONTI, Sérgio. **Espaço global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local**. In Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 209-252

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão.** In CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L. de e SPOSITO, Maria E. B. (orgs). A produção do espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2011.

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius.(Orgs). **RS: cultura e ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto, 2008.

DENIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes do processo.** Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Obras rodoviárias.** Porto Alegre, 2019. Disponível em <https://www.daer.rs.gov.br/obras-rodoviaras> em 15/01/2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Hidrovia do Mercosul.** Brasília, 2016. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/hidrovia-do-mercosul/hidrovia-do-mercosul> em 15/01/2019.

FOULQUIÉ, Paul. **Dialética.** Gráfica European, 1979.

FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento.** Nova Iorque: Monthly Review, vol. 18, nº 4, setembro de 1966

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Mapa da divisão territorial do RS em mesorregiões.** Porto Alegre, 2009. Disponível em http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/micro_mesorregioes_rs_2009.pdf.> Acessado em 21/04/2018.

_____. **Participação do PIB e do Valor Adicionado Bruto por atividade nas mesorregiões do RS em % – 2010/2013.** Porto Alegre, 2014. Disponível em <http://carta.fee.tche.br/article/participacao-das-mesorregioes-gauchas-no-pib-do-rs-entre-2010-e-2013/>. Acessado em 21/04/2018.

_____. **25 anos de economia gaúcha - volume 2.** Porto Alegre: FEE, 1976/ 1977.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O subdesenvolvimento revisitado.** In: Economia e Sociedade. 1ª ed., Campinas, 1992, p. 5-19

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural.** 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 9-40.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Journey Trough Economic Time.** Boston: Houghton Mifflin, 1994.

GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manoel. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Revista do Departamento de Geografia. São. Paulo: Edusp, 1982

GOVERNO DO ESTADO DO RS. **Aumento da participação na consulta popular é destaque em programa de rádio**. Disponível em <http://www.participa.rs.gov.br/aumento-da-participacao-na-consulta-popular-e-destaque-em-programa-de-radio/> visualizado em 15/11/2018.

_____. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **ICMS - Transferências aos Municípios - Repasses – 2017**. Porto Alegre, 2017. Disponível em https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_repasses_mun_icms_2017 em 15/01/2019.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.

_____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2017. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-ferrov-2017-cored> em 15/01/2019. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Verbetes: Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2019. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reforma-agraria-5> em 15/01/2019.

HAESBAERT, Rogério. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEGEL, Georg W. F. **A fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDRICH, Álvaro. **Além do latifúndio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba: UFPR, n.14,2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, Censo demográfico 2010, p.1-175, 2012.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> em 15/01/2019.

_____. **Desemprego volta a crescer com 13,1 milhões de pessoas em busca de ocupação**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20674-desemprego-volta-a-crescer-com-13-1-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-ocupacao> em 15/01/2019.

_____. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama>> Acessado em 18/05/2018.

_____. **Produto agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> Acessado em 21/04/2018

_____. **Cachoeira do Sul**. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n112_cachoeiradosul.pdf f. Acessado em 15/01/2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> em 15/02/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB**. Brasília, 2019. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acessado em 15/01/2019.

_____. **Censo Escolar 2010/2017**. Brasília: 2018. Disponível em <http://inep.gov.br/censo-escolar> em 15/02/2019.

INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ. **Mercado**. Porto Alegre: 2018. Disponível em <https://irga.rs.gov.br/mercado> em 15/01/2019.

JORNAL DO POVO. **Anuário do Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 2018.

KANT, Imanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 1989.

KEMEL, Samir Bitencourt e CARDOSO, Eduardo Schiavone. **A atividade pesqueira em Cachoeira do Sul – RS**. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia, 33: 253-262, dez., 2007. Versão online disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37438/24183>

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

_____. **Prefácio – a produção do espaço**. São Paulo: Estudos Avançados USP, vol.27, nº79, 2013)

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Jarbas. **O sentido e o alcance do tradicionalismo**. Porto Alegre: Tese do Movimento Tradicionalista Gaúcho, 1997, disponível em http://mtg3.hospedagemdesites.ws/pag_teses.php em 21/04/2018.

LIST, Friedrich. **The National System of Political Economy**. London: Longmans, Green, and Company, 1885.

LOPES, Carlos. **Mercado externo, agronegócio e farsas “neo-desenvolvimentistas”**. São Paulo, 2017. Disponível em <https://horadopovo.org.br/mercado-externo-agronegocio-e-farsas-neo-desenvolvimentistas/> em 15/01/2019.

LOSURDO, Domenico. **In Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

MARANHÃO, Jarbas. **O Estadista Agamemnon Magalhães**. Brasília: Revista de Informação Legislativa a. 34 n. 133 jan./mar. 1997

MARKUSEN, Ann. **Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator**. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p.57-75.

MARTINE, G. e GARCIA, R. C. (Orgs.). **Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p.99-124.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

_____. **Obras escogidas**. Moscou: Editorial Progresso, 1986.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MORAES, Antonio C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. **Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação espacial brasileira: hegemônias e conflitos)** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n° 83, p. 7- 31, 2005

_____. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais.** In Geografia: Teoria e Crítica. O Saber Posto em Questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORRIS, Charles R. **Os magnatas.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

MÜLLER, Carlos Alves. **A História econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

NIEDERLE, Paulo. **A soja pode acabar com a economia gaúcha (e com muito mais).** Porto Alegre: Portal Sul 21, 2018. Disponível em <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-dogepad/2018/06/a-soja-pode-acabar-com-a-economia-gaucha-e-com-muito-mais/> em 15/01/2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O Estado e o Urbano.** In: Revista de Estudos Regionais e Urbanos Espaço e Debates. Ano II, n. 06. São Paulo: Cortez, 1982.

OLIVEN, Ruben George. **O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 3, n. 9, p. 5-14, 1989.

OXFAM. **Uma economia para o 1%.** Documento Informativo da Oxfam 210. Disponível em www.oxfam.org.br em 15/11/2017.

_____. **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira.** São Paulo: Oxfam, 2016. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira> em 15/01/2019.

PESAVENTO, Sandra J. **Da frustração histórica do Rio Grande.** In: FISHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius, (org.). Nós, os gaúchos. Porto Alegre: L&PM, 1992.

_____. **RS: a economia e o poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **RS: agropecuária colonial e industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PLATÃO. **A República de Platão.** São Paulo: Sapienza Editora, 2005.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento?** São Paulo: Publisher, 2009.

_____. **Processo hiperinflacionário e reacomodação distributiva no Brasil nos anos 80.** Porto Alegre: FEE, 1991.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

_____. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1963, p. 9-31.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. **A cidade de Cachoeira do Sul.** Cachoeira do Sul, 2018. Disponível em <<http://cachoeiradosul.rs.gov.br/a-cidade/>>. Acessado em 18/05/2018.

_____. **Mapa da divisão territorial do Rio Grande do Sul em 1822.** Cachoeira do Sul, 2018. Disponível em <<http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com.br/2013/>>. Acessado em 18/05/2018.

_____. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CACHOEIRA DO SUL. **PIB cachoeirense cresce 45% em uma década.** Cachoeira do Sul, 2019. Disponível em <https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/3163/PIB-cachoeirense-cresce-45-em-uma-decada> em 15/01/2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano.** Brasília, 2014. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2524#desagregacao>. Acessado em 18/05/2018.

QUADROS, Claudemir de. **Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963).** Rio de Janeiro: Revista Teias, ano 2, nº 3, jan/jun 2001

RIBEIRO, Fernando. A “**década perdida**” das exportações da indústria brasileira: análise de Constant market share para o período 2005-2016. Brasília: IPEA, Revista Radar nº 56, Abril 2018.

RITZEL, Mirian. **Série Empreendedores do Passado: Otto Mernak.** Disponível em <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/search?updated-max=2018-01-21T22:27:00-02:00&max-results=3&start=15&by-date=false> em 16/11/2018.

ROHDE, Geraldo Mario. **Cachoeira do Sul - uma perspectiva ambiental.** Canoas: Ed. ULBRA, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos. **O novo mapa de solos do Brasil: legenda atualizada.** Rio de Janeiro: Embrapa solos, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **Natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2009.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Espaço e sociedade.** Editora Vozes, Petrópolis, 1979 (2ª edição: 1982).

SCHMIDT, Carlos e HERRLEIN JR, Ronaldo. **Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, nº1, p. 255-284, 2002.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Espaço urbano central elitista de Cachoeira do Sul (RS): a invasão dos *outsiders* nos anos 1930-1940.** História Unisinos Volume 14 nº 2, p. 177-187, Maio/Agosto 2010.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Nova Iorque: Random House, 1937.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Minha vida no Rio Grande.** In: FISHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius (org.). Nós, os gaúchos. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SORRE, Max. **El hombre en la tierra.** Barcelona: Labor, 1967.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Projeto de emancipação do Brasil.** In Movimento Nativista. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Estratégicos Matias de Albuquerque, 1996 (p. 131 a 152)

_____. **O colapso do neoliberalismo.** São Paulo: Global Editora, 1995.

_____. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2007.

THÉRY, Hervé e DE MELLO, Neli. **Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.** São Paulo: EDUSP, 2005.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico em Cachoeira do Sul.** Cachoeira do Sul: 2018. Disponível em <https://www.uergs.rs.gov.br/cursos-de-graduacao-cachoeira-do-sul> em 15/02/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Histórico em Cachoeira do Sul.** Cachoeira do Sul: 2018. Disponível em <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cachoeira-do-sul/historico/> em 15/02/2019.

VERÍSSIMO, Érico. **Rio Grande do Sul: terra e povo.** Porto Alegre: Globo, 1964.

14. Caso você tenha que sair de Cachoeira do Sul para prosseguir estudos ou aprimorar-se profissionalmente, pretende regressar para fixar-se na cidade?

Sim Não Não sei

15. A que você atribuiria a perda de população de Cachoeira do Sul, que tinha em 1.970 94.261 habitantes, para 83.827 habitantes em 2.010, segundo o IBGE?

16. A seu ver, como podemos descrever o desenvolvimento socioeconômico de Cachoeira do Sul?

17. Qual é a principal matriz econômica do município?

Agricultura e pecuária Indústria Serviços e comércio

18. Qual é o principal produto explorado no município na atualidade?

Arroz
 Produtos industrializados da indústria metal-mecânica
 Produtos da agroindústria
 Soja
 Minério de carvão
 Não sei

19. Você acredita que as opções econômicas do município prejudicam o desenvolvimento?

Sim Não Parcialmente

20. Qual segmento econômico deve ser priorizado no município?

Agricultura Pecuária Indústria/Agroindústria Comércio e serviços

21. Qual destes segmentos econômicos produtivos agrega mais valor ao produto e gera mais renda e empregabilidade na economia mundial?

Agropecuária Indústria

22. Você acredita que o desenvolvimento atual de Cachoeira do Sul pode fazê-lo(a) migrar da cidade no futuro?

Sim Não Talvez

23. Você percebe no município políticas públicas que favoreceriam sua permanência em Cachoeira do Sul?

Sim – Qual? _____ Não

24. Qual deveria ser o foco principal para o poder público visando a permanência de jovens em Cachoeira do Sul? Marque todas que se aplicam.

Geração de empregos Ampliação universitária
 Programas de distribuição de renda e assistência social
 Incubadoras de empresas e incentivo ao empreendedorismo Nenhuma destas

25. Qual município Cachoeira do Sul deveria se espelhar quanto ao desenvolvimento?

8.2. ROTEIRO DE ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

8.2.1 Entrevista com jornalista Cleiton Everaldo dos Santos, analista de mercado na revista Planeta Arroz e da coluna Várzea & Coxilha do Jornal do Povo.

H.H. 1. Por favor, poderia descrever a sua experiência com os estudos acerca da cultura do arroz e a razão do seu interesse por ela?

H.H. 2. Quais são os benefícios da cultura do arroz para a população, produtores e instituições?

H.H. 3. Desde a intensificação da cultura do arroz, no início do século XX até os dias atuais, como poderíamos periodizar a produção levando em consideração a prosperidade gerada aos produtores e à cidade?

H.H. 4. Comumente temos assistido e lido relatos atuais da desesperança com a cultura do arroz entre os produtores. A que se deve esse sentimento?

H.H. 5. Em alguns estudos pudemos perceber a pujança da cultura do arroz nas décadas de 1930 a 1960. Havia uma política de preços mínimos, o beneficiamento regional e a integrada e derivada indústria de transformação. Dessa época temos relatos de prosperidade e a população cresce, tal como o número de escolas, hospitais, cinemas, arrecadação. O que ocorreu nas décadas seguintes para haver tamanha ruptura?

H.H. 6. Essa ruptura de desenvolvimento é sentida pelas pessoas, que migraram. Em 1970 a população de Cachoeira do Sul era de 94.261 habitantes, ao passo que em 2010 caiu para 83.827, e continua em queda, segundo o IBGE, diferente de municípios vizinhos como Venâncio Aires, Lajeado, Estrela, Santa Cruz do Sul. Como podemos relacionar essa situação com o ciclo do arroz no nosso município?

H.H. 7. A cultura que predomina no espaço geográfico de Cachoeira do Sul é a soja, com mais de 140.000 hectares cultivados, de natureza majoritariamente exógena, desde pacote de sementes, herbicidas e fertilizantes, ao maquinário e o mercado alvo, apenas com a terra de propriedade nacional. Esse modelo predominante interessa ao desenvolvimento de Cachoeira do Sul, na forma em que se baseia?

H.H. 8. Além da presença diária na mesa do brasileiro, que outras utilidades poderíamos dar ao arroz para impulsionar sua produção?

H.H. 9. Um dos produtos que conhecemos, e consumimos, dadas suas propriedades nutricionais, é o óleo de arroz. Contudo, o mesmo, quando se encontra em gôndolas de supermercados, apresenta apenas uma marca, Carreteiro, de Pelotas. Esta não seria uma alternativa à cultura do arroz?

H.H. 10. Em 2006 a propriedade média de Cachoeira do Sul tinha 97 hectares e em 2018 cresceu para 115 hectares, ocasionando uma maior concentração fundiária, segundo o IBGE. Essa dinâmica é interessante ao desenvolvimento de Cachoeira do Sul?

H.H. 11. Quando comparamos o tamanho médio das propriedades rurais com outros municípios – Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires e Caxias do Sul, há uma discrepância grande. Em Caxias do Sul a propriedade média tem 29,84 hectares, em Lajeado 8,46 ha, Santa Cruz do Sul 16,54 ha e Venâncio Aires 12,2 ha. Esses municípios apresentam indicadores sociais como renda per capita e empregabilidade superiores a Cachoeira do Sul. A que se deve essa distinção?

H.H. 12. Com políticas públicas favoráveis, a cultura do arroz não seria uma boa alternativa à fixação das pessoas no campo, a geração de emprego e renda, especialmente em minifúndios? Quais seriam os desafios para tal?

8.2.2 Entrevista com Amélia Cerentini, Gerente de RH da empresa CST Provedor de Internet

H.H. 1. Por favor, descreva sua empresa, empregabilidade, abrangência e ramo de negócios.

H.H. 2. Seu segmento é de alta tecnologia, um segmento disputado imensamente com grandes transnacionais. O que fundamentou essa escolha diante de tantos desafios e riscos?

H.H. 3. Como a senhora vê o apoio governamental a empresas genuinamente nacionais como a sua?

H.H. 4. Nos países de origem, as multinacionais ganham grandes incentivos fiscais, desde investimentos em pesquisa a aquisição de equipamentos, até a pressão destes governos para a penetração em países periféricos. Essas vantagens das concorrentes impactam o segmento local?

H.H. 5. A senhora tem percebido políticas públicas de valorização da sua empresa?

H.H. 6. Como o Brasil e, em extensão, o governo do estado e a Prefeitura Municipal, poderiam apoiar uma empresa do seu segmento?

8.2.3 Entrevista com a historiadora Mirian Ritzel.

H.H. 1. Por favor, descreva sua formação e estudos sobre Cachoeira do Sul.

H.H. 2. Mediante alguns estudos, muitos deles possibilitados por suas fontes, temos percebido que houve um período de certa pujança e progresso de Cachoeira do Sul, especialmente a partir da década de 1920 a 1960. Essa análise procede? Em que fatos ou dados poderíamos basear essa afirmação?

H.H. 3. Qual era a base econômica e social que sustentava esse desenvolvimento?

H.H. 4. De outra parte, é tema desta dissertação de mestrado, temos percebido uma grave ruptura do processo de desenvolvimento do município a partir da década de 1970. A que poderíamos atribuir essa ruptura?

H.H. 5. Que contrastes poderíamos ressaltar entre as últimas cinco décadas e o período de maior crescimento socioeconômico do município?

H.H. 6. A ponta do iceberg acerca do desenvolvimento do município, que chamou nossa atenção, é o intenso processo migratório. Eram 94.261 habitantes em 1970, caindo para 83.827 em 2010, com queda contínua na nova projeção do IBGE para 2018, com estimativa de 82.547 habitantes. O mesmo não ocorre em outros municípios de nossa mesorregião como Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires. Esses dados contrastam com outros períodos históricos do município. Como poderíamos justificar essa situação na atualidade em comparação com outros tempos?

H.H. 7. Nas rodas de conversa da cidade é comum a expressão “cidade do já tinha”. A seu ver, a que ela diz respeito? Ela procede?

H.H. 8. Quais seriam os desafios históricos da população e das instituições para traçar outras perspectivas ao município e sua gente?

8.2.4 Entrevista com Josie Rosa, Presidente do Sindicato dos Professores Municipais de Cachoeira do Sul.

H.H. 1. Qual é a representação do sindicato e as metas da gestão?

H.H. 2. Qual é o número de professores da categoria e o número de filiados ao sindicato?

H.H. 3. Como a direção do sindicato analisa o desenvolvimento econômico e social de Cachoeira do Sul?

H.H. 4. Na cidade percebemos a tônica do discurso acerca da vocação agrícola do município, que deve ser a mola do desenvolvimento municipal. Esse modelo supre as demandas municipais na análise do sindicato?

H.H. 5. Na imprensa e em eventos temos ouvido discursos, desde empresários a políticos, que sustentam que o funcionalismo e em especial os professores são responsáveis pelas dificuldades econômicas do município. São coerentes essas análises?

H.H. 6. A que podemos atribuir as dificuldades econômicas do município e o grau de desenvolvimento das últimas décadas?

H.H. 7. A educação pública municipal contribui com o desenvolvimento de Cachoeira do Sul?

H.H. 8. Como a educação pública municipal poderia colaborar, ainda mais, para o desenvolvimento de Cachoeira do Sul?

H.H. 9. Outra questão inquietante é a elevada migração de cachoeirenses nas últimas quatro décadas. Eram 94.261 habitantes em 1970, caindo para 83.827 em 2010, com queda contínua na nova projeção do IBGE para 2018, com estimativa de 82.547 habitantes. O mesmo não ocorre em outros municípios de nossa mesorregião como Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires. Há fuga de cérebros e força de trabalho, em parte bem qualificada. A seu ver, como se explica essa realidade e como alterar essa situação?

H.H. 10. Em uma pesquisa que realizamos, entrevistamos 26% dos estudantes de 2º e 3º anos do município de escolas públicas e particulares. Questionamos a visão destes acerca da migração e das suas pretensões individuais. A grande parte dos estudantes, às vésperas de definições de caminhos de vida, atribuem a migração à falta de empregos e, em seguida, à falta de oferta do curso pretendido. A maior parte pretende sair do município ou ainda não sabem. Apenas 4% percebem políticas públicas adotadas que mudariam essa intenção, contra 96% de jovens que ignoram ações. Como o sindicato analisa essa percepção juvenil e o que está ou poderia ser feito para alterar essa lógica?

H.H. 11. Monteiro Lobato, na obra Cidades Mortas, demonstra seu entristecimento com o empobrecimento da região do Vale do Paraíba, onde crescera: “Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.” Cachoeira do Sul também já respirou ares progressistas, de pujança agrícola e industrial, e nas últimas décadas tem declinado em sua notoriedade. Quais são os entraves históricos, econômicos e políticos para tal realidade?

8.2.5 Entrevista com membro da gestão pública municipal de Cachoeira do Sul

H.H. 1. Quais são os fundamentos políticos de desenvolvimento municipal e prioridades da gestão municipal?

H.H. 2. Analisando o contexto econômico de Cachoeira do Sul e os discursos que o sustentam, é perceptível e marcante a ênfase sobre uma vocação agrícola do município, que evoluiu consideravelmente para o modelo agroexportador fundado em latifúndios que cada vez menos empregam. Este modelo e seus rendimentos supre as necessidades da gestão municipal e das demandas municipais?

H.H. 3. Como essa escolha impacta o desenvolvimento de Cachoeira do Sul?

H.H. 4. Segundo a Lei Kandir, nem o município nem o estado arrecadam impostos com a soja desde 1996, gerando um déficit de cerca de R\$ 50 bilhões ao estado. Houve promessa de ressarcimento federal, mas isso não ocorreu desde então. Como o senhor analisa esse cenário?

H.H. 5. Recentemente realizamos uma pesquisa com 76 itens da cesta básica dos cachoeirenses, lista semelhante a que calcula a inflação do período pela Ulbra, onde constam produtos diversos do consumo básico, desde hortifruti a derivados do leite, farinhas diversas, itens de higiene e limpeza, etc, nas três maiores redes de supermercados da cidade. Constatamos três questões: que há uma grande variedade de produtos dos municípios vizinhos e Ceasa; que 40% dos produtos não perecíveis são de empresas estrangeiras; e que são raros os produtos cachoeirenses nas gôndolas, um ou dois dentre 228 pesquisados por rede, inclusive hortifruti. E, que na greve dos caminhoneiros houve desabastecimento de produtos básicos. Como o senhor analisa esse contexto?

H.H. 6. Outra questão inquietante é a elevada migração de cachoeirenses nas últimas quatro décadas. Eram 94.261 habitantes em 1970, caindo para 83.827 em 2010, com queda contínua na nova projeção do IBGE para 2018, com estimativa de 82.547 habitantes. O mesmo não ocorre em outros municípios de nossa mesorregião como Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires. Há fuga de cérebros e força de trabalho, em parte bem qualificada. A seu ver, como se explica essa realidade e como alterar essa situação?

H.H. 7. Notamos também que, ao mesmo tempo em que há declínio populacional, aumento do desemprego, especialmente industrial, no espaço rural houve evolução da concentração fundiária. Em 2006 a propriedade média de Cachoeira do Sul tinha 97 hectares e em 2018 cresceu para 115 hectares. Haveria alguma relação nessa questão? Essa situação é interessante à população cachoeirense e aos agricultores familiares, produtores de alimentos?

H.H. 8. Mais uma vez, quando comparamos o tamanho médio das propriedades rurais com os municípios citados – Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires e Caxias do Sul, há uma discrepância grande. Em Caxias do Sul a propriedade média tem 29,84 hectares, em Lajeado 8,46 ha, Santa Cruz do Sul 16,54 ha e Venâncio Aires 12,2 ha. A que se deve essa distinção e quais são seus impactos sobre o trabalho rural e o desenvolvimento de Cachoeira do Sul?

H.H. 9. Em outra pesquisa que realizamos, entrevistamos 26% dos estudantes de 2º e 3º anos do município de escolas públicas e particulares. Questionamos a visão destes acerca da migração e das suas pretensões individuais. A grande parte dos estudantes, às vésperas de definições de caminhos de vida, atribuem a migração à falta de empregos e, em seguida, à falta de oferta do curso pretendido. A maior parte pretende sair do município ou ainda não sabem. Apenas 4% percebem políticas públicas adotadas que mudariam essa intenção, contra 96% de jovens que ignoram ações. Como o senhor visualiza essa percepção juvenil e o que está ou poderia ser feito para alterar essa lógica?

H.H. 10. Como o senhor bem sabe, a agregação de valor ao produto primário gera mais riqueza do que a mera produção primária, bem como o produto industrial gera mais empregos e de melhor qualidade, pois provem da necessidade de mais pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, porque muitos em nossa cidade ainda se orgulham da primariedade produtiva, discurso antagônico a municípios, estados e países desenvolvidos?

H.H. 11. Monteiro Lobato, na obra *Cidades Mortas*, demonstra seu entristecimento com o empobrecimento da região do Vale do Paraíba: “Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.” Cachoeira do Sul também já respirou ares progressistas, de pujança agrícola e industrial e, nas últimas décadas, tem declinado em sua notoriedade. Quais são os entraves históricos, econômicos e políticos para tal realidade?

8.2.6 Entrevista com advogado Tales Altoé, diretor da agroindústria Bosque Olivos.

H.H. 1. Você poderia descrever o perfil de sua empresa rural e os propósitos a médio e longo prazo?

H.H. 2. Analisando o perfil da Bosque Olivos notamos que há a busca pela diferenciação ao modelo tradicional agrícola, tanto familiar, rudimentar, quanto o modelo produtor de commodities. Em que se inspira esse novo sentido? Está surtindo o efeito e sucesso esperados?

H.H. 3. Quais são os obstáculos a uma empresa rural nesse perfil?

H.H. 4. Analisando o mapa de uso da terra de Cachoeira do Sul, especificamente da região do Bosque, notamos um considerável avanço do cultivo da soja no entorno. Tens notado algum impacto na região?

H.H. 5. Em 2006 a propriedade média de Cachoeira do Sul tinha 97 hectares e em 2018 cresceu para 115 hectares, ocasionando uma maior concentração fundiária, segundo o IBGE. Essa dinâmica é interessante ao desenvolvimento de Cachoeira do Sul?

H.H. 6. Quando comparamos o tamanho médio das propriedades rurais com outros municípios – Santa Cruz do Sul, Lajeado, Venâncio Aires e Caxias do Sul, há uma discrepância grande. Em Caxias do Sul a propriedade média tem 29,84 hectares, em Lajeado 8,46 ha, Santa Cruz do Sul 16,54 ha e Venâncio Aires 12,2 ha. Esses municípios apresentam indicadores sociais como renda per capita e empregabilidade superiores a Cachoeira do Sul. A que se deve essa distinção?

H.H. 7. A sua empresa, de certa forma, contraria o sentido econômico e social das políticas públicas do país nos últimos anos, que privilegia com isenções, créditos e benefícios a produção de commodities em larga escala, especialmente a soja. Que apoio uma empresa rural no perfil da Bosque Olivos tem recebido do poder público municipal, estadual e federal?

H.H. 8. Com estudos, temos notado o enfraquecimento do desenvolvimento de Cachoeira do Sul nas últimas décadas, apesar de alguns esforços. Um dos efeitos sentidos é a elevada migração, especialmente de jovens e trabalhadores. Em 1970, a população de Cachoeira do Sul era de 94.261 habitantes, ao passo que em 2010 caiu para 83.827, e continua em queda, segundo o IBGE, diferente de municípios vizinhos como Venâncio Aires, Lajeado, Estrela, Santa Cruz do Sul. Como podemos relacionar essa situação com o êxodo rural e a monocultura de commodities, modo econômico preponderante no município?

H.H. 9. A cultura que predomina no espaço geográfico de Cachoeira do Sul é a soja, com cerca de 100.000 hectares cultivados, de natureza majoritariamente exógena, desde pacote de sementes, herbicidas e fertilizantes, ao maquinário e o mercado alvo, apenas com a terra de

propriedade nacional. Esse modelo predominante interessa ao desenvolvimento de Cachoeira do Sul, na forma em que se baseia?

H.H. 10. Na Bosque Olivos temos uma série de modos de produção, de variadas culturas, integradas e potencializando-se. O produto resultante, que gere rentabilidade e que possa agregar ou inspirar outros agricultores, já é concreto? Que políticas públicas poderiam ampliar essa rentabilidade e auxiliar a maior escala?

H.H. 11. Uma das virtudes que identificamos na Bosque Olivos é a sustentabilidade. É possível ter rentabilidade com sustentabilidade?

H.H. 12. Cachoeira do Sul é rica em recursos hídricos. A piscicultura é uma das culturas da Bosque Olivos. Como o agricultor familiar poderia gerar rentabilidade com ela? Há alguma política pública, ou sugestão de alguma, que pudesse elevar o consumo e gerar emprego e renda com um alimento mais saudável?

8.2.7 Entrevista com vereador de Cachoeira do Sul

H.H. 1. Como você analisa a atual realidade socioeconômica de Cachoeira do Sul levando em conta a história do município?

H.H. 2. Como podemos vislumbrar as perspectivas econômicas do município?

H.H. 3. Na década de 1940 o município de Cachoeira do Sul tinha a mesma população que no último Censo de 2010, segundo o IBGE. Em 1979, havia cerca de 110.000 habitantes. O que teria causado este declínio populacional?

H.H. 4. Podemos fazer uma relação entre a perda de população e as opções econômicas do município?

H.H. 5. Como os agentes públicos agem em concordância ou discordância com os interesses dos agentes econômicos hegemônicos que atuam no município?

H.H. 6. Segundo o IBGE, Cachoeira do Sul é um dos municípios com maior desigualdade social no estado do RS. A que poderíamos atribuir esta desigualdade social?

8.2.8 Entrevista com empresário de Cachoeira do Sul

H.H. 1. Como você analisa a realidade socioeconômica de Cachoeira do Sul?

H.H. 2. Como podemos vislumbrar as perspectivas econômicas do município?

H.H. 3. A seu ver, quais são as dificuldades encontradas pelo segmento industrial no município?

H.H. 4. O município de Cachoeira do Sul tem apresentado declínio contínuo de população, desde 1970, quando possuía 94.261 habitantes, diante de 83.827 pessoas recenseadas em 2010, pelo IBGE. Mesmo considerando as emancipações de Paraíso do Sul, Cerro Branco e Rincão dos Cabrais, a tendência de declínio populacional continua ocorrendo. Como esta perda populacional impacta o setor industrial?

H.H. 5. Podemos fazer uma relação entre a perda de população e as matrizes produtivas predominantes no município?

H.H. 6. Segundo o IBGE, Cachoeira do Sul é um dos municípios com maior desigualdade social no estado do RS. A que poderíamos atribuir esta desigualdade social?

H.H. 7. Como os agentes públicos agem em concordância ou discordância com os interesses dos agentes econômicos hegemônicos que atuam no município?